

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Jumara Seraphim Pedruzzi

**MULHERES RUMO À DOCÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE NORMALISTAS EM
OURO PRETO – MG (1871-1930)**

Belo Horizonte

2021

Jumara Seraphim Pedruzzi

**MULHERES RUMO À DOCÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE NORMALISTAS EM
OURO PRETO – MG (1871-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Yumi Jinzenji

Belo Horizonte

2021

P372m
T Pedruzzi, Jumara Seraphim, 1990-
Mulheres rumo à docência [manuscrito] : trajetórias de normalistas em
Ouro Preto -- MG (1871-1930) / Jumara Seraphim Pedruzzi. - Belo Horizonte,
2021.
259 f. : enc, il.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.
Orientadora: Mônica Yumi Jinzenji.
Bibliografia: f. 230-256.
Anexos: f. 257-259.

1. Escola Normal de Ouro Preto -- História -- Séc. XIX -- Teses.
2. Educação -- Teses. 3. Educação -- História -- Ouro Preto (MG) -- Séc. XIX -
- Teses. 4. Educação feminina -- História -- Séc. XIX -- Teses. 5. Mulheres na
educação -- História -- Séc. XIX -- Teses. 6. Professoras -- Formação --
História -- Séc. XIX -- Teses. 6. Ouro Preto (MG) -- Educação -- História --
Séc. XIX -- Teses.
I. Título. II. Jinzenji, Mônica Yumi, 1974-. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

MULHERES RUMO À DOCÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE NORMALISTAS EM OURO PRETO – MG (1871-1930)

JUMARA SERAPHIM PEDRUZZI

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 25 de maio de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). MONICA YUMI JINZENJI - Orientador

UFMG

Prof(a). Luciano Mendes de Faria Filho

UFMG

Prof(a). Eliane Marta Santos Teixeira Lopes

UFMG

Prof(a). José Rubens Lima Jardimino

UFOP

Prof(a). Alessandra Frota Martinez de Schueler

UFF

Belo Horizonte, 17 de março de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 17/03/2022, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1317644** e o código CRC **DEDFE232**.

Dedico esta Tese de Doutorado à minha querida mãe, Juliana Maria Seraphim Pedruzzi, e ao meu saudoso pai, Gelindo Pedruzzi.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha querida mãe, Juliana, por todo carinho, todo suporte e toda dedicação, e por sempre me reerguer toda vez que eu pensava que não teria mais forças para seguir em frente. Ao meu saudoso pai, Gelindo, que, em vida, sempre fez tudo por mim e pelas minhas irmãs, e que ainda hoje me envia *esperança* sempre que preciso. Às minhas irmãs, Josi e Gláucia, pela amizade, pelo companheirismo e por serem as minhas grandes inspirações da vida. Aos meus cunhados André e Beto, pela solicitude e pelo apoio de sempre. E ao meu querido sobrinho Rael, que, com a sua chegada, trouxe um novo brilho para a minha vida.

Sou grata, de maneira especial, à minha orientadora no Doutorado, a Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji, por todo o auxílio, todos os ensinamentos, todas as trocas e orientações ao longo desses mais de quatro anos de convivência e de trabalho conjunto. Agradeço também por ser sempre tão atenciosa, paciente, cuidadosa e prestativa não só comigo, mas com todos os seus orientandos, e por se preocupar com a nossa formação como pesquisadores de forma tão ampla e completa. Muito obrigada!

Agradeço ao Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino, que foi meu orientador de Iniciação Científica e no Mestrado, pelos ensinamentos, por ter ajudado a despertar em mim a vontade de seguir na carreira acadêmica e por ter sido um grande incentivador para que eu tentasse a seleção do Doutorado. Manifesto, ainda, a minha gratidão à Profa. Dra. Eliane Marta Santos Teixeira Lopes e ao Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, por colaborarem, de diferentes formas, para a realização desta pesquisa desde o seu início. A esses três professores, bem como à Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler, à Profa. Dra. Ana Cristina Pereira Lage e à Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa, agradeço por terem aceitado participar da minha banca de defesa de Doutorado (como titulares e suplentes), e por terem sido inspirações para a escrita deste trabalho. Agradeço, igualmente, à Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca, por ter permitido que eu realizasse o meu Estágio Docência com ela, acompanhando as suas aulas, que auxiliaram muito na minha formação acadêmica.

Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa. Aos professores e aos demais membros do Centro de Pesquisa em História da Educação – GEPHE, e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita, pelos aprendizados e pelos conhecimentos compartilhados ao longo desses anos. Sou grata também aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Arquivo Eclesiástico Dom

Oscar de Oliveira e Centro de Estudos do Cielo do Ouro (CECO), pela atenção e pela solicitude com as quais fui recebida, em minhas muitas consultas e pesquisas.

Deixo registrado aqui, ainda, meus agradecimentos às parceiras que estiveram do meu lado desde o primeiro dia dessa jornada do Doutorado, Eliana e Cássia, pelo apoio, pelas trocas, pelos encontros e pelos infinitos desabafos. Ao Sullivan e à Isabella, por deixarem a minha passagem por BH mais leve e feliz. Aos meus “irmãos de orientação”, à nossa querida “turma da Mônica”, pelo companheirismo e pelo afeto: Priscilla, Paulo Henrique, Zelinha e Lari. E às queridas Giane, Renata, Ana Paula, Fabi e Talita, com as quais eu tive a alegria de conviver, em meio a esse percurso.

Agradeço também aos amados amigos que me auxiliaram, de diferentes formas, durante esse árduo processo do Doutorado, desde aqueles que me ajudaram com as suas leituras atentas aos meus textos, indicações de bibliografias e fontes, compartilhamentos teóricos, traduções, transcrições, dicas e localização de acervos até os que, gentilmente, ofereceram-me suas casas como hospedagem para que eu pudesse realizar o curso e fazer consultas em arquivos de diferentes cidades: Pedrok (Pedro), Náthali, Jéssica, Stephanie, Mayra, Léo, Lula (Lucas), Baiano (Renan), Bazuca (Wellington), Joanaina, Carol, Iva, Trinidad, Tonhão (Ricardo), Bianchi e Vanessa. Sou grata, ainda, aos amigos que me ampararam de outras formas, principalmente me oferecendo seus ombros amigos para que eu pudesse compartilhar as minhas angústias e inquietações em meio a esse processo: Laís, Nayara, Juliana, Elias, Anne, entre tantos e tantos outros que, embora não tenham sido citados aqui, estão no meu coração. Obrigada!

Finalmente, agradeço a Deus, por todas as bênçãos recebidas, à Nossa Senhora, pela proteção, e ao meu angélico São Domingos Sávio, por interceder por mim desde a infância.

*“Que multidão de dependências na vida, leitor!
Umam coisas nascem de outras, enroscam-se,
desatam-se, confundem-se, perdem-se, e o
tempo vai andando sem se perder a si”*

*Machado de Assis
Esau e Jacó*

MULHERES RUMO À DOCÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE NORMALISTAS EM OURO PRETO – MG (1871-1930)

Resumo

Esta Tese analisa a trajetória de 68 normalistas, buscando compreender como se deu a construção da docência para as moças que se formaram pela Escola Normal de Ouro Preto (ENOP), Minas Gerais, no período entre 1877 e 1889. O recorte temporal da pesquisa estende-se do ano de 1871, quando a ENOP é reinstaurada em sua terceira fase de funcionamento, até o ano de 1930, quando as últimas normalistas egressas no período estudado se aposentaram do magistério. O trabalho dialoga com as discussões sobre a história das mulheres e da feminização do magistério no Brasil, assim como os estudos sobre trajetórias de vida, sendo o conceito de gênero central na análise. Metodologicamente, fez-se uso da perspectiva da análise onomástica, no cruzamento de fontes diversas: registros produzidos no interior da ENOP, como atas, livros de matrícula, correspondências, atestados, avaliações, exames; documentos da administração pública, como livros de matrícula de professores/as, listas, correspondências e relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial; documentos cartoriais, como inventários, testamentos, e eclesiásticos, como registros de batismos, casamentos e óbitos. Foram consultados, ainda, jornais das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, assim como revistas e almanaques; a legislação educacional mineira e dados censitários. Ao analisar o tema a partir da perspectiva das trajetórias, esta pesquisa demonstra empiricamente e confirma alguns pressupostos do campo, redimensionando outros. Constatou-se que a ENOP, entre as décadas de 1870 e 1880, formou um grupo de normalistas diversificado, sendo a maioria natural da cidade de Ouro Preto e localidades próximas, e pertencentes aos estratos sociais médios ligados ao funcionalismo público mineiro. A quantidade de moças formadas foi maior que a de homens, sendo também maior a quantidade de matrículas delas que de rapazes ao longo do período estudado, demonstrando que o abandono dos homens pela profissão foi se dando antes de ingressar nela e não depois. Verificou-se que a maioria dos egressos e, sobretudo, das egressas atuaram na docência em pelo menos algum momento de suas vidas, sendo que entre as mulheres, esse índice foi de 93%. Observou-se, ainda, que estes/as normalistas lecionaram, predominantemente, no magistério público mineiro. Entre as distinções de gênero, destacam-se a maior e mais rápida ascensão na carreira para eles que para elas e uma relativa incidência de mulheres que conciliaram o matrimônio e a maternidade com o magistério. As egressas que alcançaram postos de destaque o fizeram após ao menos duas décadas de exercício da docência, já no contexto dos grupos escolares, quando se tornaram diretoras. Constatou-se, por fim, que essas normalistas enfrentaram uma série de lutas, desafios e resistências de diferentes ordens, em um contexto de transição da profissão, que deixava de ser composta quase que exclusivamente por homens, para ser assumida, majoritariamente, por mulheres.

Palavras-chave: Escola Normal; Mulheres; Trajetórias; Feminização do Magistério; Ouro Preto; Século XIX.

WOMEN TOWARDS TEACHING: NORMALIST TRAJECTORIES IN OURO PRETO – MG (1871-1930)

Abstract

This Thesis analyzes the trajectory of 68 normalists, seeking to understand how the construction of teaching took place for the girls who graduated by the Escola Normal de Ouro Preto (ENOP), Minas Gerais, in the period between 1877 and 1889. The time frame of the research extends from the year 1871, when ENOP is reinstated in its third phase of operation, until 1930, when the last normalists who graduated in the studied period retired from teaching. The work dialogues with discussions about the history of women and feminization of teaching in Brazil, as well as studies on life trajectories, the concept of gender being central to the analysis. Methodologically, the perspective of onomastic analysis was used, at the crossroads of several sources: records produced within ENOP, such as minutes, registration books, correspondence, certificates, assessments, exams; public administration documents, such as teacher registration books, lists, correspondence and reports of the presidents of the province of Minas Gerais in the Provincial Legislative Assembly; notarial documents such as inventories, wills, and ecclesiastical documents, such as baptism, marriage and death records. Also consulted were newspapers from the provinces of Minas Gerais, Rio de Janeiro and São Paulo, as well as magazines and almanacs; mining educational legislation and census data. Analyzing the theme from the perspective of trajectories, this research empirically demonstrates and confirms some assumptions of the field, resizing others. It was found that ENOP, between the 1870s and 1880s, formed a diverse group of normalists, the majority of whom were from the city of Ouro Preto and nearby locations, and belonging to the middle social strata linked to the civil service in Minas Gerais. The number of girls trained was greater than men, which accompanied the greater number of enrollments of them than boys over the period studied, demonstrating that the abandonment of men by the profession took place before joining it and not after. It was found that most graduates and, above all, graduates worked in teaching at least at some point in their lives, and among women, this rate was 93%. It was also observed that these students taught, predominantly, in public teaching in Minas Gerais. Among gender distinctions, the biggest and quickest career advancement for them stands out than for them and a relative incidence of women who reconciled marriage and motherhood with teaching. The graduates who reached prominent positions did so after at least two decades of teaching, already in the context of school groups, when they became principals. Finally, it was found that these normalists faced a series of struggles, challenges and resistances of different orders, in a context of transition of the profession, which stopped being composed almost exclusively by men, to be assumed mainly by women.

Keywords: Escola Normal; Women; Trajectories; Magisterium Feminization; Ouro Preto; XIX Century.

MUJERES RUMBO A LA DOCENCIA: TRAYECTORIAS DE NORMALISTAS EN OURO PRETO – MG (1871-1930)

Resumen

Esta Tesis analiza la trayectoria de 68 normalistas, buscando comprender cómo se dio la construcción de la docencia para las jóvenes mujeres egresadas de la Escuela Normal de Ouro Preto (ENOP), Minas Gerais, en el período entre 1877 y 1889. El recorte temporal de la investigación se inicia en el año 1871, cuando la ENOP fue restablecida en su tercera fase de funcionamiento, y se extiende hasta el año 1930, cuando las últimas normalistas egresadas del período estudiado se jubilaron del magisterio. El trabajo dialoga con las discusiones relacionadas a la historia de las mujeres y de la feminización del magisterio en Brasil, así como con los estudios sobre trayectorias de vida. Siendo así, el concepto de género resulta central en el análisis. En lo que respecta a lo metodológico, se hizo uso de la perspectiva de análisis onomástica entrecruzando diversas fuentes: registros producidos en la propia ENOP, como actas, libros de matrícula, correspondencias, certificados, evaluaciones, exámenes; documentos pertenecientes a la administración pública, como libros de matrícula de profesores/as, listas, correspondencias e informes de los presidentes de la provincia de Minas Gerais en la Asamblea Legislativa Provincial; documentos notariales como inventarios, testamentos, y eclesiásticos, como registros de bautismos, casamientos y óbitos. Fueron consultados, también, periódicos de las provincias de Minas Gerais, Río de Janeiro y São Paulo, junto con revistas y almanaques; la legislación educativa minera y datos censales. Al analizar el tema a partir de la perspectiva de las trayectorias, esta investigación demuestra y comprueba empíricamente algunos presupuestos del campo, al mismo tiempo que redimensiona otros. Fue posible constatar que la ENOP, entre las décadas de 1870 y 1880, formó un grupo de normalistas diversificado, siendo la mayoría natural de Ouro Preto y de localidades próximas, y perteneciente a los extractos sociales medios, asociados al funcionalismo público de Minas Gerais. La cantidad de jóvenes mujeres egresadas fue mayor que la de hombres, así como también fue mayor la cantidad de matrículas femeninas que las masculinas durante el período estudiado, demostrando que el abandono de la profesión por parte de los hombres se fue dando antes de ingresar a la misma y no después. Se verificó que la mayoría de los egresados y, sobre todo de las egresadas, trabajaron en la docencia en algún momento de sus vidas, con un índice del 93% entre las mujeres. Además, se observó que estos/as normalistas ejercieron predominantemente en el magisterio público de Minas Gerais. Entre las distinciones de género se destacan la mayor y más rápida ascensión en la carrera para ellos que para ellas y una incidencia relativa de mujeres que conciliaron el matrimonio y la maternidad con el magisterio. Las egresadas que alcanzaron puestos destacados lo hicieron después de al menos dos décadas de ejercicio de la docencia, ya en el contexto de los llamados *grupos escolares*, llegando a ser directoras. Se constató, finalmente, que esas normalistas enfrentaron un conjunto de luchas, desafíos y resistencias de diferente orden en un contexto de transición de la profesión, que dejaba de estar compuesta casi exclusivamente por hombres para ser asumida mayoritariamente por mujeres.

Palabras clave: Escuela Normal; Mujeres; Trayectorias; Feminización del Magisterio; Ouro Preto; Siglo XIX.

LISTA DE ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

CECO – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro

ENOP – Escola Normal de Ouro Preto

IP – Instrução Pública

MG – Minas Gerais

SI – Secretaria do Interior

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Corpo Docente da Escola Normal de Uberaba (1889)	62
FIGURA 2 - Edifício em que funcionava a Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880 (Freguesia de Antônio Dias)	72
FIGURA 3 - Mercado de Ouro Preto e Igreja de São Francisco de Assis na década de 1880 .	74
FIGURA 4 - Anúncio de aulas de primeiras letras em Ouro Preto (1886)	82
FIGURA 5 - Primeira página do terceiro número do Jornal União Postal (1887)	91
FIGURA 6 - Modelo do uniforme feminino da Escola Normal de Juiz de Fora (1895)	98
FIGURA 7 - Foto de Idalina Horta Galvão (sem data)	131
FIGURA 8 - Nota sobre a inauguração do Grupo Escolar “Pacífico Vieira” (1914)	219
FIGURA 9 - Foto contendo o diretor, professores/as (incluindo Idalina Horta Galvão) e alunos/as do Grupo Escolar de São João del-Rei (1909)	221

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICO 1 - Tempo de permanência no curso da ENOP (homens)	106
GRÁFICO 2 - Tempo de permanência no curso da ENOP (mulheres)	107
GRÁFICO 3 - Naturalidade dos/as alunos/as formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889 ...	113
GRÁFICO 4 - Atuação na docência dos alunos (homens e mulheres) formados pela ENOP entre 1877 e 1889.....	143
GRÁFICO 5 - Atuação na docência das estudantes do sexo feminino formadas pela ENOP entre 1877 e 1889.....	146
GRÁFICO 6 - Atuação na docência dos estudantes do sexo masculino formados pela ENOP entre 1877 e 1889.....	147
GRÁFICO 7 - Atuação profissional dos alunos do sexo masculino formados pela ENOP entre 1877 e 1889.....	181
QUADRO 1 - Irmãos e irmãs formados/as pela Escola Normal de Ouro Preto entre 1877 e 1889.....	92
TABELA 1 - Alunos/as matriculados/as no 1º ano da Escola Normal de Ouro Preto (1877-1888/1889)	53
TABELA 2 - Alunos/as matriculados/as no 2º ano da Escola Normal de Ouro Preto (1877-1888/1889)	53
TABELA 3 - Alunos/as matriculados/as no 3º ano da Escola Normal de Ouro Preto (1884-1888/1889)	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Apresentação e Objetivos	17
Justificativa e Revisão de Literatura	22
Referencial Teórico.....	28
Metodologia e Fontes.....	33
Organização dos capítulos	40
CAPÍTULO 1	42
A Escola Normal de Ouro Preto e a chegada das mulheres	42
1.1. As portas se abrem para elas.....	42
1.2. Elas se tornam a maioria	50
1.3. E as docentes da Escola Normal?	57
1.4. Elas chegam, mudanças ocorrem.....	63
1.5. Elas e a localização espacial da Escola.....	69
CAPÍTULO 2	78
Um grupo diversificado: características gerais dos/as normalistas	78
2.1. Um curso voltado para a mocidade.....	78
2.2. Seguindo os passos da irmã....	90
2.3. Algumas vezes longo, outras não: o tempo de permanência no curso normal	95
2.4. Vindos/as de longe ou de perto.....	108
2.5. Filhos/as naturais, legítimos/as e orfandade	121
CAPÍTULO 3	133
Uma vez normalista, sempre normalista? Caminhos percorridos após a passagem pela Escola Normal	133
3.1. Unidos/as pela Escola Normal: o impacto da passagem pelo curso nas trajetórias pessoais e profissionais dos/as estudantes.....	133
3.2. Ser ou não ser docente?	140
3.3. Tal pai, tal filho/a?	151
3.4. Na alegria e na tristeza, matrimônio e/ou docência	167
3.5. Alguns caminhos são mais fáceis que outros?.....	177
CAPÍTULO 4	185
De alunas a mestras: as normalistas e o magistério primário	185

4.1. Afeto, paciência e brandura: a defesa da mulher como a mais propensa ao ensino da mocidade	185
4.2. Nem tudo são flores... ..	193
4.3. Elas ensinando a eles	202
4.4. Quebrando barreiras, rompendo fronteiras: movimentação espacial das normalistas por Minas Gerais	210
4.5. Elas assumem a direção	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	230
FONTES	230
BIBLIOGRAFIA	244
ANEXOS	257

INTRODUÇÃO

Apresentação e Objetivos

A piedade e o entusiasmo com que as mulheres concorrem á propaganda da educação primária, a constancia no trabalho, e o affecto que sabem incutir ás sensibilidades insolentes, fazem d'ellas as heroínas do apostolado, que vão iniciar na provincia as distinctas alumnas-mestras da Escola Normal.¹

Este trecho foi extraído do pronunciamento do professor da Escola Normal de Ouro Preto (ENOP)² Camillo de Britto, em uma cerimônia realizada nas dependências da instituição, que foi noticiada pelo jornal ouro-pretano *Diário de Minas*, em edição de 20 de dezembro de 1873. A celebração tinha como finalidade principal premiar o bom desempenho das alunas das escolas primárias e normalistas, que estudavam na então capital de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto³. Em seu discurso, o professor defendia a ideia de que a mulher seria a mais propensa para a docência no ensino primário, dando ao seu trabalho um caráter apostólico. Camillo de Britto fazia referência, de maneira mais direta, às moças que estudavam no curso normal de Ouro Preto, ou seja, às suas alunas. As normalistas premiadas na referida cerimônia, compunham o primeiro grupo de estudantes do sexo feminino a ingressarem na instituição, em sua terceira fase de funcionamento.

A ENOP foi criada por meio do artigo 7º da Lei nº 13, no dia 28 de março de 1835, sendo a primeira instituição dessa natureza criada na então província de Minas Gerais.⁴ Entretanto, seu funcionamento foi marcado por períodos descontínuos de atividade: efetivamente estabelecida em 1840 – cinco anos após a sua criação legal –, foi fechada dois anos depois e reaberta em 1847, a partir da Lei nº 311, de 8 de abril de 1846. Em 1852, foi

¹ Diário de Minas, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1873.

² Ao longo da Tese, ao se referir à Escola Normal de Ouro Preto, será utilizada a abreviatura “ENOP”.

³ Ouro Preto foi a capital de Minas Gerais até o ano de 1897. Após esse período, a capital mineira foi transferida para a recém-criada cidade de Belo Horizonte, em 12 de dezembro daquele ano.

⁴ A Escola Normal de Ouro Preto vem sendo objeto de estudos da autora da Tese há alguns anos. Em um primeiro momento, com a investigação sobre a trajetória da instituição no contexto da Primeira República no Brasil (1889-1929), dando origem ao Trabalho de Conclusão de Curso em História intitulado “A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição, Sujeitos e Formação Docente (1889-1929)”, orientado pelo prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino e defendido pela Universidade Federal de Ouro Preto no ano de 2014. Depois disso, foi realizado um estudo sobre a referida Escola Normal no contexto do Império brasileiro (1835-1889), que resultou na Dissertação de Mestrado em Educação intitulada “A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição e Formação Docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889)”, orientada pelo Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino e defendida pela Universidade Federal de Ouro Preto no ano de 2016.

novamente fechada, retornando à atividade somente em 1872. Foi com a Lei nº 1.769 de 1871 que a reabertura da ENOP tornou-se definitiva no contexto do século XIX.⁵

Dessa forma, em 1872 foi reinstalada a ENOP, dando início à sua terceira fase de funcionamento. Como apontam Gouvêa e Rosa (2000), a partir desse momento, a instituição passou por uma série de mudanças, entre elas, a inserção cada vez maior das mulheres no seu corpo discente, uma vez que em suas duas primeiras fases, ela recebeu quase que exclusivamente estudantes do sexo masculino.

Entretanto, a inserção feminina no corpo discente da ENOP não se apresentou como evento isolado, pois esse fenômeno também vinha acontecendo em outras partes do Brasil. A década de 1870 presenciou o reflorescimento dos cursos normais brasileiros e com eles, o ingresso da mulher como normalista. No caso da Escola Normal da Corte, por exemplo, Hahner (2011) chama atenção para o fato de que a percentagem de alunas crescia rapidamente nos anos finais do Império. Do mesmo modo, Campos (2002) salienta que, na década de 1880, a entrada de rapazes e moças na Escola Normal de São Paulo vinha equiparando-se, sendo que, em alguns anos, o contingente feminino de ingresso era maior que o masculino.

Todavia, é importante pontuar que a feminização discente nos cursos normais vinha se manifestando também no magistério primário, de maneira geral, nas últimas décadas do Império. Conforme afirma Villela (2011), em um espaço de cinco décadas, uma profissão que era majoritariamente masculina passava a se tornar primordialmente feminina. De acordo com Vianna (2002), nas principais províncias brasileiras, a presença das mulheres na docência primária ganhava destaque nos últimos anos do período imperial. Já no contexto mineiro, Faria Filho e Macedo (2004) apontam que há, em finais do século XIX, um vertiginoso crescimento da presença de mulheres no magistério. Conforme os autores, elas iriam compor, nos anos de 1880, quase metade do professorado das primeiras letras atuantes em Minas Gerais.

No que tange às escolas normais mineiras, a partir da Lei nº 1.769 de 1871, além do restabelecimento da de Ouro Preto, ficou estipulada a criação de até outras duas.⁶ Com a nova legislação, previa-se o ingresso de alunos de ambos os sexos nessas instituições, em lições alternadas. Porém, como salienta Chamon (2006), desde os seus primeiros anos, essas escolas atraíam um maior número de moças do que de rapazes. Do mesmo modo, Durães (2002) aponta que, com pequenas variações de uma instituição para a outra, os anos 1870 já evidenciam a

⁵ No início do século XX, especificamente no ano de 1905, a ENOP fechou as suas portas pela terceira vez desde a sua criação. A Escola foi suspensa em cumprimento da Lei nº 395, de 23 de dezembro de 1904, que dizia respeito à suspensão temporária das escolas normais de todo o estado de Minas Gerais.

⁶ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 1769, de 4 de abril de 1871. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

transição de uma escola normal destinada ao público masculino para uma destinada ao feminino em Minas Gerais, modificação esta que veio a se consolidar já na década de 1880.

No caso específico da ENOP, observou-se, a partir de uma pesquisa preliminar (que se valeu dos livros de matrícula da instituição entre 1877 e 1889), que o ingresso de estudantes do sexo feminino no primeiro ano do curso foi superior ao do sexo masculino nesse período, excetuando-se somente o ano de 1881. Pela análise dos registros, observou-se também que, dos/as alunos/as ingressantes, matricularam-se no último ano do curso, no recorte supracitado, 67 mulheres e apenas 17 homens⁷; deste contingente, formaram-se 68 estudantes, sendo 54 moças e 14 rapazes. Assim, seguindo a tendência observada em outras instituições da mesma natureza no país no período, as décadas de 1870 e 1880 se apresentam como decisivas para a feminização do corpo discente da Escola.

Tendo em vista esses apontamentos, esta Tese de Doutorado estabelece como objetivo principal compreender, a partir da análise da trajetória de normalistas, como se deu a construção da docência para as alunas formadas pela ENOP em meio ao processo de feminização do corpo discente da instituição, notadamente nas décadas de 1870 e 1880.

Nesse sentido, é importante frisar que, mesmo que o foco principal da pesquisa seja a análise das mulheres normalistas, são trazidas também, de maneira complementar, as trajetórias dos alunos do sexo masculino que concluíram o curso normal no recorte supracitado. A análise dos homens possui como finalidade auxiliar na compreensão das trajetórias femininas, uma vez que permite elucidar as relações de gênero existentes dentro da Escola, e as diferenças percebidas entre eles e elas, antes e depois da passagem pela instituição.

De acordo com Louro (2004), nos anos finais do século XIX, a mulher passou a ingressar nas escolas normais brasileiras e a ocupar o magistério primário por duas razões principais: ou por necessidade financeira, ou para ampliar seu universo intelectual, tão restrito àquela época. Conforme a autora, o ingresso nos cursos normais era uma das únicas vias possíveis e bem-vistas socialmente para a inserção da mulher na esfera pública no período. Além disso, o ofício docente era tido, muitas vezes, como de caráter transitório, ou seja, ele seria exercido até o casamento, em que as mulheres passariam a realizar a sua “maior” função: a de serem mães e esposas. O magistério seria aceitável, ainda, para aquelas que fossem sozinhas, “solteironas” ou viúvas.

⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883 / Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

A partir dessas constatações, cabe indagar, no caso específico das alunas formadas pela ENOP nos anos finais do Império: que caminhos percorreram após a sua formação? Atuaram ou não na profissão docente depois de obterem o título de normalistas? Essa atuação foi de caráter transitório até o casamento e/ou a maternidade? As origens familiares (ou perfil das famílias) das estudantes têm alguma relação com essas trajetórias?

É importante destacar, porém, que, apesar da entrada das mulheres nas escolas normais e no magistério primário de maneira geral, os homens não deixaram de imediato a profissão docente. Como apontam Gondra e Schueler (2008), a presença de indivíduos do sexo masculino na docência primária fez-se marcante até as primeiras décadas do século XX. Além disso, Hahner (2010) chama atenção para o fato de que, apesar de muitos homens terem deixado as salas de aula, eles se mantiveram no poder sobre o ensino. Assim, muitas vezes, a permanência dos professores do sexo masculino nas salas de aula era curta, uma vez que, rapidamente, eram promovidos a cargos superiores, mantendo, desse modo, o controle da profissão (DEMARTINI; ANTUNES, 2002). Em contrapartida, Tambara (1998), ao se referir ao caso do Rio Grande do Sul, afirma que muitos dos homens normalistas não chegavam a assumir a docência, mas que, ainda assim, ingressavam nos cursos normais para conquistarem uma instrução diferenciada.

Dessa maneira, e por essas razões, na presente investigação, também se questiona, no que diz respeito aos estudantes do sexo masculino formados pela ENOP nas décadas de 1870 e 1880: atuaram ou não no magistério primário após o término do curso? Assumiram outras profissões? Caso tenham se mantido no campo da instrução, permaneceram no ensino primário, ou assumiam outras funções e cargos? O perfil das famílias teria alguma correlação com essas trajetórias?

De acordo com Vidal e Carvalho (2001), não é só a inserção das mulheres na docência primária que auxilia no processo de feminização do magistério, mas, também, as novas características atribuídas à profissão. Igualmente, como sinaliza Louro (2004), nos anos finais do século XIX, qualidades consideradas tipicamente femininas passaram a ser relacionadas com o ofício, como: paciência, afetividade, amor e doação.

É relevante pontuar, todavia, que a feminização tanto na formação quanto na profissão docente não aconteceu de maneira totalmente tranquila e sem resistências, sendo esse processo transpassado por uma série de discussões e polêmicas. De acordo com Freire (2011), havia a ideia, amplamente difundida na época, de que o trabalho da mulher fora do espaço doméstico poderia destruir a família. Além disso, como assinala Louro (1997), questionavam-se, nesse período, a capacidade intelectual e a autonomia femininas para a realização do ofício.

Nesse sentido, surgem novas questões: como ocorreu o processo de feminização do corpo discente da ENOP? Houve conflitos em meio a essa transição? Como foi a inserção das normalistas de Ouro Preto no magistério primário para ambos os sexos, em um contexto em que emergia o debate sobre a coeducação no país?

Esses são os questionamentos que norteiam a presente pesquisa. A partir deles, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar as origens familiares e sociais dos/as estudantes que concluíram o curso da ENOP entre os anos de 1877 e 1889; traçar o perfil desses/as normalistas no período em que estavam no curso de formação; analisar seus percursos pessoais e profissionais após obterem o título de normalistas; entender como se deu o processo de feminização do corpo discente da instituição; investigar a inserção na docência primária das alunas formadas pela ENOP, em meio ao processo de expansão da coeducação entre os sexos.

Por fim, faz-se importante explicar (com mais detalhes) quais são os recortes temporais privilegiados nessa investigação, as razões pelas quais eles foram escolhidos, e quem são, especificamente, os sujeitos estudados. Assim, no que diz respeito à discussão acerca do processo de feminização do corpo discente da ENOP e seus impactos, foram analisados os anos que vão desde a emergência de sua terceira fase de funcionamento, em 1871, até o final do regime imperial brasileiro, em 1889. Esse período apresenta-se como central para a pesquisa, uma vez que é nele que se presenciam a saída gradual dos homens e a hegemonia cada vez mais evidente das mulheres no corpo discente da instituição.

Já no que tange aos sujeitos analisados, são traçadas as trajetórias dos/as normalistas que se formaram entre os anos de 1877 e 1889. Isso porque, no âmbito do estudo, só foram localizados os livros de matrícula da ENOP correspondentes aos anos que vão de 1877 em diante, não sendo possível, portanto, identificar claramente quantos/as e quais alunos/as estudaram na instituição entre 1872 e 1876. Apesar disso, em caráter excepcional, são trazidos aspectos da trajetória profissional de uma estudante que concluiu o curso normal antes desse recorte, sendo ela Maria José Fiuza da Rocha⁸. Optou-se por abordar a trajetória da normalista devido à sua importância para a ENOP (como aluna e professora), e também por ela fazer parte do primeiro grupo de mulheres a formar-se pela instituição, em sua terceira fase de funcionamento. Dessa forma, este trabalho propõe-se a analisar os 68 indivíduos formados pela instituição entre 1877 e 1889 (54 mulheres e 14 homens), mais a trajetória de Maria Fiuza, totalizando, assim, 69 sujeitos.

⁸ A trajetória de Maria Fiuza será apresentada no capítulo 1 da Tese.

Contudo, ao elegerem-se os recortes temporais da investigação, como um todo, optou-se por considerar um período mais amplo, uma vez que, ao longo dos capítulos, são abordadas questões acerca da ENOP desde o início de sua terceira fase, em 1871, até o período em que as últimas normalistas aqui investigadas concluíram a sua carreira no magistério mineiro e se aposentaram, por volta dos anos 1930. Nesse sentido, é basicamente nesse recorte temporal que se desenvolve a maior parte das trajetórias aqui estudadas, ou seja, entre 1871 e 1930. Entretanto, eventualmente, ao longo do trabalho, outros períodos históricos são citados, principalmente ao se discutirem as origens familiares dos/as estudantes e os caminhos percorridos por eles e elas até o fim de suas vidas. Desse modo, de maneira mais ampla, no decorrer da investigação, são referenciados contextos temporais que vão desde meados do século XIX até a primeira metade do século XX.

Justificativa e Revisão de Literatura

Esta Tese de Doutorado baseia-se em trabalhos que discorrem sobre a história das mulheres, gênero e educação, e o processo de feminização do magistério no Brasil. De acordo com Rosemberg e Amado (1992), no início dos anos 1990, existia considerável distanciamento entre educação e relações de gênero nos estudos acadêmicos. Almeida (1996) vê nisso uma contradição, uma vez que este é um campo em que as mulheres atuam de maneira sistemática desde os anos finais do século XIX. Para Vianna (2002), uma das consequências da ausência de estudos sobre a mulher, e acerca da articulação entre gênero e educação, foi a difusão da concepção de que a escola era uma esfera política perpassada somente por diferenças de classe “[...] desconsiderando outras diversidades, outras dimensões tais como gênero, geração e etnia” (VIANNA, 2002, p. 52).

De maneira semelhante, como aponta Lopes (2011), fez-se, por muito tempo, com raras exceções, uma história assexuada e pretensamente neutra. Igualmente, Almeida (1998) relembra que, no campo da história da educação, há considerável número de estudos que baseia suas análises pela ótica universal, mesmo com a evidência de que o magistério primário, há mais de um século, é composto, majoritariamente, por indivíduos do sexo feminino.

Ao longo da década de 1990, porém, investigações articulando relações de gênero e educação foram produzidas em maior número no Brasil. Em trabalho realizado acerca do estado da arte da produção sobre História da Educação após 1985, Bittar (2006) aponta a presença de estudos sobre o tema nos principais eventos educacionais brasileiros nos últimos anos. Da mesma forma, ao realizar um balanço dos 30 anos do Grupo de Trabalho de História da

Educação da ANPED, Buffa (2015) informa que, em síntese, de 2005 até 2013, a feminização do magistério no Brasil figura como um dos temas mais frequentes dos trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Associação.

Soihet e Pedro (2007) também pontuam que, com o tempo, o campo ficou mais definido, mas alertam que ainda é necessário esforço por parte dos pesquisadores na busca da sua legitimação acadêmica. Ao mesmo tempo, Chamon (2005) reforça que no Brasil, ainda hoje são insuficientes os estudos na área, mesmo levando em consideração que o percentual de professoras na escola elementar esteja próximo a 100%. Conforme a autora, a importância das relações de gênero para as pesquisas educacionais é evidente, já que:

A compreensão dessas relações possibilita o avanço do conhecimento do processo educativo ao considerarmos que a integração destas duas vertentes do conhecimento – educação e gênero – poderá apresentar consequências positivas para a atuação profissional da mulher. (CHAMON, 2005, p. 18).

Já Almeida (1998) argumenta que trazer à tona a temática da presença quase que exclusiva de mulheres no magistério primário, se apresenta como uma maneira de tirar da obscuridade aquelas que se dedicam a essa profissão desde fins do século XIX “[...] apesar das notórias dificuldades enfrentadas por elas, como mulheres e como profissionais” (ALMEIDA, 1998, p. 26).

Por sua vez, Vidal e Carvalho (2001) afirmam que a modificação na composição sexual do magistério primário entre meados do século XIX e início do século XX é um evento importante e já bastante documentado. Todavia, segundo as autoras, “A discussão das explicações para esta mudança constitui ainda um dos núcleos de debate no campo da educação e das relações de gênero, um debate em que se procura desvendar as complexas articulações dessa mudança [...]” (VIDAL; CARVALHO, 2001, p. 212).

Atualmente, verifica-se uma ampla produção acadêmica sobre o tema da feminização do magistério no Brasil, bem como acerca do processo de feminização das escolas normais do país, sobretudo entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX. Esses trabalhos vêm sendo produzidos, de maneira geral, nas áreas da História, Sociologia e Educação, e, de maneira mais particular, no campo da História da Educação. Trata-se de um conjunto heterogêneo de trabalhos, alguns possuindo caráter ensaístico⁹, outros de revisão de literatura,

⁹ Entre os estudos dessa natureza, é possível destacar o de Louro (2004), que associa a feminização do magistério a uma série de questões, especialmente aos processos de modernização, urbanização e industrialização da sociedade brasileira; e o de Hypolito (1997), que apresenta explicações mais estruturalistas, valendo-se da análise

enquanto os mais recentemente publicados são, em sua maioria, baseados em pesquisas documentais.¹⁰ Nesse conjunto de trabalhos, entre artigos, livros, teses e dissertações, os diferentes enfoques resultam em várias explicações para o processo de feminização do magistério, alguns deles complementares entre si. Entre esses argumentos, serão apresentados, brevemente, alguns dos que dialogam mais diretamente com a presente Tese.

No que tange ao ingresso das mulheres no magistério primário, uma das justificativas principais é a ampliação da escolarização no Brasil no final do século XIX, inclusive a feminina. Nas décadas finais do oitocentos, o que se observa é uma acelerada expansão da educação primária no país. Assim, de acordo com Vianna (2001), a expansão da docência feminina primária acompanha a ampliação do ensino público elementar no Brasil.

Outro fator comumente associado à feminização docente é a emergência, também nos anos finais do século XIX, da coeducação entre os sexos. Conforme os trabalhos de Hahner (2010) e Castanha (2015), a coeducação, juntamente com outros fatores, desempenhou papel importante na feminização da formação e profissão docente primária no país, uma vez que as mulheres poderiam, a partir de então, ser responsáveis pelas escolas primárias femininas, mistas e, dependendo da idade dos alunos, masculinas.

Nos estudos acerca da temática, também são recorrentes as referências às novas características atribuídas à profissão do magistério, sendo essas consideradas tipicamente femininas no período, como: paciência, afetividade e doação. Essas características, como enfatiza Oliveira (2000), estão em sintonia com algumas tradições religiosas, reforçando a ideia da docência mais como sacerdócio e missão do que como profissão. Nesse sentido, a mulher emerge como a grande regeneradora social, responsável pela instrução das novas gerações (VILLELA, 2011). Logo, os discursos sobre a vocação natural feminina para o magistério multiplicam-se. Nos anos finais do Império, é crescente a exaltação da mulher como a mais propensa ao trato com as crianças e, por conseguinte, ao trabalho docente primário, que seria a continuidade da maternidade (DURÃES, 2002).

Outro ponto trazido pelos autores da área diz respeito aos baixos salários das mestras. Como afirma Hypólito (1997), por não ser considerada a chefe da família, elas poderiam receber uma gratificação financeira menor, secundária e complementar. Da mesma maneira, a ideia da inclinação natural da mulher para o magistério primário também poderia justificar os seus

das relações de classes e de gênero, e relacionando o fenômeno de feminização do magistério à consolidação do capitalismo e à consequente abertura de novos postos de trabalho para os homens.

¹⁰ A esse respeito, é importante frisar que o acesso ao universo de fontes referentes ao tema tem-se ampliado nos últimos anos se comparado as décadas anteriores, o que ajuda a justificar a maior presença de pesquisas empíricas nos trabalhos mais recentes.

baixos salários. Porém, Muniz (2003) relembra que, apesar de o discurso sobre a vocação feminina para o trabalho docente estimular os seus baixos salários, ele também se fazia conveniente para as mulheres, pois lhes conferia a legitimidade social de que necessitavam para a realização do ofício.

Os estudos que apontam a permanência masculina no magistério indicam que os que continuavam na profissão ascendiam nela rapidamente (DEMARTINI; ANTUNES, 2002). Assim, é recorrente na literatura a constatação de que os homens deixaram progressivamente as salas de aula, mas que não deixaram os cargos de poder e de controle do sistema educacional.¹¹ Ou seja, as mulheres poderiam lecionar, mas com a devida vigilância masculina (ALMEIDA, 1998).

As necessidades econômicas também são constantemente afirmadas como motivações para a atuação das mulheres no magistério.¹² De acordo com Almeida (1998), além da necessidade financeira de trabalhar, o magistério possibilitaria a realização social, sendo uma das únicas áreas de atuação profissional autorizada para as mulheres, no período estudado, uma vez que nela seria possível, quando necessário e desejado, a conciliação com as atividades familiares e domésticas. Nesse sentido, alguns estudos afirmam o magistério como possibilidade de autonomia e certa liberdade às mulheres, além do exercício de uma atividade intelectual socialmente aceita.¹³ Há trabalhos, ainda, que enfatizam as lutas femininas (mais diretas ou sutis) para o acesso à profissão.¹⁴

Em relação ao papel das escolas normais no processo de feminização do magistério, os trabalhos apontam diferentes posições: para Bonato (2002), no Rio de Janeiro, e Tambara (1998), no Rio Grande do Sul, essas instituições teriam auxiliado no impulso e na intensificação do processo. Já em Minas Gerais, por sua vez, a feminização do magistério parece ter se dado independentemente do estabelecimento dessas escolas (FARIA FILHO *et al.*, 2005).

Por fim, no que tange especificamente ao processo de feminização do corpo docente das escolas normais no país, também são muitas as justificativas apresentadas para essa transição nos trabalhos da área. A primeira delas, como já apontado, é a questão financeira. Como salienta Hahner (2010), em meados do século XIX, eram poucos os empregos aceitáveis

¹¹ HAHNER (2013), NOGUEIRA; SCHELBAUER (2007), VIANNA (2001), DEMARTINI; ANTUNES (2002), ALMEIDA (1998).

¹² UEKANE (2010), HAHNER (2003, 2010), ALMEIDA (1996, 1998), MUNIZ (1998), LOURO (1987), FREITAS (2002).

¹³ LOURO (1987), MUNIZ (2003), ALMEIDA (1998).

¹⁴ SILVA (2002), MUNIZ (1998), HYPÓLITO (1997).

fora do magistério para as mulheres. Assim, as escolas normais poderiam fornecer a oportunidade para que as moças sem recursos se habilitassem em um ofício considerado digno.

Outra justificativa apresentada para o ingresso das mulheres nas escolas normais seria a ampliação do seu nível de escolaridade. Demartini e Antunes (2002) apontam que o curso normal passou a representar uma das poucas oportunidades para o prosseguimento dos estudos para as moças, para além do ensino primário. Do mesmo modo, como relembra Freire (2011) o curso normal constituía-se a etapa final da escolaridade feminina. Então, as escolas normais, além de fornecerem a habilitação em uma profissão, também poderiam ampliar o universo intelectual das jovens, tão restrito àquela época.

Portanto, além de fornecer uma formação profissional e intelectual para as mulheres, os cursos normais também as habilitariam, como pontua Silva (2002), para o casamento, formando-as para serem boas mães e donas de casa prendadas. Dessa maneira, especialmente no que diz respeito às jovens de classes mais abastadas, a autora afirma que muitas nem chegavam a exercerem o ofício docente. Já Freire (2011) assinala que outras, porém, exerciam-no em caráter transitório, até o casamento, ou permaneciam nele por serem sozinhas, solteiras ou viúvas. Em contrapartida, Hahner (2010) constatou que o magistério feminino no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, não serviu somente como ofício intermediário até o casamento, tendo a autora encontrado registros de que mulheres casadas também lecionavam.

Para mais, salienta-se aqui que esses são só alguns dos estudos produzidos sobre o tema no Brasil nas últimas décadas. Como já mencionado anteriormente, por ser uma temática vastamente explorada ao longo dos anos, não foi possível, devido aos limites de uma Tese, trazer para a discussão todos esses trabalhos. Contudo, em linhas gerais, a literatura acerca do assunto indica que as principais razões apontadas para a emergência da feminização da formação e da profissão docente no Brasil, entre as décadas finais do século XIX e início do XX, são: a ampliação da escolarização primária no Brasil, a emergência da coeducação dos sexos, as novas características atribuídas à profissão, as remodelações nas relações de trabalho, a saída dos homens da profissão, as necessidades financeiras das mulheres e as lutas femininas por autonomia e independência.

Observou-se, dessa forma, que uma série de fatores complexos e interligados são apresentados como justificativas para que o magistério se tornasse quase que exclusivamente um ofício feminino no país. Percebeu-se, porém, que as principais explicações para este fenômeno, com pequenas variações, se repetem nos textos produzidos na área e são, como pontuam Faria Filho *et al.* (2005), quase sempre mais afirmadas do que demonstradas empiricamente. Em outras palavras, ainda que, em muitos desses e outros trabalhos que

tematizam o fenômeno haja a presença de pesquisa documental, as explicações para o processo de feminização do magistério, muitas vezes, acabam incidindo em elaborações teóricas pré-existentes e/ou importadas de outros países, sobretudo europeus e norte-americanos.

Tendo em vista essas questões, esta pesquisa de Doutorado propõe-se a contribuir para o debate dos estudos da área, trazendo como característica principal a investigação das trajetórias de vida dos/as normalistas investigados/as não só no período em que estes/as estiveram na ENOP, mas também suas origens e seus percursos antes e depois do ingresso na instituição. Além disso, a partir do estudo do processo de feminização do corpo discente dessa Escola, tem-se em vista a compreensão de alguns dos elementos que perpassaram e que influenciaram esta transição.

Como mencionado anteriormente, neste trabalho, também são estudadas as trajetórias dos homens que compunham o corpo discente da ENOP no recorte estudado. Como aponta Lopes (2011), ao utilizar a categoria de gênero, supõe-se que se investigue, além das mulheres, também os indivíduos do sexo masculino, em suas relações, já que “[...] um gênero se constitui culturalmente em sua relação com o seu outro, em sua presença ou em ausência.” (LOPES, 2011, p. 145-146).

De acordo com Nascimento (2011), as pesquisas brasileiras sobre a presença das mulheres na docência primária vêm dando pouco espaço para a participação dos homens no ofício, o que teria auxiliado na cristalização da naturalização da presença feminina no magistério. Do mesmo modo, conforme afirmam Faria Filho *et al.* (2005), a partir de uma revisão bibliográfica da produção acerca dos processos de feminização do magistério no país, são escassos os trabalhos que possuem como foco a presença masculina na docência primária. Assim, para os autores, é necessário que se “[...] incorporem decisivamente o sujeito masculino e a questão da masculinidade no âmbito dos estudos das relações de gênero na história da educação e, mais especificamente, no magistério.” (FARIA FILHO *et al.*, 2005, p. 82). Já para Zica (2015), analisar a historicidade masculina faz-se importante, entre outras razões “[...] para o desmonte de três vieses que têm marcado negativamente a vida de muitos homens: idealização; silêncio; e simplificação” (ZICA, 2015, p. 18).

Por fim, é importante pontuar que, apesar de a ENOP (em suas mais diferentes fases) ter sido objeto de análise de uma série de estudos de grande qualidade¹⁵, ainda não há investigações que versam especificamente sobre as relações de gênero no âmbito da instituição no recorte temporal aqui proposto, nem que possuem como foco as trajetórias pessoais e

¹⁵ Sobre os estudos realizados sobre a ENOP, é possível destacar: ROSA (2001), GOUVÊA; ROSA (2000), ANUNCIACÃO (2011), MARTINS (2010), entre outros.

profissionais dos/as estudantes formados/as pela instituição, antes e depois de passarem por ela. Logo, esta pesquisa tem por finalidade a contribuição para os estudos nos campos da história das mulheres e da feminização da formação e da profissão docente em âmbito regional e nacional, valendo-se do corpo discente egresso da ENOP como foco de análise.

Referencial Teórico

De acordo com Perrot (1988), nas últimas décadas do século XX, observa-se um esforço por parte dos historiadores em mostrar a presença real da mulher na história. Dessa forma, é a partir da década de 1960, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e da década seguinte, na França, que surge a chamada “história das mulheres”. Para Perrot (2007), diferentes fatores científicos, sociológicos e políticos interligados (como o movimento feminista, por exemplo) concorrem para a emergência da mulher como objeto de estudo nas ciências humanas nesse período.

Assim sendo, o surgimento da história das mulheres dá-se ao mesmo tempo em que se presencia uma ampliação temática nos estudos históricos, em que são incluídos novos sujeitos e práticas até então negligenciados pela historiografia tradicional. Como salienta Rago (1998), incorporam-se, assim, os sujeitos femininos nos estudos históricos, iniciando-se com estudos a respeito das trabalhadoras operárias e militantes para depois dar espaço a outros grupos de mulheres, como: prostitutas, parteiras, freiras, professoras, entre outros.

A incorporação das mulheres aos estudos históricos enuncia uma profunda transformação no campo, uma vez que elas passam a ser entendidas como agentes históricos, ou seja, sujeitos que possuem historicidade (PERROT, 1995). A partir dessa constatação, muitas outras leituras e interpretações do passado passam a ser possíveis (FLECHA GARCÍA, 2004).

Todavia, essa incorporação não se deu de maneira totalmente tranquila. Como relembra Gonçalves (2006), os que pretendiam escrever uma história das mulheres eram acusados de narrarem uma história parcial, privilegiando somente um dos lados. Contudo, como esclarece a autora, a “História da Humanidade” produzida até então também não possuía a imparcialidade declarada, visto que deixava de lado pelo menos a metade da humanidade, que são as mulheres.

De maneira semelhante, Scott (1992) enfatiza que a emergência da história das mulheres traz mudanças nas bases tradicionais do campo historiográfico, na medida em que desafia a narrativa histórica até então predominante, tida como neutra e universal, mas que, na realidade, excluía ou abordava, de maneira parcial e estigmatizada, as mulheres. Então, a autora

argumenta que não seria possível a simples incorporação das mulheres à história tida como universal, sem que fosse realizada uma remodelação fundamental dos seus termos, padrões e suposições.

Dessa forma, o entendimento das mulheres enquanto sujeitos históricos, presenciado nas décadas finais do século XX, evidenciava a necessidade da introdução de novos conceitos e categorias analíticas que pudessem dar conta de responder aos novos questionamentos e problemas teóricos estabelecidos que, até então, não haviam sido abordados pela historiografia tradicional (RAGO, 1998). É nesse cenário que emerge o conceito de gênero como uma categoria de análise histórica.

De acordo com Scott (1995), o termo “gênero” começa a ser utilizado pelas feministas americanas para enfatizar o caráter social das distinções entre homens e mulheres, indicando uma negação ao determinismo biológico da palavra “sexo”. Conforme a autora:

Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre as convenções e regras (feitas pelo homem) do uso da linguística, quanto do uso da sociologia, dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de “gênero” possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. (SCOTT, 1992, p. 86).

Nesse sentido, a categoria de gênero mostra-se útil aos estudos históricos, haja vista que privilegia dimensões culturais socialmente construídas sobre as diferenças percebidas entre homens e mulheres ao longo do tempo. Para Perrot:

[...] a ideia segundo a qual a diferença entre masculino e feminino não é um dado natural imutável, mas uma construção histórica e cultural, convém particularmente ao procedimento histórico. Posto que a diferença entre os sexos é uma construção, pode-se assim desconstruí-la em todos os níveis (teorias e práticas, representações e fatos materiais, palavras e coisas). (PERROT, 1995, p. 24).

Para Del Priore (2001), era preciso, então, interrogar as fontes acerca das mulheres de uma maneira diferente, em que a divisão sexual dos papéis sociais passaria a ser privilegiada. Conforme a autora, é na relação entre homens e mulheres, na partilha entre eles, que o silêncio da história se mostraria mais evidente. Silêncio este no qual:

[...] o masculino sairá vencedor, inscrito na trama dos fatos históricos, enquanto o feminino desaparecia duas vezes: uma primeira vez, sob a dominação efetiva do poder masculino e sua lenta integração a um papel que

lhe foi imposto. Uma segunda vez, escondida na memória coletiva e política que não fazia surgir das sombras do evento masculino (DEL PRIORE, 2001, p. 225).

Entretanto, como esclarece Rago (1998), a utilização da categoria de gênero não tem como pretensão a substituição de outras categorias já consolidadas no campo historiográfico, mas permite esclarecer aspectos da vida humana até então não trabalhados, ou possibilita, ainda, abordá-los sob perspectivas diferentes. Nesse intento, a sua incorporação aos estudos históricos atende “[...] a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual” (RAGO, 1998, p. 93).

Por isso, segundo Scott (1995), o emprego do termo “gênero” é uma tentativa de definição empregada pelas feministas, para enfatizar a incapacidade das teorias existentes até aquele momento de explicar, de maneira consistente, as desigualdades existentes e persistentes entre os sexos.

A definição de gênero de Scott (1995) se divide em duas partes principais que estão inter-relacionadas, mas que devem ser diferenciadas analiticamente, sendo elas: 1. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2. O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Para a autora, gênero deve ser entendido enquanto um campo primário no qual o poder é articulado. Embora não seja o único, ele parece ser “[...] uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (SCOTT, 1995, p. 88).

No que diz respeito especificamente à história da educação, Louro (1994) propõe duas vias para a sua leitura sob a perspectiva de gênero. A primeira delas diz respeito a privilegiar nas pesquisas recortes explicitamente de gênero, como o estudo de determinadas instituições educacionais exclusivamente femininas ou masculinas, ou ainda “[...] às análises de determinados processos histórico-educacionais onde o gênero é realçado, como, por exemplo, o processo de feminização do magistério, desenvolvido no Brasil ao final do século XIX.” (LOURO, 1994, p. 34). Já a segunda delas propõe uma leitura da história da educação por meio do viés de gênero.

Ainda conforme Louro (2004), não é possível a compreensão do processo de inserção das mulheres no magistério primário sem se adentrar no terreno das relações de gênero, ou seja, nos lugares do masculino e do feminino, e nos papéis sociais previstos para cada um dos sexos. Logo, “Gênero, entendido como uma construção social, e articulado à classe, etnia, religião,

idade, determinou (e determina) algumas posições de sujeito que as mulheres professoras ocuparam (e ocupam).” (LOURO, 2004, p. 478).

Do mesmo modo, Vidal e Carvalho (2001) concordam que operar com gênero se faz relevante para o estudo dos processos que culminaram na feminização do magistério “[...] processos nos quais a mudança na composição sexual da ocupação raramente tem sido analiticamente diferenciada de mudanças nos significados de gênero atribuídos ao trabalho docente.” (VIDAL; CARVALHO, 2001, p. 211).

Segundo explica Vianna (2001) a utilização do gênero como categoria analítica é importante, entre outras razões, para a compreensão da divisão e da segregação existente no processo de feminização docente no Brasil. Ainda a partir do conceito de gênero, é possível entender os significados femininos do magistério primário como uma das dimensões de sua feminização, “Ou seja, além da presença do sexo feminino, assistimos à associação dessa atividade aos significados amplamente divulgados em nossa sociedade como femininos, mesmo quando é exercida por homens.” (VIANNA, 2002, p. 56). Dessa maneira, é preciso compreender o sentido social da profissão docente, que é entendida como feminina, mas que vai além do fato de ser composta majoritariamente por indivíduos do sexo feminino.

Ainda para Viana (2002), ao se analisar a feminização do magistério, é preciso considerar a tensão causada pelas relações de poder que envolvem os gêneros no ambiente escolar. Conforme a autora, o ambiente escolar é perpassado, basicamente, por duas formas de poder: o institucional e legalizado; e o das relações entre os gêneros, que comumente são mais sutis, e, por essa razão, mais difíceis de se identificar, mas que podem influenciar o poder institucional.

Tendo em vista esses apontamentos, o conceito de gênero é utilizado, ao longo deste trabalho, como uma categoria de análise histórica para auxiliar na construção das trajetórias pessoais e profissionais dos/as normalistas formados/as pela ENOP. É utilizado também para elucidar de que maneira essas trajetórias indicam ou traduzem as relações de gênero existentes no que diz respeito à formação e à profissão docente, no contexto de feminização de ambos.¹⁶

Como dito, este trabalho caracteriza-se, entre outras coisas, pela abordagem das trajetórias pessoais e profissionais de um grupo de estudantes. Nesse sentido, Born (2001) define o termo “trajetória” como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de um

¹⁶ Faz-se importante salientar que as discussões e os estudos a respeito de gênero se intensificaram e se diversificaram com o passar dos anos, ampliando consideravelmente o campo, com trabalhos como os de Butler (2003), Davis (2016), Louro (2001), entre muitos outros. Entretanto, para a presente Tese, tendo em vista os seus objetivos, especificidades e questões centrais, optou-se por fazer uso das perspectivas apontadas ao longo do referencial teórico apresentado no texto.

indivíduo. Assim, a trajetória é determinada, normalmente, pela localização, duração e frequência dos acontecimentos. Conforme a autora:

A localização dos acontecimentos, a duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida são normalmente o resultado de informações que perpassam a população como, por exemplo, a idade média para casar, a idade média para ter o primeiro filho, duração do treinamento, idade de ingresso escolar, anos de escolaridade, a idade para aposentadoria, e assim por diante. (BORN, 2001, p. 243-244).

Para Bourdieu (1996), uma trajetória é formada por uma série de posições ocupadas sucessivamente pelo indivíduo, que, por sua vez, está em constante transformação. A partir disso, conforme aponta o autor, não é possível compreender uma trajetória (ou um conjunto de trajetórias) sem se entender ou problematizar o contexto social em que ela está inserida, bem como os diferentes e múltiplos agentes que a compõem.

Do mesmo modo, ao realizar a biografia de “São Luís”, Jacques Le Goff (1999) concorda com o posicionamento de Bourdieu (1996), ao afirmar que o indivíduo só existe em meio a uma rede de relações diversificadas. Portanto, para a construção da trajetória de um indivíduo, faz-se necessário o conhecimento da sociedade na qual ele está inserido, a fim de se entender de que maneira ele interfere e se constitui individualmente nela.

Já de acordo com Levi (1996), para os estudos históricos de caráter biográfico, é importante se atentar para as relações recíprocas e permanentes entre biografia e contexto, mas, sem deixar de perceber e analisar as suas próprias contradições internas. Para o autor, essa perspectiva permite a abordagem da realidade histórica para além de um sistema único de causa e efeito, em que são consideradas as tensões e ambiguidades internas que podem impactar ou modificar as situações. Ou seja, especificidades individuais e estruturas coletivas devem ser problematizadas. Ainda conforme o autor:

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas. (LEVI, 1996, p. 180).

Chamon (2005), ao investigar a trajetória profissional da educadora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, afirma que a trajetória a que se refere em seu trabalho considera que tanto o sujeito quanto o espaço social em que este está inserido são múltiplos, variados, criados e recriados, e que se complementam, não sendo possível investigar cada um deles separadamente.

Igualmente, ao estudar a trajetória de um grupo de professoras mineiras no contexto do século XIX e início do XX, Nascimento (2011) concorda que não é possível pensar uma trajetória fora de sua ambiência, de suas relações e de suas sociabilidades. Como a autora afirma:

Importante ressaltar que os indivíduos se organizam em grupos que partilham certa sensibilidade diante das questões do seu tempo, por meio de trocas, articulações e contatos. São vinculações afetivas, sociais, religiosas e políticas, com níveis de formalização distintos que indiciam elementos importantes da vida do indivíduo e o restituem nas redes de relações concretas que estabelece. (NASCIMENTO, 2011, p. 31).

Por fim, é importante salientar que, como enfatiza Bourdieu (1996), as trajetórias pessoais não são constituídas de maneira linear e coesa, uma vez que não existe uma sequência lógica e cronológica que ordene os acontecimentos na vida de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, em sentido teleológico. Conforme o autor, é o pesquisador ou o narrador que, posteriormente, ao apresentar os acontecimentos biográficos, emprega meios e recursos discursivos para ordená-los de uma maneira inteligível, para que produza sentido.

Dessa maneira, é à luz dos pressupostos apresentados que se pretende, ao longo do presente trabalho, traçar as trajetórias do grupo de indivíduos privilegiados nessa investigação. Ou seja, não será exposto aqui, de maneira exaustiva, uma grande quantidade de elementos descritivos que compõem a vida de todos os sujeitos analisados, mas, sim, os traços considerados mais pertinentes para o estudo de suas trajetórias. De modo semelhante, nem sempre os percursos de vida serão narrados de maneira linear e sequencial ao longo do texto; serão, na maioria das vezes, trazidos e problematizados na medida em que forem necessários para a elucidação das questões centrais da pesquisa.

É importante esclarecer, ainda, que as trajetórias aqui traçadas foram construídas a partir de conhecimentos biográficos dos indivíduos, obtidos por meio da análise de um conjunto de fontes documentais sobre eles. Não obstante, leva-se em consideração também os vários elementos que compõem os diferentes e múltiplos contextos em que estes foram inseridos ao longo de suas vidas.

Metodologia e Fontes

Conforme assinala Perrot (1995), até o século XIX, as mulheres estavam pouco presentes ou apareciam de maneira estigmatizada nos relatos históricos. Todavia, com a renovação historiográfica presenciada nas últimas décadas do século XX, passou-se a dar maior

visibilidade a novos personagens. Com o passar das décadas, foram incorporados aos estudos históricos segmentos até então negligenciados. Assim, de acordo com Burke (1992), a partir dos anos 1970, foram adotados diferentes temas que ainda não haviam sido contemplados pela historiografia tradicional, como: a infância, a morte, a loucura, o corpo, os gestos, as mulheres, entre outros.

Contudo, Burke (1992) chama atenção para o fato de que, com a abrangência temática dos estudos históricos ao longo século XX, e com a preocupação maior dos historiadores em investigar grande multiplicidade de atividades humanas, tornou-se necessário também maior variedade de evidências. Dessa forma, de acordo com o autor, um dos grandes problemas dos pesquisadores da atualidade diz respeito às fontes, já que, “[...] quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram que buscar novos tipos de fontes [...]” (BURKE, 1992, p. 25).

Sabe-se, como já apontado, que, por muito tempo, as mulheres foram excluídas ou negligenciadas nos registros e documentos oficiais. Como relembra Perrot (1988), a maioria dos acervos documentais contém textos escritos majoritariamente por homens, já que estes possuíam o monopólio do texto e da atividade pública em grande parte da história. O texto feminino, por sua vez, é quantitativamente escasso e estritamente específico. Na maior parte dos registros, a mulher é retratada pelo olhar do homem. A carência de fontes diretas do sexo feminino e sobre ele provoca um grande desafio para o historiador, já que “sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios” (PERROT, 2007, p. 21).

Almeida (1998) relembra que a história tradicional preservou os vestígios masculinos nos arquivos oficiais, mas que os femininos, muitas vezes, foram eliminados, até mesmo, pelas próprias mulheres, por questões de recato. Já Perrot (2007) chama a atenção para o fato de que muitas mantiveram-se analfabetas ao longo da história, visto que seu acesso à escrita foi tardio.

Além disso, é preciso lembrar que, como salienta Flecha García (2002), o problema não está somente na inexistência de fontes sobre as mulheres, mas, sim, no fato de que, por muito tempo, houve o desinteresse por parte dos historiadores em relação aos registros deixados por elas, considerados não relevantes para a construção de uma “História Universal”. Igualmente, Perrot (2005) sugere que a própria constituição do arquivo histórico traduz uma sedimentação seletiva resultante de relações de força, ou seja, os critérios do que merece ou não ser preservado dependem do olhar de quem constrói o arquivo. Nesse sentido, a própria linguagem contribui para o apagamento feminino nos registros, uma vez que, quando se há a mistura de gêneros, há o uso do masculino no plural (PERROT, 2007).

No que diz respeito especificamente ao problema das fontes, Gonçalves (2006) chama a atenção para o fato de que a incorporação do conceito de gênero como categoria de análise histórica possibilitou uma ampliação do universo de fontes disponíveis para o historiador. Isso porque o caráter relacional da categoria de gênero fez com que não só registros deixados ou protagonizados por mulheres fossem possíveis de serem utilizados para entender as suas histórias. Nesse sentido, “Passou-se a conferir especial atenção as lacunas, às omissões existentes em fontes consideradas convencionais, realçando-se à medida que tais conteúdos velados contribuía o papel desempenhado pelas mulheres em determinados contextos.” (GONÇALVES, 2006, p. 75).

De maneira semelhante, Louro (1994) recomenda que se faça uma leitura de “gênero” da história, leitura esta preocupada em desvendar e observar a construção do gênero. Em outras palavras, capaz de ler, até mesmo no silêncio, na omissão da questão, na sua negação. Assim, segundo a autora:

Nessa via, alargam-se imensamente as fontes para a história da educação sob a respectiva de gênero, uma vez que não mais ficamos restritos aos (às) pesquisadores (as) identificados (as) com tal temática, mas temos a nosso dispor uma produção historiográfica muito mais ampla. (LOURO, 1994, p. 34-35).

Louro (1994) salienta, ainda, que, para uma leitura mais ampliada da história da educação sob a perspectiva de gênero, é necessária a expansão, também, do olhar do historiador sobre a educação dos sujeitos. Logo, “[...] interessa ao estudioso da educação processos que se dão fora da escola, para além dela, mas que de um modo ou de outro acabam por atravessá-la.” (LOURO, 1994, p. 43). Igualmente, Chamon (2005) pontua que a mulher, de maneira geral, não aparece explicitamente na história da política social e educacional brasileira nem nos arquivos oficiais. Por esta razão, é preciso encontrá-la, segundo a autora, nas entrelinhas dos documentos.

Nessa conjuntura, é com base nos pressupostos apresentados que as fontes aqui utilizadas foram coletadas e analisadas. No que diz respeito especificamente à questão das trajetórias, para a construção do trabalho, o nome se tornou elemento central na busca pelas suas reconstruções. Nesse sentido, conforme salientam Ginzburg e Poni (1991), é o nome que diferencia um sujeito do outro em todas as sociedades de que se tem notícia. Ainda de acordo com os autores, a utilização do método onomástico já vem sendo feita há muito tempo nos estudos históricos de caráter demográfico, entretanto, salientam que ele pode ser aplicado também a outros tipos de pesquisas e fontes. Em vista disso, o nome é aqui utilizado como um

“fio condutor” na busca pela reconstrução da teia de relações que envolvem os indivíduos estudados.

Ainda no que diz respeito à questão das trajetórias, Nascimento (2011), ao analisar as trajetórias de professoras mineiras durante o século XIX, chama a atenção para algumas especificidades dessa modalidade de pesquisa que demandam atenção especial por parte do investigador, como, por exemplo: a existência de muitos homônimos, as mudanças de sobrenomes das mulheres após o casamento, a mobilidade espacial constante, entre outras. No caso específico da atuação profissional como docente, esbarra-se, ainda, nos percalços referentes à localização de registros, uma vez que muitas mulheres trabalhavam no magistério particular e/ou doméstico.

Para além das especificidades trazidas por Nascimento (2011), acrescenta-se aqui, a partir da experiência de investigação e coleta de dados no decorrer da presente pesquisa, a variedade de formas de escrita dos nomes dos sujeitos aqui estudados, no conjunto das fontes encontradas. Assim, o nome da mesma pessoa emergiu, ao longo dos registros, de até oito ou nove formas distintas, por exemplo, como pode ser visto por meio de muitas das notas de rodapé da Tese. Há também registros que confundem ou fundem nomes de irmãs, por exemplo, colocando o primeiro nome de uma, o segundo da outra. Dessa forma, o conhecimento da rede familiar desses sujeitos, na medida do possível, se torna importante para evitar equívocos, e ampliar o universo de fontes a serem utilizadas. O cruzamento de fontes também se torna essencial no caso de dúvidas e imprecisões.

Outra questão, que também foi experienciada nesta investigação, diz respeito ao fato de que, em alguns casos, os nomes são escritos de maneira equivocada nos próprios catálogos e inventários de pesquisa dos acervos. Nesse aspecto, é importante buscar esses indivíduos tendo em vista as possíveis variantes de seus nomes e, mais uma vez, com os cruzamentos de dados com outros registros, caso contrário, muitos vestígios importantes podem não ser encontrados, devido a essas variações de escrita. O cruzamento de fontes também se faz importante, para entender as mudanças de sobrenome, ao longo da vida dos indivíduos. Para além da questão das mulheres que se casam e mudam seus sobrenomes, ao longo da presente pesquisa, foram encontrados registros de mudança nos sobrenomes a partir de reconhecimentos de paternidade tardios, por exemplo.

A experiência adquirida neste estudo permitiu entender, ainda, que a busca pelos indivíduos pode ser enriquecida, ainda mais, a partir da investigação nominal de pessoas que fazem parte de seus círculos familiares e sociais. Em alguns casos, por exemplo, ao se procurar nas fontes e palavras-chave somente o nome do/a normalista investigado/a, não se encontrava

nenhuma informação. Entretanto, ao se procurar pelos nomes de seus pais, irmãos, maridos/mulheres, filhos etc., apareciam muitas informações sobre esse/a estudante, que não haviam sido localizados na investigação inicial.

Finalmente, cabe aqui apresentar, pois, quais foram as fontes utilizadas nesta Tese. Dessa forma, foram mapeados e analisados documentos produzidos no interior da própria ENOP no recorte aqui trabalhado, presentes do Fundo Instrução Pública (IP)¹⁷, do Arquivo Público Mineiro (APM)¹⁸, como: registros de matrículas, frequência e notas, livros de pontos de professores, exercícios, exames e avaliações, atestados, certificados, atas, pareceres, correspondências enviadas e recebidas, entre outros.

A partir dessa documentação, foi possível encontrar informações essenciais sobre os/as alunos/as e suas origens, pois nela há registrado o nome dos/as estudantes, a filiação, a naturalidade, a natalidade, a idade em que ingressaram no curso, entre outras informações relevantes. Igualmente, através dessas fontes, sobretudo dos exames e das atividades realizadas pelas alunas na Escola, foi possível ter acesso a alguns indícios acerca do tipo de formação que se esperava para uma professora naquele período. A partir da análise da documentação interna referente à ENOP, foi possível localizar, também, vestígios sobre a atuação profissional dos/as egressos/as, além de informações que dão pistas acerca das modificações presenciadas na instituição com a entrada feminina em seus quadros discente e docente.

Ainda no que diz respeito ao Fundo IP do APM, foram consultados os registros de diplomas de normalistas apresentados na Secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública, bem como os livros de matrículas de professores em escolas primárias, secundárias, normais, públicas e particulares de Minas Gerais. Foram examinados, do mesmo modo, documentos variados relativos à instrução pública mineira, presentes no Fundo Secretaria do Interior (SI)¹⁹, também do APM, como: correspondências recebidas e enviadas, matrículas de professores das escolas normais e do ginásio mineiro, atas, requerimentos de professores, despachos e demais documentos variados da Secretaria do Interior sobre a instrução pública. A partir desses documentos, foi possível investigar quantos e quais normalistas atuaram no magistério público primário de Minas Gerais após o término do curso normal.

¹⁷ O Fundo Instrução Pública possui como datas-limite os anos que vão de 1827 até 1889.

¹⁸ O Arquivo Público Mineiro está localizado na Avenida João Pinheiro, 327, Funcionários, Belo Horizonte, MG.

¹⁹ O Fundo Secretaria do Interior possui como datas-limite os anos que vão de 1891 até 1957.

Também foram realizadas a coleta e a análise dos currículos e regulamentos²⁰ da ENOP, de leis mineiras²¹, dos relatórios dos inspetores da instrução pública mineira e dos presidentes da província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial²² entre os anos de 1871 e 1889. Por meio desses documentos, foi possível perceber indícios acerca do impacto da entrada feminina nos quadros docente e discente das escolas normais mineiras, nas normas e nos currículos dessas instituições. Foi possível, ainda, observar discursos de incentivo e de resistência à emergência das mulheres enquanto normalistas e na profissão docente de maneira geral.

Por sua vez, para auxiliar a traçar a trajetória dos/as alunos/as, foram utilizados os inventários e testamentos de suas famílias. Para o mapeamento e análise desses documentos foram realizadas consultas presenciais aos arquivos localizados nas cidades de Ouro Preto e de Mariana. Assim, foram examinados os acervos do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência²³ e do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana²⁴. No primeiro, foram encontrados os inventários dos pais ou mães de 7 normalistas investigados/as (6 mulheres e 1 homem), o testamento do pai de uma aluna e fragmentos dos inventários das famílias de outras 3 estudantes do sexo feminino. Já no segundo, foi identificado o inventário da mãe de uma das normalistas investigadas. A consulta aos inventários e testamentos das famílias dos/as alunos/as permitiu a localização de vestígios sobre as suas origens familiares, sociais e econômicas, e outras informações diversas.

Foram consultados, ainda, os acervos do Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira, localizado na cidade de Mariana²⁵, e do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – (CECO), que faz parte do acervo da Casa dos Contos, em Ouro Preto²⁶. Neste último, foram analisados os microfiches que lá se encontram de parte da documentação paroquial referente ao Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Já pela modalidade on-line, foram consultados documentos que dizem respeito aos acervos eclesiásticos do Arquivo

²⁰ Disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>), com acesso em dezembro de 2020.

²¹ As leis mineiras utilizadas neste estudo também estão presentes no acervo digital do Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>), com acesso em dezembro de 2020.

²² Os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial estão disponíveis no site <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>, com acesso em dezembro de 2020.

²³ O Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência Casa Setecentista do Pilar, Anexo III do Museu da Inconfidência, encontra-se localizado na Rua do Pilar, 76, em Ouro Preto (MG).

²⁴ Arquivo Histórico da Casa Setecentista encontra-se localizado na Rua Direita, nº 7, Centro, em Mariana (MG).

²⁵ O endereço completo é: Rua Dom Silvério, s/n - Colina de São Pedro, anexo à Igreja de São Pedro dos Clérigos, Mariana, Minas Gerais, Brasil.

²⁶ O endereço completo é: Rua São José, nº 12, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

Arquidiocesano de São João del-Rei, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, do Arquivo Diocesano de Leopoldina, entre outros.²⁷ Em todos esses acervos, buscou-se por registros de batismos, óbitos e casamentos dos sujeitos da pesquisa, bem como de seus familiares, com a finalidade de auxiliarem na construção das trajetórias dos/as normalistas antes e depois de suas passagens pelo curso normal de Ouro Preto.

Ao longo da investigação, foram utilizados, também, uma imensa variedade de jornais e revistas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que circulavam durante o século XIX e a primeira metade do século XX.²⁸ Igualmente, fez-se uso de uma série de almanaques de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e de um anuário mineiro, correspondentes ao mesmo recorte temporal.²⁹ Nesses documentos, foi possível identificar informações sobre os/as normalistas e suas famílias (principalmente seus pais), e vestígios acerca do destino dos/as alunos/as após o término do curso. Eles possibilitaram, por fim, entender se houve conflitos, resistências ou discussões que circularam na imprensa em relação ao processo de feminização do corpo discente da ENOP.

Ainda no que tange aos periódicos, fez-se uso na análise de algumas edições do jornal *O sexo feminino* no período em que este era editado na cidade de Campanha, Minas Gerais (1872-1873). O jornal em questão possuía como redatora a professora da Escola Normal daquela cidade, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, com colaboradoras diversas, e se dedicava a defesa da educação feminina, no contexto da segunda metade do século XIX. A partir de sua análise, foi possível identificar elementos relativos à aceitação e ao incentivo, mas também às muitas resistências ao acesso das mulheres à educação, ao ensino nas escolas normais e à profissão docente.

Finalmente, foi utilizada, no decorrer da investigação, uma série de outras fontes, de caráter mais variado, que auxiliou na construção das trajetórias e no desenvolvimento do trabalho de maneira geral, como: dicionários de época, obras literárias, enciclopédias, recenciamentos e documentos disponíveis em *sites* de genealogia³⁰.

Não se pode deixar de pontuar, aqui, o impacto que a pandemia do Covid-19 trouxe para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente no que tange ao acesso às fontes. Com a

²⁷ Essa documentação encontra-se microfilmada e disponível para consulta por meio do site <https://www.familysearch.org/pt/>, com acesso em janeiro de 2021.

²⁸ Os periódicos utilizados nesta pesquisa encontram-se disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional-BN (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>), com acesso em janeiro de 2021.

²⁹ Os almanaques e o anuário utilizados na investigação encontram-se disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BN) (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>), com acesso em janeiro de 2021.

³⁰ Estes sites são: <https://www.geni.com/family-tree/html/start>, com acesso em fevereiro de 2021, e <https://www.familysearch.org/pt/>, com acesso em fevereiro de 2021.

emergência da pandemia no Brasil, notadamente a partir do mês de março de 2020, os arquivos físicos nos quais se realizavam as consultas para este estudo, foram fechados para pesquisa presencial, e não reabriram até a conclusão da investigação. Nesse sentido, algumas fontes inicialmente pensadas para serem utilizadas na pesquisa não foram acessadas, e outras não puderam ser conferidas.

Do mesmo modo, pretendia-se incluir na Tese cópias de imagens, fotos, certificados e atividades acerca de e/ou realizadas na ENOP pelos/as próprios/as estudantes aqui investigados/as. Esses registros seriam inseridos tanto no decorrer do texto quanto em seus anexos e apêndices. Essas fontes, porém, encontram-se no Fundo Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro – APM, e, infelizmente, não puderam ser copiadas, uma vez que o referido Fundo não se encontra digitalizado e, até o momento de conclusão da Tese, o Arquivo não havia retomado o seu atendimento presencial ao público em razão da pandemia.

Assim, tendo em vista este novo cenário, foi preciso recorrer a outras modalidades de pesquisa, como alternativa às restrições aos arquivos físicos, impostas pela pandemia. Nesse sentido, foram utilizados, talvez em maior quantidade do que o previsto inicialmente, vários acervos disponíveis on-line, principalmente os jornais e almanaques que se encontram digitalizados e disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de uma série de documentos provenientes de outros *sites*³¹. As consultas a esses acervos foram imprescindíveis para a conclusão da pesquisa.

Organização dos capítulos

Esta Tese está dividida em quatro capítulos, e cada um deles possui 5 tópicos. Quase todos os tópicos são guiados pelas trajetórias de alguns/mas normalistas. Nesse sentido, dos/as 69 estudantes privilegiados/as na investigação, somente as trajetórias de 32 deles/as são apresentadas com mais detalhes (sendo 29 mulheres e 3 homens). Os/as outros/as normalistas, porém, aparecem eventualmente (ora individualmente, ora em blocos), na medida em que forem mobilizados, com o objetivo de auxiliarem na elucidação das questões centrais da pesquisa.

Dessa forma, o capítulo 1 possui como foco de análise a chegada das mulheres na ENOP (tanto em seu quadro discente quanto docente), e o impacto dessa mudança para a instituição, em seus mais diferentes aspectos. O capítulo é guiado majoritariamente pela apresentação da trajetória escolar e profissional da normalista Maria José Fiuza da Rocha, que esteve envolvida

³¹ Esses sites encontram-se listados nas referências de fontes da Tese.

com a ENOP por aproximadamente duas décadas, primeiro como aluna e, posteriormente, como professora.

No segundo capítulo, são apresentadas algumas características gerais acerca do perfil dos/as alunos/as formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889. Assim, as idades, as relações de parentesco, as naturalidades, o tempo de permanência no curso e a filiação dos/as normalistas são discutidos, mostrando que se tratava de um grupo bastante diversificado. Neste capítulo, são apresentados dados acerca dos/as estudantes de maneira geral, ou seja, de todos/as os 68 formados/as no recorte. Ainda assim, as trajetórias de 11 normalistas (10 mulheres e 1 homem) são trazidas, com mais detalhes, devido às suas peculiaridades em relação à temática trabalhada.

Já o capítulo 3 estabelece como finalidade principal discorrer acerca dos caminhos trilhados pelos/as alunos/as formados/as em Ouro Preto, após a passagem pela Escola Normal. De maneira semelhante ao capítulo 2, neste também são trabalhados todos/as os/as 68 normalistas da pesquisa, de forma geral, ou seja, em “blocos”. Entretanto, de maneira particular, são apresentadas as trajetórias, com mais detalhes, de 9 deles/as (7 mulheres e 2 homens), que são exemplos dos diferentes percursos pessoais e profissionais seguidos pelos/as egressos/as ao longo de suas vidas.

Por fim, o capítulo 4 é dedicado especificamente à questão da relação da mulher com o magistério primário. Por conseguinte, se discutem alguns elementos que perpassaram o processo de feminização da formação e da profissão docente em Minas Gerais e no Brasil. Analisa-se também o movimento de transição do papel de alunas para o de professoras primárias, das normalistas aqui estudadas, em meio a esse contexto de mudanças. Nesse intento, no capítulo são trabalhadas as trajetórias das normalistas do sexo feminino egressas da ENOP, de maneira geral, especificando-se elementos que compõem os percursos de 11 delas.

CAPÍTULO 1

A Escola Normal de Ouro Preto e a chegada das mulheres

O presente capítulo estabelece como foco de análise o processo de entrada das mulheres na Escola Normal de Ouro Preto, tanto em seu corpo docente quanto (e principalmente) em seu corpo discente, levando em consideração o contexto histórico dessa inserção, os dados quantitativos acerca dela, bem como o impacto causado na instituição, em diferentes aspectos, a partir da inserção feminina.

1.1. As portas se abrem para elas

Condenadas desde muito tempo ás profissões que se occultão nas sombras do lar, victimas da fraqueza e dos prejuízos que o poder da força impoz sobre nosso sexo; quantos ainda duvidão que possamos entrar no templo da sciencia?

Das mãos do creador viemos tão perfeitas nas nossas faculdades como aquelles que se prezão de governar o mundo: porque então não podemos participar do domínio moral e intellectual?³²

Na mesma cerimônia em que o professor Camillo de Britto fez seu pronunciamento a favor do magistério feminino primário (apresentado na introdução do trabalho) e logo depois da distribuição dos prêmios às normalistas e estudantes das escolas primárias, a aluna-mestra da ENOP, Maria José Fiuza da Rocha³³, fez um entusiasmado discurso do qual faz parte o trecho transcrito acima. Nele, a normalista denunciava as imposições feitas pela sociedade às mulheres ao longo do tempo, questionava aqueles que duvidavam das capacidades femininas para os estudos científicos, argumentava sobre a igualdade de faculdades dadas por Deus para eles e elas e, por fim, reivindicava a participação feminina nos campos moral e intelectual da época.

Na cerimônia, noticiada pelo jornal *Diário de Minas*, em edição de 20 de dezembro de 1873, Maria Fiuza da Rocha havia ganhado o primeiro prêmio destinado às alunas do 2º ano do curso normal e, talvez por isso mesmo, tenha sido ela a estudante escolhida (em nome das outras) para fazer o discurso, proferido na presença de autoridades políticas e educacionais,

³² Diário de Minas, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1873.

³³ O nome da aluna em questão foi escrito de diferentes formas ao longo dos documentos analisados: Maria Fiuza da Rocha, Maria Fiusa da Rocha, Maria José Fiuza da Rocha, Maria José Fiusa da Rocha, Maria Fiusa da Rocha e Oliveira, Maria Fiusa de Oliveira, Maria José Fiusa de Oliveira e Maria José Fiusa da Rocha e Oliveira. Como o sobrenome “Oliveira” parece ter sido incorporado posteriormente à passagem da aluna pela ENOP, é possível inferir que ela o tenha adquirido após se casar. Contudo, na investigação não foram encontrados vestígios suficientes que permitam a confirmação dessa hipótese.

professores, estudantes e demais indivíduos da sociedade ouro-pretana, incluindo “muitas senhoras”³⁴. Seu discurso a favor da educação feminina coincide com o momento em que as mulheres passavam a ocupar, enquanto alunas, o espaço da Escola Normal da então capital de Minas Gerais.

A ENOP foi criada a partir do artigo 7º da Lei provincial nº 13, de 28 de março 1835.³⁵ Entretanto, assim como outras instituições da mesma natureza criadas na primeira metade do século XIX no Brasil³⁶, passou por momentos conturbados em seu início, com fechamentos e reaberturas, só experimentando alguma estabilidade significativa com o advento da década de 1870.

Efetivamente estabelecida em 5 de agosto de 1840 (cinco anos após a sua criação legal), fechou suas portas dois anos depois, em 1842.³⁷ Foi reaberta em 1847, por meio da Lei nº 311, de 8 de abril de 1846. Funcionou por mais cinco anos, encerrando suas atividades novamente em 1852.³⁸ Após seu segundo fechamento, a instituição só iria voltar a funcionar duas décadas depois.³⁹

Em seus primeiros anos, o curso normal tinha a duração de dois meses e era destinado, quase sempre, a professores que já atuavam no magistério e que passaram a frequentá-lo para legitimarem os seus saberes. Tinha como finalidade, entre outras coisas, a formação dos mestres das primeiras letras no que diz respeito a conhecimentos básicos, que compreendiam, em linhas gerais: operações fundamentais de aritmética, leitura e escrita, doutrina cristã e preceitos morais. O curso tinha o objetivo, ainda, de habilitar os mestres primários nos métodos de ensino mais em voga em cada período.⁴⁰

³⁴ Diário de Minas, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1873.

³⁵ No artigo 7º da Lei nº 13, de 28 de março de 1835, estipulava-se “O Governo estabelecerá quanto antes uma Escola Normal para a Instrução primária do Artigo 1º, e para a do Artigo 6º, pelo método mais expedito, e ultimamente descoberto, e praticado nos Países civilizados” (MINAS GERAIS, 1835).

³⁶ Assim como a ENOP, outras instituições da mesma natureza criadas na primeira metade do século XIX no Brasil passaram por momentos de instabilidade, com fechamentos e reaberturas em seus primeiros anos, como, por exemplo, a de Niterói (VILLELA, 1992; 2008), a de São Paulo (MONARCHA, 1999) e a da Bahia (ROCHA, 2008).

³⁷ Uma das justificativas apresentadas pelo governo provincial para a demora na instalação da Escola Normal seria a espera pela volta de dois professores mineiros enviados para a França (modelo educacional da época), sendo eles Fernando Vaz de Melo (responsável por observar o ensino secundário) e Francisco de Assis Peregrino (responsável por observar o ensino normal), para que lá aprendessem os métodos de ensino mais em voga no país naquele momento. Após um período de observação, os professores deveriam voltar para Minas Gerais para transmitir os conhecimentos lá adquiridos.

³⁸ Para saber mais sobre a ENOP em suas duas primeiras fases, ver: ROSA (2001), GOUVÊA; ROSA (2000), ANUNCIAÇÃO (2011), JARDILINO; PEDRUZZI (2016), PEDRUZZI (2016).

³⁹ Apesar dos períodos de inatividade, a ENOP não deixou de ser pauta governamental ao longo dos anos. Referências a ela (sobretudo a respeito da necessidade ou não de seu restabelecimento) estão quase sempre presentes nos discursos e debates no interior da Assembleia Legislativa Provincial no período (PEDRUZZI, 2016).

⁴⁰ Nas primeiras décadas do século XIX, foi o método mútuo/monitorial o considerado mais propício para o ensino da mocidade em Minas Gerais. Com o advento da primeira fase da ENOP, porém, passou-se a considerar o

No que tange especificamente à questão da mulher, as Leis nº 13 de 1835, e nº 311 de 1846, não faziam menção clara à sua permissão ou proibição no curso normal. Ainda assim, conforme apontam Gouvêa e Rosa (2000), até meados do século XIX, o alunado da instituição era formado fundamentalmente por indivíduos do sexo masculino, e que em um universo de 35 homens, teria havido uma ou duas mulheres. Do mesmo modo, os diretores em cada uma das duas fundações da Escola Normal (Francisco de Assis Peregrino, na primeira fase, e Antonio José Osorio Leitão, na segunda) também eram homens, o que sinaliza a predominância masculina nesse espaço em suas primeiras experiências de funcionamento.⁴¹

Com o advento da terceira fase, porém, esse quadro começava a mudar, pelo menos em partes. A Lei provincial nº 1.769, de 4 de abril de 1871⁴², em seu Art. 1º, parágrafo 2º, determinava “A crear até trez escolas normaes nas quaes se ensinarão as materias necessarias para a habilitação dos aspirantes ao professorado da instrucção primária, sendo uma dellas annexa ao lyceu”⁴³. Assim era restabelecida a ENOP (que deveria ser anexada ao Liceu Mineiro).⁴⁴

O contexto de reabertura da Escola, ou seja, o início da década de 1870, foi marcado por uma série de mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil. Em âmbito nacional, o sistema monárquico começava a dar sinais de crise. De acordo com Villela (2011), havia, nesse momento, a diminuição do poder do partido conservador (base do governo na época) e a consequente expansão da influência liberal. Acontecia, ainda, a proclamação do Manifesto Republicano no ano de 1870, ou seja, ideias republicanas começavam a se espalhar mais sistematicamente no país.

Ao mesmo tempo, o aumento da população brasileira⁴⁵ e o processo, ainda que discreto, de urbanização da nação (sobretudo na Corte imperial e em algumas capitais provinciais) com

simultâneo o mais eficiente. Após o simultâneo, o método misto (junção do que havia de melhor entre os métodos individual, mútuo e simultâneo) passou a ser ensinado no curso normal (já em sua segunda fase). Nas décadas finais do século XIX, porém, o método mais defendido e recomendado no país passou a ser o intuitivo (BASTOS, 2005), (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006), (ROSA, 2001), (FARIA FILHO, 2011), (SHELBAUER, 2005), (VALDEMARIN, 2004).

⁴¹ Essa predominância não se dava somente na ENOP, mas em outras Escolas da mesma natureza criadas na primeira metade do século XIX no Brasil. No caso da Escola Normal de Niterói, por exemplo, em sua primeira fase de funcionamento, a instituição não recebeu nenhuma estudante do sexo feminino (VILLELA, 1992). Já na Escola Normal de São Paulo, também criada na primeira metade do século XIX, esta era dedicada, em sua primeira fase, somente ao público masculino (MONARCHA, 1999).

⁴² Conforme a norma, além da Escola Normal a ser instalada na então capital, deveriam ser criadas até outras duas em partes diferentes da província.

⁴³ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 1769, de 4 de abril de 1871. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

⁴⁴ A segunda escola normal estabelecida a partir da Lei de 1871 foi a da cidade de Campanha, que começou a funcionar em 1873. A de Minas Novas, instalada em 1874, foi a terceira.

⁴⁵ Conforme Lynch (2018), se comparado ao período da independência, o número de indivíduos brasileiros na década de 1870 havia triplicado.

o crescimento de setores de prestação de serviços e a expansão da pequena indústria (notadamente a têxtil) traziam novos ares ao Império (HILSDORF, 2003). Além disso, chegavam ao país inovações tecnológicas que facilitavam a comunicação e o trânsito de pessoas, como: linhas de ferro, sistema de telégrafos, navegação a vapor e iluminação pública (VILLELA, 2011). Havia também o crescimento da imprensa nesse contexto. Muitos jornais foram sendo criados em várias províncias brasileiras, facilitando a circulação de informações e de ideias pelo vasto Império. Essas transformações foram acompanhadas, ainda, pela remodelação nas relações de trabalho no país, com a progressiva importação de mão de obra estrangeira, ao passo que o sistema de trabalho compulsório entrava em decadência.⁴⁶

No que tange à instrução, chegavam ao Brasil, vindas, sobretudo, dos países europeus e dos Estados Unidos da América, novas ideias acerca da importância da educação como elemento civilizador da sociedade. Ideias estas que versavam sobre a necessidade da universalização, laicização e gratuidade da instrução primária, especialmente para as camadas mais pobres. Concomitantemente, com a emergência do pensamento positivista, a valorização do conhecimento científico crescia, influenciando o debate educacional da época.

O sistema de coeducação entre os sexos, que já vinha sendo discutido desde os anos 1860 no país, ganhava força com o advento da década de 1870 (HAHNER, 2011), passando a ser adotado progressivamente.⁴⁷ Ao mesmo tempo, um novo método de ensino chamado de “intuitivo” passava a ser defendido como o mais propício para o ensino da mocidade nesse contexto.⁴⁸

Com a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, estipulava-se, em seu artigo 1º, que “Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”⁴⁹. Assim, as crianças nascidas a partir daquela data ficariam com suas mães e sob a responsabilidade dos senhores delas até a idade de 8 anos e, após

⁴⁶ Ainda em meados do século XIX, o sistema escravista brasileiro começava a entrar em crise, sendo ela impulsionada por pressões internacionais em favor da abolição, e materializada por instrumentos normativos criados pelo governo imperial, quais sejam: as leis Eusébio de Queiroz (1850), do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888). Além disso, o movimento de algumas camadas da sociedade (sobretudo de profissionais liberais das capitais das províncias) a favor da extinção da escravidão ganhava força com o tempo, e espalhavam-se em várias partes do país grupos e sociedades abolicionistas.

⁴⁷ É a partir da Reforma Leônicio de Carvalho que se instituiu, legalmente, a coeducação entre os sexos na capital do Império, mas somente para meninos e meninas de até 10 anos de idade, e em aulas regidas exclusivamente por docentes do sexo feminino (KULESZA, 1998).

⁴⁸ Para os idealizadores do novo método de ensino, este teria como objetivo tornar os conhecimentos mais palpáveis e práticos, com a utilização, entre outras coisas, dos sentidos. No contexto brasileiro, o modelo intuitivo foi trazido, difundido e disseminado por intermédio de uma série de intelectuais ilustrados. O novo modelo de ensino começou a figurar na legislação educacional brasileira no ano de 1879, por meio do Decreto de 19 de abril, a Reforma Leônicio de Carvalho (SHELBAUER, 2005).

⁴⁹ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, 1871.

completarem a idade estipulada, caberia ao senhor de escravos optar ou pela utilização do trabalho dos menores até eles completarem os 21 anos, ou receber uma indenização do Estado e entregar a responsabilidade das “crianças expostas”⁵⁰ ao governo. Essa nova realidade proporcionou a ampliação da necessidade da instrução elementar, sendo ela oferecida tanto pelo Estado quanto por instituições particulares, filantrópicas e/ou religiosas (VILLELA, 2011). Ademais, algumas iniciativas de aulas noturnas para adultos foram sendo criadas em algumas localidades do país⁵¹, bem como a implantação de instituições de ensino profissional, notadamente os liceus de artes e ofícios⁵².

Em meio a todas essas transformações e, em grande parte em decorrência delas, os anos 1870 foram palco da expansão do ensino primário elementar institucionalizado em várias partes do país.⁵³ Merece destaque, nesse sentido, o aumento significativo do número de cadeiras⁵⁴ para meninas criadas nesse contexto, se comparado, por exemplo, à primeira metade do oitocentos.⁵⁵

Crescia também a demanda por mestres primários qualificados e, por conseguinte, por instituições específicas para a formação teórica, científica e prática deles, ou seja, as escolas normais. Conforme Tanuri (2000), se, em 1867, existiam apenas 4 instituições públicas dessa natureza em funcionamento no Império, no ano de 1883, esse número havia crescido para 22 escolas. No caso específico de Minas Gerais, se, na primeira metade do século XIX, existia apenas uma escola normal (a de Ouro Preto), no ano de 1884, esse número havia aumentado

⁵⁰ “Crianças expostas” era como eram chamados os filhos de escravos libertos a partir da Lei do Ventre Livre.

⁵¹ A esse respeito, Barros (2016) traz a hipótese de que a introdução da educação noturna pode ser reflexo da necessidade da educação elementar para os negros neste contexto, tanto os livres quanto os escravizados. Do mesmo modo, Gonçalves (2011) chama a atenção para o fato de que, em algumas províncias brasileiras, há registros de que os negros escravizados não só poderiam, como eram incentivados a frequentarem as aulas noturnas. Porém, o autor salienta que estas experiências não se universalizaram.

⁵² Como aponta Chamon (2014), o interesse cada vez maior pela educação profissional estava intimamente ligado às mudanças em relação ao mundo do trabalho características do período. Ainda conforme a autora, foi nas últimas décadas do século XIX que a aprendizagem de ofícios mecânicos começou a adentrar no ambiente escolar institucionalizado, tendo como pioneiras instituições estabelecidas nas províncias do Rio de Janeiro (1856), Pernambuco (1871), Bahia (1872) e São Paulo (1883).

⁵³ Como exemplo, é possível citar o caso da Província de São Paulo: conforme aponta Hilsdorf (2003), no início da década de 1860 existiam 79 escolas de primeiras letras do sexo masculino e 64 do sexo feminino na localidade. No início da década de 1870, todavia, esse número já havia aumentado para 314 escolas masculinas e 197 femininas.

⁵⁴ A palavra cadeira, ao longo do século XIX, foi comumente utilizada com sentido semelhante ao de aula ou escola.

⁵⁵ A título de exemplificação, conforme aponta Muniz (1998), entre 1852 e 1889 foram criadas 616 cadeiras públicas do sexo feminino na província mineira. Ainda de acordo com Muniz (2002), se, na década de 1830, as meninas representavam 7,7% dos alunos matriculados nas escolas, estando elas distribuídas nas 14 escolas femininas que existiam em solo mineiro naquele período, já ao fim do período imperial, as meninas representavam cerca de 35% do total dos alunos matriculados. Do mesmo modo, Faria Filho e Macedo (2004) pontuam que, se a matrícula feminina nas escolas primárias públicas mineiras no ano de 1839 era de 589 meninas, no ano de 1880, porém, esse número havia subido para 7274 estudantes.

para nove (GOUVÊA, 2002). Portanto, a reinstalação da ENOP coincide com o processo de expansão dessas instituições em território mineiro e no país de maneira geral.

Nesse sentido, é importante destacar que Minas Gerais, assim como todo o país, passava por momentos de sensíveis modificações nesse contexto, sendo a província mais populosa do Brasil na década de 1870, com uma economia dinâmica e base produtiva diversificada. Possuía, ainda, forte vínculo com mercados externos, sobretudo, com a capital do Império (PAIVA; GODOY, 2002).

Apesar de estar passando por um processo de descentralização populacional no século XIX, a área central da província, onde se localizava a sua capital, a cidade de Ouro Preto, ainda concentrava a maior densidade demográfica de Minas Gerais no período (LOTT, 2009). Igualmente, como afirmam Paiva e Rodarte (2013), as regiões de ocupação mais antiga continuavam com uma posição de hegemonia ao longo do século XIX por “[...] conterem a parte mais expressiva da rede urbana provincial e por carrearem parte significativa dos ganhos da produção para a exportação das regiões periféricas, uma vez que sediavam os principais entrepostos comerciais de Minas Gerais.” (PAIVA; RODARTE, 2013, p. 288). Era também na área central que, segundo Saraiva (2018), se originaram os políticos mineiros de mais destaque do Império.

De acordo com o recenseamento brasileiro de 1872, o município de Ouro Preto (composto então por 11 freguesias), possuía àquela época 42.582 habitantes livres e 5.632 escravizados. O seu núcleo urbano, onde se localizava a capital, era composto por 14.078 indivíduos, entre livres e cativos, o que correspondia a cerca de 30% da população de todo o município.⁵⁶

Por ser a sede política provincial mineira, era no núcleo urbano que se localizava a Assembleia Legislativa, o Palácio da Presidência e vários outros órgãos do aparato administrativo (SILVA, 2009). Além de ser a sede política, judiciária e administrativa de Minas Gerais, possuía diversificado e ativo comércio, considerável quantidade de profissionais liberais, vários ramos de serviços e instituições bancárias. Havia, ainda, grande número de periódicos produzidos e em circulação na cidade nesse período (LOTT, 2009).

Seguindo a tendência do que acontecia em outras partes do Império, nas últimas décadas do oitocentos, a cidade buscava modernizar-se por várias vias, como, por exemplo, por meio da implantação de iluminação pública, do telefone, do sistema de telégrafos, e da malha ferroviária (iniciada em 1883 e concluída em 1889) (SILVA, 2009). Com a implantação do transporte

⁵⁶ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876.

ferroviário, chegavam, com mais facilidade, materiais que permitiam a incorporação de inovações na arquitetura domiciliar e comercial da cidade.⁵⁷ Inovações essas que visavam ao conforto, à higiene e à modernização da então capital⁵⁸ (LEMOS; MARTINS; BOIS, 2006).

A cidade contava, ainda, com várias opções de divertimentos, como espetáculos, festejos e jogos de diferentes naturezas. Possuía, igualmente, espaços próprios para atividades de lazer: teatro, circo, casa de bilhar, clube, jardins, botequins, entre outros (BIBBÓ, 2017). Tinha também associações e sociedades de cunho cultural e artístico: “[...] a Sociedade Artística, instalada em 25 de março de 1886; Sociedade Beneficente Ouro Pretana; a Sociedade Cooperativa Econômica, dos funcionários públicos; e a Sociedade dos Operários Italianos [...]” (LOTT, 2009, p. 244).

No que diz respeito ao campo da instrução, foram criadas e/ou reorganizadas várias instituições educacionais na cidade na época, sendo as principais delas a Escola de Minas⁵⁹, a Escola de Farmácia⁶⁰, o Liceu de Artes e Ofícios⁶¹ e o Liceu Mineiro (de ensino secundário)⁶². Foram estabelecidas, ainda, algumas escolas elementares noturnas para adultos⁶³.

No bojo de todas essas transformações, a ENOP também retomava as suas atividades. Sua reabertura aconteceu no dia 18 de abril de 1872 e foi marcada por uma celebração solene cercada de prestígio, em que foram proferidos discursos de professores do novo curso, estando presentes nela a Guarda de Honra da Guarda Nacional, a banda de música do Corpo Policial, além de várias autoridades políticas mineiras, entre elas o próprio presidente da província no período, o Sr. Dr. Joaquim Pires Machado (PEDRUZZI, 2016). Ainda a respeito da cerimônia de inauguração da Escola, o jornal *Noticiador de Minas* assim informava: “O acto da instalação

⁵⁷ Como exemplo, é possível citar o caso do mercado de tropeiros localizado, na segunda metade do século XIX, na freguesia de Antônio Dias, nas proximidades da Igreja de São Francisco de Assis (onde hoje se encontra a popular feira de Pedra Sabão). A antiga construção foi substituída, entre o final do século XIX e início do século XX, por um novo prédio com características neoclássicas. Também esse edifício foi demolido posteriormente (VIEIRA, 2016).

⁵⁸ Nas décadas finais do Império, sobretudo na de 1880, a cidade de Ouro Preto buscou modernizar-se de diferentes formas com o objetivo principal de manter-se como a capital da província, uma vez que os debates sobre a necessidade de uma nova capital, mais moderna, cresciam nesse momento. Porém, seus esforços não foram suficientes, e a capital do, já então estado de Minas Gerais, foi transferida para a recém-criada cidade de Belo Horizonte em 12 de dezembro de 1897.

⁵⁹ O decreto de criação da Escola de Minas de Ouro Preto foi publicado no dia 6 de novembro de 1875. A instituição começou a funcionar em 11 de outubro de 1876 (CARVALHO, 2013).

⁶⁰ A Escola de Farmácia foi criada no ano de 1839. No ano de 1876, essa instituição passou por uma reformulação e, a partir de 1882, os alunos formados no curso passaram a receber reconhecimento em todo território imperial (SILVA, 2009).

⁶¹ O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi criado juntamente com a Sociedade Artística Oupretana, sendo instalado no dia 25 de março de 1886 (CHAMON, 2014).

⁶² Assim como a ENOP, o Liceu Mineiro foi criado a partir do Art. 1º da Lei nº 1.769. Ambas as instituições foram instaladas no dia 18 de abril de 1872.

⁶³ Na segunda metade do século XIX foram criadas aulas noturnas para adultos em Ouro Preto. Essas aulas eram mantidas por instituições de cunho filantrópico (ANDRADE; CARVALHO, 2012).

esteve brilhante, sendo geral o contentamento dos ouro-pretanos pelo benefício real que lhe é conferido em matéria de tamanha importancia para o futuro de seus filhos”⁶⁴.

Uma vez instalada, a instituição deveria seguir as orientações previstas no capítulo 4 (dedicado às escolas normais) do Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. A norma trazia uma série de modificações no ensino normal da província, como a ampliação do tempo de duração do curso para dois anos (no ano de 1883, o curso foi ampliado novamente, compreendendo, a partir daquele momento, três anos de duração), o aumento do número de disciplinas, a criação de duas escolas primárias (uma para cada sexo) anexas à Escola Normal (para que os normalistas em formação pudessem exercitar o magistério na prática durante o curso) e a abertura da matrícula prevista para ambos os sexos.⁶⁵

Maria José Fiuza da Rocha (apresentada no início do tópico) ingressou no curso normal nesse período, fazendo parte da primeira turma de estudantes do sexo feminino da instituição em sua nova fase. É possível chegar a essa conclusão devido ao fato de que, na premiação supracitada, em 1873, a jovem estava no segundo ano do curso normal, o que indica que esteve no primeiro ano em 1872, período em que a Escola voltou a funcionar. Como visto, o seu bom desempenho no curso lhe rendeu uma premiação e, mais ainda, a possibilidade de falar publicamente a favor da educação feminina. A parte final do seu discurso foi dedicada aos agradecimentos:

A vós, distintos mestres, agradecemos o trabalho constante de ensinar-nos os sublimes princípios da sciencia. A vós, digno administrador da província e director geral da instrucção pública, a mais profunda gratidão. E a todos que assistem a esta festa intellectual pedimos o testemunho das glórias que se obtem nas lidas do espirito.⁶⁶

É significativo o fato de a cerimônia em questão ter sido realizada nas dependências da Escola Normal e dedicada exclusivamente a “premiar o mérito, animar o talento e o estudo”⁶⁷ das normalistas e estudantes das aulas primárias do sexo feminino da cidade, ocasião em que professores e também uma aluna normalista discursaram a favor da instrução e do magistério primário femininos. Esse acontecimento pode indicar que, além de permitida, a presença feminina na Escola era incentivada, o que não quer dizer, por um lado, que a incorporação das

⁶⁴ Noticiador de Minas, Ouro Preto, 20 de abril de 1872.

⁶⁵ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

⁶⁶ Diário de Minas, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1873.

⁶⁷ Diário de Minas, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1873.

normalistas aconteceu de maneira totalmente tranquila e sem resistências.⁶⁸ Ainda assim, as mulheres foram ocupando pouco a pouco e cada vez mais o seu espaço na instituição.

Nos anos que se seguiram, muitas outras moças percorreram caminhos semelhantes aos de Maria José Fiuza da Rocha, ingressando e, por vezes (não sempre), concluindo o curso normal de Ouro Preto. A presença feminina no corpo discente da instituição vai se tornando hegemônica com o passar do tempo, como é mostrado no tópico a seguir.

1.2. Elas se tornam a maioria

A música e a decoração das salas estavam esplendidas. As emoções que sentirão os espectadores, o prazer e o entusiasmo com que assistirão ao solenne festejo tornão memorável o dia em que se premiou o talento das normalistas, e os estudos das alumnas das escolas primárias.⁶⁹

É assim que terminava o texto do jornal *Diário de Minas* em que se narrava a premiação dada às alunas da Escola Normal e da instrução primária da cidade de Ouro Preto em 1873. Conforme a notícia, na cerimônia, além da aluna Maria Fiuza da Rocha, outras oito normalistas foram premiadas, sendo três delas também do segundo ano do curso: Izabel da Visitação de Paula Xavier e Eugenia Benevenuta Nogueira (2º prêmios); Manoela Nogueira Alvarenga (3º prêmio). E outras cinco do primeiro ano: Adelina Bibiana do Espírito Santo (1º prêmio); Joanna Carolina Coelho, Francisca de Paula do Nascimento, Amelia Augusta do Nascimento (2º prêmios); Rita de Cássia Alves de Oliveira (3º prêmio). Como já apontado, esse fato sinaliza que existiam mulheres no corpo discente da instituição desde os primeiros anos de sua terceira fase de funcionamento.

Também é possível perceber a presença feminina na Escola nesse período a partir de outros registros. É o caso, por exemplo, do relatório escrito pelo inspetor geral interino da instrução pública de Minas Gerais em 1873, Antonio de Alphis Martins, e anexado ao relatório do presidente da província Oliveira Lisboa, em que o primeiro afirmava, a respeito das alunas da instituição, “no fim do presente anno podemos contar com 4 ou 5 professoras dignas do magistério, por seu illibado comportamento e por suas habilitações profissionaes”⁷⁰. Em carta endereçada ao inspetor público provincial, em 30 de novembro de 1873, o professor das

⁶⁸ No capítulo 4 da Tese serão apresentados, mais detalhadamente, alguns elementos que demonstram as resistências encontradas pelas moças, para o acesso delas à ENOP nesse período.

⁶⁹ Diário de Minas, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1873.

⁷⁰ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873.

disciplinas de instrução moral e religiosa, pedagogia e legislação do ensino da Escola Normal, Camillo Augusto Maria Brito, escrevia “As alumnas são distintas pela inteligência e estudo e pelas qualidades morais. O exame mostrará o grão adiantamento nas disciplinas que lecionei.”⁷¹. Igualmente, em edição do dia 10 de dezembro de 1872 do jornal *Noticiador de Minas*, o professor Delfino Clemente Dias Bicalho⁷² afirmava “nomeado para examinar, em grammatica portuguesa, os alumnos e alumnas da escola normal d’esta capital, fiquei admirado pelo optimo aproveitamento que mostrarão tanto no exame escripto, como no oral.”⁷³.

No entanto, não foi possível identificar, nessas fontes, a quantidade de estudantes do sexo feminino e/ou masculino que ingressaram no período. Como já foi dito na introdução do texto, só foram encontrados, no âmbito da investigação, os livros de matrícula dos/as alunos/as da ENOP referentes aos anos de 1877 em diante. Os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial trazem, em algumas de suas edições, informações a esse respeito. Entretanto, há registros de apenas alguns anos, e os números nem sempre são precisos, não constando, ainda, a divisão por sexo dos estudantes.

Tendo em vista essas questões, optou-se por trabalhar, no presente estudo, com os livros de matrículas referentes aos anos que vão desde 1877 até 1889.⁷⁴ A partir dessa análise, foi possível a realização da divisão por sexo dos/as alunos/as matriculados/as na instituição nesse recorte, que consta nas tabelas 1, 2 e 3 expressas abaixo.

Todavia, antes da apresentação das tabelas, é importante trazer algumas observações para a melhor compreensão delas. Primeiramente, recorda-se aqui que, de 1872 até 1882, o curso da ENOP possuía a duração de dois anos. A partir do Regulamento nº 100 de 1883, esse tempo foi estendido para três anos. É por esta razão que a tabela acerca dos/as alunos/as do 3º ano da instituição é menor, tendo início somente em 1884. É por isso também que não houve alunos/as formandos/as no ano de 1883. A esse respeito, o próprio presidente da província Antonio Gonçalves Chaves, em fala à Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1884, esclarecia “não houve exames finaes nesta escola, o anno proximo passado, e nem nas

⁷¹ Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 02, 1873.

⁷² O professor Delfino Clemente Dias Bicalho era irmão de Altina Valentina Dias Bicalho, uma das estudantes que se formou pela ENOP entre 1877 e 1889. A trajetória de Altina será apresentada, com mais detalhes, no capítulo 3 da Tese.

⁷³ *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 10 de dezembro de 1872.

⁷⁴ Esses registros estão presentes nos livros de matrícula da Escola Normal, localizados no Fundo Instrução Pública – IP, do Arquivo Público Mineiro – APM.

demais, visto ter o Regulamento n.100 alterado o anno lectivo, que passou a terminar a 15 de julho”⁷⁵.

Como visto na citação acima, por meio do Regulamento n° 100 de 1883, o ano letivo das escolas normais de Minas Gerais foi alterado, passando a ter início no mês de novembro de um ano e terminando em julho do ano seguinte (a partir do dia 15 de julho, dava-se início aos exames finais das Escolas), sendo o período de 15 de julho até 30 de setembro correspondente às férias. Já o mês de outubro passou a ser destinado à realização dos exames de admissão nas escolas e às matrículas dos/as veteranos/as nos demais anos.⁷⁶ É devido a essa mudança no calendário que os períodos letivos expressos nas tabelas deixam de ser de um ano só (1877, 1878, 1879) e passam a ser compostos por dois anos em conjunto (1883/1884, 1884/1885). É também por essa razão que se estabelece como marco final nas tabelas o ano letivo de 1888/1889, e não o de 1889/1890. Em outras palavras, optou-se por não considerar os/as alunos/as ingressantes em 1889, por esse ano letivo terminar em meados de 1890, ou seja, após o período privilegiado da investigação. Já o ano escolar de 1888 termina em 1889, que é o recorte final da pesquisa.

Por fim, faz-se relevante esclarecer que, para a construção das tabelas, não se levou em consideração os/as alunos/as ouvintes da instituição, os/as que realizavam somente os exames finais ou exames vagos (sem frequentarem as aulas normalmente) nem os/as que assistiam apenas às aulas práticas nas escolas anexas.⁷⁷

Tendo em vista esses apontamentos, seguem abaixo as tabelas sobre o corpo discente da ENOP, constando o número total de alunos/as matriculados/as e a divisão por sexo, em cada ano.⁷⁸

⁷⁵ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

⁷⁶ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

⁷⁷ Faz-se importante lembrar que alguns/algumas alunos/as repetiam de ano, ou o abandonavam e retomavam anos mais tarde, ou seja, o/a mesmo/a aluno/a poderia estar matriculado/a no 1º ano, por exemplo, por dois anos seguidos, se tivesse sido reprovado/a, ou se tivesse abandonado as aulas antes de terminar o ano.

⁷⁸ Nas tabelas, são utilizadas as iniciais H – Homens, M – Mulheres e T – Total.

TABELA 1

Alunos/as matriculados/as no 1º ano da Escola Normal de Ouro Preto (1877-1888/1889)

Ano letivo	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883 ⁷⁹ / 1884	1884/ 1885	1885/ 1886	1886/ 1887	1887/ 1888	1888/ 1889
H	8	8	8	7	8	7	7	5	4	13	17	12
M	19	11	10	9	3	8	21	21	33	47	30	42
T	27	19	18	16	11	15	28	26	37	60	47	54

Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

TABELA 2

Alunos/as matriculados/as no 2º ano da Escola Normal de Ouro Preto (1877-1888/1889)

Ano letivo	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883/ 1884	1884/ 1885	1885/ 1886	1886/ 1887	1887/ 1888	1888/ 1889
H	3	2	3	0	3	4	0	1	1	1	0	1
M	1	10	3	8	10	2	6	9	6	11	12	7
T	4	12	6	8	13	6	6	10	7	12	12	8

Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

TABELA 3

Alunos/as matriculados/as no 3º ano da Escola Normal de Ouro Preto (1884-1888/1889)

Ano letivo	1884/ 1885	1885/ 1886	1886/ 1887	1887/ 1888	1888/ 1889
H	0	0	1	1	0
M	4	7	6	7	9
T	4	7	7	8	9

Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁷⁹ No que diz respeito ao ano de 1883 foram identificadas duas listas de matrícula: uma realizada no começo do ano, antes do Regulamento nº 100, e outra no fim dele, após o Regulamento. Para a construção das tabelas, levou-se em consideração a lista de matrículas realizadas no final do ano de 1883, com a nova organização do ano letivo.

A partir das tabelas, é possível identificar a superioridade no quantitativo feminino nas matrículas na ENOP entre 1877 e 1888, sobretudo do primeiro ano, indicando que mais mulheres iniciam, ou se matriculam, no início do curso. Na tabela de número 1, fica clara essa superioridade, uma vez que, em todos os anos observados, o ingresso no 1º ano foi majoritariamente feito por mulheres, com exceção somente do ano de 1881, em que foram registrados 8 rapazes e 3 moças. Contudo, esse dado precisa ser questionado. Isso porque, nos registros presentes no livro de matrícula consultado⁸⁰, no espaço dedicado às observações, há, em frente aos nomes dos rapazes, a seguinte observação: escola prática do sexo masculino. No que diz respeito aos nomes das moças, porém, não há nenhuma especificação. Logo, não é possível apontar com certeza se todos os 8 indivíduos listados estavam matriculados no curso normal como um todo, ou somente nas aulas práticas do sexo masculino, ou seja, realizando apenas a parte prática da formação, nas escolas primárias anexas.

No que tange à tabela de número 2, referente às matrículas no 2º ano do curso normal, a predominância feminina permanece. Elas estão em número superior nos anos de 1878, 1880, 1881, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887 e 1888. Em 1879, o número de matriculados foi o mesmo: 3 alunos/as de cada sexo. Os homens só são maioria nos anos de 1877 e 1882. No 3º ano do curso, que teve sua primeira turma em 1884, são raros os homens matriculados. Entre 1884 e 1888, só dois estudantes do sexo masculino chegaram ao 3º ano, sendo um deles em 1886 e o outro em 1887.

Esse era um movimento que vinha acontecendo não só em Ouro Preto, mas nas demais escolas normais mineiras e também nas de outras províncias nesse período, ou seja, a feminização do alunado.⁸¹ Em edição do dia 12 de março do ano de 1874 do jornal mineiro *O sexo feminino*⁸², que tinha como redatora a professora da Escola Normal da cidade de Campanha (segunda Escola Normal instituída em Minas Gerais) Francisca Senhorinha da Motta Diniz, consta, na sessão “noticiário”, a seguinte informação:

⁸⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁸¹ Conforme Villela (2008), no caso da Escola Normal de Niterói, é no contexto da década de 1870 que o número de homens e mulheres se equiparou na instituição, e, já na década seguinte, o contingente feminino superou o masculino. De maneira semelhante, Uekane (2008) informa que, no que diz respeito à Escola Normal da Corte, entre os anos de 1880 e 1888, dos 3155 ingressantes nos três anos do curso da instituição, 2331 eram mulheres. No que tange à Escola Normal de São Paulo, Monarcha (1999) afirma que, na década de 1880, o número de matrículas de moças superou o de rapazes na instituição. É também nos anos 1880 que a presença feminina se tornou maior que a masculina no corpo discente da Escola Normal do Piauí (LOPES, 2008). Já no contexto do Rio Grande do Sul, em 1882 ela contava com 120 estudantes, sendo 76 deles do sexo feminino (TAMBARA, 1998).

⁸² O periódico semanal *O Sexo Feminino* passou a circular na cidade de Campanha – MG, em 07 de setembro de 1873, sendo publicado durante um ano naquela cidade (NASCIMENTO, 2004).

Escola Normal em Pernambuco – lê-se na Revista da Instrução daquela cidade que o anno passado matricularão-se 180 senhoras nessa escola, sendo a frequência de 100.

A continuar assim em breve nenhum homem occupará o magistério público primário naquella provincia.

As outras provincias e principalmente a nossa não podem deixar de invejar-lhe a sorte. A educação da mocidade pelo intermédio da mulher há de mudar ou regenerar a actual sociedade.⁸³

Pelo trecho, é possível perceber o entusiasmo da redatora pela presença cada vez maior de mulheres no magistério público primário e o seu desejo para que outras províncias brasileiras, sobretudo a mineira, seguissem os mesmos passos da de Pernambuco. De maneira semelhante, em edição do dia 27 de setembro de 1873 do mesmo jornal, também na sessão “noticiário”, informava-se, com entusiasmo, sobre a supremacia feminina na escola normal de outra província, comparando-a com a de Campanha:

Escola Normal do Rio de Janeiro – consta do relatório apresentado pelo respectivo presidente da provincia á assembléa, que essa escola é frequentada por 54 alumnos, sendo 22 moços e 32 moças. O mesmo se dá aqui na da Campanha, onde o número de moças é muito superior ao de moços.⁸⁴

De fato, como salienta Lage (2006), o regime da Escola Normal de Campanha possuía como princípios, desde os seus primeiros anos, o externato e a coeducação entre os sexos. Conforme a autora, “Esperava-se que as professoras substituíssem aos professores no ensino primário” (LAGE, 2006, p. 7). Na Escola Normal de Sabará⁸⁵, entre os anos de 1882 e 1890, havia duas alunas do sexo feminino para cada aluno do masculino (FERNANDES, 2013). Igualmente, Oliveira (2018) afirma que a coeducação marcou a trajetória da Escola Normal de Uberaba⁸⁶, em que a instituição “[...] enquanto ambiente formador e licenciador de indivíduos para magistério elementar teve, como outra de suas atribuições, a formação de mulheres para atuarem no magistério de Uberaba e região.” (OLIVEIRA, 2018, p. 156).

De maneira geral, conforme esclarece Chamon (2005), as escolas normais criadas em Minas Gerais no contexto das últimas décadas do Império receberam, desde o início, maior quantidade de mulheres do que de homens. Também é possível constatar a predominância feminina entre os concluintes dos cursos. Um indicativo disso são os diplomas de normalistas

⁸³ O Sexo Feminino, Campanha, 12 de março de 1874.

⁸⁴ O Sexo Feminino, Campanha, 27 de setembro de 1873.

⁸⁵ A Escola Normal de Sabará foi criada pela Lei nº 2.794, de 3 de outubro de 1881, e passou a funcionar no ano seguinte.

⁸⁶ A Escola Normal de Uberaba foi criada em 1881 e instalada em 1882, tendo seu primeiro fechamento em 1905 (OLIVEIRA, 2018).

registrados na província mineira. De acordo com Muniz (1998), entre os anos de 1876 e 1880, foram registrados 14 diplomas de rapazes e 25 de moças. Nos anos que se seguiram, essa diferença continuou, já que, entre 1880 e 1885, foram registrados os diplomas de 23 indivíduos do sexo masculino e de 61 do feminino.

Voltando aos dados expressos nas tabelas, é possível perceber, ainda, a grande evasão escolar. As matrículas no segundo ano são bastante inferiores às do primeiro, e às do terceiro, menores ainda que as do segundo. Pode-se concluir, então, que muitos/as alunos/as que ingressavam no curso não chegavam a concluí-lo, ou demoravam mais tempo que o estipulado para encerrá-lo. Também nesse ponto há uma diferenciação por gênero. Comparando as tabelas de números 1 e 2, por exemplo, percebe-se que cerca de 33% das mulheres seguiram no segundo ano do curso. No que tange aos homens, por sua vez, a média de permanência é de cerca de 18%, o que indica que a evasão masculina era consideravelmente maior que a feminina.

Do mesmo modo, as mulheres chegavam ao último ano do curso em maior quantidade e o concluíam em maior número que os homens, uma vez que se matricularam no último ano, no recorte privilegiado, 67 mulheres e apenas 17 homens. Desse contingente, o terminaram 68 estudantes, sendo 54 do sexo feminino e 14 do masculino.⁸⁷

No que diz respeito à superioridade masculina na evasão escolar, é preciso lembrar que em 1871 foi criado, na cidade de Ouro Preto, o Liceu Mineiro (colégio de ensino secundário), que passou a funcionar em 1872. Como informa Neves (2006), de 1874 até 1888, matricularam-se na instituição 4.356 alunos, sendo frequentes 2.850, ou seja, apesar da também evasão, muitos eram os jovens que ali realizavam os estudos secundários. Do mesmo modo, foi criado, no ano de 1886, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, que possuía cunho filantrópico e visava à formação profissionalizante dos seus alunos. Assim, essas duas instituições se apresentavam como opções a mais de instrução para a juventude do sexo masculino ouropretana no período. Para as mulheres, em contrapartida, o curso normal era uma das únicas opções possíveis e bem-vistas socialmente para a continuação nos estudos, para além do ensino primário.

O próprio inspetor geral da instrução pública da província em 1884, João Nepomuceno Kubitschek, em relatório anexado à fala do presidente da província, Antonio Gonçalves Chaves, dirigida à Assembleia Legislativa no mesmo ano, ao discorrer sobre os colégios de ensino secundário de Minas Gerais, chegava à conclusão de que as possibilidades de continuação dos estudos para eles eram bem maiores do que para elas:

⁸⁷ Não se pode excluir a possibilidade de existirem outros/as alunos/as que se formaram pelo curso da ENOP nesse período, porém, foram estes/as os/as encontrados/as pelas fontes localizadas.

Todos elles, inclusive o lyceo, destinão-se ao sexo masculino; o feminino só recebe a instrucção primaria, e a secundaria em alguns collegios subvencionados; e é esse o motivo porque vemos que as senhoras constituem a maioria dos alumnos das nossas escolas normaes. Demonstra este facto que há nellas a sêde do saber, necessidade que não tem atrahido a attenção do poder publico.⁸⁸

O fato é que a entrada de mulheres na ENOP se tornou cada vez mais expressiva com o passar dos anos. Todavia, somente no que diz respeito ao alunado, uma vez que o professorado continuava sendo predominantemente masculino. Poucas foram as mulheres que ocuparam o posto de professoras da instituição no período. No próximo tópico serão apresentados alguns aspectos a respeito delas e de suas trajetórias profissionais no curso normal.

1.3. E as docentes da Escola Normal?

O presidente da província, attendendo ao que requereo D. Maria José Fiuza da Rocha, e tendo em vista a informação da inspeccoria geral da instrucção pública, de 19 do corrente, donde se vê ter a supplicante sido approvada nos annos de 1872 e 1873 nas matérias do 1º e 2º anno da escola normal, e preferida para o provimento interino com que tem servido na aula prática para o sexo masculino annexa á escola normal da capital, resolve nomeal-a definitivamente para a dita cadeira.⁸⁹

Maria Fiuza da Rocha foi nomeada para ocupar definitivamente o cargo de docente da aula prática do sexo masculino anexa à ENOP em 1875, ou seja, após a conclusão do curso normal, ela se tornou uma de suas docentes. A nomeação foi publicada no jornal *Diário de Minas*, em edição do dia 31 de agosto de 1875, na sessão intitulada “Governo Provincial, Secretaria do Governo, Expediente do mês de agosto de 1875, dia 21”⁹⁰. A informação também foi noticiada no relatório do presidente Pedro Vicente de Azevedo na Assembleia Legislativa Provincial de Minas no dia 9 de setembro de 1875: “tendo fallecido o cidadão José de Queiroga, professor da aula prática da capital, nomeei a 21 de agosto para substitui-lo a D. Maria José Fiuza da Rocha, que já regia interinamente esta cadeira”⁹¹.

⁸⁸ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.º de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

⁸⁹ Diário de Minas, Ouro Preto, 31 de agosto de 1875.

⁹⁰ Diário de Minas, Ouro Preto, 31 de agosto de 1875.

⁹¹ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por occasião de sua installação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875.

Maria Fiuza havia ocupado o lugar do professor José de Queiroga, em um primeiro momento, como substituta, e depois, por ocasião da morte dele, definitivamente. O periódico *Diário de Minas* em edição do dia 1º de abril de 1874, noticiava sobre a nomeação de José de Queiroga como professor da aula prática do sexo masculino da Escola Normal.⁹² De fato, em relatório apresentado à Assembleia Provincial pelo vice-presidente Francisco Leite da Costa Belém em 1874, constava a informação, a respeito das escolas anexas de Ouro Preto: “a do sexo masculino da capital tem tido diversos professores, regendo-a desde abril do corrente anno o cidadão José de Queiroga”⁹³. Contudo, pouco mais de um ano após assumir o cargo, o professor pediu licença para tratar de sua saúde, e Maria Fiuza o substituiu, como consta no seguinte despacho:

Da inspetoria geral da instrução pública, datado de hontem, submittendo á approvação o acto pelo qual nomeou a normalista D. Maria José Fiuza da Rocha para substituir ao professor da escola prática annexa a escola normal da capital, José de Queiroga, que se acha com licença para tratar de sua saúde.
– approvo.⁹⁴

Ao que parece, o referido professor não se recuperou dos problemas de saúde, pedindo prorrogação de sua licença. Em publicação do expediente da secretaria do governo, publicada em 29 de julho de 1875 no *Diário de Minas*, constava: “[...] por despacho de hontem, foi prorogada por mais sessenta dias a licença em que se acha o professor da escola prática d’esta capital, José de Queiroga”⁹⁵. Por fim, o periódico *Monitor do Norte* noticiava, em edição do dia 29 de agosto de 1875, a morte do professor: “Falleceu em Ouro Preto, no dia 14 do corrente o nosso amigo, José de Queiroga, distincto professor da Escolla Normal, moço de ameno tracto e de finas qualidades”⁹⁶.

Em correspondência ao inspetor geral da instrução pública, a direção da ENOP, após a morte do professor José de Queiroga, comunicava: “Nomeada por acto do governo de 21 de agosto de 1875, por se achar esta cadeira vaga desde o dia 14 do mesmo mez pelo falecimento do professor que a regia. A prof. Fiuza foi titulada em 23 do mesmo mez, como normalista.”⁹⁷.

⁹² Diário de Minas, Ouro Preto, 1º de abril de 1874.

⁹³ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874.

⁹⁴ Diário de Minas, Ouro Preto, 19 de junho de 1875.

⁹⁵ Diário de Minas, Ouro Preto, 29 de julho de 1875.

⁹⁶ Monitor do Norte, Diamantina, 29 de agosto de 1875.

⁹⁷ Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 26, 1872 – 1879.

Antes de fazer parte do corpo docente da ENOP, Maria Fiuza da Rocha já havia atuado na profissão docente como substituta na cadeira do sexo masculino da freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto, no ano anterior.⁹⁸ Todavia, foi na Escola Normal que ela esteve na maior parte de sua carreira no magistério, trabalhando nela por 16 anos consecutivos⁹⁹, até se aposentar em 1891.¹⁰⁰ No interior da instituição e ao longo de todo esse tempo, Maria Fiuza foi responsável pelas aulas práticas das escolas anexas, em um primeiro momento, da masculina¹⁰¹, depois, da feminina¹⁰², e, por fim, da aula mista¹⁰³. Contudo, ela não foi a primeira docente do sexo feminino a atuar na instituição.

Amalia Ethelvina Bernhauss¹⁰⁴ fez parte do primeiro grupo de professores da ENOP em sua terceira fase de funcionamento, sendo nomeada pelo próprio presidente da província de Minas Gerais em 1872.¹⁰⁵ Inclusive, na ata da inauguração da Escola, em 18 de abril de 1872, de todos os assinantes (cerca de 70 pessoas), a única assinatura de mulher era a da referida professora.¹⁰⁶ Amalia Bernhauss¹⁰⁷ era a responsável pela regência da cadeira da escola prática do sexo feminino, e permaneceu na Escola por 17 anos, até se aposentar em 1889 (PEDRUZZI, 2016). Assim como Maria Fiuza, já atuava no magistério antes de fazer parte dos lentes do

⁹⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 22, 1849 – 1885.

⁹⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 13, 1885. / Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 16, 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Diversos, Notação IP3/5 – Caixa 01, doc. 02, 1884.

¹⁰⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / O Estado de Minas, Ouro Preto, 16 de setembro de 1891.

¹⁰¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 130, 1882 – 1883.

¹⁰² Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

¹⁰³ No livro de matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e das escolas normais, correspondente aos anos de 1891 até 1910, há registros de professoras ministrando aulas mistas em várias escolas anexas às escolas normais mineiras, entre elas a de Ouro Preto (Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades Notação SI – 872, 1891 – 1910).

¹⁰⁴ O nome de Amalia foi escrito de diferentes formas ao longo dos documentos analisados, como: Amalia Ethelvina Bernhauss, Amalia Ethelvina Bernhaus, Amalia Bernhauss, Amalia Bernhaus, Amalia E. Bernhauss, Amalia Etelvina Bernhaus e Amalia Bernhauss de Lima.

¹⁰⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 21, 1871 – 1890.

¹⁰⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação interna, Subsérie Atas, Notação IP – 63, 1872.

¹⁰⁷ No âmbito da investigação, não foram encontrados registros acerca da origem familiar e social de Amalia Ethelvina Bernhauss. A maior parte dos registros referentes a ela diz respeito à sua atuação no magistério. Nos jornais da época, há várias menções à professora pelo seu trabalho docente, e também pela sua participação na vida religiosa da cidade (A Cidade, Ouro Preto, 26 de novembro de 1901. / Minas Geraes, Ouro Preto, 1º de maio de 1894; O Estado de Minas, Ouro Preto, 1º de janeiro de 1896), e na campanha abolicionista (Liberal Mineiro, Ouro Preto, 31 de dezembro de 1886). Atualmente, na cidade de Ouro Preto, há uma rua de nome Amalia Bernhaus.

curso normal.¹⁰⁸ Durante a sua carreira na docência, foi por várias vezes elogiada por autoridades políticas e educacionais pelos bons serviços prestados, sendo, aliás, uma das escolhidas para representar o magistério público de Minas Gerais em um congresso sobre instrução na capital do Império (PEDRUZZI, 2016).

Após Amália Ethelvina Bernhauss e Maria José Fiuza da Rocha, outras mulheres foram docentes na ENOP, como, por exemplo: Generosa Augusta Ferreira (nomeada como adjunta da aula prática do sexo feminino em 1885)¹⁰⁹; Maria Eulalia da Conceição (também nomeada como adjunta da aula prática em 1885)¹¹⁰; Antonina Augusta Ferreira (nomeada como substituta da aula prática do sexo masculino em 1891)¹¹¹; e Anna Ferreira Guimarães (nomeada adjunta da aula prática do sexo feminino em 1893)¹¹². Excetuando-se Amália Bernhauss, todas as demais professoras apresentadas foram alunas da Escola antes de se tornarem docentes dela.

É preciso chamar atenção, porém, para o fato de que todas as docentes aqui listadas trabalharam nas cadeiras referentes às aulas práticas das escolas anexas da Escola Normal, ou como as proprietárias das cadeiras, ou como adjuntas e substitutas. No que diz respeito às demais disciplinas, foram encontrados somente registros de indivíduos do sexo masculino regendo-as, ou seja, apesar de as moças serem a maior parte do público a frequentar a instituição, ela ainda era regida, em sua maioria, por homens. Esse fato parece ser recorrência nas demais localidades de Minas Gerais e em outras províncias no período.¹¹³

¹⁰⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 08, 1836 – 1882. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 18 de dezembro de 1868. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 15 de maio de 1869. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 27 de julho de 1869. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870.

¹⁰⁹ Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 21, 1885. / Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 32, 1889. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896. / Arquivo Público Mineiro - Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades Notação SI – 872, 1891 – 1910.

¹¹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896.

¹¹¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades Notação SI – 872, 1891 – 1910.

¹¹² Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades Notação SI – 872, 1891 – 1910.

¹¹³ No caso da Escola Normal do Mato Grosso, por exemplo, no contexto de reinauguração da instituição no ano de 1875, somente homens compunham o corpo docente dela (XAVIER; SÁ, 2008). De maneira semelhante, no que diz respeito à Escola Normal da Paraíba, Araújo (2011) aponta que durante a década de 1880 havia uma predominância masculina no professorado. Igualmente, o quadro de professores da Escola Normal do Rio de Janeiro na década de 1880 era majoritariamente masculino, excetuando-se somente as mestras de trabalhos de agulha e as de educação física para meninas (HAHNER, 2010). Também na Escola Normal do Espírito Santo, como informa Alvarenga (2018), no contexto dos primeiros anos do século XX, os homens eram maioria no quadro docente da instituição.

Analisando o livro de matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e das escolas normais de Minas, correspondente aos anos de 1891 até 1910, foi possível perceber que, nas escolas normais de Diamantina, Montes Claros, Sabará, Campanha, Uberaba e São João del-Rei, as disciplinas nas quais as mulheres atuavam como docentes eram justamente as das escolas anexas femininas, masculinas e mistas, sendo todo o restante do corpo docente composto por indivíduos do sexo masculino. Elas também aparecem nos registros, em alguns casos, como inspetoras das alunas.¹¹⁴

¹¹⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades Notação SI – 872, 1891 – 1910.

FIGURA 1

Corpo Docente da Escola Normal de Uberaba (1889)¹¹⁵



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Mineiro. Descrição: Corpo docente da Escola Normal de Uberaba (1889). MM – 302.

Ainda assim, não é possível deixar de reconhecer o pioneirismo e a importância dessas mulheres ao integrarem instituições regidas historicamente e majoritariamente por homens. A inserção de docentes do sexo feminino nos cursos normais possui relação direta com o novo público discente que ela recebia, uma vez que as meninas, nas escolas das primeiras letras,

¹¹⁵ A mulher sentada no canto direito da foto, pelo que consta em sua legenda, se chamava Maria Luiza do Valle Resende. Conforme esclarece Oliveira (2018), ela era professora da aula prática do sexo feminino da Escola Normal de Uberaba.

deveriam ser instruídas por indivíduos do mesmo sexo. Logo, nas escolas anexas (sobretudo nas femininas e mistas), era imprescindível que elas as regessem. No que diz respeito especificamente à ENOP, pouco a pouco as professoras vão ganhando voz e espaço, configurando essa uma das mudanças estabelecidas com a chegada do público feminino na instituição, entre outras que serão tratadas no tópico a seguir.

1.4. Elas chegam, mudanças ocorrem

Communico-vos para os devidos efeitos que, tendo o professor e diretor d'esta Escola, Randolpho Bretas, se desligado da mesma para ir a 2ª circunscrição litteraria desempenhar a commissão que lhe confiou o governo, passou-me em data de ontem a directoria que hoje assumo, até que delibereis a respeito.¹¹⁶

Quem assinou este comunicado, endereçado à inspetoria geral da instrução pública e datado de 4 de junho de 1890, foi a professora Maria José Fiuza da Rocha. Apesar de ocupar o cargo interinamente¹¹⁷, é curioso o fato de o diretor ter confiado a ela, uma mulher, a liderança de um ambiente composto majoritariamente por docentes do sexo masculino na época.

No ano anterior, em votação realizada pela congregação de professores para a nova direção da mesma Escola, Maria Fiuza havia sido uma das votadas. Na ocasião, das oito cédulas recolhidas, três professores foram indicados, sendo eles: Randolpho José Ferreira Bretas, que recebeu 6 votos (sendo eleito o diretor); Francisco de Paula Cunha, um voto; e Maria Fiuza da Rocha, também um voto.¹¹⁸ Apesar de ter recebido apenas um voto, e levando-se em consideração a hipótese de que a docente tenha votado em si própria, é significativo o fato de ela ter sido votada e, de um ano depois, ter assumido interinamente a direção por indicação do titular. Esses fatos podem sinalizar que a liderança de mulheres nessas instituições era, pelo menos, prevista, ou seja, a possibilidade de elas ocuparem cargos de destaque não era descartada.

Um fato semelhante já havia acontecido na década anterior. No expediente do mês de junho de 1874 da inspetoria geral da instrução pública, constava a informação de que a docente Amalia Ethelvina Bernhauss havia sido designada para substituir o professor de matemática,

¹¹⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida. Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 07, 1884 – 1890.

¹¹⁷ Não foi possível identificar, no âmbito da investigação, por quanto tempo Maria Fiuza da Rocha ocupou interinamente o cargo de diretora na ENOP.

¹¹⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

Ovidio João Paulo de Andrade, em suas faltas e impedimentos na ENOP.¹¹⁹ Francisca Senhorinha da Motta Diniz, no jornal do qual era redatora e na sessão intitulada “Vista aos incrédulos”, comemorava a referida nomeação:

Graças a Deus que a mulher já serve para mais alguma cousa, do que lavar, engonar, cosinhar, fazer rendas, crivos; já serve para substituir a um professor da escola normal da capital da província, indo leccionar mathematicas! Lê-se no Diário de Minas de 31 de julho deste anno que a professora da aula prática annexa à escola normal de Ouro Preto D. Amalia Ethelvina Bernhauss fôra designada pelo inspector geral da instrução pública para substituir o lente de mathematicas daquela dita escola, Ovidio João Paulo de Andrade. Avante a elevação da mulher.¹²⁰

Apesar de as mulheres serem as responsáveis pelas aulas práticas nas escolas anexas à Escola Normal, vez ou outra elas conseguiam ultrapassar essa fronteira e conquistar outros espaços, mesmo que como substitutas ou interinamente, o que era visto por alguns com entusiasmo e como elemento de elevação da mulher, como é o caso de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, ilustrado no trecho transcrito acima.

Não obstante, essas são somente algumas das modificações vivenciadas no âmbito da ENOP com a chegada das mulheres como alunas e professoras. Aos poucos, outras mudanças vão ocorrendo, sobretudo no que diz respeito aos currículos e às normatizações da instituição, que, ao que tudo indica, vão se adaptando ao novo público.

Como posto anteriormente no texto, a partir do Regulamento nº 62 de 1872¹²¹, os cursos normais mineiros deveriam ter a duração de dois anos, e receberiam tanto alunos quanto alunas, em lições alternadas. A idade mínima para o ingresso nas instituições era a de 16 anos para ambos os sexos. Ainda segundo o referido Regulamento, deveriam ser estabelecidas escolas práticas para cada um dos sexos, anexas à Escola Normal, em que os normalistas e as normalistas exercitariam, sob a supervisão de professores, o ensino primário na prática.¹²²

A partir de então, se estipulava claramente na legislação mineira, que a matrícula no curso normal poderia ser feita por ambos os sexos. As lições, porém, deveriam ser dadas alternadamente para cada um deles. A questão do oferecimento de lições alternadas para os/as

¹¹⁹ Diário de Minas, Ouro Preto, 31 de julho de 1874.

¹²⁰ O Sexo Feminino, Campanha, 18 de agosto de 1874.

¹²¹ Andrade e Carvalho (2009) afirmam que, na segunda metade do século XIX, havia uma grande preocupação governamental em reformular a legislação mineira. Nesse sentido, um grande número de regulamentos, leis, portarias e resoluções foram criados. Tendo em vista essas informações, e na impossibilidade de apresentar todos os textos legais mineiros sobre a instrução produzidos nesse período, no espaço de uma Tese, optou-se por trabalhar somente com os considerados mais relevantes para os temas aqui discutidos.

¹²² MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

alunos/as não era exclusividade das escolas normais da província de Minas Gerais.¹²³ Em um contexto em que começava a ser propagada a coeducação no ensino normal, com a criação de escolas mistas¹²⁴, os horários/dias separados para as aulas era uma recorrência, e tinham como objetivo evitar o contato excessivo entre os sexos.

Já no que tange à idade mínima para o ingresso no curso normal, em fala à Assembleia Legislativa Provincial no dia 10 de agosto de 1878, o presidente Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou a sugestão trazida pelo inspetor geral interino Dr. Carlos Tomaz, para que se alterasse o Art. 37 do Regulamento nº 70. Na referida norma, a idade mínima para a matrícula de ambos os sexos era de 16 anos. Conforme consta no documento, o presidente então decidiu acatar a mudança sugerida, diminuindo a idade mínima da matrícula para 14 anos, mas somente para as meninas.¹²⁵

No Regulamento de nº 84 de 21 de março de 1879, porém, a determinação legal continuava a ser a de que a idade mínima de matrícula para ambos os sexos era a de 16 anos. Ainda assim, o assunto continuou a ser debatido. Em relatório apresentado no dia 07 de agosto de 1881, o presidente da província, João Florentino Meira de Vasconcellos, questionava a idade mínima para o ingresso no curso, em que lhe parecia pouca a idade de 16 anos para a matrícula dos homens nas escolas normais provinciais.¹²⁶

Ainda de acordo com o Regulamento nº 84, foi trazida uma nova prescrição acerca da frequência de moças e rapazes no curso normal. Se, no Regulamento nº 62 de 1872, ficava firmado que as lições seriam dadas de maneira alternada para cada um dos sexos, o Art. 100 do Regulamento nº 84 de 1879, estabelecido sete anos mais tarde, modificou essa determinação, ao afirmar: “O curso será frequentado simultaneamente pelos alumnos mestres de ambos os sexos, havendo para isso nas respectivas salas as necessarias divisões”¹²⁷.

¹²³ A esse respeito, Castanha (2015) aponta que em muitas escolas normais, entre elas as das províncias do Mato Grosso e do Rio de Janeiro, a coeducação já era uma realidade na década de 1870, porém, de maneira semelhante ao caso de Ouro Preto, as aulas eram frequentadas em dias alternados, para se evitar o contato entre os sexos. Ainda conforme o autor, no ano de 1880 a frequência na Escola Normal da província do Rio de Janeiro tornou-se simultânea, todavia, com forte fiscalização, para que o contato entre homens e mulheres acontecesse somente no âmbito da sala de aula.

¹²⁴ De acordo com Hahner (2011), 15 das 22 escolas normais públicas em funcionamento no Brasil no ano de 1882 eram de caráter misto.

¹²⁵ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião da instalação da 1.a sessão da 22.a legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro senador Francisco de Paula da Silveira Lobo, presidente da mesma provincia, em 10 de agosto de 1878. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1878.

¹²⁶ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881.

¹²⁷ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

Uma explicação para a mudança pode estar relacionada a fatores financeiros, já que, com os/as alunos/as recebendo as lições simultaneamente, os professores dariam somente uma aula, e não duas. Todavia, a questão moral e a preocupação com o contato excessivo entre os sexos ainda se faziam bastante presentes, uma vez que se prescreviam as “necessárias divisões” no interior das salas. Não se sabe como aconteceram efetivamente as divisões nas salas durante as aulas no curso normal de Ouro Preto no período. Entretanto, o fato é que a mesma prescrição apontada pelo Regulamento nº 84 seria reforçada na legislação mineira referente ao ensino normal na década seguinte.

Com o advento da década de 1880, novos regulamentos e leis foram sendo criados no que diz respeito à instrução em Minas Gerais. Mudanças no funcionamento e nos currículos das escolas normais da província também foram acontecendo. Ainda no início da década de 1880, o presidente Florentino Meira de Vasconcellos, em relatório apresentado no dia 07 de agosto de 1881, expunha a sua preocupação com as escolas normais, afirmando que, da forma como estavam organizadas, elas não habilitavam de maneira satisfatória o professorado. Ainda de acordo com o relatório: “é insuficiente o curso de dous annos; o ensino deve ser mais desenvolvido, e as matérias melhor distribuídas”¹²⁸.

Dessa forma, um novo regulamento foi estabelecido no ano de 1883, reorganizando, novamente, a instrução mineira. O capítulo 8º do Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883, era dedicado exclusivamente à temática das escolas normais. Conforme constava em seu Art. 175, a matrícula feminina seria permitida para maiores de 12 anos de idade, e a masculina, para maiores de 14 anos.¹²⁹ Apesar de a idade para o ingresso nos cursos normais ter diminuído consideravelmente para ambos os sexos, ainda havia uma diferenciação entre eles, sendo os meninos aceitos mais tarde que as meninas.

Essa modificação pode estar relacionada à idade (máxima e mínima) permitida para que os/as alunos/as frequentassem as aulas primárias da província. Como relembra Gouvêa e Simões (2002), ao longo de grande parte do século XIX, a obrigatoriedade da instrução escolar em Minas Gerais se dava, em média, para os meninos entre os 7 e 14 anos, e para as meninas entre os 6 e 12 anos de idade. Nesse sentido, é provável que a redução da idade exigida para o ingresso dos/as estudantes na Escola Normal tenha acontecido, entre outras razões, para que

¹²⁸ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881.

¹²⁹ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

estes/as não precisassem interromper os seus estudos, assim que completassem o ensino elementar, passando a ter, portanto, a oportunidade de continuá-lo, por meio do ingresso no curso normal. Essa hipótese torna-se plausível, sobretudo, no caso das estudantes do sexo feminino, em que as opções de continuidade dos estudos no ensino secundário eram quase inexistentes.

Como visto, a questão da idade mínima para o ingresso no curso normal era uma preocupação recorrente, sendo várias vezes modificada e debatida nos discursos governamentais. É curioso o fato de que, via de regra, se defendia que a idade exigida para a matrícula das meninas deveria ser menor. Essa diferenciação entre os dois sexos pode ser explicada, entre outras razões, pela ideia, defendida por muito tempo, do amadurecimento precoce das mulheres em relação aos homens.

De acordo com Jinzenji e Costa (2019), ao analisarem os dicionários da língua portuguesa de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848), o período de adolescência/juventude/mocidade dos jovens do sexo masculino apresentados nesses dicionários correspondia à idade de 14 a 24 anos. No que diz respeito especificamente ao termo “puberdade”, associado ao período de adolescência, no dicionário de Fonseca & Roquete (1848), esse é definido pela idade de 14 anos, para os meninos, e de 12 anos, para as meninas. Assim, conforme os autores, se a puberdade coincide com o início da juventude, ela se daria dois anos antes para as mulheres. É possível, pois, inferir que a norma de 19 de junho de 1883, ao determinar as idades mínimas para a matrícula na Escola Normal de 12 anos, para as meninas, e de 14, para os meninos, coincida com o período entendido na época como o início da juventude para ambos os sexos.

Contudo, faz-se importante salientar que, para a retirada dos diplomas de normalistas, nos Regulamentos nº 84 de 1879 e nº 100 de 1883, ficava estabelecido que a idade mínima para os dois sexos deveria ser a mesma, a de 18 anos.¹³⁰ Nesse sentido, aqueles que concluíam o curso antes disso deveriam esperar completar a idade estipulada para solicitarem seus respectivos diplomas.

No Regulamento nº 100 ficava estabelecido, ainda, que o curso normal deveria ser ampliado para o período de três anos, e que novas disciplinas e conteúdos seriam incorporados ao currículo. Entre as novas matérias adicionadas, havia uma dedicada exclusivamente ao público feminino, a de trabalhos de agulha e bordados, que deveria ser realizada na escola

¹³⁰ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

prática do sexo feminino. Além disso, os alunos de ambos os sexos teriam aulas de vocal e de música, em que as meninas aprenderiam piano¹³¹, ou *harmonium*, e os rapazes violino.¹³² Havia, a partir de então, uma diferenciação curricular entre homens e mulheres no âmbito da Escola.

Como aponta Viñao Frago (2008), as disciplinas escolares não são estáticas, são, pelo contrário, organismos vivos, que se desenvolvem, evoluem ou desaparecem. Elas são, ao mesmo tempo, um campo de disputas por poder. Como a chegada de moças na ENOP foi bem anterior à modificação do currículo, acontecendo desde o início da década de 1870, é possível inferir que a entrada maciça das mulheres e as modificações das características atribuídas à profissão docente primária, influenciaram na escolha dos conhecimentos a serem ministrados.

Ainda conforme o Regulamento nº 100, em seu Art. 174, estipulava-se que o serviço de expediente da Escola Normal deveria ser feito por um amanuense, que seria nomeado pelo próprio diretor da instituição, entre os alunos que mais se destacassem no curso. No caso da ENOP, pelo que foi possível identificar, os amanuenses escolhidos durante a década de 1880 foram todos do sexo masculino.¹³³

Em contrapartida, no Art. 171 da mesma norma, ficava firmado que, para auxiliar a professora da escola prática do sexo feminino, seria designada uma adjunta, que, além do auxílio nas aulas, serviria também como inspetora das alunas mestras¹³⁴, o que mostra outra diferenciação entre os gêneros na legislação, uma vez que, para as aulas práticas do sexo masculino, não havia a mesma norma. É curioso o fato de que caberia à adjunta “as funções de inspetora das alumnas mestras”¹³⁵, mas que não havia no Regulamento menção à necessidade de alguém para inspecionar os alunos mestres, o que corrobora a ideia de que as

¹³¹ Há registros de que, por várias vezes, solicitou-se do governo mineiro recursos para o concerto do piano da ENOP, como, por exemplo: em 1881 (A Actualidade, Ouro Preto, 26 de abril de 1881); 1885 (Liberal Mineiro, Ouro Preto, 19 de maio de 1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 12, 1875); e 1891 (O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 14 de julho de 1891).

¹³² MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

¹³³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 06, 1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 13, 1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 35, 1886. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP - 135, 1883-1893. / O Baependyano, Baependy, 11 de janeiro de 1885. / A União, Ouro Preto, 13 de agosto de 1887. / A Província de Minas, Ouro Preto, 17 de agosto de 1887.

¹³⁴ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

¹³⁵ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

moças eram alvo de maiores preocupações e que precisariam de maior vigilância que os rapazes.

Por fim, no Art. 177 do Regulamento, constava que os alunos que faltassem às aulas 10 vezes, sem justificativas, ou com 40 justificadas, perderiam o ano de estudos. Contudo, no que diz respeito às normalistas, o texto dizia que “as alumnas, porém terão o direito de ausentar por tres dias consecutivos em cada mez, independente de qualquer justificação”¹³⁶. Este ponto específico do Art. 177 poderia significar tanto uma concessão dada às mulheres devido a questões biológicas (cólicas menstruais, por exemplo) e sanitárias¹³⁷ como também um fator de misoginia¹³⁸. Independentemente das motivações, o fato é que existia legalmente, a partir de então, uma diferenciação entre os sexos nesse quesito. Sua inclusão no Regulamento de 1883, não estando presente nos anteriores, pode sinalizar uma adequação ao novo grupo que frequentava majoritariamente os cursos normais na província.¹³⁹

Para além das modificações curriculares e de normatizações, aconteciam, ainda, outras mudanças, talvez de caráter mais sutil, decorrentes da entrada de mulheres na ENOP, como será apresentado no próximo tópico.

1.5. Elas e a localização espacial da Escola

Corre como certo, que a Escola Normal, juntamente com as duas escolas da instrução primária, que lhe são annexas, regidas pelas dignas professoras as Exmas D. Amalia Bernhauss e D. Maria Fiuza, vão ser no próximo futuro anno transferidas para a freguesia de Antonio Dias, e funcionar em um prédio do Sr. brigadeiro Domingos de Magalhães Gomes, sito no largo de S. Francisco de Assis. A princípio não podemos dar credito a esse boato; hoje, porém, que elle já é quasi um factio consumado, não podemos deixal-o passar sem reparo e sem protesto.¹⁴⁰

¹³⁶ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

¹³⁷ No caso específico da ENOP, por exemplo, durante as décadas de 1870 e 1880, por muitas vezes a direção da instituição entrou em contato com o governo provincial, reclamando sobre as más acomodações físicas em que ela se encontrava. É possível pensar na hipótese de que também as acomodações sanitárias da Escola não fossem plenamente adequadas para a higiene feminina nesse período.

¹³⁸ Mary Del Priore (2009) pontua que o considerado “sangue secreto” foi objeto de interesse em diferentes meios, inspirando teses, cuidados e variadas superstições, sendo, entre os excrementos expelidos pelas mulheres, considerado mais perigoso, uma vez que era tido como venenoso. Nesse sentido, durante a menstruação, a mulher deveria isolar-se do que era produzido, e do que ela mesma produzia. Ainda de acordo com Del Priore (2009), a partir da segunda metade do século XVIII, algumas modificações passaram a acontecer no que diz respeito à opinião médica sobre o assunto. Neste novo cenário, a menstruação deixava de causar temores, mas continuava inspirando uma série de cuidados na mulher, sobretudo no que diz respeito ao ambiente em que ela vivia, à sua alimentação e aos seus esforços físicos.

¹³⁹ Não se exclui aqui a hipótese de que a inclusão do referido artigo no regulamento de 1883 tenha sido uma adequação legal a uma prática que já vinha sendo adotada pelas alunas.

¹⁴⁰ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de novembro de 1882.

Em edição do dia 30 de novembro de 1882 do jornal *A província de Minas*, constava um texto assinado como “um por todos”, em que havia uma série de críticas ao governo provincial em decorrência da mudança da ENOP e de suas anexas para a freguesia de Antônio Dias, do qual faz parte o trecho transcrito acima. Logo no início do texto, fica claro que a preocupação maior do protesto era referente, sobretudo, à mudança de uma freguesia para a outra das aulas práticas anexas, regidas pelas professoras Maria Fiuza da Rocha e Amalia Ethelvina Bernhauss.

No texto, argumentava-se que, com a transferência das escolas anexas, a freguesia de Ouro Preto ficaria sem nenhuma aula primária do sexo feminino. Ademais, a mudança desagradaria as docentes dessas instituições, de maneira especial a uma delas: “[...] sabemos de boa fonte, que a Exma. Sra. D. Amalia de muito máo grado se sujeita a essa remoção forçada. Há aqui pois ainda uma grave injustiça: inflige-se uma punição, a quem só merecia premios”¹⁴¹.

Embora não se saiba ao certo em que local e de que maneira funcionavam as escolas anexas à ENOP durante as décadas de 1870 e 1880, fica claro que elas ocupavam o mesmo espaço físico, ou então acomodações próximas umas das outras. O periódico *Noticiador de Minas*, por ocasião da inauguração do curso normal, ainda em 1872, informava que, no edifício da repartição da instrução pública da província, já estavam preparadas as salas em que funcionariam tanto a aula normal quanto as aulas primárias dos sexos feminino e masculino.¹⁴²

Ao que parece, também no início da década de 1880, as escolas anexas funcionavam nas proximidades da Escola Normal, ou até no mesmo espaço, uma vez que a mudança de uma vinha acompanhada das outras, o que motivaria a escrita do protesto mencionado anteriormente. Desse modo, mais do que a preocupação com os deslocamentos dos e das normalistas, criticava-se a possível ausência de escolas primárias para as meninas na freguesia de Ouro Preto, a partir da transferência.

Durante as décadas de 1870 e 1880, a questão da localização espacial da ENOP esteve em discussão por várias vezes, tanto por professores e gestores da instituição, como pelo governo de Minas Gerais de maneira geral. Por muitas vezes, foram questionadas e criticadas as instalações destinadas à Escola, consideradas, quase sempre, inapropriadas, o que fazia com que ela fosse alocada e realocada em várias partes da cidade nesse contexto.¹⁴³

¹⁴¹ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de novembro de 1882.

¹⁴² Noticiador de Minas, Ouro Preto, 20 de abril de 1872.

¹⁴³ Para mais informações acerca da localização espacial da ENOP nesse período, ver: Pedruzzi (2016).

No início da década de 1880, a Escola Normal dividia o seu espaço com o Liceu Mineiro, a Inspeção Geral da Instrução Pública e a Escola de Farmácia. Não comportando de maneira suficientemente adequada as quatro instituições, em 1882 foi transferida, por alguns meses, para um prédio denominado *Chalet*, localizado na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Essa mudança, porém, foi temporária, uma vez que, por decisão do governo provincial, houve uma troca, em que a Escola de Farmácia foi transferida para o *Chalet*, e a Escola Normal, para o prédio em que esta estava alocada antes, juntamente com o Liceu Mineiro.¹⁴⁴ Contudo, o prédio do Liceu também não havia acomodado convenientemente as aulas secundárias e normais, fazendo com que a presidência da província buscasse ainda outro local para sediar a instituição. Por fim, foi arrendado um prédio para ela, sendo ele pertencente ao tenente coronel Domingos Magalhães Gomes (PEDRUZZI, 2016). Entretanto, o edifício mencionado localizava-se na rua Dr. Claudio, número 19, na freguesia de Antônio Dias. A mudança de uma freguesia para a outra gerou incômodos e críticas dos habitantes da de Nossa Senhora do Pilar Ouro Preto, e respostas dos moradores da de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, expostas pela imprensa da época.

¹⁴⁴ Em discurso à Assembleia Provincial na sessão do dia 1º de agosto de 1882, o então presidente da província Theophilo Ottoni destacou a necessidade da mudança, já que o Curso de Farmácia funcionava em duas salas acanhadas do Liceu, não o acomodando suficientemente. No *Chalet*, porém, havia água e terreno abundantes para a criação de um horto botânico e para a realização de “trabalhos a fogo”, necessários para as aulas do curso em questão. Vê-se, assim, que o governo priorizou o curso de Farmácia para a ocupação do *Chalet*, ficando a Escola Normal alocada no antigo espaço ocupado por aquele (PEDRUZZI, 2016).

FIGURA 2

Edifício em que funcionava a Escola Normal de Ouro Preto na década de 1880 (Freguesia de Antônio Dias)¹⁴⁵



Fonte: Acervo iconográfico da Biblioteca Nacional. Descrição: Escola Normal e Rua do Ouvidor. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/793>. Acesso em: 2 mar. 2020.

As freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias compunham o núcleo urbano da então capital de Minas Gerais em que, segundo o recenseamento brasileiro de 1872, a primeira possuía 7.701, e a segunda, 6.377 habitantes.¹⁴⁶ Como assinala Lott (2009), era na freguesia de Nossa Senhora do Pilar que se concentrava a maior parcela de homens brancos livres da capital, já que era ali que residia grande parte do corpo administrativo provincial e do regimento militar mineiro. Além disso, esta era também a mais rica, uma vez que nela havia maior quantidade de escravos e de fogos mais numerosos. Ainda de acordo com a autora, a economia na freguesia do Pilar era mais voltada para os serviços urbanos (empregados públicos, advogados, farmacêuticos, professores); já a da freguesia de Antônio Dias possuía perfil mais diversificado, com artistas, capitalistas, proprietários, comerciantes, e outros trabalhadores sem especificação definida.

¹⁴⁵ Esse foi o prédio arrendado do Tenente Coronel Domingos Magalhães Gomes na Freguesia de Antônio Dias para o funcionamento da ENOP a partir do ano de 1883. Nele também funcionou, anteriormente, o Colégio Assumpção e a Escola de Farmácia. O edifício ainda existe atualmente; situa-se em frente à popular “Feira de Pedra Sabão” da cidade de Ouro Preto, próximo à Igreja Histórica de São Francisco de Assis.

¹⁴⁶ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876.

Na publicação do jornal *A Província de Minas*, apresentada no início do tópico, se faz uso uma série de argumentos questionando o novo local escolhido para sediar as escolas (normal e anexas), como o fato, por exemplo, de o edifício se localizar na freguesia de Antônio Dias e em frente ao mercado da cidade:

[...] não se podia escolher lugar menos próprio para um estabelecimento escolar, no foco de maior actividade comercial, que ha em Ouro Preto, na visinhança de um mercado, onde ha constante acumulação e transito de tropas, carros e carroças, principalmente nas horas em que funcionam as aulas, e onde por conseguinte reina de contínuo um ruído ensurdecedor; de modo que será mistér, que tanto professores como alumnos tenham pulmões de aço para poderem se ouvir reciprocamente.¹⁴⁷

Em edição do dia 5 de dezembro de 1882 do jornal *Liberal Mineiro*, constava uma resposta ao texto mencionado anteriormente¹⁴⁸, em que se afirmava que o novo local escolhido para sediar a Escola Normal e suas anexas estava em uma posição quase que central na cidade, beneficiando, assim, ambas as freguesias. No que diz respeito ao alegado barulho do mercado nas proximidades do edifício, foi dada a seguinte resposta:

É uma injustiça dizer o articulista que, por estar o prédio perto do mercado, os professores e alumnos só com pulmões de aço, por causa do barulho, poderão fazer-se ouvir.

Está completamente enganado; quem conhece a casa vê a altura em que está collocada, comprehende logo que não tem procedência tal allegação, e que os illustres professores e alumnos não terão necessidade de reformar pulmões para se fazerem ouvir.¹⁴⁹

O texto publicado em 5 de dezembro de 1882 pelo *Liberal Mineiro* foi assinado como “um por todos os jacubas e mocotós”, provocação à assinatura do artigo publicado anteriormente pelo *A Província de Minas* “um por todos”, e alusão à antiga rivalidade existente entre as duas freguesias.

¹⁴⁷ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de novembro de 1882.

¹⁴⁸ É preciso lembrar que os dois jornais mencionados eram rivais politicamente na cidade de Ouro Preto nesse contexto, sendo o *A Província de Minas* órgão do partido conservador e o *Liberal Mineiro*, do partido liberal.

¹⁴⁹ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 5 de dezembro de 1882.

FIGURA 3

Mercado de Ouro Preto e Igreja de São Francisco de Assis na década de 1880



Fonte: Acervo iconográfico da Biblioteca Nacional. Descrição: O mercado e a Igreja de São Francisco, obra de Aleijadinho. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2571>. Acesso em: 2 mar. 2020.

As freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias foram palco de uma rivalidade que se originou nos tempos coloniais, em que os habitantes da primeira eram chamados de Mocotós pelos da segunda, e os da segunda, de Jacubas pelos da primeira. No início da povoação da antiga Vila Rica¹⁵⁰, fixaram-se, de um lado da localidade, majoritariamente os bandeirantes paulistas (freguesia de Antônio Dias), e do outro, os portugueses (Pilar de Ouro Preto). Os apelidos tinham ligação com os hábitos alimentares dos habitantes das duas povoações. Jacuba era uma espécie de mingau consumido pelos paulistas, e mocotó era um prato típico dos portugueses (AMORIM, 2013; BIBBÓ, 2017).

Ambas as notícias citadas faziam menção a essa rivalidade e aos apelidos dados aos habitantes de cada uma delas. No texto publicado pelo jornal *A Província de Minas*, ao referir-se à decisão de mudança tomada pelo então presidente provincial, Theofilo Ottoni, foi escrito:

Si o Sr. Theophilo Ottoni fosse natural desta cidade e da parochia de Antonio Dias, e si ainda perdurasse a antiga rivalidade, que outrora existia entre os habitantes de Ouro Preto e Antonio Dias, apellidando-se os primeiros

¹⁵⁰ Após o processo de independência do Brasil, notadamente no ano de 1823, Vila Rica passou a se chamar Imperial Cidade de Ouro Preto.

mocotós, e a estes *jacubas*, diríamos, que o Sr. Exc. é *jacuba enragê*, e que por um acintoso espirito de bairrismo assentou de humilhar e maltratar seos adversários, da outra freguezia.¹⁵¹ (Grifo original).

Do mesmo modo, na resposta publicada pelo *Liberal Mineiro*, além da assinatura no final do texto “um por todos os jacubas e mocotós”, havia, ainda, outra menção à referida rivalidade: “Parece que o tal Sr. *Um por todos*, como está firmado o artigo, é dos antigos e emperrados *mocotós*, que não deixão os pobres *jacubas* pôr o pé em ramo verde”¹⁵². Em seguida, o autor louvava o presidente, afirmando que este não havia privilegiado nenhuma das freguesias, ao escolher um prédio localizado no centro da cidade para a Escola Normal e suas anexas.

Além da suposta insatisfação da professora Amalia Ethelvina Bernhauss com a mudança, a notícia assinada por “um por todos” enfatizava fortemente os problemas que as meninas/moças estudantes enfrentariam com a transferência. O trecho a seguir ilustra como a questão foi utilizada como linha argumentativa em favor da permanência das escolas na freguesia do Pilar:

E pois, as filhas dos moradores do bairro das Cabeças, por exemplo, as normalistas e meninas de 7 a 10 annos, terão de fazer essa extensa perigrinação de mais de 2 kilometros para muitas, atravez dessas ruas tão aceadas e bem calçadas de nossa capital, entulhadas de burros, carros, bois, porcos, cabritos, cachorros, patos, gatos, gallinhas, perús, etc, etc., para lá chegarem esbaforidas e estropiadas! E para chegarem a tempo terão de madrugar, vestir-se a toda pressa, e ir almoçando pelo caminho algum pedaço de pão ou biscoito.¹⁵³

O bairro das Cabeças, então localizado em uma área considerada longínqua da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto¹⁵⁴, foi usado estrategicamente como exemplo do quão prejudicadas estariam as alunas vindas desse local, tendo elas que se deslocarem por um grande e difícil percurso. Nessa parte do texto também fez-se uso da ironia para dar ênfase ao argumento, em que se dizia “atravez dessas ruas tão aceadas e bem calçadas de nossa capital, entulhadas de burros, carros, bois, porcos, cabritos, cachorros, patos, gatos, gallinhas, perús, etc, etc.”¹⁵⁵. Ainda sobre o trajeto para a chegada ao possível novo prédio das escolas, o autor de “um por todos” continuava tecendo duras críticas

¹⁵¹ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de novembro de 1882.

¹⁵² Liberal Mineiro, Ouro Preto, 5 de dezembro de 1882.

¹⁵³ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de novembro de 1882.

¹⁵⁴ O bairro das Cabeças ainda existe na cidade de Ouro Preto.

¹⁵⁵ A Província de Minas, Ouro Preto 30 de novembro de 1882.

Além de tudo isso, as meninas, depois da longa e penível viagem, ao entrarem na praça até chegarem a escola, terão de passar impavidamente através de uma selva movediça de cornos de bois, e por um labirinto de patas de burros, de que muitas vezes é difícil á qualquer homem ágil e robusto desembaraçar-se.¹⁵⁶

Neste trecho, mais uma vez as más condições da localização do novo edifício foram expostas, acrescidas da ênfase dada à condição mais frágil das moças/meninas, comparando-as explicitamente com os homens “ágeis e robustos”, em que o lugar seria de difícil acesso até para eles e, por conseguinte, mais ainda para elas.

Em edição do dia 7 de dezembro de 1882 do periódico *A Província de Minas*, havia outro texto relacionado à temática. Assinado como “um por muitos”, o autor dizia concordar com o artigo assinado como “um por todos” do mesmo jornal.¹⁵⁷ O texto trazia a informação de que estaria sendo construída uma outra entrada pela parte de trás do prédio em que seriam transferidas as escolas, a fim de evitar que as estudantes tivessem que passar pelo mercado da cidade para chegar até elas. Todavia, no artigo foi feita uma crítica à construção dessa outra entrada, usando como argumento principal, mais uma vez, questões referentes às especificidades do sexo feminino:

Mas no becco em que se está fazendo a nova entrada ha cousa peor do que tropas e carros, que é uma sucia de mulheres á toa, farpellas de soldados, perto das quaes não podem nem devem passar meninas innocentes como as que frequentão a escola normal.¹⁵⁸

No trecho acima é apresentado um argumento novo, se comparado ao do artigo anteriormente publicado como “um por todos”. Neste, além das oposições à nova sede relacionadas às longas distâncias a serem percorridas pelas moças, e à fragilidade física delas para atravessá-las, se usou como argumento questões relacionadas à moralidade, ou seja, havia uma preocupação (aparente ou real) com a honra e a inocência das meninas que frequentavam o curso normal.

Embora as reclamações e os protestos expostos não tenham surtido o efeito desejado, uma vez que a Escola Normal e as suas anexas foram, de fato, transferidas para o referido

¹⁵⁶ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de novembro de 1882.

¹⁵⁷ Em edição do dia 1º de fevereiro de 1883 do jornal *A Província de Minas*, o autor do texto assinado como “um por todos” vem a público afirmar que não é o mesmo autor que assina o texto “um por muitos”.

¹⁵⁸ A Província de Minas, Ouro Preto, 7 de dezembro de 1882.

edifício da freguesia de Antônio Dias¹⁵⁹, é notório que as linhas argumentativas apresentadas estão intimamente ligadas à questão das mulheres/meninas/moças. Isso pode ser visto tanto quando se questionava sobre a iminente ausência de uma escola primária do sexo feminino na freguesia do Pilar de Ouro Preto e a insatisfação da professora responsável pelas aulas anexas com a mudança, quanto acerca das alegações das grandes e difíceis distâncias a serem transpostas pelas meninas, ou ainda a preocupação com a preservação da honra e da inocência delas. Em momento algum se fez menção aos homens/rapazes/meninos quando se falava dos inconvenientes da transição, exceto no que diz respeito ao suposto barulho proveniente do mercado, que poderia atrapalhar indistintamente uns e outros.

Esses fatos são alguns indícios de que a chegada das moças à instituição influenciou-a em vários aspectos, inclusive nas discussões a respeito de sua localização, que deveria ser pensada com mais “cuidado”, devido às especificidades de parte do contingente de pessoas que a frequentava ou nela trabalhava.

Como apresentado ao longo do capítulo, o curso normal parecia ir se modificando, em nível curricular, de normatizações e de localização geográfica, na medida em que o perfil docente/discente também mudava. O magistério primário ia se tornando feminino, e o grupo de normalistas que estudava em Ouro Preto, também.¹⁶⁰ No próximo capítulo da Tese, serão apresentados alguns aspectos gerais das alunas e também dos alunos normalistas que se formaram em meio a esse processo de feminização do corpo discente da ENOP. Quem eram estes/as estudantes? De onde vieram? Quais os caminhos os/as levaram à instituição? Quais as características principais deste grupo de indivíduos?

¹⁵⁹ A ENOP e suas anexas foram transferidas para o edifício de propriedade do Tenente Coronel Domingos Magalhães Gomes, situado na rua Dr. Claudio, número 19, na freguesia de Antônio Dias, no início do ano de 1883, e funcionou nesse endereço até, pelo menos, o ano de 1889.

¹⁶⁰ É possível ver essa diferença uma vez que, em suas duas primeiras fases, ainda em meados do século XIX, a ENOP recebeu quase que exclusivamente alunos do sexo masculino, e, em sua terceira, estava aberta para ambos os sexos, mas, com o público majoritariamente feminino. Já no início do século XX, especificamente entre os anos de 1910 e 1929, a ENOP recebeu exclusivamente estudantes do sexo feminino (PEDRUZZI, 2014).

CAPÍTULO 2

Um grupo diversificado: características gerais dos/as normalistas

Ao longo deste capítulo serão apresentadas algumas características, mais gerais, acerca do grupo de estudantes formados/as pela ENOP no contexto privilegiado desta investigação. Dessa forma, irá se discorrer, em um primeiro momento, acerca da faixa etária dos/as alunos/as, enquanto frequentavam o curso. A questão das relações de parentesco estabelecidas entre esses/as estudantes também será discutida, bem como o tempo de permanência deles/as no curso de formação. Será abordada, ainda, a questão das origens familiares dos/as normalistas, suas naturalidades, e os deslocamentos espaciais feitos por eles/as para a frequência no curso da Escola Normal.

2.1. Um curso voltado para a mocidade

Foi submettida a exame desta matéria, na banca geral de Ouro Preto e aprovada com distinção a Exma. Sra. D. Maria Honorina Nogueira, digna filha do nosso particular amigo o Exm. Sr. capitão Antonio de Santa Cecília [...]. Enviamos os nossos cordiais parabéns a tão jovem quanto esperançosa discípula, ao seu digno e extremoso pai, ao seu zeloso e inteligente professor.¹⁶¹

O trecho acima foi extraído de uma notícia publicada pelo jornal *O Leopoldinense*, em 24 de dezembro de 1882. A matéria a qual se refere à publicação é a de português, do ensino elementar. Já no início do ano seguinte, Maria Honorina Nogueira ingressou no curso da ENOP, em um primeiro momento, como ouvinte¹⁶², para depois, após a implantação do Regulamento nº 100 (que modificou o ano letivo e a idade mínima de ingresso nos curso normais), ser matriculada como aluna regular da instituição, em outubro do mesmo ano.¹⁶³ No início de 1883, ela contava com a idade de 12 anos, sendo, entre os/as alunos/as formados/as no período de

¹⁶¹ O Leopoldinense, Leopoldina, 24 de dezembro de 1882.

¹⁶² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

¹⁶³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

1877 até 1889¹⁶⁴, uma das mais jovens a entrar no curso normal da então capital de Minas Gerais.¹⁶⁵

Além da referida normalista, outros/as estudantes já frequentavam a ENOP antes de suas matrículas serem oficializadas, acompanhando as aulas como ouvintes, para que, geralmente, no ano seguinte ou nos posteriores, ingressassem como alunos/as registrados/as oficialmente. É possível considerar a hipótese de que, por não terem a idade mínima estipulada pela legislação para a matrícula, os/as jovens fossem assistindo informalmente às aulas, para que, quando completassem a idade adequada, se matriculassem. Essa possibilidade se aplica ao caso de Maria Honorina, uma vez que ela nasceu no dia 26 de julho de 1870¹⁶⁶, ou seja, quando começou a frequentar a Escola, como ouvinte, já tinha a idade de 12 anos. Entretanto, no início de 1883, o Regulamento nº 100 ainda não estava em vigor, tendo sido implantado somente no dia 19 de junho naquele ano. Dessa forma, até meados de 1883, a legislação não permitia a matrícula de alunas na faixa etária de Maria Honorina. Contudo, a partir da implantação da nova norma, a idade de ingresso diminuiu, o que possibilitou a sua entrada formal na instituição.¹⁶⁷

¹⁶⁴ É importante deixar claro que estão sendo levados em consideração, para o presente estudo, apenas os dados referentes aos/as alunos/as que se formaram na ENOP entre 1877 e 1889 (e não todos/as aqueles/as que se matricularam na instituição), ou seja, os 68 sujeitos privilegiados desta pesquisa. Assim, entre esses 68 indivíduos, há registros de que apenas duas alunas entraram na instituição com 12 anos de idade, sendo elas: Maria Honorina Nogueira e Anna Ferreira Guimarães.

¹⁶⁵ Além de Maria Honorina Nogueira, a outra jovem que ingressou com 12 anos na ENOP, Anna Ferreira Guimarães, era natural da própria capital e filha de Antonio Joaquim Ferreira Guimarães. A normalista entrou no primeiro ano do curso em 1885 e terminou-o em 1888 (Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890).

¹⁶⁶ Arquivo Diocesano de Leopoldina – Igreja Católica. São Sebastião, Leopoldina, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1855 – 1881.

¹⁶⁷ Como apontado no tópico 4 do capítulo 1 da Tese, durante grande parte do século XIX, a frequência das meninas nas aulas elementares era permitida na faixa etária dos 6 aos 12 anos de idade, aproximadamente. Nesse sentido, a redução da idade de ingresso nas escolas normais mineiras, a partir do Regulamento nº 100 de 1883, pode ter relação com a demanda pela continuidade dos estudos dessas alunas. A redução da idade de ingresso, provavelmente, auxiliou na permanência de muitas meninas nos estudos, inclusive da própria Maria Honorina, uma vez que ela terminou as classes de ensino elementares e, logo em seguida, ingressou na Escola Normal da então capital mineira, mesmo que como ouvinte, ou seja, seus estudos foram prorrogados e sem interrupções.

Maria Honorina Nogueira era natural de Leopoldina, cidade que se situava a cerca de 30 léguas¹⁶⁸ de distância da então capital de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto.¹⁶⁹ Foi batizada no dia 23 de agosto de 1870¹⁷⁰, em uma das freguesias da mesma localidade, denominada São Sebastião. Era filha do capitão Antonio de Santa Cecília e de dona Maria Sofia da Conceição.¹⁷¹

Ao que parece, a jovem viveu na cidade de Leopoldina até, pelo menos, o ano de 1881. Isso porque, até o referido ano, seu pai exercia o cargo de 1º tabelião do termo da referida cidade.¹⁷² No ano seguinte, porém, ele foi eleito para o cargo de deputado¹⁷³ da Assembleia Provincial de Minas Gerais¹⁷⁴, representando o 9º distrito eleitoral¹⁷⁵, no período correspondente aos anos de 1882 e 1883¹⁷⁶, entrando de licença do seu cargo anterior.¹⁷⁷ A partir de então, passou a viver em Ouro Preto com a família.¹⁷⁸ Em nota publicada no jornal *O Leopoldinense*, de 23 de julho de 1882, ele assim se despedia: “o abaixo assignado não tendo

¹⁶⁸ Na presente Tese, para se referir às distâncias entre cidades de Minas Gerais, serão utilizados como base, em linhas gerais, dados contidos nos Almanaque Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais de 1869, para servir para o ano de 1870, e no Almanaque Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais de 1872, para servir para o ano de 1873. A eleição dessas fontes deu-se pelo fato de elas trazerem informações um pouco mais detalhadas acerca das localidades mineiras, em um recorte temporal que condiz com o privilegiado pela pesquisa. Contudo, as distâncias apresentadas nessas fontes estão referenciadas em léguas, e não pelo sistema métrico, do qual se faz uso nos dias atuais. Nesse sentido, buscou-se uma definição sobre a equivalência de légua para quilômetro, no período. A definição mais aproximada encontrada, inclusive no que diz respeito ao recorte temporal, consta no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881), de Francisco Julio Caldas Aulete. No referido dicionário, a respeito da palavra légua, há a informação de que esta era uma medida itinerária cuja extensão variava de povo para povo e que, para o sistema métrico, uma légua significava, naquele momento, cinco quilômetros. Entretanto, pontua-se que, em um período anterior àquele, era de mais de seis quilômetros. Tendo em vista as imprecisões a respeito da definição de légua, trazidas pelo dicionário (e também por outras fontes consultadas), e por não se saber, ao certo, qual medida exata era utilizada em Minas Gerais nesse contexto, optou-se por considerar, nesta Tese, uma estimativa aproximada de distância. Nesse contexto, uma légua será considerada, aqui, como algo em torno de 5 a 6 quilômetros. No entanto, é importante deixar claro que essa estimativa será utilizada para que o leitor tenha uma noção aproximada das distâncias entre as diferentes localidades, mas que essas medidas não são totalmente exatas.

¹⁶⁹ Levando em consideração as equivalências apontadas no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de 1881 (de que uma légua equivaleria a 5 ou a 6 quilômetros), a cidade de Leopoldina estaria entre 150 e 180 quilômetros de distância da então capital de Minas Gerais. Atualmente, Leopoldina situa-se na região da zona da mata mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 9 jul. 2020).

¹⁷⁰ Arquivo Diocesano de Leopoldina – Igreja Católica. São Sebastião, Leopoldina, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1855 – 1881.

¹⁷¹ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889.

¹⁷² Noticiador de Minas, Ouro Preto, 27 de junho de 1871. / Diário de Minas, Ouro Preto, 21 de fevereiro de 1874. / Diário de Minas, Ouro Preto, 25 de novembro de 1875. / A Actualidade, Ouro Preto, 19 de novembro de 1879.

¹⁷³ Antonio de Santa Cecília era membro do Partido Liberal.

¹⁷⁴ O Leopoldinense, Leopoldina, 22 de janeiro de 1882.

¹⁷⁵ O Leopoldinense, Leopoldina, 24 de dezembro de 1882. / O Leopoldinense, Leopoldina, 29 de outubro de 1882.

¹⁷⁶ Pharol, Juiz de Fora, 6 de abril de 1882.

¹⁷⁷ O Leopoldinense, Leopoldina, 30 de março de 1882.

¹⁷⁸ O Leopoldinense, Leopoldina, 17 de julho de 1883.

podido despedir-se de todos os seus amigos e correligionarios, o faz por este meio, pedindo-lhes que lhe enviem suas ordens para Ouro Preto durante os trabalhos da Assembleia Provincial”¹⁷⁹.

Não obstante, já no final do ano de 1883, o capitão voltou para Leopoldina com a família, deixando registrada em nota do jornal *A Província de Minas*, em 29 de novembro de 1883, a sua despedida da capital “Antonio de Santa Cecília e sua família não podendo pessoalmente despedir-se das pessoas que os honrarão com suas visitas e amizade, o fazem por este meio, offerecendo seu limitado prestimo na Leopoldina para onde se retirão.”¹⁸⁰.

Não foi possível, na documentação consultada, precisar por quanto tempo Antonio de Santa Cecília ficou na cidade de Leopoldina, tendo em vista que, anos mais tarde, ele se candidatou novamente à Assembleia de Minas.¹⁸¹ Ainda assim, sua filha Maria Honorina continuou cursando as aulas na ENOP. Foi entre os anos de 1883 e 1886 que ela frequentou o curso, sendo aprovada de maneira direta em todos os anos lá estudados, ou seja, não reprovando em nenhum.¹⁸² Em uma sessão solene realizada em 25 de julho de 1885, nas dependências da instituição, contando com a presença do vice-presidente da província, foram exibidas provas orais de canto e piano de alunas dos 2º e 3º anos. Na ocasião, foi a jovem quem discursou, em nome das alunas.¹⁸³ Seu atestado de conclusão do curso, junto com o de outras seis colegas, foi entregue em uma cerimônia realizada pouco mais de um ano depois, no dia 30 de julho de 1886, às 12 horas da manhã, em uma das salas da ENOP.¹⁸⁴ Quando recebeu o atestado de conclusão, a jovem havia acabado de completar a idade de 16 anos.¹⁸⁵

No mesmo ano em que terminou o curso normal, Maria Honorina passou a oferecer aulas particulares de primeiras letras¹⁸⁶, juntamente com uma de suas colegas, a normalista

¹⁷⁹ O Leopoldinense, Leopoldina, 23 de julho de 1882.

¹⁸⁰ A Província de Minas, Ouro Preto, 29 de novembro de 1883.

¹⁸¹ No ano de 1885, Antonio de Santa Cecília candidatou-se novamente à Assembleia de Minas pelo Partido Liberal (Liberal Mineiro, Ouro Preto, 12 de dezembro de 1885. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 2 de janeiro de 1886).

¹⁸² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

¹⁸³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

¹⁸⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

¹⁸⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

¹⁸⁶ Conforme consta no Art. 38 do Regulamento nº 100 de 1883, poderiam ensinar livremente e fundar estabelecimentos de educação e instrução na província de Minas Gerais tanto indivíduos brasileiros quanto estrangeiros, associações civis e religiosas, sem dependência de título ou prova de capacitação profissional, desde que cumprissem algumas regras, como: a comunicação, para as autoridades competentes, da localização da instituição, bem como do programa de estudos, os métodos de ensino utilizados, e os profissionais lá empregados; a apresentação à inspetoria da instrução dos mapas dos alunos matriculados, seus rendimentos e filiações; a disponibilidade para receber a visitação dos inspetores de ensino, para a fiscalização dos trabalhos e do ambiente, entre outras.

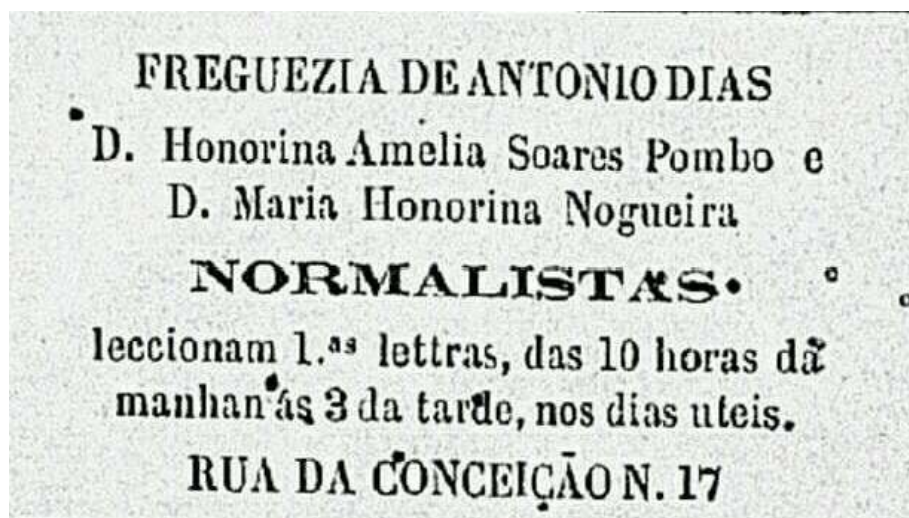
Honorina Amelia Soares Pombo¹⁸⁷ (ambas receberam o certificado de conclusão do curso na mesma cerimônia), na freguesia de Antônio Dias¹⁸⁸, em Ouro Preto. A escola fundada pelas normalistas recebeu o nome de Escola Conceição:

As jovens e distinctas normalistas exmas. sras. dd. Maria Honorina Nogueira e Honorina Etelvina¹⁸⁹ Soares Pombo, ha pouco brilhantemente galardoadas pela nossa escola normal, – fundaram na freguesia de Antonio Dias dessa cidade – uma escola com a denominação acima, – onde com toda profsciencia, carinho e maxima sollicitude, estão leccionando as materias até então exigidas pelos nossos programmas de ensino primário.¹⁹⁰

As aulas de ambas foram divulgadas na sessão de “anúncios” de alguns jornais da cidade de Ouro Preto em 1886, como, por exemplo, no *Liberal Mineiro*¹⁹¹ e no *A União*¹⁹².

FIGURA 4

Anúncio de aulas de primeiras letras em Ouro Preto (1886)



Fonte: Jornal *A União*, Ouro Preto, 14 de setembro de 1886.

É curioso o fato de que, tanto nos anúncios publicados pelos jornais *Liberal Mineiro* e *A União* quanto na nota da *Revista do Ensino*, a palavra “normalistas” se encontrava em

¹⁸⁷ Aspectos da trajetória de Honorina Amelia Soares Pombo serão tratados no capítulo 3 da Tese.

¹⁸⁸ Informações mais detalhadas acerca da freguesia de Antônio Dias constam no tópico 5 do capítulo 1 da Tese.

¹⁸⁹ Há aqui um pequeno erro de grafia cometido pelo periódico, pois o nome completo de Honorina era: Honorina Amelia Soares Pombo. Etelvina era como se chamava uma das irmãs da normalista e, talvez, essa seja a razão da confusão, e pela troca dos nomes.

¹⁹⁰ *Revista do Ensino*, Ouro Preto, 5 de fevereiro de 1887.

¹⁹¹ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 25 de agosto de 1886.

¹⁹² *A União*, Ouro Preto, 14 de setembro de 1886.

destaque, como se ela fosse um elemento de distinção. Levando em consideração a perspectiva de Bourdieu (2017), pode-se entender que essa distinção poderia auxiliar na legitimação dessas professoras e na qualidade do trabalho oferecido por elas nas aulas particulares.

Embora já tivesse concluído o curso normal à essa época, Maria Honorina ainda não tinha a idade mínima definida pela legislação para a obtenção do diploma de normalista, que era a de 18 anos.¹⁹³ Ainda assim, ela já se apresentava como normalista nos informes.¹⁹⁴ A esse respeito, é relevante destacar que o diploma de normalista garantia uma série de vantagens aos professores públicos primários, entre elas o aumento do ordenado, a dispensa no exame de capacitação profissional e a nomeação para cadeiras independentemente de concurso, desde que não se apresentasse outro/a normalista para a mesma vaga.¹⁹⁵ Nesse sentido, a denominação de “normalistas” provavelmente auxiliava na agregação de valor simbólico ao trabalho das moças aqui citadas, mas, não trazia os benefícios previstos para os/as diplomados/as, de acordo com as normas provinciais vigentes no período, considerando, ainda, que elas lecionavam em aulas particulares.

Além de ingressar na vida profissional como docente, no ano seguinte à sua formatura, Maria Honorina Nogueira contraiu matrimônio com Carlos Fortunato Meirelles, na freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto, mais precisamente no dia 15 de agosto de 1887.¹⁹⁶ Carlos Fortunato era filho de Framelina Queiroga Martins Meirelles e de Carlos Fortunato Meirelles (pai e filho tinham o mesmo nome).¹⁹⁷ Na época em que se casou com Maria Honorina, Carlos Fortunato era funcionário da Fazenda Provincial¹⁹⁸ e continuou ali trabalhando nos anos que se seguiram, exercendo o cargo de segundo oficial da diretoria da mesma Fazenda Provincial, em 1889¹⁹⁹, e de primeiro oficial, em 1890.²⁰⁰

¹⁹³ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

¹⁹⁴ É importante pontuar que, ao contrário do que se possa pensar em um primeiro momento, não eram chamados de “normalistas” somente os indivíduos que estudavam na Escola Normal, mas, também aqueles que se formaram por ela. As expressões “aluno/a normalista”, “professor/a normalista” são recorrentes nas fontes, ao se referirem aos sujeitos aqui analisados.

¹⁹⁵ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

¹⁹⁶ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889.

¹⁹⁷ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889.

¹⁹⁸ O Pharol, Juiz de Fora, 21 de dezembro de 1887.

¹⁹⁹ A União, Ouro Preto, 6 de fevereiro de 1889.

²⁰⁰ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

Maria Honorina iniciou a sua atividade docente logo após a conclusão do curso normal e seguiu trabalhando como professora depois do seu casamento, lecionando como adjunta da primeira cadeira do sexo masculino²⁰¹ da freguesia de Antônio Dias, no ano de 1890²⁰², e, posteriormente, assumindo, como proprietária, a segunda cadeira do sexo feminino da cidade de Cataguases, em 1891.²⁰³ É importante frisar que Cataguases situava-se geograficamente perto de Leopoldina²⁰⁴, a cidade natal da normalista, o que pode estar relacionado à sua designação para lá. Não foram encontradas, ao longo da pesquisa, fontes que fizessem referência à atividade docente de Maria Honorina depois do ano de 1891, não sendo possível, portanto, precisar por quanto tempo ela exerceu o magistério em Minas Gerais. Entretanto, fica claro que, pelo menos por um tempo, a moça conciliou o matrimônio e a profissão docente.

Ainda no que diz respeito à diversidade do perfil das e dos normalistas analisados/as, a estudante Brazina da Silva Côura Periquito foi a que, com mais idade, terminou o curso da ENOP²⁰⁵, no recorte da investigação, concluindo-o quando contava com a idade de 28 anos.²⁰⁶ A jovem, natural de Santa Luzia²⁰⁷, era filha de Antonio Periquito de Souza e de Silveria Joaquina da Silva Souza. Foi batizada em 21 de julho de 1861, na Igreja Matriz da mesma localidade.²⁰⁸

Brazina da Silva Côura Periquito estudou na ENOP entre os anos de 1884 e 1889.²⁰⁹ A normalista foi mais uma entre os/as muitos/as que não concluíram o curso no tempo estipulado

²⁰¹ A temática das mulheres ministrando aulas para crianças do sexo masculino será abordada, mais profundamente, no último capítulo da Tese.

²⁰² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893.

²⁰³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893.

²⁰⁴ Cataguases e Leopoldina são municípios limítrofes, distanciando-se em cerca de 21 quilômetros. Ambos se localizam, atualmente, na região da zona da mata mineira (Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25. 1959. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 7 jul. 2020).

²⁰⁵ Entre os/as alunos/as formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889, a que mais tarde ingressou no primeiro ano do curso foi Emilia Augusta de Magalhães Gomes, com 26 anos de idade. A jovem frequentou a instituição entre 1886 e 1889 (Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890).

²⁰⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁰⁷ A cidade de Santa Luzia localizava-se a 17 léguas de Ouro Preto, o que equivaleria a algo em torno de 85 até 102 quilômetros. Atualmente, Santa Luzia encontra-se na zona metropolitana de Belo Horizonte e na região central do estado de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 9 jul. 2020).

²⁰⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – Igreja Católica. Santa Luzia, Santa Luzia, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1826 – 1895.

²⁰⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

pela legislação, tendo frequentado o primeiro ano por duas vezes consecutivas: a primeira vez, no período letivo de 1884 e 1885, e a segunda, no de 1885 a 1886. Não há registro de sua matrícula no ano letivo de 1886 e 1887, mas ela reapareceu matriculada no segundo ano do curso, em 1887 e 1888, e no terceiro, de 1888 e 1889.²¹⁰

É presumível que Brazina tenha deixado a Escola temporariamente entre 1886 e 1887, mas há também a hipótese de que ela cursou esse ano letivo como ouvinte. Isso porque, em correspondência enviada por ela à direção da instituição, em 4 de novembro de 1886, explanava que “[...] faltando-lhe o exame de arithemetica para completar o 1º anno do curso normal, deseja frequentar as aulas do 2º anno, como ouvinte: requer a Vª Sª a graça de conceder a peticionária a devida permissão”²¹¹. Não foi possível constatar se a jovem logrou êxito em seu pedido, mas há nesse ocorrido outra explicação para a existência de alunos/as ouvintes na ENOP: eles/as tinham a possibilidade de assistirem às aulas sem a matrícula formal até conseguirem passar nos exames pendentes do ano anterior, ou dos anteriores.

Na solicitação de Brazina, a jovem explanou que lhe faltava o exame de aritmética do primeiro ano para seguir para o segundo. Passar nessa matéria parece ter sido a sua maior dificuldade no curso normal. Em carta enviada ao diretor da Escola e datada de 6 de outubro de 1886, ela escreveu: “[...] tendo sido aprovada nos exames finaes do anno lectivo próximo passado em todas as matérias do 1º anno da aula normal, excepto arithemetica; nos termos do artigo 44 do respectivo regimento interno, requer a V.S. mandar submettela a exame d’esta última [...]”²¹². Igualmente, em 7 de outubro do ano seguinte, ela enviou, mais uma vez, uma correspondência ao diretor: “Brazina da Silva Coura Periquito, alumna d’esta Escola, tendo sido approvada nos exames das matérias que constituem o primeiro anno, excepto em arithemetica; respeitosaente requer a Vª Sª se digne mandar submettel-a a exame desta disciplina.”²¹³.

Apesar de demorar um pouco mais do que o definido pela legislação para a realização do curso normal, a jovem conseguiu concluí-lo e, já em seguida, passou a exercer a profissão docente. Foi nomeada por ato de 19 de outubro de 1889 para a cadeira do sexo masculino da

²¹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²¹¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 34, 1886.

²¹² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 23A, 1886.

²¹³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida. Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 02, 1887.

freguesia de Pimentas, na cidade de Santa Luzia, de onde era natural.²¹⁴ Já no ano seguinte, tornou-se esposa de Geraldino Rosa de Oliveira. O casamento aconteceu no dia 15 de abril de 1890 na Ermida da Fazenda das Bicas, em Santa Luzia.²¹⁵

Assim como Maria Honorina, após contrair matrimônio, Brazina continuou trabalhando no magistério. A seu pedido, foi removida da cadeira em que estava para a da povoação Córrego Seco da freguesia de Mattosinhos, também no município de Santa Luzia, em 16 de junho de 1890.²¹⁶

É possível perceber, pois, que, após a conclusão do curso normal, a referida jovem voltou para a sua terra natal, casando-se e exercendo lá o magistério. Esse é um movimento realizado por muitas alunas formadas pela instituição nesse período, qual seja, a volta para a região de origem após obter os títulos de normalistas.

Outro movimento semelhante que pode ser exemplificado a partir dos dois casos aqui apresentados diz respeito ao fato de que os casamentos de ambas as moças terem se dado logo após a conclusão do curso normal (no ano seguinte) e no início de suas trajetórias profissionais. Isso pode indicar que existiam expectativas em relação aos percursos pessoais e profissionais dessas jovens. As temáticas, tanto da movimentação espacial das estudantes após o término do curso normal quanto da relação entre matrimônio e magistério, serão tratadas, com mais detalhes, nos próximos capítulos da Tese.²¹⁷

Já no que diz respeito especificamente à faixa etária dos/as estudantes da ENOP no recorte aqui investigado, os dois casos analisados nesse tópico são exemplos das duas extremidades que a compõem. Foi possível chegar a essa conclusão a partir da análise dos dados contidos nos livros de registro de matrícula da instituição nesse período. Entretanto, ressalva-se que as referidas fontes possuem as suas imprecisões.

Em um dos casos, o de Maria Josephina da Silva, por exemplo, que foi estudante da ENOP entre 1884 e 1887, não constava a sua idade nos livros de registro.²¹⁸ Além disso, em algumas matrículas, havia divergências em relação à idade dos/as estudantes. Esse é o caso de Ernestina Amasile de Lima e Silva, em que, nos anos de 1885 e 1886, constava registrado que

²¹⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893.

²¹⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – Igreja Católica. Santa Luzia, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1808 – 1899.

²¹⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

²¹⁷ A relação entre matrimônio e magistério será tratada, com mais detalhes, no capítulo 3 da Tese. Já a temática da movimentação espacial por Minas Gerais das normalistas após a passagem pela Escola Normal e durante o exercício docente, será aprofundada no último capítulo.

²¹⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

esta possuía a idade de 19 e 20 anos, respectivamente. Na matrícula do ano de 1887, porém, a sua idade aparecia como de 17 anos e, no ano seguinte, de 18 anos de idade.²¹⁹ Do mesmo modo, no que tange à normalista Sebastiana Januária de Macedo, que frequentou a Escola entre 1885 e 1889, também havia dados conflitantes. Isso porque, no seu primeiro registro de matrícula, em 1885, a moça contava com 13 anos, e, já no último ano de curso, em 1889, há documentado que ela tinha então 19 anos²²⁰, o que não é possível, tendo em vista que ela poderia ter em 1889, no máximo, 17 ou 18 anos de idade.²²¹

Uma provável justificativa para essa “alteração” de idade nos registros dos/as alunos/as pode estar associada àquela exigida para a obtenção do diploma de normalista, que era, como já mencionado, de, no mínimo, 18 anos.²²² É plausível inferir uma eventual modificação nos números para a obtenção do diploma com mais facilidade. Isso explicaria o segundo caso aqui apresentado, mas não o primeiro. Além do mais, é importante chamar a atenção para o fato de que a idade de matrícula na Escola deveria ser comprovada obrigatoriamente por certidão, o que dificultaria irregularidades.²²³ Pode ser, ainda, que as idades conflitantes tenham sido somente erro de escrita na ocasião das matrículas.²²⁴

Sem deixar de considerar essas informações e ressalvas, e tendo em vista as imprecisões de alguns dados, foi possível identificar que, em linhas gerais, a maior parte do corpo discente da ENOP, no recorte aqui privilegiado, tinha idade variável entre 14 e 19 anos, no momento em que a frequentava. A idade com a maior concentração de estudantes era a de 16 anos. Poucos/as

²¹⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²²⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²²¹ Outro fato curioso sobre a idade da moça é que, no anúncio de seu casamento com Tito de Souza Novaes, publicado no periódico *Minas Gerais*, em edição do dia 7 de setembro de 1893, consta que ela contava com 17 anos naquela ocasião (Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de setembro de 1893). Porém, já em nota do mesmo jornal, publicada quase uma semana depois, noticia-se novamente sobre o matrimônio, mas, dessa vez, consta que a idade de Sebastiana era de 20 anos (Minas Geraes, Ouro Preto, 13 de setembro de 1893).

²²² MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

²²³ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

²²⁴ Ao longo de toda a investigação, não são raros os casos de conflitos de idade entre os diferentes documentos analisados a respeito dos/as normalistas. Em algumas situações, nos registros de matrícula, consta uma idade; no de batismo, outra; nos inventários e/ou testamentos, ainda outras; e assim por diante. Esse fato, portanto, é bastante comum nos registros do período. Entretanto, como já realçado no texto, optou-se por utilizar como fonte principal acerca das idades dos indivíduos aqui estudados as que constam nos registros de matrícula da Escola Normal, mas sem deixar de considerar que, eventualmente, algumas delas podem conter erros e imprecisões.

foram os/as alunos/as matriculados/as na instituição entre os 12 e 13 anos e acima dos 20 anos de idade. A partir dos 22 anos, essa estimativa de ingresso é ainda mais reduzida.²²⁵

Analisando especificamente cada um dos sexos, constatou-se que a idade das moças variava um pouco mais que a dos rapazes, uma vez que, no caso delas, como foi exemplificado neste tópico, há alunas entre 12 e 28 anos. Entretanto, a maior concentração de mulheres se dava entre a faixa etária que vai dos 14 aos 17 anos, aproximadamente.²²⁶ Já no que diz respeito aos rapazes, a idade mínima encontrada foi de 16 anos²²⁷, e a máxima, de 23 anos de idade²²⁸. A maior parte deles estava entre os 19 e 20 anos, enquanto frequentava a Escola.²²⁹ É possível perceber, pois, que eles chegavam mais tarde, e saíam mais cedo da instituição.

Como apresentado no tópico 4 do capítulo anterior, a questão da idade mínima para o ingresso nos cursos normais em Minas Gerais era pauta recorrente de debates. Durante as duas décadas estudadas, porém, de forma geral, a idade mínima exigida para o ingresso nas escolas normais foi, em um primeiro momento, de 16 anos para ambos os sexos e, posteriormente, de 12 anos para as meninas e 14 para os rapazes. Nesse sentido, a matrícula feminina com mais tenra idade feita na instituição, aqui identificada, foi exatamente a determinada por lei, ou seja, a de 12 anos. No que tange aos homens, porém, pelo menos no que diz respeito aos que concluíram o curso normal, nenhum deles tinha a idade mínima exigida para a matrícula na última legislação estudada, a de 14 anos.²³⁰

Contudo, em linhas gerais, os números apresentados indicam que, tanto elas quanto eles, realizavam o curso normal de Ouro Preto na fase da mocidade e/ou juventude. Ao analisar os vocábulos relacionados a essa etapa da vida, nos dicionários da língua portuguesa de Silva (1789), Pinto (1832) e Fonseca & Roquete (1848), os pesquisadores Jinzenji e Costa (2019) constatam que o período da adolescência/juventude/mocidade correspondia à idade de 14 e 24 anos, tendo como marco o sexo masculino. No que tange à puberdade, porém, esta se daria um pouco antes para as mulheres. Ainda de acordo com Jinzenji e Costa (2019), o pertencimento

²²⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²²⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²²⁷ Entre os formandos do sexo masculino, o que entrou mais jovem na Escola Normal, quando tinha 16 anos, foi o estudante Jacintho Gregório dos Santos.

²²⁸ Pedro Mourthé Sobrinho tinha 23 anos quando cursou o segundo ano do curso da ENOP.

²²⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²³⁰ É plausível que, entre os alunos que não concluíram o curso, alguns podem ter ingressado na Escola Normal com idade inferior à de 16 anos.

etário representava, àquele tempo, já uma referência para o estabelecimento de fronteiras geracionais. Nesse cenário, é possível pensar que, nas décadas finais do século XIX, a ENOP acolhia, majoritariamente, a mocidade do período.

Outra questão importante a ser considerada é que a maior parte dos/as alunos/as da instituição, ao que tudo indica, não tinha experiência na docência antes de nela ingressar. Esse fato, como relembra Nascimento (2011), se apresenta como uma diferenciação em relação ao perfil do corpo docente da ENOP em suas duas primeiras fases, que era composto majoritariamente por professores que já atuavam no magistério.

No caso específico dos/as alunos/as formados/as entre 1877 e 1889, foi localizado somente o caso de duas alunas que já exerciam o magistério antes de ingressar no curso, sendo uma delas a normalista Rita Ernestina de Arnide.²³¹ Conforme consta em um dos livros de matrícula de professores de Minas Gerais, Rita teria sido nomeada interinamente para reger a cadeira do sexo feminino de São João Batista do Morro Grande²³², em Santa Bárbara, que era sua localidade de origem, por portaria de 10 de dezembro de 1873, em que a sua nomeação foi aprovada em 13 de março do ano de 1874.²³³ Todavia, em 1877, quando contava com 21 anos, a jovem estava matriculada no primeiro ano da ENOP e, no ano seguinte, no segundo.²³⁴ Seu diploma de conclusão de curso foi expedido em 1º de agosto de 1879.²³⁵ Como os livros de matrícula da instituição localizados datam de 1877 em diante, não foi possível saber se Rita já era frequente na Escola antes dessa data (como ouvinte ou repetindo o primeiro ano, por exemplo). Contudo, se sabe que ela não havia concluído o curso até esse momento.²³⁶

²³¹ A outra aluna chamava-se Idalina Benvinda Campos. A jovem esteve na ENOP entre os anos de 1886 e 1888. Antes disso, porém, ela atuou como professora no distrito da Conquista, município do Bonfim (Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 12, 1884).

²³² São João Batista do Morro Grande era o 4º distrito e a 3ª freguesia município de Santa Bárbara. Localizava-se a cerca de 10 léguas da então capital mineira, o que equivaleria a algo em torno de 50 a 60 quilômetros. Atualmente, o município de Santa Bárbara situa-se na região central de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 9 jul. 2020).

²³³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 22, 1849 – 1885.

²³⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

²³⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e outros, Notação IP – 37, 1876 – 1880.

²³⁶ Após formada, Rita Ernestina continuou exercendo o magistério em várias localidades de Minas Gerais.

Rita Ernestina de Arnide²³⁷ não foi a única integrante de sua família a fazer parte da ENOP. Em 1878, no momento em que a jovem estava cursando o segundo ano, seu irmão mais novo, Modestino Elesiário de Arnide, que na época contava com a idade de 17 anos, se matriculou no primeiro.²³⁸ De maneira semelhante, muitos foram os irmãos e, sobretudo, as irmãs que, ou ao mesmo tempo, ou em momentos diferentes, frequentaram o curso normal da então capital de Minas Gerais nesse período. O próximo tópico é dedicado a essa temática.

2.2. Seguindo os passos da irmã....

Recebemos o 2º n. da *União Postal*, que se publica na capital desta província, de propriedade do sr. Modestino Arnide, bem como o 7º da *Folha do Domingo*, do Rio de Janeiro, propriedade do sr. Thomaz Gomes dos Santos. A ambos os collegas, que surgem cheios de vida na arena jornalística, desejamos prolongado e venturoso viver, retribuindo a amável visita, com a nossa *A Verdade*.²³⁹ (Grifo original).

Em edição do dia 23 de junho de 1887 do periódico *A Verdade*, da cidade sul-mineira de Itajubá, constava o recebimento pelos redatores deste, do jornal *União Postal*, pertencente a Modestino de Arnide, como mostra a citação acima. Como dito no tópico anterior, Modestino Elesiário de Arnide²⁴⁰, assim como sua irmã mais velha, Rita Ernestina de Arnide, foi aluno da ENOP, tendo frequentado a instituição entre 1878 e 1881.²⁴¹ Apesar de ter realizado o curso, não foram encontrados indícios, no âmbito da investigação, de que o rapaz tenha exercido o magistério.²⁴² Entretanto, há registros de que ele trabalhou, por muitos anos, na administração dos correios.²⁴³ Além disso, foi proprietário de dois jornais em Ouro Preto, o primeiro chamado *União Postal*, referenciado acima, e o segundo denominado *Gazeta de Ouro Preto*.²⁴⁴

²³⁷ Em alguns documentos, o sobrenome aparece como “Arnide” e, em outros, como “Armide”.

²³⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

²³⁹ *A Verdade*, Itajubá, 23 de junho de 1887.

²⁴⁰ O nome de Modestino apareceu de diferentes formas ao longo dos documentos encontrados: Modestino Elizário de Arnide, Modestino Elizário de Armide, Modestino Eleziário de Arnide, Modestino Eleziário de Armide, Modestino Elesiário de Arnide, Modestino Elesiário de Armide, Modestino Arnide e Modestino Armide.

²⁴¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

²⁴² Não se exclui a possibilidade, porém, de que Modestino de Arnide tenha exercido o magistério de outras formas, como em âmbito privado, particular ou informal, por exemplo.

²⁴³ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / O Pharol, Juiz de Fora, 24 de novembro de 1905. / O Pharol, Juiz de Fora, 7 de novembro de 1909.

²⁴⁴ *Gazeta de Ouro Preto*, Ouro Preto, 25 de janeiro de 1888. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 22 de agosto de 1897.

FIGURA 5

Primeira página do terceiro número do Jornal União Postal (1887)



Fonte: Jornal *União Postal*, Ouro Preto, 19 de junho de 1887.

Apesar de não ter exercido o magistério como profissão, é provável que Modestino tenha adquirido, no curso normal, uma série de conhecimentos que influenciaram na sua carreira e formação intelectual. Sua entrada na Escola, realizada após a de Rita Ernestina, dá a entender que o jovem seguiu os passos da sua irmã. No entanto, Rita e Modestino não se apresentam como casos isolados nesse período, pelo contrário, a existência de irmãos e de irmãs entre os/as estudantes era uma recorrência na instituição.

De acordo com a análise dos livros de matrícula da ENOP, foi possível identificar a presença significativa de irmãos/irmãs que concluíram o curso. Aliás, a presença de filhos/as dos mesmos pais é recorrente não só entre os/as formandos/as, mas mesmo entre aqueles/as que não chegaram a terminar o curso. Dois, três ou até quatro irmãos/irmãs eram matriculados nos mesmos anos, ou em anos diferentes. Este fato se mostrava acentuado, sobretudo, no que diz respeito às moças. Muitas irmãs eram matriculadas na Escola. Entre os/as concluintes, oito famílias matricularam mais de um filho ou filha na Escola Normal, incluindo-se aí o exemplo

apresentado no início do tópico. No quadro abaixo, constam os nomes de todos/as os/as irmãos e irmãs que se formaram no recorte da investigação, bem como os anos em que estiveram no curso:

QUADRO 1

Irmãos e irmãs formados/as pela Escola Normal de Ouro Preto entre 1877 e 1889

	Irmãos(as):	Período em que estiveram na Escola Normal de Ouro Preto:
Caso 01	1. Generosa Augusta Ferreira 2. Maria Delminda Ferreira 3. Antonina Augusta Ferreira	1. 1877 – 1878 2. 1877 – 1878 3. 1883 – 1886
Caso 02	1. Rita Ernestina de Armide 2. Modestino Eleziário de Armide	1. 1877 – 1878 2. 1879 – 1881
Caso 03	1. Ubaldina Ferreira de Carvalho 2. Maria Antonia de Souza	1. 1877 – 1881 2. 1878 – 1881
Caso 04	1. Augusta Catharina dos Santos 2. Placidina Augusta dos Santos	1. 1880 – 1881 2. 1886 – 1889
Caso 05	1. Galdina Dias dos Santos 2. Decimilia Dias dos Santos	1. 1880 – 1887 2. 1884 - 1887
Caso 06	1. Jovelina Odilla Bella da Silva 2. Maria Josephina da Silva	1. 1882 – 1885 2. 1884 – 1887
Caso 07	1. Anna da Purificação Barbosa 2. Honorina dos Santos Barbosa	1. 1883 – 1885 2. 1884 - 1887
Caso 08	1. Honorina Amelia Soares Pombo 2. Ethelvina Olympia Soares Pombo	1. 1883 – 1886 2. 1883 - 1888

Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877-1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883-1890.

Como apontado no quadro, da mesma maneira que o corpo discente de forma geral, no que diz respeito aos/as formandos/as, a quantidade de irmãs é mais acentuada que a de irmãos. Na maior parte os casos, o ingresso de uma das irmãs (geralmente a mais velha) acontecia em um primeiro momento e, posteriormente, entravam as outras. Em algumas situações, porém, os pais matriculavam as suas filhas ao mesmo tempo.

Esse é o caso, por exemplo, das irmãs Generosa Augusta Ferreira e Maria Delminda Ferreira²⁴⁵, que ingressaram no primeiro ano da Escola em 1877, tendo sido matriculadas, aliás, no mesmo dia.²⁴⁶ Outro dado interessante a respeito das irmãs é que estas retiraram os seus diplomas de normalistas também no mesmo dia, em 17 de dezembro de 1878.²⁴⁷ Tempos mais tarde, a terceira irmã entraria na instituição: Antonina Augusta Ferreira, que foi matriculada em 1883.²⁴⁸ As três irmãs atuaram no magistério mineiro após formadas.²⁴⁹

Ainda no que tange ao assunto, é possível citar o caso das irmãs Galdina Dias dos Santos e Decimilia Dias dos Santos, naturais de Ouro Preto e filhas do tenente José Dias dos Santos e de dona Guilhermina Gonçalves dos Santos.²⁵⁰ As jovens tinham ainda outros sete irmãos.²⁵¹ O pai delas vivia em residência na rua da Conceição, freguesia de Antônio Dias, até falecer²⁵², em 21 de dezembro de 1890.²⁵³ Galdina, a mais velha das duas irmãs, foi a que primeiro entrou na Escola Normal em 1880²⁵⁴, com 16 anos de idade²⁵⁵; já Decimilia ingressou em 1884²⁵⁶,

²⁴⁵ Mais detalhes a respeito das irmãs serão apresentados no capítulo 4 da Tese.

²⁴⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

²⁴⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e outros, Notação IP – 37, 1876 – 1880.

²⁴⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁴⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 21, 1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 07, 1890. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880.

²⁵⁰ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário do Tenente José Dias dos Santos, Primeiro Ofício, Caixa Letra J – Maço 58 – documento 7, 1891.

²⁵¹ Dois deles já haviam falecido até o ano de 1891, sendo eles o padre Carlos Polycarpo Dias dos Santos e Candido Dias dos Santos (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário do Tenente José Dias dos Santos, Primeiro Ofício, Caixa Letra J – Maço 58 – documento 7, 1891).

²⁵² O Inventário do tenente José Dias dos Santos parece não ter sido concluído. Durante muitos anos, buscou-se um inventariante para os seus bens, sem sucesso, ao que tudo indica, devido a recusas, desistências e mortes de pessoas escolhidas para tal fim. Nos anos que se seguiram à morte do patriarca, outros membros da família vieram a falecer, entre eles a sua esposa, dona Guilhermina Dias dos Santos, e os seus filhos Francisco Patrocínio Dias dos Santos e José Maria Dias dos Santos (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário do Tenente José Dias dos Santos, Primeiro Ofício, Caixa Letra J – Maço 58 – documento 7, 1891).

²⁵³ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário do Tenente José Dias dos Santos, Primeiro Ofício, Caixa Letra J – Maço 58 – documento 7, 1891.

²⁵⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

²⁵⁵ Galdina Dias dos Santos nasceu em 12 de janeiro de 1864, e foi batizada em 10 de julho de 1864 (Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827–1880).

²⁵⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

também com 16 anos na época.²⁵⁷ Apesar de ter entrado por último, foi a irmã mais nova quem terminou o curso primeiro, em 1887.²⁵⁸ Já a outra teve seu diploma expedido em 1888.²⁵⁹ Ambas exerceram a profissão docente após obterem o título de normalistas.²⁶⁰

Há também um tio e uma sobrinha que se formaram pela ENOP nesse período. O tio era Francisco de Paula Barcellos, que esteve na instituição em 1878 e 1879 (quando tinha 18 e 19 anos de idade), sendo irmão de Isabel da Purificação Barcellos de Carvalho²⁶¹, que, por sua vez, era mãe de Luiza Carolina Barcellos de Carvalho.²⁶² Luiza entrou no curso normal um pouco depois de Francisco, tendo sido matriculada em 1883 e se formado em 1886.²⁶³ Nesse caso específico, é presumível que a sobrinha tenha seguido os passos do tio ao ingressar na instituição.

Nascimento (2011), em estudo realizado acerca das trajetórias de professoras em Sabará durante o século XIX, chama a atenção para o fato de que as relações familiares implicavam a escolha do magistério como profissão. Nesse sentido, era comum que as professoras tivessem parentes que estavam imersos, de alguma forma, no ambiente educacional. Em análise sobre a origem familiar dos/as alunos/as da Escola Normal de Sabará, entre os anos 1882 e 1904, a autora constata que cerca de 10% destes/as alunos/as possuíam parentes estudando no Externato da cidade, ou na própria Escola Normal, o que mostra que o caso de Ouro Preto não se apresenta como exceção nesse contexto.

Pela frequência da presença de irmãos/irmãs na instituição, fica claro que a Escola Normal era uma via vista pelos pais para a formação intelectual e profissional de dois ou mais de seus filhos e, sobretudo, filhas. A entrada de uma parecia abrir caminho para as outras. Em um momento em que era inédita a entrada, em massa, de moças nos cursos normais mineiros (e no país de maneira geral), o êxito conquistado, social ou profissional, por uma filha pode ter sido fator de encorajamento para a inserção das outras. Matricular várias ao mesmo tempo, em

²⁵⁷ Decimília Dias dos Santos nasceu em 19 de outubro de 1868 e foi batizada em 22 de abril do ano seguinte (Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880).

²⁵⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 28, 1887.

²⁵⁹ A União, Ouro Preto, 7 de setembro de 1888.

²⁶⁰ A União, Ouro Preto, 30 de março de 1889. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de agosto de 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades, Notação SI – 838, 1894 – 1895. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890-1893.

²⁶¹ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de José Rodrigues de Barcellos, Primeiro Ofício, Caixa 68, documento 811, 1881.

²⁶² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁶³ A trajetória mais detalhada de Luiza Carolina Barcellos de Carvalho será apresentada no tópico 3 deste mesmo capítulo.

contrapartida, pode ter sido uma estratégia para a garantia da instrução de várias filhas de uma só vez, ou talvez para que fizessem companhia entre si, ou até mesmo para que exercessem a vigilância umas das outras, tendo em vista que, nesse contexto, a preocupação com a manutenção da honra feminina era uma constante.

De volta aos exemplos aqui apresentados, percebe-se, ainda, que, mesmo que ingressassem no mesmo período, o tempo de permanência das irmãs na Escola nem sempre era o mesmo nem linear. Como exposto neste tópico, Galdina Dias dos Santos ficou um período muito maior que a sua irmã na instituição. Na verdade, de todos/as os/as alunos/as investigados/as ao longo da pesquisa, ela foi a que por mais tempo permaneceu no curso, tendo sido matriculada no primeiro ano por 3 vezes e, no segundo, por 5 vezes, demorando, ao todo, cerca de oito anos para concluí-lo.²⁶⁴ Muitos e diferentes fatores interferiam no tempo de permanência dos/as estudantes na Escola Normal. No tópico a seguir, esse assunto será tratado com mais detalhes.

2.3. Algumas vezes longo, outras não: o tempo de permanência no curso normal

Diz Thereza Dias do Nascimento, mãe e tutora da orphã Martiniana Ignacia da Costa, alumna da Escola Normal d'esta Capital, como prova o documento junto, que se digne V. S^a mandar expedir carta requisitória para ser retirada do cofre dos orphaõs a quantia de cem mil (100\$000) para comprar livros, calçado e vestuario de que muito precisa a sua tutelada, afim de que possa continuar á frequentar a alludida Escola.²⁶⁵

Este pedido, feito por Thereza Dias do Nascimento, foi endereçado ao juiz de órfãos²⁶⁶ da cidade de Ouro Preto em 29 de fevereiro de 1888 e constava no inventário de seu falecido

²⁶⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁶⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

²⁶⁶ No período em questão, a legislação que tratava dos órfãos no Brasil era baseada nas Ordenações Filipinas. De acordo com Paula (2016), as referidas Ordenações eram um conjunto de leis resultantes da reformulação do código manuelino realizada por Filipe I de Portugal, durante o período da União Ibérica (1580-1640), que deveria ser utilizada em todo o Império de Portugal. Mesmo após o processo de independência do Brasil, ela continuou a vigorar no país, passando, entretanto, por algumas modificações e deixando de ser utilizada em 1917, com a criação do Código Civil brasileiro (OLIVEIRA, 2008). Nesse sentido, no período privilegiado da presente investigação, ainda vigorava no país as Ordenações Filipinas, o que justifica a utilização delas ao longo da pesquisa. Assim, conforme consta no referido documento, caberia aos Juizes de Órfãos a responsabilidade pelos órfãos e por seus bens. No bojo das atribuições desses juizes, caberia, entre outras coisas, “a obrigação de acompanhar o inventário de todos os bens móveis e de raiz após a morte do pai dos órfãos, realizar a partilha das fazendas, declarar no inventário todas as escrituras que pertenciam aos órfãos e quantas ficariam sob a responsabilidade do tutor, além de outras funções” (PAULA, 2016, p. 64-65).

marido, Manoel José da Costa. A tutelada em questão, Martiniana Ignacia da Costa²⁶⁷, foi, depois de Galdina Dias dos Santos, a aluna que mais tempo demorou para terminar o curso normal da então capital mineira, entre todos/as os/as estudantes formados/as na instituição no período de 1877 até 1889.²⁶⁸

O “documento junto”, ao qual se refere o trecho, era um certificado, emitido pelo diretor da ENOP na época, Agostinho Maximo Nogueira Penido, também em 29 de fevereiro de 1888, atestando a frequência regular de Martiniana na instituição, estando ela cursando, naquele momento, as disciplinas do segundo ano. Da mesma forma que o pedido feito pela tutora²⁶⁹, o documento de certificação de frequência também constava anexado ao inventário.²⁷⁰

Martiniana Ignacia da Costa²⁷¹ nasceu no dia 1º de fevereiro de 1869 e foi batizada em 10 de maio do mesmo ano na freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto.²⁷² Era filha legítima de Manoel José da Costa e Thereza Dias do Nascimento²⁷³, tendo dois irmãos: Ignácio José da Costa, que era seu irmão gêmeo²⁷⁴, e Affonso José da Costa, que era 3 anos mais novo.²⁷⁵ O pai de Martiniana faleceu quando esta era ainda muito jovem, no ano de 1878, ou seja, na época

²⁶⁷ Alguns aspectos (mais gerais) da trajetória de Martiniana Ignacia da Costa constam em Pedruzzi (2016).

²⁶⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁶⁹ Conforme consta no Livro 4 das Ordenações Filipinas (1870), se o órfão não tivesse tutor ou curador deixado em testamento, as mães ou avós, se gozassem de vida honesta, poderiam solicitar a tutoria de seus filhos/netos, junto ao juizado de órfãos, tendo, para isso, que cumprir uma série de requisitos, como o de não se casarem novamente, por exemplo, uma vez que, se assim o fizessem, perderiam a tutoria dos menores.

²⁷⁰ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

²⁷¹ O nome de Martiniana aparece de diferentes formas ao longo dos documentos, como: Martiniana Ignacia da Costa, Martinianna Ignacia da Costa, Martinniana Ignacia da Costa, Maxiliana Ignacia da Costa, Martiniana da Costa, entre outras.

²⁷² Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1832 – 1872.

²⁷³ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1832 – 1872.

²⁷⁴ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1832 – 1872. / Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

²⁷⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

em que ficou órfã²⁷⁶, ela contava com apenas 9 anos de idade. Sua mãe, a partir de então, passou a ser a sua tutora²⁷⁷ e a de seus irmãos, todos menores de idade naquele momento.²⁷⁸

Dez anos após a morte do patriarca da família, Thereza Dias continuava a ser a tutora de seus filhos.²⁷⁹ É assumindo esse papel que ela solicitou, junto ao juiz, a retirada de cem mil réis²⁸⁰ do cofre dos órfãos²⁸¹, para comprar os objetos necessários à permanência de Martiniana no curso normal.²⁸² Entre os objetos, a mãe fazia menção à necessidade de compra de vestuário para a menina.

Acerca deste assunto, é importante pontuar que, neste período, pelo menos no que foi possível averiguar, as alunas da ENOP ainda não utilizavam uniformes, o que dá a entender que as jovens necessitavam de maior variedade de roupas para frequentar a instituição. A obrigatoriedade legal da utilização de uniformes para alunos e alunas das escolas normais mineiras só se deu a partir de 1893.²⁸³

²⁷⁶ Embora tivesse a mãe viva, Martiniana era considerada órfã, uma vez que seu pai já havia falecido.

²⁷⁷ Segundo o Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), o tutor era aquele que tinha a seu cargo a guarda e os bens de outra pessoa. De maneira semelhante, no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881), de Caldas Aulete, o termo “tutoria” significava a autoridade conferida pela lei ou em nome dela, da pessoa e dos bens de um menor ou interdito.

²⁷⁸ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

²⁷⁹ Conforme Praxedes (2008) a viuvez, muitas vezes, modificava drasticamente a vida das mulheres. Com as novas situações impostas pela perda do marido, elas tinham que realizar outros papéis e assumir novas funções, tanto para sobreviverem, quanto para a conservação dos bens deixados por ele, e também para a manutenção da posição que ocupavam na esfera social.

²⁸⁰ Analisando os anúncios de jornais mineiros na década de 1880, é possível perceber que, pelo preço de cem mil réis, vendiam-se, por exemplo: mulas, bestas, burros e novilhos. Esse também era o valor que, comumente, se entregava como recompensa para quem capturasse um escravo fugido, nesse período.

²⁸¹ De acordo com o Livro 1 das Ordenações Filipinas (1870), o dinheiro pertencente aos órfãos deveria ser depositado em uma arca com três chaves. As chaves ficariam em poder de um depositário (tesoureiro). Conforme afirma Paula (2016), era dever do Juiz de Órfãos e de demais autoridades estabelecer quanto de dinheiro seria destinado para cada órfão por ano, e caberia ao tutor administrar esta quantia.

²⁸² Constava, entre as muitas funções dos tutores, a de garantir a alimentação, o vestuário e a educação dos órfãos (PAULA, 2016).

²⁸³ MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, 1893. Regulamento a que se refere o Decreto nº 607, de 27.02.1893.

FIGURA 6

Modelo do uniforme feminino da Escola Normal de Juiz de Fora (1895)



Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior – SI – 2703.

A esse respeito, um trecho da obra *Minha Vida de Menina* (1998), escrita por Alice Dayrell Caldeira Brant, com o pseudônimo de Helena Morley, é ilustrativo. No livro, que teve a sua primeira edição em 1942, a autora narra a sua própria infância/adolescência na cidade de Diamantina entre os anos de 1893 e 1895, período no qual ela foi aluna da Escola Normal daquela cidade. Sobre a adoção do uniforme escolar na instituição, ela assim comenta:

Por felicidade nossa foi adotado uniforme para nós na Escola. É de uma fazenda forte, azul-escuro, que suja pouco e é muito durável. Mamãe vai descansar da luta de me arranjar vestidos para a Escola, que lhe estava dando um trabalho horrível [...] Queria só saber da cabeça de quem saiu esta ideia tão boa, que devia ter aparecido há mais tempo.²⁸⁴

Assim como nas outras escolas normais mineiras, nesta época, a de Ouro Preto também passou a adotar os uniformes para os seus alunos e as suas alunas. Porém, como o pedido da mãe de Martiniana foi feito anos antes da implantação dos uniformes, entende-se a necessidade maior que ela tinha de solicitar a retirada de dinheiro do cofre dos órfãos, a fim de prover o vestuário da filha.

²⁸⁴ MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 10ª impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 82.

Apesar de o pedido de Thereza Dias ter sido feito em 1887, a primeira entrada de Martiniana na ENOP ocorreu muitos anos antes. Assim como Maria Honorina Nogueira (apresentada no tópico 1 do capítulo), ela entrou no curso normal no início de 1883, em um primeiro momento como ouvinte, para, ainda no mesmo ano, e após a implantação do Regulamento nº 100, ser matriculada como aluna regular.²⁸⁵ A moça permaneceu na instituição até 1889, ou seja, para concluir um curso de três anos, gastou o dobro do tempo estipulado pela legislação.²⁸⁶

O caminho de Martiniana na ENOP não parece ter sido fácil, tendo sido composto por uma série de idas, vindas e interrupções. Já no final do ano letivo correspondente a 1883 e 1884, a jovem, juntamente com outras quatro colegas²⁸⁷, enviou uma carta para a direção da Escola, datada de 13 de outubro de 1884, em que constava:

Dizem as abaixo – assignadas, alumnas da Escola Normal d’esta capital que, não tendo podido, dentro do anno lectivo próximo passado, preparar-se convenientemente para prestarem os exames finaes das matérias que constituem o 1º anno do curso da Escola, requerem a Vª Sª nova matrícula no 1º anno, mas, pretendendo as supplicantes fundadas nos art. 178 e 182 do Regulamento vigente, requerer, em dezembro próximo, [exame vago] das supraditas matérias, nas quaes se habilitão durante os meses de férias, vem pedir a Vª Sª a graça de permittir que frequentem ellas também, como ouvintes, as aulas do 2º anno do curso, a fim de que, em sendo approvadas no exame que se vão submetter, possam continuar, como alumnas no referido 2º anno, do qual não terão perdido lição alguma.²⁸⁸

Não foi possível saber, ao certo, se as jovens lograram ou não êxito na solicitação. No entanto, no final do ano letivo seguinte, Martiniana solicitava à direção da Escola sua matrícula²⁸⁹, novamente, no primeiro ano do curso.²⁹⁰ Em 5 de outubro de 1886, a moça se dirigiu, mais uma vez, ao diretor da instituição, perguntando se havia sido aprovada no primeiro ano e, em caso afirmativo, que a matriculasse no segundo.²⁹¹ Já no final de 1887, solicitava

²⁸⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁸⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

²⁸⁷ Além de Martiniana Ignacia da Costa, assinaram a carta Rosalina Alexandrina Ferreira, Ethelvina Olympia Soares Pombo, Decimilia Dias dos Santos e Galdina Dias dos Santos.

²⁸⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 04, 1884.

²⁸⁹ A carta de solicitação é datada de 24 de outubro de 1885.

²⁹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 31, 1885.

²⁹¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 31, 1885.

nova matrícula no segundo ano, dando a entender que não o concluiu ou que não foi aprovada.²⁹² Por fim, foi só em 12 de outubro de 1888 que a jovem solicitou matrícula no terceiro ano do curso.²⁹³

Diferentes fatores podem ter influenciado na extensão do tempo gasto por Martiniana para concluir o curso normal. Ela pode ter tido dificuldades em algumas disciplinas (como no caso de Brazina da Silva Côura Periquito em relação à matéria de aritmética), ou ter ficado doente ao longo do curso, por exemplo. Há, ainda, a probabilidade de que outros problemas pessoais ou familiares tenham contribuído para a demora. A esse respeito, faz-se importante pontuar alguns dos elementos que constavam no inventário de seu pai, Manoel José da Costa.

Como posto anteriormente, o pai da moça faleceu em 1878. Logo após a sua morte, deu-se início à abertura do inventário. Pelo que constava no documento, Manoel José da Costa possuía uma série de bens²⁹⁴, sendo que um dos mais valiosos era uma casa, situada na rua Direita de Antônio Dias, nº 13, com quintal, murada de pedra e cômodos para negócios²⁹⁵, avaliada, em um primeiro momento, em 2:000\$000²⁹⁶. Após a avaliação dos bens e o pagamento das dívidas, o montante foi dividido entre os herdeiros.

Entretanto, no ano de 1886, emergiram novos elementos no que diz respeito ao inventário. Em um relatório, anexado ao referido documento, constava a informação de que um negociante que atuava em Ouro Preto chamado Francisco Affonso Painhas, havia alegado que parte da casa, destinada aos órfãos, lhe pertencia, e, por esta razão, solicitava a venda dela. Em um primeiro momento, porém, sua solicitação foi negada, com a justificativa de que não constava nos autos do inventário ser ele co-proprietário da residência. No entanto, Francisco Painhas não desistiu e continuou solicitando, por várias vezes, naquele ano e no seguinte, a venda da casa, alegando que parte dela era sua, além do mau estado de conservação em que ela se encontrava.

²⁹² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 22, doc. 29, 1887.

²⁹³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 04, 1888.

²⁹⁴ Em um primeiro momento, ao serem avaliados, esses bens somaram o valor total de 4:380\$810 (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878).

²⁹⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

²⁹⁶ Nos jornais mineiros da década de 1870, por esse valor, eram anunciados para venda, por exemplo, alguns escravos (do sexo masculino e entre 30 e 50 anos). Esse montante também era comumente referenciado nos jornais como orçamento destinado à construção de pontes, estradas, mercados, para a realização de obras em igrejas, hospitais, canalização de água, entre outros.

Não foi possível identificar, no âmbito da presente investigação, se Francisco Affonso Painhas conseguiu ou não, legalmente, a parte da casa que afirmava lhe pertencer. Contudo, registros do inventário dão conta de que as partes dos órfãos foram, sim, vendidas, no ano de 1888, e que a pessoa que as comprou foi justamente o negociante mencionado. Independentemente do resultado da solicitação, porém, fica claro, a partir da leitura do inventário, que essa disputa perdurou por, pelo menos, dois anos, que coincidem justamente com o período em que Martiniana ou reprovou, ou abandonou o segundo ano do curso normal. Nesse sentido, é plausível pensar na hipótese de que essas questões de ordem familiar e particular também podem ter influenciado no tempo gasto pela estudante para concluir o curso normal.

De maneira distinta, entre os/as alunos/as que concluíram o curso normal no tempo exato estabelecido pelas normas, há o caso da estudante Luiza Carolina Barcellos de Carvalho²⁹⁷. Nascida em 30 de março de 1870 e batizada em 6 de abril do mesmo ano, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto²⁹⁸, era filha legítima de João Severino José de Carvalho (já falecido quando a jovem se formou no curso normal²⁹⁹) e Isabel da Purificação Barcellos de Carvalho³⁰⁰, tendo como irmão José Barcellos de Carvalho³⁰¹.

Na presente investigação, não foram encontrados vestígios que indiquem se Luiza Carolina recebeu alguma herança pelo falecimento de seu pai. Entretanto, no inventário de seu avô materno, chamado José Rodrigues Barcellos, e falecido no ano de 1881, constava a informação de que Isabel da Purificação, a mãe da normalista, havia recebido como herança de seu pai o valor de 11:363\$176³⁰², dinheiro este que provavelmente a auxiliou na criação de seus dois filhos.³⁰³

²⁹⁷ O nome de Luiza aparece de diferentes formas ao longo da documentação utilizada, como, por exemplo: Luiza Carolina Barcellos de Carvalho, Luisa Carolina Barcellos de Carvalho, Luiza Carolina Barcellos, Luiza Barcellos Carvalho, Luiza Barcellos de Carvalho, Luiza Barcellos de Carvalho Proença, Luiza Barcellos Proença, entre outros.

²⁹⁸ Mais detalhes acerca da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto estão presentes no tópico 5 do capítulo 1 da Tese.

²⁹⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 01, 1887.

³⁰⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 01, 1887.

³⁰¹ O Paiz, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1912.

³⁰² Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de José Rodrigues de Barcellos, Primeiro Ofício, Caixa 68, documento 811, 1881.

³⁰³ Utilizando como exemplo comparativo o inventário apresentado anteriormente, de Manoel José da Costa, que havia sido aberto 3 anos antes, com o valor herdado pela mãe de Luiza, seria possível comprar, pelo menos, cinco casas equivalentes àquela que consta no espólio do pai de Martiniana Ignacia da Costa.

Luiza Carolina Barcellos de Carvalho³⁰⁴ foi matriculada na ENOP em 31 de outubro de 1883, com a idade de 13 anos, e, em 6 de abril de 1885, ingressou no último ano do curso.³⁰⁵ Recebeu o seu atestado de conclusão em uma cerimônia realizada às 12 horas da manhã do dia 30 de julho de 1886, em uma das salas do edifício da instituição. Na ocasião, a jovem “abrilhantou” a celebração, tocando ao piano, enquanto a banda marcial do Liceu Mineiro executava peças musicais.³⁰⁶

Após concluir o curso, a normalista exerceu a atividade docente em Minas Gerais por um tempo. Em 1888 foi nomeada interinamente para a cadeira da Barra, na freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto.³⁰⁷ Todavia, pouco tempo depois, foi nomeada definitivamente para a cadeira da Vila de Brejo Alegre.³⁰⁸ Em alguns meses, porém, pediu transferência de volta para Ouro Preto, reassumindo, novamente, a cadeira da Barra.³⁰⁹ Em 1890, esta cadeira foi suprimida, e Luiza foi outra vez realocada, dessa vez para a 1ª cadeira do sexo feminino da freguesia de Antônio Dias.³¹⁰

No ano de 1891, quando contava com a idade de 21 anos, a jovem se casou com João Julio Proença, natural de Valença, no Rio de Janeiro.³¹¹ Ele, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1893³¹², à época do matrimônio, trabalhava como professor de matemática no Ginásio Mineiro³¹³, tendo sido, além disso, nomeado como reitor da instituição em 1892.³¹⁴ É possível perceber, pois, que ambos, marido e mulher, quando se casaram, estavam inseridos no ambiente educacional ouro-pretano do período.

³⁰⁴ Alguns aspectos (mais gerais) da trajetória de Luiza Carolina Barcellos de Carvalho constam em Pedruzzi (2016).

³⁰⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

³⁰⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

³⁰⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893.

³⁰⁸ Brejo Alegre era a 4ª freguesia e o 5º distrito do município da Bagagem. Atualmente, o antigo município de Bagagem chama-se Estrela do Sul e encontra-se na região mineira do Alto Paranaíba (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 jul. 2020. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 9 jul. 2020).

³⁰⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893.

³¹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

³¹¹ A Ordem, Ouro Preto, 5 de setembro de 1891.

³¹² Minas Geraes, Ouro Preto, 19 de junho de 1893.

³¹³ O Jornal de Minas, Ouro Preto, 22 de janeiro de 1891.

³¹⁴ Minas Geraes, Ouro Preto, 12 de julho de 1892.

Após contrair matrimônio, Luiza continuou exercendo a docência até, pelo menos, o ano de 1894³¹⁵, quando pediu exoneração do cargo que exercia.³¹⁶ Ainda em 1894, solicitou, junto à Secretaria do Interior, por alegar estar doente, permissão para abrir uma escola no perímetro da cidade de Ouro Preto.³¹⁷ Seu pedido, porém, não foi atendido.³¹⁸ Após o ano em questão, não foram encontrados mais indícios de que a normalista tenha exercido o magistério público mineiro. Seu marido, por sua vez, foi professor do Ginásio Mineiro até, pelo menos, o ano de 1909.³¹⁹ Ele também fez parte da comissão construtora da nova capital de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte.³²⁰

Luiza Carolina e João Proença tiveram juntos oito filhos.³²¹ Ao que parece, ainda nas primeiras décadas do século XX, a família se mudou de Minas Gerais para a então capital do país, a cidade do Rio de Janeiro.³²² Pela leitura de algumas notícias de jornais da época, é possível se ter uma ideia do prestígio social e econômico de que gozava a família por eles composta, na alta sociedade carioca naquele tempo. Isso se percebe, sobretudo, pelos casamentos que tiveram algumas das filhas do casal³²³ e pelas muitas notas publicadas nos periódicos do Rio de Janeiro, pela ocasião da morte do patriarca, João Julio Proença, em 1923.³²⁴ Em um de seus necrológicos, constava:

³¹⁵ Minas Geraes, Ouro Preto, 25 de novembro de 1893.

³¹⁶ Minas Geraes, Ouro Preto, 9 de maio de 1894. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de abril de 1894.

³¹⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893 – jul/dez.

³¹⁸ Em resposta à solicitação de Luiza Carolina, o secretário Thomaz Brandão informou que as transferências de cadeiras só competiam ao Poder Legislativo, não sendo possível, portanto, atender ao seu pedido (Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893 – jul/dez).

³¹⁹ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

³²⁰ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / A Cruz, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1923.

³²¹ O Paiz, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / A Cruz, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1923.

³²² Foi possível chegar a essa constatação, apesar de não se saber ao certo a data da mudança, pelo fato de que, sobretudo a partir da década de 1910, as notícias sobre Luiza Barcellos de Carvalho e de seu marido, João Julio Proença, começam a ficar escassas nos jornais de Minas Gerais e tornam-se mais abundantes nos do Rio de Janeiro. Nos periódicos cariocas, faz-se menção, entre outras coisas, à moradia da família, aos casamentos de seus filhos e aos negócios familiares na região.

³²³ Maria Luiza Proença casou-se com Bento Oswaldo Cruz, que era filho de Oswaldo Cruz (O Imparcial, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1917. / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1917. / Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1917). Carmen Proença casou-se com o Barão de Saavedra, que era industrial (O Paiz, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1919. / O Paiz, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1919). Izabel Proença casou-se com o Secretário da Embaixada brasileira Cyro de Farias Valle (Revista de Petrópolis, Rio, Petrópolis e Nitheroy, 1º de abril de 1924. / O Paiz, Rio de Janeiro, 27 de março de 1924. / Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1924).

³²⁴ O Paiz, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / A Cruz, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1923.

Cavalheiro de fino trato e engenheiro ilustre, era o desventurado extinto uma das figuras de maior relevo, não só na nossa alta sociedade, onde era estimadíssimo, mas, também, nos círculos financeiros e industriaes, onde o seu vulto de homem probo e arrojado, foi sempre querido e respeitado.³²⁵

Assim como o marido, Luiza também faleceu no Rio de Janeiro, mas duas décadas e meia depois que ele, em 1948. Por ocasião de sua morte, ela contava com a idade de 78 anos.³²⁶ Em seu registro de óbito, havia a informação de que a profissão que ela exercia, em vida, era a de doméstica, não se fazendo menção ao seu ofício docente.³²⁷ Constava, ainda, no documento, que a cor de Luiza era branca³²⁸.

Durante o período em que esteve no curso normal de Ouro Preto, Luiza Carolina Barcellos se destacou pelo seu bom desempenho.³²⁹ Isso se faz ver por um atestado datado de 30 de julho de 1886 e assinado pelo diretor da Escola Normal na época, Randolpho José Ferreira Bretas, em que ele afirmava: “Attesto que a Exm. Sra. D^a Luiza Carolina Barcellos, filha do Senhor João Severino de Carvalho, natural d’esta capital, cursou esta Escola Normal, e nos exames a que se submeteu, obteve aprovação com as melhores notas em todas as disciplinas do respectivo curso.”³³⁰

Além disso, em nota intitulada “normalista distinta”, de um “obscuro admirador”, e publicada no jornal *A Província de Minas*, em edição de 29 de julho de 1886, constava, a respeito da formatura da moça:

Entre as normalistas formadas este anno e que recebem hoje a corôa de seus esforços – cabe, sem dúvida, a palavra do triumpho á Exma Sra. D. Luiza Carolina Barcellos. Esta jovem graciosa e altamente prendada, que iniciou com extraordinário brilhantismo sua carreira na escola normal, vê agora dourar-se o fructo de seu trabalho, pondo o ponto final em seus estudos com uma brilhante nota.³³¹

³²⁵ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923.

³²⁶ Brasil, Rio de Janeiro, *civil registration* – Brasil, Rio de Janeiro, registros civis, 1829-2012. Óbitos 1948, Out-1949.

³²⁷ Brasil, Rio de Janeiro, *civil registration* – Brasil, Rio de Janeiro, registros civis, 1829-2012. Óbitos 1948, Out-1949.

³²⁸ Questões referentes à cor dos/as normalistas aqui analisados/as serão tratadas, com mais detalhes, no próximo capítulo da Tese.

³²⁹ Algumas atividades realizadas por Luiza Carolina Barcellos se encontram no acervo do Arquivo Público Mineiro – APM, porém, devido à pandemia da Covid-19 e ao fechamento temporário da instituição para a consulta, principalmente no que diz respeito aos Fundos não digitalizados, entre eles o da Instrução Pública (que é onde se localizam as atividades mencionadas) não foi possível obter as cópias desses documentos para anexar à Tese.

³³⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 01, 1886.

³³¹ A Província de Minas, Ouro Preto, 29 de julho de 1886.

Luiza Carolina realizou, pois, o curso normal no tempo estipulado pela legislação naquele momento (três anos), e aparentemente com excelente desempenho, ao contrário de Martiniana Ignacia, que passou por uma série de dificuldades em meio à sua formação, o que provavelmente influenciou no maior tempo gasto por ela para a conclusão do curso. É importante destacar que as duas entraram juntas na Escola, no ano de 1883, mas que seus caminhos foram bastante distintos. Assim como as duas jovens, outros/as estudantes formados/as pela ENOP, nesse contexto, realizaram o curso com percursos distintos.

Em dados quantitativos, excetuando-se da análise os/as alunos/as que estavam no primeiro ou segundo ano do curso normal em 1877³³², constatou-se que cerca de 52,83% dos/as estudantes investigados/as terminaram o curso no período estipulado pela legislação, enquanto os/as outros/as 47,16% demoraram mais que o previsto para concluí-lo. Os números mostram a grande quantidade de estudantes que não conseguiu finalizar o curso no tempo previsto, sendo quase a metade deles/as. Muitos e diferentes fatores podem ter contribuído para isso.

Ao se referir aos estudantes das escolas públicas elementares mineiras no decorrer do século XIX, Veiga (2008) salienta que as razões alegadas para a pequena frequência e o baixo rendimento escolar destes estavam, muitas vezes, relacionadas a fatores financeiros. Conforme a autora, a pobreza era um elemento indicativo da infrequência ou da frequência irregular dos alunos nessas escolas. Embora os/as estudantes aqui trabalhados/as sejam outros/as (moças e rapazes normalistas), é possível pensar que também fatores de ordem financeira influenciaram nas suas trajetórias no curso normal. Isso porque, ainda que a instituição fosse gratuita, os/as alunos/as necessitavam de livros, materiais escolares, vestuário e calçados para frequentarem-na (o caso de Martiniana Ignacia ilustra isso). Do mesmo modo, as dificuldades econômicas podem ter obrigado alguns/mas estudantes a deixar o curso normal para trabalhar, ou então o abandonar por um período e retornar depois, ou ainda, ir fazendo as disciplinas e os exames aos poucos, levando, para isso, mais tempo que o estipulado pela norma.

No caso específico das meninas, há, ainda, a questão relativa aos afazeres domésticos, destinados, naquele momento, quase que exclusivamente a elas. Gouvêa (2007), fazendo referência ao processo de escolarização das crianças do sexo feminino no Brasil no século XIX, chama a atenção para o fato de que se utilizava amplamente o trabalho infantil feminino, sobretudo nas famílias menos abastadas. Igualmente - e levando-se em consideração, mais uma vez, que a Tese faz referência a outro grupo de indivíduos - é possível pensar que a utilização

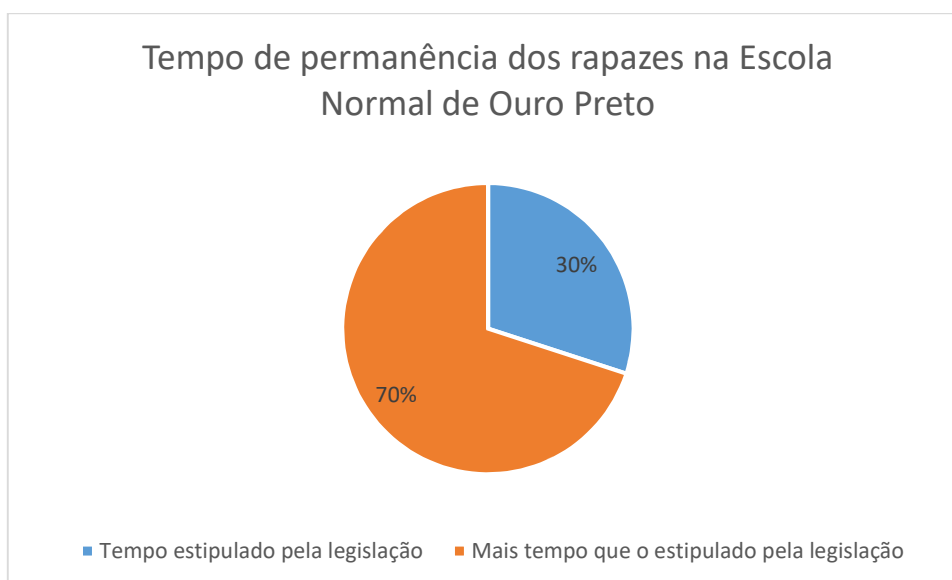
³³² Optou-se por não analisar esses casos, uma vez que não foram encontrados registros de matrícula dos anos anteriores a 1877. Sem essas informações, não seria possível confirmar se os/as alunos/as matriculados/as no primeiro ou segundo anos em 1877 já eram repetentes dos anos anteriores ou não.

do trabalho das normalistas em ambientes domésticos tenha sido recorrente, talvez até mais do que das meninas em tenra idade, por elas já serem moças, ou seja, mais aptas e maduras para assumirem as tarefas consideradas tipicamente femininas no período, entre elas, as atividades domésticas.

Apesar disso, analisando de forma separada cada um dos sexos, observa-se que as moças demoravam, em média, menos tempo para terminar o curso normal do que os rapazes, como mostram os gráficos a seguir:

GRÁFICO 1

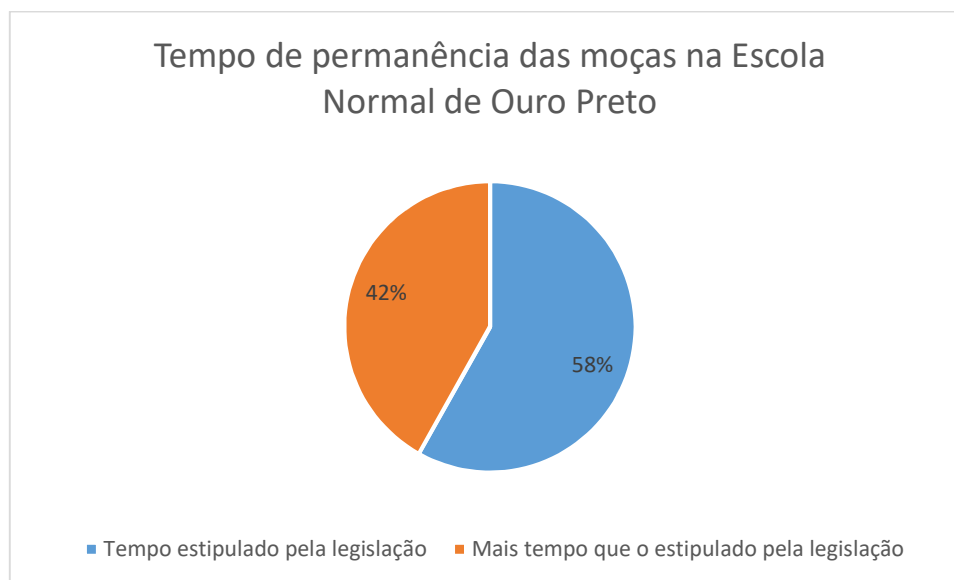
Tempo de permanência no curso da ENOP (homens)



Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883-1890.

GRÁFICO 2

Tempo de permanência no curso da ENOP (mulheres)



Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877-1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883-1890.

Os dados apresentados nos gráficos 1 e 2, de certa forma, vão ao encontro das informações que constam nas tabelas 1, 2 e 3, presentes no tópico 2 do capítulo 1 da Tese. Pela análise das tabelas, chega-se à conclusão de que a evasão masculina no curso normal era maior que a feminina. De maneira semelhante, os gráficos 1 e 2 ilustram que, os que persistiam no curso demoravam, em média, mais tempo para o terminar, ou seja, a permanência e também o tempo de permanência são distintos para cada um dos sexos, nesse contexto. É preciso lembrar, mais uma vez, que as possibilidades de estudo para além do ensino primário eram mais abundantes para eles, já que podiam ingressar no Liceu Mineiro ou no Liceu de Artes e Ofícios, por exemplo. A esse respeito, sabe-se que, pelo menos, cinco dos quatorze egressos da ENOP entre 1877 e 1889 foram alunos do Liceu Mineiro antes de frequentarem o curso normal, embora não se saiba ao certo se eles concluíram ou não a formação no Liceu (PEDRUZZI; JINZENJI, 2021).

Além das questões apontadas, também há a questão do mercado de trabalho em si. Enquanto as meninas se ocupavam majoritariamente das atividades de âmbito doméstico (não remuneradas), muitos jovens do sexo masculino tinham que trabalhar fora, no espaço público. A esse respeito, Durães (2007), em estudo acerca da remuneração docente em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, explica que, mesmo que os homens não fossem os únicos a trabalhar fora e com remuneração, dependendo de algumas circunstâncias ou momentos

históricos, eles ainda eram considerados, muitas vezes, os principais provedores familiares. Não se desconsidera aqui o fato de que muitas mulheres eram chefes de domicílios em Minas Gerais no século XIX³³³; ao longo da própria Tese, são trazidos alguns exemplos a esse respeito.³³⁴ Entretanto, essa pode ser outra hipótese explicativa para a evasão ou demora na conclusão do curso de normalistas do sexo masculino. Em outras palavras, é plausível que a necessidade de trabalhar de forma remunerada para a manutenção financeira familiar, possa ter comprometido o período de tempo dos rapazes no curso normal.

Por fim, pode-se pensar que, apesar de existirem normas legais a respeito da duração do curso na Escola Normal, o cumprimento exato desse tempo não seria necessariamente uma preocupação essencial para todos/as os/as normalistas. Essa hipótese se torna plausível, pela grande quantidade de cartas enviadas pelos/as alunos/as à direção da instituição nesse contexto, solicitando o adiamento dos exames finais, por não se sentirem suficientemente preparados/as para realizá-los, ou por outras razões diversas. Faria Filho e Vago (2001), ao se referirem aos tempos escolares, afirmam que estes são múltiplos, sendo, dessa forma “[...] pessoais e institucionais, individuais e coletivos [...]” (FARIA FILHO; VAGO, 2001, p. 118). Assim, pode ser que a percepção do tempo escolar, nesse período e espaço específicos, tenha sido mais flexível para os/as estudantes, já que quase metade deles/as não concluiu o curso no tempo estipulado pela legislação.

Voltando aos dois casos apresentados na primeira parte do presente tópico (de Martiniana e Luiza), observa-se que ambas eram naturais da própria cidade de Ouro Preto. Entretanto, alguns/mas normalistas que vieram de outras cidades também demoraram mais tempo que o estipulado para concluírem o curso normal (embora não seja possível afirmar que o fato de terem vindo de longe tenha influenciado diretamente nisso). As temáticas referentes à naturalidade dos/as normalistas e os deslocamentos espaciais percorridos por eles/as para frequentarem a ENOP serão discutidas mais detalhadamente no próximo tópico.

2.4. Vindos/as de longe ou de perto

A viúva D. Generosa Augusta Ferreira Guimarães, tendo estabelecido nesta cidade uma casa de pensão só para moças, chama a atenção dos Srs. pais de família de fóra da capital que têm filhas destinadas a seguir o curso da escola

³³³ Mais adiante, neste mesmo capítulo, a temática das mulheres como chefes de domicílio será retomada.

³³⁴ Esses exemplos estão presentes em várias partes da Tese, como o caso de Thereza Dias do Nascimento, mãe da normalista Martiniana Ignácia da Costa, já apresentado, e outros que serão expostos nos tópicos e capítulos subsequentes.

normal, para darem preferencia a este estabelecimento, onde se dará um bom tratamento por preços módicos.³³⁵

Este é o texto de um anúncio que foi publicado em várias edições dos jornais *O Estado de Minas Geraes*³³⁶ e *A Ordem*³³⁷, ao longo do ano de 1890. Nele, percebe-se que havia uma movimentação espacial de estudantes do sexo feminino para irem estudar na ENOP, ou que, pelo menos, esse deslocamento era previsto. É curioso pensar que, nas décadas finais do século XIX, algumas moças mineiras tinham a possibilidade de sair de suas cidades de origem para irem estudar em outras, ainda mais em instituições que não funcionavam em regime de internato e que não eram regidas por entidades religiosas.

É recorrente, nos textos de literatura de viagem³³⁸ do oitocentos (sobretudo da primeira metade do século), a representação da mulher mineira como reclusa, pouco sociável e, quase sempre, confinada ao ambiente doméstico. Contudo, como salientam Souza e Freitas (2015), uma leitura mais atenta desses próprios relatos dá indícios de que o universo feminino não era assim tão restrito.³³⁹ Não raramente, elas tinham que, na ausência de seus maridos ou por outras situações adversas, assumir os negócios e/ou propriedades familiares, por exemplo. Em seu estudo, Hahner (2003) menciona o relato de um reverendo britânico que esteve em Minas Gerais na década de 1820, em que este afirmava que muitas mulheres viúvas dirigiam sozinhas as suas fazendas, assumindo, portanto, a posição de chefes de família.

Igualmente, Queiroz, Andrade, Riani e Corrêa (2000), baseados nas listas nominativas de Minas Gerais de 1831 e 1832, constatam que muitas mineiras estavam inseridas no mundo do trabalho nesse momento, atuando no comércio, na agricultura, nas atividades têxteis, entre muitas outras tarefas. A reclusão era uma opção pouco viável, principalmente no que diz respeito às mulheres das classes mais baixas, pois estas necessitavam do trabalho para sobreviver (SOUZA; FREITAS, 2015). Há de se considerar, ainda, a grande quantidade de

³³⁵ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de julho de 1890.

³³⁶ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 16 de julho de 1890. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 26 de julho de 1890. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de julho de 1890.

³³⁷ A Ordem, Ouro Preto, 24 de julho de 1890. / A Ordem, Ouro Preto, 8 de agosto de 1890. / A Ordem, Ouro Preto, 14 de agosto de 1890.

³³⁸ A literatura de viagem a que se refere esse trabalho, é aquela composta por registros produzidos por viajantes estrangeiros, sobretudo por naturalistas europeus, acerca do Brasil, no contexto do século XIX. Assim, segundo Souza e Freitas, “A literatura de viagem constitui uma fonte rica de informações sobre a sociedade, a cultura, a economia e a natureza das regiões visitadas pelos viajantes estrangeiros que aportaram no Brasil [...]” (SOUZA; FREITAS, 2015, p. 91).

³³⁹ Conforme relembra Samara (1992), a realidade de muitas mulheres brasileiras era diferente daquelas retratadas pelos viajantes europeus que aqui estiveram. Muitas dessas mulheres, viúvas, solteiras, casadas ou abandonadas pelos maridos, tinham que assumir múltiplos papéis que esses viajantes ou não vivenciaram, ou não puderam compreender, nem mostrar. A reclusão era predominante apenas para uma parcela do contingente feminino brasileiro, que não representava o todo.

mulheres negras escravizadas que viviam em Minas Gerais, e que também eram obrigadas a laborar, muitas vezes, fora do ambiente privado.³⁴⁰

Ainda assim, não é possível deixar de considerar que muitas mulheres mineiras, em especial as das camadas mais abastadas da sociedade, não poderiam se deslocar ou circular em diferentes espaços sociais com a mesma facilidade e naturalidade que os homens o faziam. Havia, pelo menos, uma preocupação e/ou vigilância maior para com elas, tendo como justificativa principal, quase sempre, questões relacionadas à preservação da moral e da honra familiar.

No Brasil, desde os tempos coloniais, já existiam espaços que visavam à clausura feminina, seja ela temporária, seja ela permanente. Entre esses espaços, se destacavam os chamados “recolhimentos femininos”³⁴¹. Minas Gerais também sediou espaços dessa natureza, notadamente a partir do século XVIII.³⁴² Já com o advento do século seguinte, passavam a ser estabelecidos, na província, educandários religiosos femininos que funcionavam, em sua maioria, no regime de internato.³⁴³ Mesmo no que diz respeito à ambientes de trabalho, em alguns casos, havia restrições em relação à circulação livre das mulheres. Como exemplo disso, é possível citar os chamados “conventos de fábricas”, destinados às trabalhadoras (geralmente órfãs ou desvalidas) de fábricas têxteis localizadas em Minas Gerais nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX.³⁴⁴ Nesses conventos, Lima (2013) salienta que era imposto às jovens uma vigilância rígida, de reclusão e disciplina, com forte apelo moral relacionado à

³⁴⁰ A esse respeito, como exemplo comparativo, é possível citar o caso de São Paulo no século XIX em que, conforme Dias (1983), mulheres pobres, escravizadas e forras, trabalhando como vendedoras ou roceiras, abundavam na cidade, realizando o comércio menos considerado. Igualmente, Munhoz (2018) também sinaliza que havia quantidade significativa de mulheres pobres e escravizadas inseridas no mundo do trabalho em São Paulo, nesse período, circulando no espaço público para realizarem seus ofícios, atuando como lavadeiras, quitandeiras, parteiras, costureiras, entre outras atividades.

³⁴¹ Segundo Algranti (2014), essas eram instituições de reclusão que possuíam múltiplas funções, sendo espaços de devoção, de educação e de correção femininas. Eram, ainda, conforme esclarece Lima (2013), locais para receber mulheres desprotegidas, algumas vezes de forma permanente e, em outras, em caráter temporário.

³⁴² No que tange às instituições que funcionavam em regime de internato para a instrução de mulheres em Minas Gerais, ainda no período colonial, destacam-se dois recolhimentos femininos: a Casa de Oração do Vale das Lágrimas e o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Fonseca (2009) salienta que esses locais não visavam primordialmente à instrução nas primeiras letras das jovens, e sim à preparação delas para a vida religiosa ou para o casamento. Contudo, é possível reconhecê-los como espaços de formação de mulheres mineiras, nesse momento. Ainda segundo a autora, para esses recolhimentos eram enviadas tanto filhas de famílias abastadas quanto órfãs, mestiças e pobres.

³⁴³ É possível citar como exemplo o caso do Colégio Providência, educandário feminino (que, por muito tempo, funcionou em regime de internato) estabelecido em 1850 na cidade de Mariana, e regido pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, vindas da França em 1849 (LOPES, 1992). O Colégio Providência permanece, ainda nos dias atuais, em funcionamento na cidade de Mariana – MG.

³⁴⁴ De acordo com Lima (2013), o emprego de jovens pobres do sexo feminino em fábricas de tecelagem, em solo mineiro, fez com que muitas dessas fábricas criassem espaços próprios para abrigar e recolher as trabalhadoras. Conforme a autora, existiam conventos femininos em várias fábricas, sendo possível destacar, entre elas: “Cia União Itabirana, em Itabira, na fábrica de Biribiri, em Diamantina, na fábrica de Marzagão, na região de Sabará e nas fábricas pertencentes à Cia Cedro & Cachoeira, além de outras.” (LIMA, 2013, p. 461).

religiosidade católica. Fica claro, pois, que a clausura ou não das mulheres mineiras, nesse período, estava relacionada a vários aspectos, sendo condicionada por fatores sociais, econômicos, espaciais e culturais diversos.

Falando especificamente da ENOP, esta era uma instituição que, além de pertencer ao Estado (e não a entidades religiosas), funcionava em regime de externato³⁴⁵, o que dá a entender que, pelo menos em tese, as moças que lá estudavam tinham acesso a alguma autonomia e a uma movimentação pelo espaço da cidade (nem que fosse somente para chegar até o prédio da Escola, por exemplo). Ainda assim, o próprio anúncio transcrito no início do tópico, mesmo que não diretamente, traz alguns indícios de que havia uma certa preocupação com a manutenção da honra dessas normalistas. Essa preocupação era necessária para dar credibilidade à pensão junto às famílias que necessitavam de hospedagem para as filhas. Em outras palavras, era preciso explicitar as condições, consideradas adequadas para a moral da época, para a acolhida das moças estudantes, como, por exemplo, a menção à exclusividade para o sexo feminino em uma residência de propriedade de uma senhora viúva.

No mesmo anúncio, constava também que se daria, na pensão referenciada, um bom tratamento às normalistas e por preços módicos. Essas informações poderiam, igualmente, ser agradáveis para os pais de família, uma vez que, além da promessa de que seriam bem tratadas as suas filhas, isso não custaria muito para eles. Mesmo assim, manter financeiramente um membro familiar longe de casa para estudar parece não ter sido privilégio de muitos.

Ao longo da década de 1880, vários foram os discursos e relatórios apresentados na Assembleia Legislativa Provincial, sugerindo que quase todas as escolas normais mineiras fossem fechadas, mantendo-se somente algumas delas.³⁴⁶ Acerca desse assunto, na edição do dia 2 de agosto de 1888, no jornal *Diário de Minas*, da cidade de Juiz de Fora, há um texto, uma espécie de protesto, contra um projeto apresentado à mesma Assembleia, para a supressão de todas as escolas normais de Minas Gerais, exceto a de Ouro Preto. Entre os muitos argumentos apresentados para que esse projeto não fosse aceito, o texto mencionava que a

³⁴⁵ Pontua-se aqui que outras escolas normais pertencentes à província de Minas Gerais, também funcionavam em regime de externato nesse momento.

³⁴⁶ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Machado Portella, 13 de abril de 1886. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1.o de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888.

província era muito extensa e que jovens de fora da capital teriam que fazer viagens “longínquas e dispendiosas” para seguirem com seus estudos, e continuava:

Uma razão que sobretudo avulta para não aceitar a ideia consignada no projeto é que, em regra, as pessoas que desejam seguir carreira do professorado não são aquelas que mais dispõem de bens de fortuna. Não nos parece justo, portanto, o projecto.³⁴⁷

O autor do protesto³⁴⁸ mencionou, ainda, o fato de que, se o argumento utilizado para a elaboração do projeto era o de que as escolas normais não estavam dando os resultados almejados, deveriam ser suprimidas, então, todas elas, sem exceção de nenhuma, e completou: “A escola normal da capital só aproveitará aos habitantes de Ouro Preto e suas circunvizinhanças”³⁴⁹.

De fato, ao se analisar a naturalidade dos/as alunos/as que concluíram o curso normal de Ouro Preto entre 1877 e 1889, constata-se que a maioria deles/as, 42 alunos/as, eram nascidos/as na própria cidade, e os/as outros/as 26 eram naturais de demais localidades mineiras, ou de outras províncias.³⁵⁰ No gráfico a seguir, são apresentados, estatisticamente, os locais de nascimento dos/as alunos/as, nesse recorte:

³⁴⁷ Diário de Minas, Juiz de Fora, 2 de agosto de 1888.

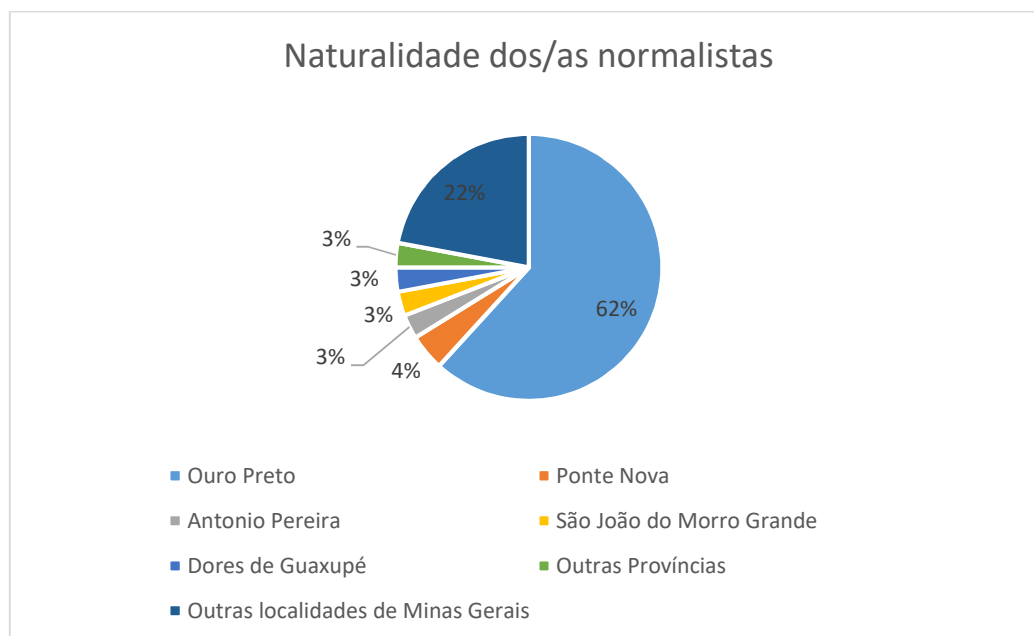
³⁴⁸ No texto não há a assinatura do autor, mas presume-se que seja um dos redatores do jornal.

³⁴⁹ Diário de Minas, Juiz de Fora, 2 de agosto de 1888.

³⁵⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

GRÁFICO 3

Naturalidade dos/as alunos/as formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889



Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877-1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883-1890.

Como apresentado no gráfico, depois da cidade de Ouro Preto, a segunda localidade de onde mais vinham estudantes era a de Ponte Nova, com 3 normalistas. Já outras três localidades mineiras tinham dois/duas estudantes cada na instituição, sendo elas: Dores do Guaxupé, São João do Morro Grande e Antônio Pereira. Contudo, no que diz respeito às duas primeiras, os/as alunos/as advindos/as delas eram irmãos/irmãs, ou seja, provenientes de uma mesma família.³⁵¹ Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, em contrapartida, era uma das freguesias de Ouro Preto nesse período³⁵², localizando-se geograficamente próxima à sede do município³⁵³.

Além das regiões apontadas, outras 14 localidades mineiras³⁵⁴ foram apresentadas como as de naturalidade dos/as estudantes do curso normal (um/a aluno/a de cada), sendo elas: Mariana, Congonhas de Sabará, Itaverava, Caldas, Santa Luzia, Sapucaia, Jequery, Grão

³⁵¹ As irmãs Generosa Augusta Ferreira e Maria Delminda Ferreira eram naturais de Dores de Guaxupé (a terceira irmã, Antonina Augusta Ferreira, nasceu em Caldas). Já os irmãos Modestino de Arnide e Rita Ernestina de Arnide eram de São João do Morro Grande.

³⁵² DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876.

³⁵³ Nos dias atuais, Antônio Pereira continua sendo um dos distritos do município de Ouro Preto.

³⁵⁴ Nem todos os locais aqui identificados eram cidades; muitos eram distritos, freguesias, etc. Entretanto, optou-se, no trabalho, por descrever as naturalidades dos estudantes, exatamente da maneira que estavam registradas nos livros de matrícula.

Mogol, Rio Novo, Leopoldina, Nossa Senhora do Porto, Barbacena, Bela Vista e Serro.³⁵⁵ Grande parte dessas localidades estava situada, aproximadamente, a cerca de 100 quilômetros ou menos da antiga capital.³⁵⁶ Em menor número havia aquelas que estavam entre 100 e 300 quilômetros³⁵⁷ e algumas que estavam a mais de 300 quilômetros de distância.³⁵⁸ Já no caso de duas das localidades, não foi possível precisar, ao certo, o quão longe estavam da antiga capital.³⁵⁹

Embora a maior concentração de estudantes nascidos/as fora de Ouro Preto seja composta por normalistas naturais de regiões consideradas, para os padrões da atualidade, próximas à sede da então província (até cerca de 100 quilômetros), há de se considerar que os meios de transporte da época eram mais limitados que os atuais, o que dificultava os acessos e comprometia o tempo das viagens para se chegar até ela.

Por fim, constatou-se que um aluno e uma aluna foram registrados/as como naturais de províncias vizinhas à Minas Gerais: um da província de São Paulo³⁶⁰ (nascido na cidade de Lorena) e outra do Espírito Santo³⁶¹ (sem menção da cidade). Há, ainda, o caso específico da normalista Maria Augusta Bandeira da Rocha³⁶², em que, em uma das matrículas, constava ser ela natural de Sabará, já em outra, aparecia a informação de que ela havia nascido em Viçosa (ambas as cidades se situavam em Minas Gerais), não sendo possível, portanto, identificar ao certo qual a sua naturalidade.

Como visto, muito embora a ENOP recebesse alunos/as naturais de diferentes localidades de Minas Gerais e até de outras províncias, a concentração maior era da própria capital, dando a entender que não eram muitos/as os/as que deixavam a sua cidade natal para realizar o curso normal em Ouro Preto. Além disso, é importante frisar que, mesmo os/as que

³⁵⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

³⁵⁶ Entre as localidades que ficavam a cerca de 100 quilômetros, ou menos, da antiga capital de Minas Gerais, se encontram: Ponte Nova, Santa Luzia, São João do Morro Grande, Mariana, Congonhas do Sabará (atualmente Nova Lima), Itaverava e Jequeri (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

³⁵⁷ Entre elas, estão: Leopoldina, Rio Novo, Barbacena, Nossa Senhora do Porto e Serro (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

³⁵⁸ Dores do Guaxupé, Grão Mogol e Caldas, se encontravam a mais de 300 quilômetros de distância de Ouro Preto (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

³⁵⁹ Essas localidades são: Sapucaia e Bela Vista.

³⁶⁰ O aluno em questão chamava-se Antonio Mamede de Oliveira Coutinho.

³⁶¹ A estudante chamava-se Idalina Horta Galvão.

³⁶² Maria Augusta Bandeira da Rocha esteve na ENOP entre 1884 e 1888 (Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890).

nasceram em outras localidades ou províncias, podem ter se mudado para a então capital com suas famílias em diferentes momentos, e não necessariamente para realizar o curso normal, uma vez que, como aponta Nascimento (2011), era grande a mobilidade espacial em Minas Gerais, e esta se manteve, até mesmo, no momento de maior fixação da população, que ocorreu no contexto do século XIX.

Analisando a naturalidade dos/as estudantes em relação ao sexo destes/as, observa-se que, do conjunto de 42 estudantes de Ouro Preto, 34 eram mulheres e 8, homens, ou seja, cerca de 80% dos/as normalistas naturais da então capital eram mulheres. Todavia, no que diz respeito aos/as estudantes advindos/as de outras localidades, o contingente feminino cai um pouco, indo para cerca de 76%. Embora o número de mulheres seja superior em ambos os casos, elas ainda são, em sua maioria, nascidas na própria cidade de Ouro Preto.

Como posto anteriormente, a mudança de uma cidade para outra para estudar não parece ter sido uma oportunidade viável para muitas pessoas e, talvez, ainda menos para elas, já que a preservação da honra feminina era um elemento muito importante, e a vigilância para mantê-la, preocupação constante. Além disso, as moças, muitas vezes, eram consideradas frágeis e vulneráveis, o que, de maneira geral, aumentava a preocupação dos pais em relação a elas. Como relembra Louro (2004), o discurso da fragilidade feminina foi sendo construído aos poucos, por vários segmentos da sociedade, o que auxiliou na construção da ideia da necessidade de tutela e proteção das mulheres. O fato de o contingente de alunas vindas de outras localidades ter sido menor do que o de advindas da própria capital pode ter sido um indicativo disso. Igualmente, como já mencionado, do montante de alunas naturais de outras regiões, há ainda que considerar que muitas poderiam ter se mudado para Ouro Preto por outras razões e em outros momentos de suas vidas, e não necessariamente para estudar.

Apesar disso, o próprio anúncio de pensão para alunas da Escola Normal, de propriedade da viúva Generosa Augusta Ferreira Guimarães³⁶³, embora tenha sido divulgado em 1890, ou seja, um pouco depois do recorte da pesquisa, dá indícios de que algumas moças poderiam, sim, deslocar-se para a cidade com a finalidade principal de estudar no curso, desde que alocadas em um ambiente seguro.

³⁶³ Uma das estudantes aqui analisadas, ou seja, que se formou na ENOP entre 1877 e 1889, chamava-se Generosa Augusta Ferreira, o mesmo nome da dona da pensão aqui mencionada, acrescido do sobrenome “Guimarães”. Em um primeiro momento, é plausível pensar que as duas poderiam ser a mesma pessoa, e que o sobrenome acrescentado tenha sido adquirido após o casamento, por exemplo. Porém, a documentação localizada não permite afirmar se eram realmente a mesma pessoa, ou se eram somente homônimas, uma vez que não há outros indícios, para além do nome em si, que sinalizem isso.

Além do anúncio em si, ao longo de toda a investigação, foram sendo localizados registros acerca das famílias de algumas estudantes, que dão pistas de que estas poderiam estar realizando o curso normal na capital, enquanto as suas famílias, ou parte delas, continuavam vivendo em suas terras natais. O caso apresentado no início do capítulo, da aluna Maria Honorina Nogueira, por exemplo, traz alguns sinais de que, pelo menos por um tempo, o seu pai voltou para a cidade deles, enquanto ela continuava no curso normal. Outro caso semelhante a esse é o da estudante Antonia Philomena da Costa Carvalho³⁶⁴, que esteve na ENOP entre 1877 e 1878.³⁶⁵

Antonia Philomena era natural de Itaverava³⁶⁶, tendo como pais o capitão Vicente da Costa Carvalho³⁶⁷ e dona Augusta³⁶⁸. Seu batismo ocorreu em 3 de setembro de 1863, na Igreja Matriz da mesma localidade.³⁶⁹ Ao que parece, nos anos que antecederam a sua entrada na ENOP, seu pai vivia ainda em Itaverava³⁷⁰, exercendo lá a profissão de boticário.³⁷¹ Igualmente, nas décadas seguintes, há indícios de que ele continuou morando³⁷² e trabalhando na região³⁷³,

³⁶⁴ Nos documentos analisados, a jovem aparece ora com o nome de Antonia Philomena da Costa Carvalho, ora com o de Antonia Filomena da Costa Carvalho.

³⁶⁵ Além de Maria Honorina e Antonia Philomena, destaca-se, ainda, o caso das alunas Emília Augusta de Magalhães Gomes, filha de Benevenuto de Magalhães Gomes, natural de Sapucaia, e Emiliana Marcelina dos Reis Magalhães, filha de Antonio Luiz dos Reis Magalhães, natural de Jequeri. Nos dois casos, os pais das normalistas mantiveram relações com as suas regiões de origem, antes e depois da passagem delas pelo curso normal de Ouro Preto.

³⁶⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Santo Antônio, Itaverava, Minas Gerais – Livro de Batismo – Batismos 1852 – 1885.

³⁶⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Santo Antônio, Itaverava, Minas Gerais – Livro de Batismo – Batismos 1852 – 1885.

³⁶⁸ No registro de batismo de Antonia Philomena não aparece o sobrenome da mãe dela, só consta o primeiro nome. Já no livro de matrícula da ENOP, consta registrado somente o nome do pai da moça, não sendo possível, portanto, identificar o sobrenome da mãe.

³⁶⁹ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Santo Antônio, Itaverava, Minas Gerais – Livro de Batismo – Batismos 1852 – 1885.

³⁷⁰ Santo Antonio de Itaverava era, nesse período, o 7º distrito e a 4ª freguesia do município de Queluz. Distanciava-se a cerca de 8 léguas da então capital de Minas, o que corresponderia a algo em torno de 40 e 48 quilômetros. Atualmente, Itaverava é um município da região central do estado de Minas Gerais. (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 jul. 2020. / Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2020).

³⁷¹ Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875.

³⁷² Anuario de Minas Geraes: Estatística, Historia, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações (MG) - 1906 a 1913. / Queluz de Minas, Queluz, 5 de junho de 1898.

³⁷³ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1890. / Minas Geraes, Ouro Preto, 16 de maio de 1892. / A União, Ouro Preto, 1 de abril de 1887. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 12 de janeiro de 1883. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 11 de abril de 1883. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 6 de junho de 1884. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 25 de abril de 1885.

tendo atuado, inclusive, como delegado literário.³⁷⁴ Vicente da Costa era, ainda, um representante político no local.³⁷⁵ No jornal *Liberal Mineiro*, redigido na então capital mineira, em edição do dia 24 de março de 1886, constava: “De visita a seus amigos, acha-se entre nós o nosso prestimoso amigo, capitão Vicente da Costa Carvalho, um dos mais prestigiosos chefes do partido liberal da parochia de Itaverava.”³⁷⁶

A documentação utilizada na investigação não permite concluir que a família toda de Antonia Philomena permaneceu em Itaverava enquanto a jovem estudava em Ouro Preto. Pode ser que, nos anos em que esteve no curso normal, seus pais tenham se deslocado com ela para a capital, ou pelo menos um deles, ou algum irmão, por exemplo. De toda forma, fica claro que os laços do pai da moça com a sua terra natal foram mantidos. Já ela, por sua vez, parece não ter estabelecido a mesma proximidade com a sua região de origem, tendo exercido o magistério em outros locais, como na própria capital, sendo adjunta da cadeira do sexo feminino no bairro das Cabeças³⁷⁷, bem como em Muriaé³⁷⁸, atuando como efetiva da 1ª cadeira do sexo feminino do bairro da Barra.³⁷⁹

Não obstante, como relatado acima, a maior parte das, e também dos estudantes formados/as em Ouro Preto, nesse recorte, eram naturais da própria capital. Um desses exemplos é o de Anna Augusta de Oliveira Bicalho, que nasceu na freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto, no dia 20 de novembro de 1862, sendo filha legítima de João Baptista de Oliveira Bicalho e Marianna Augusta de Oliveira Bicalho.³⁸⁰ Conforme constava em seu registro de batismo, por estar em perigo de vida, ela foi batizada no mesmo dia de seu nascimento.³⁸¹

³⁷⁴ Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de novembro de 1892.

³⁷⁵ Queluz de Minas, Queluz, 11 de dezembro de 1898. / Queluz de Minas, Queluz, 22 de junho de 1900.

³⁷⁶ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 24 de março de 1886.

³⁷⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

³⁷⁸ Muriaé localizava-se a 34 léguas de Ouro Preto, o que equivaleria a cerca de 170 ou 204 quilômetros. Atualmente, a cidade localiza-se na região mineira da zona da mata (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870.* / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 jul. 2020).

³⁷⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

³⁸⁰ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

³⁸¹ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

Assim como Antonia Philomena, Anna Augusta frequentou o curso normal nos anos de 1877 e 1878³⁸², tendo o seu diploma de normalista conferido entre 12 de junho de 1882 e 26 de maio de 1883.³⁸³ Percebe-se aqui, pois, o caso de duas jovens que estudaram ao mesmo tempo na ENOP, ou seja, que eram colegas de turma, em que uma vinha de longe e a outra, de perto, a fim de realizarem o curso da instituição.

Quando Anna Augusta foi matriculada na ENOP, a sua mãe já havia falecido.³⁸⁴ Já seu pai veio a óbito pouco tempo depois em que esta terminou o curso, em 3 de dezembro de 1879.³⁸⁵ Em edição do dia 9 de dezembro de 1879 do jornal *A Actualidade*, havia um comunicado assinado pela normalista e pelo seu irmão, Antonio Simplicio de Oliveira Bicalho, em que ambos convidavam a todos para a missa de sétimo dia em razão da morte do pai, e agradeciam pelo apoio prestado a eles durante a enfermidade do mesmo patriarca.³⁸⁶

Foi em março de 1880 que se deu início à abertura do inventário de João Baptista, no qual o inventariante foi o seu irmão, Joaquim Dias Bicalho. O inventariado em questão era morador da freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto. Por ocasião de sua morte, deixou uma série de bens que foram listados no inventário, destacando-se móveis e utensílios domésticos, como: sofá, catres, cadeiras, mesas, aparadores, marquesas, lavatório, canastra, barril, armário, balança, lamparina, baú, jarros, bandejas, entre muitos outros itens.³⁸⁷ Deixou, ainda, uma farda militar. A existência da farda entre o espólio do finado se explica pelo fato de que este, além de funcionário do governo provincial³⁸⁸, possuía a patente de tenente.³⁸⁹

Entretanto, o bem mais valioso deixado por João Baptista foi uma casa de vivenda, localizada na rua São Francisco, nº 02, na freguesia de Antônio Dias, avaliada, em um primeiro

³⁸² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

³⁸³ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.

³⁸⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

³⁸⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

³⁸⁶ *A Actualidade*, Ouro Preto, 9 de dezembro de 1879.

³⁸⁷ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

³⁸⁸ João Baptista de Oliveira Bicalho trabalhou como funcionário da Secretaria do Governo da Província de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Diário de Minas, Ouro Preto, 3 de setembro de 1874).

³⁸⁹ Muitos pais das alunas e dos alunos investigados possuíam patentes militares. Esse assunto será tratado, com mais detalhes, no próximo capítulo da Tese.

momento, em 3:500\$000 réis³⁹⁰. Na descrição do imóvel, constava a informação de que ele era coberto de telhas, possuía pátio e quintal, tinha murada de pedra e estava situado em frente à Igreja de São Francisco de Assis, fazendo divisa pelo lado esquerdo com a residência de Miquelina Ruas e pelo lado direito com o mercado da cidade.³⁹¹ A casa era muito bem localizada, estando em uma área central da capital. Provavelmente, era nela que vivia João com os dois filhos (Anna e Antonio) antes da morte deste, pois não havia a descrição de outra no documento. A referida habitação encontrava-se muito próxima ao prédio em que, posteriormente (em 1883), seria instalada a Escola Normal da cidade. No entanto, no período em que Anna estudou na instituição, esta ainda funcionava na freguesia de Nossa Senhora do Pilar.

Além dos bens, João Baptista deixou muitas dívidas. É por essa razão que seu irmão, Joaquim, solicitou que fossem à praça³⁹² os móveis do finado, com o objetivo de saldar os débitos deixados por ele.³⁹³ De fato, em notícia publicada em 20 de abril de 1880, no periódico *A Actualidade*, informava-se sobre a arrematação dos objetos, que aconteceria no dia 24 de abril do mesmo ano, em frente à casa do falecido.³⁹⁴

Quando o pai de Anna Augusta morreu, ela e o seu irmão eram ainda menores de idade.³⁹⁵ Nascido também em Ouro Preto, em 2 de março de 1865, e batizado em 6 de maio do mesmo ano, Antonio era aproximadamente 3 anos mais novo que a irmã.³⁹⁶ Com a orfandade, ambos passaram a ser tutelados pelo tio e inventariante Joaquim Dias Bicalho. Assim sendo, após serem pagas as dívidas deixadas por João (que ficaram em torno de 480\$000 réis), o restante do dinheiro obtido pelas vendas dos móveis foi direcionado para o cofre dos órfãos.³⁹⁷ Neste primeiro momento, a casa não veio a leilão junto com os outros objetos.³⁹⁸ Divididos os

³⁹⁰ Nos jornais mineiros da década de 1880, há várias casas localizadas em Ouro Preto sendo anunciadas para irem à praça, por esse valor aproximado. Essa quantia também costumava aparecer nos orçamentos de obras públicas da província.

³⁹¹ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

³⁹² Conforme o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de Francisco Julio Caldas Aulete (1881), ir à praça significava ir a leilão, ou à hasta pública (arrematação).

³⁹³ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

³⁹⁴ *A Actualidade*, Ouro Preto, 20 de abril de 1880.

³⁹⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

³⁹⁶ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

³⁹⁷ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

³⁹⁸ Anos depois, ainda na qualidade de tutor de Antonio Simplicio (Anna Augusta já era maior de idade nesse momento), Joaquim Dias Bicalho solicita que se vá à praça a parte da casa que corresponde ao seu pupilo. Essa parte do imóvel é então vendida.

montantes dos bens deixados após o pagamento de todos os débitos e somando-se a eles o valor da moradia deixada, resultou a quantia líquida de 1:750\$000³⁹⁹ para cada um dos filhos.⁴⁰⁰

Diferentemente do irmão, Joaquim não morava em Ouro Preto. Ele vivia no município de Oliveira⁴⁰¹, localizado no interior de Minas Gerais.⁴⁰² Por esse motivo, após a orfandade, seus pupilos deixaram a então capital para irem viver com ele. Essa mudança, porém, não interferiu nos estudos de Anna Augusta, uma vez que, em 1880, ela já tinha concluído o curso normal, muito embora seu diploma tenha sido conferido somente alguns anos depois, como já mencionado. Dessa forma, o que se percebe é que Anna nasceu em Ouro Preto e viveu lá em grande parte de sua vida, inclusive no período em que frequentou o curso normal, mas que teve que se mudar devido à orfandade.⁴⁰³

Contudo, mesmo após se tornar maior de idade, ela permaneceu na cidade de Oliveira, exercendo lá o magistério, sendo nomeada, por ato de 1º de julho de 1883, para a cadeira do sexo feminino da freguesia de Passatempo do referido município.⁴⁰⁴ Cerca de 4 anos depois, porém, pediu transferência para a então freguesia de Jequeri⁴⁰⁵, município de Ponte Nova⁴⁰⁶,

³⁹⁹ Esse parece ser um valor considerável para a época. Nos jornais mineiros da década de 1880, por essa quantia aproximada, eram anunciados para venda lotes de terra, alqueires de terras em capoeira e casas. Por esse valor também eram orçadas obras públicas, sobretudo, de reparos.

⁴⁰⁰ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

⁴⁰¹ A cidade de Oliveira estava distante 30 léguas de Ouro Preto, o que equivaleria a algo em torno de 150 ou 180 quilômetros. Atualmente, Oliveira faz parte da região centro-oeste mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 11 jul. 2020).

⁴⁰² Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

⁴⁰³ A temática da orfandade será retomada no próximo tópico da Tese.

⁴⁰⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894.

⁴⁰⁵ Jequeri era o 11º districto e a 9ª freguesia município de Ponte Nova. Localizava-se a 17 léguas da então capital de Minas Gerais, o que equivaleria a cerca de 85 a 102 quilômetros de distância. Nos dias atuais, a cidade faz parte da zona da mata mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 11 jul. 2020. / Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2020).

⁴⁰⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / MINAS GERAIS, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório do vice-presidente Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887.

mas, retornou para a cadeira que ocupava anteriormente em Oliveira poucos meses depois.⁴⁰⁷ Há registros de que Anna foi docente em Passatempo até, pelo menos, o ano de 1918.⁴⁰⁸

Como visto, Anna Augusta se tornou órfã quando ainda era menor de idade, apesar de já ter concluído o curso normal. Contudo, quando solicitou o seu diploma de normalista, ela já não tinha o seu pai vivo. Tendo em vista esses fatos, é possível pensar na hipótese de que, apesar da herança deixada pelo pai, Anna tenha optado por buscar o seu diploma para que pudesse lecionar no magistério público mineiro, atividade que realmente exerceu por mais de 30 anos, como um meio para a sua própria subsistência e, por que não dizer, como elemento de sua emancipação, ainda que parcial.⁴⁰⁹

Para além de Anna Augusta de Oliveira Bicalho, há vários outros casos de órfãos e órfãs que se formaram pela ENOP, no recorte da investigação. Há também ocorrências, ainda que em menor número, de filhas naturais, entre os/as concluintes da instituição. O tópico seguinte é dedicado a esses dois temas.

2.5. Filhos/as naturais, legítimos/as e orfandade

Declaro que meus pais são falecidos, e que sempre vivi no estado de solteiro. Declaro que tenho quatro filhos com dona Maria Anacleta do Nascimento, os quais são: José de quinze annos mais ou menos, Francisca de quatorze annos, Cezário de doze annos, Cherubina de nove annos mais ou menos. Declaro que reconheço os meus quatro filhos acima nomeados por meus legítimos sucessores e herdeiros das duas partes dos meus bens.⁴¹⁰

A citação acima é um trecho do testamento de José Rodrigues Pombo, escrito quando este já estava enfermo (e de cama), em 2 de agosto de 1864, no qual ele assumia ser pai de quatro filhos que teve, sem matrimônio, com Maria Anacleta do Nascimento.⁴¹¹ No mesmo documento, ele deixava registrado como tutora de seus filhos⁴¹² a mãe destes, na qual afirmava

⁴⁰⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894.

⁴⁰⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 846, 1901- 1904. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

⁴⁰⁹ Parcial, porque, apesar de trabalhar fora, em uma atividade remunerada, Anna Augusta vivia perto ou junto ao seu tio.

⁴¹⁰ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Testamento. Testador: Pombo, José Rodrigues – principal. Ouro Preto, período 1864-1897.

⁴¹¹ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Testamento. Testador: Pombo, José Rodrigues – principal. Ouro Preto, período 1864-1897.

⁴¹² De acordo com o Livro 4 das Ordenações Filipinas (1870), cabia ao Juiz de Órfãos estabelecer tutores para os órfãos, se estes não o tivessem. Para saber se já havia indicação ou não de tutoria, em um primeiro momento, deveria averiguar-se se o falecido havia deixado, em testamento, a indicação do tutor. Caberia, ainda, ao Juiz determinar se a pessoa indicada poderia mesmo realizar essa função, levando-se em consideração para isso uma

depositar “todo o conceito”⁴¹³. A caçula dos quatro filhos mencionados, Cherubina⁴¹⁴, foi mais uma entre os/as normalistas formados/as pela ENOP no período de 1877 até 1889.

Cherubina Rodrigues Pombo esteve no segundo ano do curso normal de Ouro Preto em 1878 (não constava, na documentação analisada, quando ela realizou o primeiro ano).⁴¹⁵ Seu diploma de conclusão do curso foi registrado na Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública em 16 de janeiro de 1879.⁴¹⁶ Após obter o título de normalista, exerceu o magistério em várias localidades de Minas Gerais, como em Mariana⁴¹⁷, Rio Preto⁴¹⁸ e na própria capital, Ouro Preto.⁴¹⁹

A normalista em questão era ouro-pretana e nasceu na véspera de Natal de 1854, sendo batizada no dia 1º de maio do ano seguinte.⁴²⁰ Em seu registro de batismo, havia a informação de que ela era filha natural de Maria Anacleto do Nascimento, sem nenhuma menção à sua paternidade.⁴²¹ Porém, no seu registro de matrícula na Escola Normal, já constava, no campo “filiação”, o nome de seu pai⁴²², e o seu sobrenome já aparecia como igual ao dele.⁴²³ Isso pode

série de requisitos, como: maioridade, sanidade, legalidade com a justiça, entre outros. Se o tutor indicado em testamento cumprisse todos os requisitos, seria dado a ele a tutoria, enquanto este a realizasse visando o bem dos órfãos.

⁴¹³ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Testamento. Testador: Pombo, José Rodrigues – principal. Ouro Preto, período 1864-1897.

⁴¹⁴ Nos documentos, o nome da normalista consta como Cherubina, Cherobina, Querubina, Querobina, entre outros.

⁴¹⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁴¹⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 37, 1876 – 1880.

⁴¹⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / A Actualidade, Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1879.

⁴¹⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

⁴¹⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 32, 1889. / A União, Ouro Preto, 13 de julho de 1887. / Minas Geraes, Ouro Preto, 10 de outubro de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 24 de agosto de 1898. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900.

⁴²⁰ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1832 – 1872.

⁴²¹ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1832 – 1872.

⁴²² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁴²³ Cherubina foi casada com Antonio de Paula Correa Miranda (Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1880-1936 desordenados). A partir de seu matrimônio, começou a utilizar também o sobrenome do marido. Seu nome passou a ser assinado, então, como Cherubina Rodrigues Pombo de Miranda (Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida. Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 03, 1887. / A Imprensa (RJ), Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1912. / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1912. / O Paiz, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1912. / O Paiz, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1913).

ser explicado pelo fato de que José Rodrigues Pombo faleceu poucos dias depois da escrita de seu testamento, no dia 27 de agosto de 1864⁴²⁴, ou seja, quando Cherubina ingressou no curso normal, sua paternidade já havia sido declarada.

Conforme consta no Livro 4 das Ordenações Filipinas (1870), em seu título 92, se um homem tivesse ajuntamento com uma mulher solteira, não havendo entre eles parentesco ou impedimento de ambos se casarem, os filhos vindos dessa relação seriam considerados filhos naturais. Esse parece ter sido, pois, o caso de Cherubina e de seus irmãos.

Não foi possível identificar, no âmbito da investigação, as razões pelas quais José Rodrigues não se casou com Maria Anacleta. Uma hipótese explicativa pode estar relacionada à existência de diferenças sociais, econômicas e/ou raciais entre os dois, que, para os padrões da época, dificultariam ou impossibilitariam o matrimônio legal.

Peraro (1999), ao analisar a grande quantidade de filhos ilegítimos identificados em uma paróquia na província do Mato Grosso na segunda metade do século XIX, chama a atenção para a dificuldade em se buscar justificativas para esse fenômeno a nível geral, uma vez que ele está associado a especificidades históricas e locais, apesar de ser uma realidade quase sempre presente, em maior ou menor número, nos períodos colonial e imperial brasileiros.

Mesmo levando em consideração as ressalvas trazidas por Peraro (1999), é plausível pensar que, de maneira geral, havia uma certa flexibilização na vida prática das normas rígidas que permeavam a realidade brasileira nesse contexto. Conforme expõe Praxedes (2008), estudos desenvolvidos sobre o tema das famílias matrifocais brasileiras deixam claro que, apesar da forte presença de um modelo de família patriarcal idealizado e reforçado pela tradição religiosa católica, havia, em solo brasileiro, a existência de diversos e diferentes arranjos familiares, que extrapolavam o considerado “padrão” da época. Para Freitas (2012), outras formas de união elegidas pela população resultavam, muitas vezes, em filhos ilegítimos.

Todavia, voltando ao caso de Cherubina, há nele uma característica curiosa, uma mudança de situação, uma transição de um lugar para outro, dada a partir do reconhecimento, ainda que tardio, da paternidade da jovem. Freitas (2012), ao analisar o fenômeno da paternidade tardia em Porto Alegre, no início do século XIX, salienta a influência do reconhecimento paterno na vida dos filhos ilegítimos⁴²⁵ e na maneira como esses passam a ser vistos pela sociedade. Segundo a autora, a passagem da ilegitimidade para a legitimidade trazia para os filhos naturais alguns privilégios que já eram concedidos automaticamente para aqueles

⁴²⁴ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Testamento. Testador: Pombo, José Rodrigues – principal. Ouro Preto, período 1864-1897.

⁴²⁵ Pontua-se, aqui, que filho natural era um tipo de filiação ilegítima.

advindos de uniões formalizadas pelo matrimônio. Sem deixar de considerar as especificidades de diferentes ordens (social, cultural, econômica, espacial e temporal) de cada um dos casos, é possível pensar que algumas modificações na vida de Cherubina também tenham ocorrido a partir do reconhecimento de seu pai. Essas mudanças podem ter sido tanto econômicas (uma vez que ela se tornou uma de suas herdeiras) quanto sociais e culturais.

Como visto, no registro de batismo da normalista, constava apenas o nome de sua mãe. Em contrapartida, no livro de matrículas da Escola Normal, havia somente o nome de seu pai. Contudo, nos registros de algumas outras estudantes da instituição, o nome do pai não foi revelado em nenhum dos documentos analisados. Esse é o caso, por exemplo, da aluna Rosalina Cherubina da Luz⁴²⁶.

Rosalina Cherubina da Luz estudou na ENOP nos anos de 1877 e 1878.⁴²⁷ Em seu registro de matrícula, havia, no campo “filiação”, somente o nome de sua mãe⁴²⁸, que se chamava Clarice Francisca da Luz⁴²⁹. Assim como em outros casos já apresentados ao longo da Tese, a normalista atuou como professora primária em Minas Gerais após a conclusão do curso normal, trabalhando nas 1ª e 2ª cadeiras do sexo feminino⁴³⁰ da cidade de Ponte Nova⁴³¹ até aposentar-se, após cerca de 35 anos exercendo o magistério.⁴³²

Em um dos livros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto, constava a informação de que Rosalina havia sido batizada em 14 de

⁴²⁶ Ao longo dos documentos, o nome de Rosalina aparece como Rosalina Cherubina da Luz, Rosalina Querubina da Luz, Rosalina Cherobina da Luz, Rosalina Cherobina da Luz, Rosalina da Lus, entre outros.

⁴²⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁴²⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁴²⁹ Em alguns documentos, o nome da mãe de Rosalina aparece como Clarice e, em outros, como Clariça. Seu sobrenome também aparece de duas formas: Luz e Lus.

⁴³⁰ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / O Paiz, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1913.

⁴³¹ Ponte Nova situava-se a cerca 12 léguas de Ouro Preto, o que equivalia a algo entre 60 e 72 quilômetros de distância. Nos dias atuais, a cidade faz parte da região da zona da mata mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 jul. 2020).

⁴³² O Paiz, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1914. / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1914.

dezembro de 1862, sendo ela filha natural de Clarice Francisca.⁴³³ Diferentemente do caso anteriormente apresentado, a paternidade da moça parece não ter sido declarada em momento algum, ou pelo menos não até a sua matrícula na Escola Normal. A jovem em questão tinha outros três irmãos, sendo eles: Galdino (batizado em 24 de maio de 1855)⁴³⁴, Augusto (batizado em 14 de dezembro de 1857)⁴³⁵ e Carlos (25 de agosto de 1867)⁴³⁶. Assim como Rosalina, nos registros de batismo deles, constava a informação de que eram filhos naturais de Clarice Francisca da Luz, sem menção ao pai.

Infelizmente, não foram localizadas outras fontes que abarcassem de maneira mais completa a configuração familiar de Rosalina, não sendo possível, desse modo, saber as razões pelas quais a sua paternidade não foi assumida, a cor de sua pele, ou a sua condição econômica, nem se seus irmãos eram filhos do mesmo pai que ela. Seu caso, porém, não se apresenta como exceção nesse período. Muitos filhos nasciam fora do âmbito do casamento, por diferentes razões, como já mencionado.

No que diz respeito aos alunos e às alunas formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889, além da estudante Rosalina Cherubina da Luz, outras duas moças tiveram, em seus registros de matrícula na instituição, apenas a indicação do nome de suas mães, sendo elas: Fidelina Herculana Pinheiro (filha de Anna Albana da Silva), que esteve no curso entre 1885 e 1889⁴³⁷; e Zepherina Anacleta de Souza (filha de Flávia Fidelis de Souza), que frequentou a Escola de 1883 até 1886.⁴³⁸

Em um primeiro momento, até pode parecer que esse número é pequeno, levando-se em consideração o montante analisado (68 estudantes). Contudo, esse não é um dado a se desconsiderar, uma vez que ilustra, juntamente com outros elementos, a diversidade de normalistas que estudavam em Ouro Preto, inclusive no que tange às suas origens familiares. A existência de filhas naturais entre o corpo discente da instituição mostra que não havia restrições a esse respeito, já que não só indivíduos advindos de uniões legítimas frequentavam-na. Além disso, é preciso considerar que demais casos como o de Cherubina Rodrigues Pombo

⁴³³ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁴³⁴ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁴³⁵ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁴³⁶ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁴³⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁴³⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

podem ter acontecido, ou seja, que outros/as estudantes tenham sido batizados/as como filhos/as naturais e, posteriormente, tenham tido a paternidade reconhecida.

Não se sabe se as mães das alunas aqui mencionadas viviam com os pais delas, ou se tinham outros companheiros. Há a hipótese, ainda, de que moravam sozinhas com os filhos, assumindo, portanto, o papel de chefes da família.

Conforme afirma Praxedes (2008), pesquisas históricas de caráter demográfico vêm demonstrando que, no Brasil, e, de maneira especial, em Minas Gerais, existiam mulheres encabeçando lares desde os tempos coloniais. Ao longo do século XIX, esse quadro não parece ter se alterado muito. Analisando as listas nominativas mineiras de 1831 e 1832, a autora constata que cerca de 26% dos domicílios, nesse período, eram chefiados por elas. Esses dados assemelham-se aos identificados por Samara (1993), que, ao analisar a situação de São Paulo, a partir do censo de 1836, chega à conclusão de que quase um terço das famílias paulistas era comandada por indivíduos do sexo feminino.

Ainda a partir das listas nominativas de 1831 e 1832, Praxedes (2008) constata que cerca de 49% das mulheres que chefiavam domicílios eram solteiras. Segundo a autora, estudos sobre o tema apontam que a liderança feminina nos lares está associada, muitas vezes, ao considerável número de relações esporádicas e consensuais existentes em Minas, e à forte presença feminina nos centros urbanos. Contudo, a autora chama a atenção para o fato de que, diferentemente do que por muito tempo foi defendido, essas casas não eram geridas exclusivamente por mulheres negras, pardas ou mestiças, nem em situação de extrema pobreza. Há de se considerar, ainda, que muitos desses lares poderiam ter um provedor econômico do sexo masculino. Entretanto, para Praxedes, isso não retiraria a condição de liderança feminina desses lares, uma vez que “Deve-se ter em mente que a chefia feminina é um fenômeno que engloba aspectos tanto econômicos quanto culturais e simbólicos.” (PRAXEDES, 2008, p. 122).

Por fim, cabe pontuar que não eram só mulheres solteiras que coordenavam famílias. A análise de Praxedes (2008), a partir das listas de 1831 e 1832, chega à conclusão de que 8% delas eram casadas e 41% eram viúvas (sendo os 2% restantes correspondentes aos que não constam informações a respeito). Nesse sentido, depois das mulheres solteiras, as que em maior número chefiavam domicílios, em Minas Gerais, eram as viúvas. Apesar de os dados se tratarem de um período anterior ao privilegiado na investigação, é plausível que as coisas não tenham se modificado tanto com o passar dos anos.

Casos já apresentados nesta Tese, como os das mães de Martiniana Ignácia da Costa e de Cherubina Rodrigues Pombo, dão a entender que elas assumiram a chefia de suas famílias, após a morte de seus companheiros, uma vez que ambas foram indicadas como as tutoras de

seus filhos. No primeiro caso, porém, trata-se de uma esposa que perdeu o marido, tendo dessa relação filhos legítimos. Já no segundo, há a situação de uma mulher que perdeu o pai dos seus filhos, concebidos fora do matrimônio.

No capítulo seguinte, serão abordados, ainda, outros exemplos, em que mulheres se tornaram, na ausência dos maridos, as principais responsáveis pela regência de suas casas. Promover a instrução dos filhos e, sobretudo, das filhas, e habilitarem-nos/nas para uma profissão parece ter sido uma das saídas encontradas pelas mães para a garantia da sobrevivência deles/as, já que não contariam mais com a provisão paterna, principalmente nos casos em que não havia herança. A orfandade é, dessa forma, uma característica marcante do alunado formado pela instituição nesse contexto.

De acordo com o Livro 1 das Ordenações Filipinas (1870), eram considerados órfãos os indivíduos menores de idade que tivessem o pai falecido. Dessa forma, mesmo se, por ventura, ainda possuíssem as mães com vida, perante a lei, esses sujeitos se enquadrariam na orfandade. Como salienta Del Priore (2013), as características gerais do pátrio-poder, que vigoravam no país na época, não competiam às mães, em que cabiam a elas apenas alguns direitos relacionados à obediência filial.

Nesta pesquisa, constatou-se que, pelo menos, 13 dos 68 sujeitos formados pela ENOP entre 1877 e 1889 perderam os seus pais antes do ingresso, ou durante o período em que estudavam na ENOP, ou seja, cerca de 19% desses/as normalistas eram órfãos/as. Há de se lembrar, ainda, de que, em três dos casos, como já mencionado, não constava o nome dos pais nos registros de matrícula da instituição, não sendo possível saber, portanto, se eles estavam vivos ou não quando suas filhas passaram a frequentar o curso normal, o que indica que a estimativa de órfãos/órfãs, aqui assinalada, pode ser ainda maior.

A despeito desses números, foi somente em um dos casos analisados que se encontrou, nos registros de matrícula, a menção a uma tutoria (que não fosse a exercida pela mãe)⁴³⁹, constando, aliás, com o nome do tutor. O caso em questão é o da normalista Idalina Horta Galvão⁴⁴⁰, que frequentou a ENOP entre os anos de 1883 e 1886.⁴⁴¹

Conforme seu registro de matrícula na Escola Normal, Idalina Horta Galvão era natural da então província do Espírito Santo, não constando no documento, porém, a sua cidade de

⁴³⁹ Na verdade, quando se trata das mães, não consta a informação, nos registros de matrícula, de que elas são as tutoras de seus filhos/as; consta somente abaixo do nome dos pais a informação de que são falecidos e, eventualmente, o nome da mãe em seguida. Foi possível chegar à constatação de que existiam mães tutoras a partir do cruzamento de fontes, notadamente, dos inventários e testamentos.

⁴⁴⁰ Dados (mais gerais) sobre Idalina Horta Galvão constam em Pedruzzi (2016).

⁴⁴¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

origem.⁴⁴² Entretanto, em seu atestado de matrimônio, que aconteceu alguns anos após a sua formatura, havia a informação de que seu nascimento ocorreu no Aldeamento Imperial Affonsino, situado no interior da província capixaba.⁴⁴³

O Aldeamento Imperial Affonsino⁴⁴⁴ foi criado no ano de 1845 às margens do rio Castelo⁴⁴⁵, junto à estrada São Pedro de Alcântara, na então província do Espírito Santo, para a alocação dos índios Puris.⁴⁴⁶ De acordo com Oliveira e Costa (2019), três razões principais estão relacionadas ao estabelecimento, pelo governo provincial, do referido Aldeamento, sendo elas: a viabilização da comunicação comercial entre a região e Minas Gerais; a liberação de terras indígenas da fronteira do sul do Espírito Santo; e a utilização da mão de obra dos nativos, sobretudo, para a construção de estradas. No ano de 1871 o Aldeamento foi elevado à categoria de freguesia, passando a se chamar, então, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Imperial Afonsino.⁴⁴⁷

Não foi possível comprovar, no âmbito da investigação, se Idalina tinha ou não origem indígena. Por ocasião de sua matrícula na Escola Normal, ela contava com cerca de 16 anos, ou seja, é provável que seu nascimento tenha ocorrido entre 1866 e 1867. Rocha (2008), em estudo acerca da viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo em 1860, comenta sobre a visita de índios Puris do Aldeamento Afonsino ao Imperador na capital Vitória⁴⁴⁸, e informa também que, naquele momento, poucos eram os indígenas que residiam na localidade. Nesse sentido, não se pode afirmar que, por ter nascido no Aldeamento, Idalina tinha procedência Puri, mas também não se descarta essa possibilidade.

Idalina Horta Galvão era filha de Mariano José Galvão e de Bárbara Illydia Horta Galvão.⁴⁴⁹ No livro de registro da ENOP se informava que seu pai já havia falecido à época da

⁴⁴² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁴⁴³ Arquivo Arquidiocesano de São João del-Rei – Igreja Católica. Nossa Senhora do Pilar, São João del-Rei, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1887 – 1903.

⁴⁴⁴ O nome do Aldeamento foi escolhido em homenagem ao filho primogênito de Dom Pedro II, chamado Dom Afonso (ROCHA, 2008).

⁴⁴⁵ O Aldeamento se localizava onde atualmente está situado o município de Conceição de Castelo, na região serrana do estado do Espírito Santo.

⁴⁴⁶ Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Not%C3%ADcia/politicas-indigenistas-do-espírito-santo-podem-ser-pesquisadas-no-acervo-do-arquivo-publico>. Acesso em: 23 maio 2020.

⁴⁴⁷ Disponível em: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2020.

⁴⁴⁸ Na ocasião da visita dos índios Puris, o Imperador organizou, junto a eles, um vocabulário do dialeto Puri (ROCHA, 2008).

⁴⁴⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890. / Arquivo Arquidiocesano de São João del-Rei – Igreja Católica. Nossa Senhora do Pilar, São João del-Rei, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1887 – 1903.

matrícula, e que ela era pupila⁴⁵⁰ de Emílio Soares de Gouvea Horta⁴⁵¹, seu parente materno⁴⁵², que residia e trabalhava em território mineiro.⁴⁵³

Pelo que foi possível constatar, a mãe de Idalina ainda era viva quando a jovem ingressou no curso normal em Ouro Preto.⁴⁵⁴ Diferentemente da filha, Bárbara Illydia era natural de Minas Gerais, e seus familiares ainda viviam na região.⁴⁵⁵ Assim, torna-se plausível pensar na hipótese de que, após a morte do marido, ela tenha retornado à sua terra de origem, para ficar perto de seus parentes, inclusive do primo, que passou a ser o tutor de sua filha. A orfandade pode ter sido, então, um dos elementos que condicionaram a mudança de Idalina para território mineiro e, conseqüentemente, a sua entrada no curso normal em Ouro Preto. Todavia, também não se desconsidera a probabilidade de que o deslocamento tenha ocorrido quando o pai da normalista ainda estava vivo.

Como já mencionado, Idalina Horta Galvão foi matriculada no primeiro ano da ENOP em 1883 e terminou o curso em 1886, realizando-o no tempo estipulado pela legislação vigente naquele período.⁴⁵⁶ Obteve seu atestado de conclusão de curso no mesmo dia e na mesma cerimônia que as normalistas Luiza Carolina Barcellos e Maria Honorina Nogueira (já citadas), em 30 de julho de 1886. Na ocasião, foi ela a aluna que discursou para o público ali presente, em nome das suas colegas.⁴⁵⁷

⁴⁵⁰ De acordo com o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881), de Caldas Aulete, pupila era a menina que estava sob a direção de um tutor. Já conforme o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1913), de Candido de Figueiredo, o significado do termo pupilo era: “Orfão, que está sob tutela; menor. Ext. Indivíduo protegido. Indivíduo, que outrem, não sendo seu pai, trata e educa paternalmente” (FIGUEIREDO, 1913).

⁴⁵¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁴⁵² Durante a investigação, foram encontrados dois indivíduos com esse nome na configuração familiar materna de Idalina Horta Galvão, sendo os dois, pai e filho. No caso do filho, porém, está acrescentado ao final do nome a palavra “Junior”. Aparentemente, um deles (o pai) era o tio de Bárbara Illydia Horta Galvão, mãe da normalista, sendo o filho dele primo de Bárbara. Contudo, o pai morreu em 1877, o que dá a entender que o filho era o tutor de Idalina, uma vez que, na ocasião da matrícula da jovem na Escola Normal de Ouro Preto, em 1883, só este estava vivo. (Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1877. / Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 3 jun. 2020. / Disponível em: <https://www.geni.com/family-tree/html/start>. Acesso em: 5 jun. 2020).

⁴⁵³ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Lei nº 3.322 de 5 de outubro de 1885. Coleção Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1882. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 5 de abril de 1883. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 13 de dezembro de 1883. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 10 de outubro de 1884. / A Província de Minas, Ouro Preto, 8 de janeiro de 1882. / A Província de Minas, Ouro Preto, 29 de outubro de 1885.

⁴⁵⁴ Disponível em: <https://www.geni.com/people/B%C3%A1rbara-Ilydia-de-Gouvea-Horta/600000009055332328>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁴⁵⁵ Disponível em: <https://www.geni.com/people/B%C3%A1rbara-Ilydia-de-Gouvea-Horta/600000009055332328>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁴⁵⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁴⁵⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

Ao que parece, Idalina dedicou grande parte de sua vida ao ofício docente em Minas Gerais. Assim que se formou, foi nomeada, por ato de 30 de agosto de 1886, como docente da cadeira do sexo feminino⁴⁵⁸ na cidade de Ubá⁴⁵⁹. Em 19 de agosto de 1891, casou-se com Francisco de Paula Rodrigues Sobrinho, em São João del-Rei, cidade em que ambos moravam.⁴⁶⁰ No mesmo ano, foi nomeada para o cargo de adjunta e inspetora da aula prática do sexo feminino anexa à Escola Normal da mesma localidade.⁴⁶¹ Daí para frente, Idalina trabalhou por muitos anos no magistério em São João del-Rei⁴⁶², ora como professora primária⁴⁶³, ora como diretora escolar⁴⁶⁴, até se aposentar, por volta de 1933.⁴⁶⁵ Ainda hoje, existe uma escola pública estadual na cidade batizada com o nome da normalista⁴⁶⁶, o que demonstra que ela teve um papel relevante no cenário educacional são-joanense.

⁴⁵⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894.

⁴⁵⁹ Ubá estava situada a 21 léguas da cidade de Ouro Preto, o que equivaleria a cerca de 105 ou 126 quilômetros de distância. Atualmente, Ubá faz parte da região da zona da mata (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 jul. 2020).

⁴⁶⁰ Arquivo Arquidiocesano de São João Del Rei – Igreja Católica. Nossa Senhora do Pilar, São João del-Rei, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1887 – 1903.

⁴⁶¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1891.

⁴⁶² A cidade de São João del-Rei estava localizada a 24 léguas da então capital mineira, o que equivaleria a algo em torno de 120 a 144 quilômetros de distância. Atualmente, a cidade faz parte da região central de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 jul. 2020).

⁴⁶³ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

⁴⁶⁴ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

⁴⁶⁵ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1933.

⁴⁶⁶ A escola chama-se “Escola Estadual Idalina Horta Galvão” e encontra-se localizada na Rua Nossa Senhora da Saúde, S/Nº, zona urbana da cidade de São João del-Rei. É pertencente à Regional de São João del-Rei (Disponível em: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/escola-estadual-idalina-horta-galvao-0. Acesso em: 4 jun. 2020. / Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 4 jun. 2020).

FIGURA 7

Foto de Idalina Horta Galvão (sem data)



Fonte: familysearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/memories/L295-VDP>. Acesso em: 3 jun. 2020.

A trajetória de Idalina Galvão traz uma série de peculiaridades interessantes. Para além de sua longa atividade no magistério mineiro, há o fato de ela ter sido uma das únicas normalistas formadas que era natural de outra província, além de ter sido a única com a tutoria (que não fosse da mãe) declarada no registro de matrícula, no recorte da investigação.

Casos como os de Idalina Horta Galvão e Anna Augusta de Oliveira Bicalho (apresentada no tópico anterior) são exemplos de como a orfandade pode ter impactado a vida dos/as normalistas formados/as em Ouro Preto, influenciando nos lugares em que estes/as viveram, estudaram e exerceram (ou não) a profissão docente, por exemplo. A orfandade que, como visto, foi identificada em pelo menos 19% dos/as estudantes aqui analisados/as pode ter influenciado, mormente, na própria escolha pelo curso normal, como meio para a obtenção de uma profissão que garantisse uma sobrevivência bem aceita socialmente e emancipatória. Por fim, é importante chamar a atenção para o fato de que a expectativa de vida, naquele momento, era menor do que nos dias atuais, o que também ajuda a entender o número considerável de normalistas com pais falecidos.

Como apresentado ao longo deste capítulo, apesar de terem pontos em comum, os/as estudantes formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889 compunham um grupo diversificado. Mesmo considerando que quase todos/as eram jovens enquanto estavam na instituição, suas idades variavam bastante, assim como o tempo gasto para a realização do curso, que às vezes ultrapassava o previsto pela legislação. Alguns/mas vinham de longe, outros/as, de perto.

Existiam irmãos e irmãs, filhos/as legítimos/as e naturais, além de órfãos e órfãs. Todavia, a despeito de suas muitas diferenças, eles e elas tinham em comum a própria passagem pela Escola Normal, bem como a habilitação para o magistério primário, ainda que, na prática, nem sempre o fossem exercer.

O próximo capítulo da Tese possui como finalidade, pois, discutir o impacto da passagem pela Escola Normal na vida dos/as alunos/as aqui estudados/as e os caminhos percorridos por eles/as após obterem o título de normalistas. Exerceram ou não a profissão de docentes primários/as? Se sim, onde? Se não, o que fizeram? Casaram-se ou mantiveram-se solteiros/as? Seguiram os passos profissionais de seus pais? As moças e os rapazes tiveram as mesmas oportunidades após concluírem o curso de formação docente? Essas são algumas das questões que serão discutidas no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 3

Uma vez normalista, sempre normalista? Caminhos percorridos após a passagem pela Escola Normal

A análise dos caminhos pessoais e profissionais seguidos pelos/as alunos/as da ENOP, após se formarem pela instituição, constitui o objetivo principal deste capítulo. Nele, irá se discorrer acerca das relações estabelecidas com, e a partir da passagem dos/as estudantes pela instituição. Também serão apresentados números sobre a atuação no magistério dos/as alunos/as, se discutindo se suas origens familiares tiveram relação com a profissão que escolheram. Ainda neste capítulo se abordará a questão da relação entre matrimônio e docência. Finalmente, serão apresentados aspectos gerais das trajetórias profissionais dos e das normalistas, salientando as diferenças de atuação e de oportunidades profissionais, estabelecidas entre eles e elas.

3.1. Unidos/as pela Escola Normal: o impacto da passagem pelo curso nas trajetórias pessoais e profissionais dos/as estudantes

Aos quatorze de janeiro de mil oitocentos e oitenta e três assisti a celebração do matrimônio que com palavras de presente e mútuo consentimento celebrarão entre si os contrahentes Carlos Borja Peixoto e d. Augusta Catharina dos Santos, sendo testemunhas, além de outros, Dr. Manoel de Aragão Gesteira e T. C. Domingos de Magalhães Gomes.⁴⁶⁷

O casamento a que se refere o registro transcrito acima, que foi assinado pelo vigário Candido Ferreira Velloso, aconteceu na paróquia de Antônio Dias, em Ouro Preto. Os noivos, Carlos Borja Peixoto e Augusta Catharina dos Santos, possuíam em comum, entre outras coisas, o fato de terem estudado e concluído o curso da ENOP no recorte desta investigação.

Carlos Borja Peixoto⁴⁶⁸ era ouro-pretano e tinha como pais Francisco de Paula Peixoto⁴⁶⁹ e Maria Luciana da Costa⁴⁷⁰. Ingressou no primeiro ano do curso da ENOP em 1877, quando contava com 17 anos de idade⁴⁷¹, tendo o seu diploma registrado em 2 de janeiro de

⁴⁶⁷ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889.

⁴⁶⁸ Em alguns documentos, o sobrenome de Carlos aparece como “Borges Peixoto”.

⁴⁶⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁴⁷⁰ Gazeta de Ouro Preto, Ouro Preto, 25 de janeiro de 1888.

⁴⁷¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

1880.⁴⁷² Augusta Catharina dos Santos⁴⁷³, por sua vez, entrou no curso normal no mesmo ano em que Carlos conseguiu seu diploma de normalista, ou seja, em 1880, concluindo-o já no ano seguinte⁴⁷⁴, uma vez que o diploma lhe foi conferido em 29 de dezembro de 1881.⁴⁷⁵ A jovem era filha de João José dos Santos e, assim como o seu futuro cônjuge, havia nascido em Ouro Preto. Era irmã mais velha de Placidina Augusta dos Santos, que estudou e se formou, anos mais tarde, pela mesma instituição.⁴⁷⁶

Não é possível afirmar que Carlos e Augusta se conheceram por frequentarem a Escola Normal, mas é plausível pensar que a passagem por ela, ainda mais em intervalos temporais tão próximos, pode ter sido um dos elementos de aproximação do casal. Conforme afirma Bourdieu (2007), as trocas matrimoniais geralmente tendem a reproduzir as estruturas dos espaços sociais por mecanismos de ajustamento e identificação. Nesse sentido, de acordo com o autor, as afinidades imediatas (que ocorrem nos encontros sociais) desencorajariam relações afetivas menos ajustadas socialmente. Assim, tendo em vista essa perspectiva, é possível pensar que o acesso a conhecimentos teóricos semelhantes, ao mesmo espaço escolar e formativo, e o vislumbre da mesma profissão poderiam ter sido elementos de identificação para o casal.

O fato é que poucos anos depois de obterem o título de normalistas, os jovens se casaram. No trecho do registro do matrimônio, exposto acima, há o nome de duas das suas testemunhas, sendo uma delas o tenente coronel Domingos de Magalhães Gomes, o proprietário do edifício em que funcionou o curso normal de Ouro Preto em grande parte da década de 1880, como consta no tópico 5 do capítulo 1 da Tese.⁴⁷⁷

As negociações da mudança da ENOP para o prédio de Domingo de Magalhães tiveram início ainda no ano de 1882. Conforme consta em informação publicada no periódico *Liberal Mineiro*, em edição de 27 de dezembro de 1882, o proprietário deveria realizar as adequações do edifício para receber as aulas normais até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.⁴⁷⁸ Feitas as reformas, a mudança foi autorizada em fevereiro de 1883.⁴⁷⁹ É nesse meio tempo que Carlos e

⁴⁷² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 37, 1876 – 1880.

⁴⁷³ O nome de Augusta aparece de três formas diferentes nas fontes consultadas: Augusta Catharina dos Santos, Augusta Catharina dos Santos e Augusta Catharina dos Santos Peixoto.

⁴⁷⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁴⁷⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 41, 1880 – 1885.

⁴⁷⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁴⁷⁷ A outra testemunha citada no registro, Manoel de Aragão Gesteira, era um médico-cirurgião de Ouro Preto.

⁴⁷⁸ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1882.

⁴⁷⁹ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1883.

Augusta Catharina se casaram, em 14 de janeiro de 1883, tendo Domingos de Magalhães como uma das testemunhas. Coincidência ou não, este é mais um ponto que liga, de alguma forma, a trajetória dos noivos à Escola Normal.

Contudo, as afinidades do casal não terminavam por aí, uma vez que ambos exerceriam, após o casamento, o magistério. Na verdade, talvez por ter se formado antes, Carlos começou a trabalhar como professor quando ainda era solteiro, tendo sido nomeado lente da cadeira do sexo masculino na cidade de Mar de Hespanha⁴⁸⁰ em 9 de janeiro de 1880.⁴⁸¹ Poucos dias após o seu matrimônio, porém, ele pediu remoção para a 2ª cadeira do sexo masculino⁴⁸² do município da Ayuruoca⁴⁸³, mesmo local em que a sua esposa foi nomeada como professora efetiva.⁴⁸⁴

Por volta de dois anos depois, porém, ambos pediram remoção, aparentemente ao mesmo tempo⁴⁸⁵, para a cidade de Rio Preto⁴⁸⁶. Mas, lá também não permaneceram por muito tempo, pois, já no final do ano de 1886, Carlos pediu demissão da sua cadeira⁴⁸⁷ e voltou para a capital da província, oferecendo lá aulas particulares, e abrindo uma aula noturna no recém-criado Liceu de Artes e Ofícios⁴⁸⁸ para os “pobres escravizados”, desde que com a devida

⁴⁸⁰ A cidade de Mar de Hespanha localizava-se a 34 léguas de Ouro Preto, o que equivaleria a algo em torno de 170 até 204 quilômetros. Atualmente, Mar de Hespanha encontra-se na região mineira da zona da mata (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 20 ago. 2020).

⁴⁸¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 44, 1882 – 1893.

⁴⁸² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 19, 1868 – 1893.

⁴⁸³ Ayuruoca estava a cerca de 45 léguas de Ouro Preto, uma distância equivalente a 225 até 270 quilômetros. Nos dias atuais, o município de Ayuruoca está situado no sul de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 20 ago. 2020).

⁴⁸⁴ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 1º de fevereiro de 1883. / A Província de Minas, Ouro Preto, 8 de fevereiro de 1883.

⁴⁸⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 18 de junho de 1885. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 23 de junho de 1885.

⁴⁸⁶ A cidade de Rio Preto era a sede do município mineiro do mesmo nome. Atualmente, faz parte da região da zona da mata de Minas Gerais e está localizada a cerca de 300 quilômetros da cidade de Ouro Preto (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 20 ago. 2020. / Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 20 ago. 2020).

⁴⁸⁷ A Província de Minas, Ouro Preto, 16 de dezembro de 1886. / A União, Ouro Preto, 11 de dezembro de 1886.

⁴⁸⁸ Mais dados acerca do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto constam na nota de rodapé de número 61 do capítulo 1 e no tópico 2 do mesmo capítulo.

licença dos seus senhores.⁴⁸⁹ No início do ano seguinte, foi Augusta quem pediu exoneração do seu cargo no Rio Preto.⁴⁹⁰ Dessa vez, foi a esposa quem se deslocou para seguir os passos do marido.

A movimentação espacial de Carlos e Augusta ao longo dos anos dá indícios de como o casal buscou recursos para se manter junto, sem que, para isso, tivesse que parar de trabalhar na docência. Ora cedendo de um lado, ora do outro, eles parecem ir adequando-se às possibilidades viáveis em cada momento até voltarem para a sua terra natal.

Após retornar a Ouro Preto, além das aulas particulares anunciadas, Carlos trabalhou por muitos anos no Liceu de Artes e Ofícios⁴⁹¹, exercendo o cargo de professor de português e aritmética⁴⁹², até ingressar, em 1890, no corpo docente da ENOP, permanecendo lá até o ano de 1893.⁴⁹³ Em um primeiro momento, ele foi o professor encarregado da aula prática do sexo masculino da instituição⁴⁹⁴, passando posteriormente a reger a cadeira de geografia, cosmografia e história.⁴⁹⁵ Além disso, assumiu, por várias vezes, o cargo de secretário da Escola.⁴⁹⁶ Ao longo de sua carreira, Carlos também publicou poemas em jornais⁴⁹⁷ e um “tratado de syntaxe”⁴⁹⁸.

O que se percebe, pois, é que a carreira de Carlos Borja Peixoto passou por um processo de ascensão ao longo dos anos. Iniciando a sua vida profissional como professor público em escolas elementares, passou a dar aulas particulares e no Liceu, se tornou professor da aula

⁴⁸⁹ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 17 de dezembro de 1886. / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1886.

⁴⁹⁰ A Província de Minas, Ouro Preto, 29 de janeiro de 1887. / A União, Ouro Preto, 15 de fevereiro de 1887.

⁴⁹¹ A Província de Minas, Ouro Preto, 26 de janeiro de 1888. / A Província de Minas, Ouro Preto, 31 de janeiro de 1889.

⁴⁹² Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

⁴⁹³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

⁴⁹⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / A Gazeta de Ouro Preto, Ouro Preto, 9 de março de 1890. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de junho de 1890.

⁴⁹⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / O Estado de Minas, Ouro Preto, 7 de novembro de 1891. / Minas Geraes, Ouro Preto, 12 de julho de 1892.

⁴⁹⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / O Jornal de Minas, Ouro Preto, 30 de setembro de 1890. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de fevereiro de 1891. / Minas Geraes, Ouro Preto, 14 de agosto de 1892.

⁴⁹⁷ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 3 de março de 1888. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 9 de outubro de 1882.

⁴⁹⁸ A Província de Minas, Ouro Preto, 10 de fevereiro de 1888. / O Pharol, Juiz de Fora, 18 de fevereiro de 1888.

prática do sexo masculino da ENOP e, em seguida, de uma das disciplinas teóricas do curso, exercendo também o cargo de secretário da instituição.

Já a sua esposa, Augusta Catharina, desde a sua volta à capital, parece não ter seguido na atividade docente (pelo menos não foram encontrados registros a esse respeito ao longo da investigação). É presumível que professora tenha deixado de dar aulas, ou restringido o seu ofício ao ambiente doméstico, para dedicar-se ao marido e à criação dos filhos.⁴⁹⁹ Embora não tenha sido possível confirmar quantos filhos o casal teve, fontes sinalizam que eles tiveram sim, uma prole.⁵⁰⁰ É provável também que Augusta tenha deixado de lecionar no magistério público em decorrência da ascensão da carreira do marido. Entretanto, uma fatalidade modificaria essa realidade.

Desde o ano de 1891, já havia sinais de que a saúde de Carlos Borja Peixoto estava comprometida. A mudança deste da cadeira da aula prática do sexo masculino para a de geografia, cosmografia e história teve como justificativa exatamente a sua saúde fragilizada. Em 20 de agosto de 1891, a direção da ENOP enviava uma correspondência à presidência do já então estado de Minas Gerais, comunicando sobre a transferência do docente e as suas razões:

Consultando exclusivamente os interesses d'este estabelecimento, julgo conveniente que para a cadeira de História do Brazil seja removido o professor da aula pratica do sexo masculino, Carlos Borja Peixoto, o qual possui habilitações para reger-a e estando com a saúde enfraquecida não pode empregar os esforços que requer a direcção da aula prática [...].⁵⁰¹

No ano de 1893, porém, a sua situação pareceu se agravar. Naquele ano, foram recorrentes os pedidos feitos pelo professor ao governo mineiro, solicitando licença para tratar de sua saúde.⁵⁰² Em 13 de julho, ele obteve dois meses de licença, e em 25 de setembro, ela foi prorrogada por mais dois meses.⁵⁰³ Ao solicitar a prorrogação, em carta datada de 20 de setembro de 1893, Carlos afirmava⁵⁰⁴ que precisava seguir afastado para continuar o que ele

⁴⁹⁹ Demartini e Antunes (2002), em estudo sobre um grupo de professores normalistas em São Paulo no contexto da Primeira República, sinalizam que, nas trajetórias das mulheres professoras, sobretudo no caso das que contraíram matrimônio, os papéis de mãe e esposa influenciaram em seus caminhos profissionais, em diferentes aspectos.

⁵⁰⁰ Minas Geraes, Ouro Preto, 5 de novembro de 1893.

⁵⁰¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896.

⁵⁰² Minas Geraes, Ouro Preto, 25 de agosto de 1893.

⁵⁰³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910.

⁵⁰⁴ A carta é assinada por Carlos, mas, provavelmente, foi escrita por outra pessoa, devido ao estado delicado de saúde em que ele se encontrava naquele momento.

chamava de “melindroso tratamento”⁵⁰⁵. Junto ao pedido, foi anexado um atestado médico que assim dizia: “Attesto [...] que o Sr. Carlos Borja Peixoto está soffrendo de uma congestão pulmonar, actualmente em estado de exacerbação, pelo que julgo de toda a justiça obter o mesmo uma licença de 60 dias para se tratar”⁵⁰⁶.

Infelizmente, o professor não resistiu e sucumbiu pouco mais de um mês após o pedido, em 31 de outubro de 1893, aos 33 anos de idade.⁵⁰⁷ Como constava em seu registro de óbito, foi sepultado no cemitério da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.⁵⁰⁸ Nos dias subsequentes à morte de Carlos, os/as alunos/as e docentes da ENOP mandaram rezar uma missa por sua alma e convidaram a todos para assisti-la, através de um anúncio no periódico *Minas Geraes*:

Os professores e alumnos da Escola Normal de Ouro Preto mandam celebrar uma missa por alma de seu saudoso collega e mestre CARLOS BORJA PEIXOTO, no dia 8 do corrente, quarta-feira, na capella de S. Francisco de Assis, ás 9 horas, para o que convidam os parentes e amigos do finado.⁵⁰⁹ (Grifo original).

É no ano seguinte à morte de Carlos que Augusta Catharina, agora viúva, reapareceu como professora primária nas fontes encontradas. Ela foi nomeada em 24 de janeiro de 1894 para reger, como substituta, a cadeira mista do Alto da Cruz, freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto.⁵¹⁰ A proprietária da referida cadeira, que pediu uma licença de três meses, era a própria irmã da viúva, a também normalista Placidina dos Santos.⁵¹¹ No entanto, ao que parece, Augusta continuou trabalhando no magistério após o fim da substituição. Isso porque, cerca de 2 anos depois, as duas irmãs solicitam, junto ao governo mineiro, a permuta de suas cadeiras. Augusta trabalhava então em Lavras Novas⁵¹², um dos distritos de Ouro Preto, e trocou a sua cadeira com a de Placidina, no Alto da Cruz⁵¹³, passando a compor, a partir de então, o quadro

⁵⁰⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez.

⁵⁰⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez.

⁵⁰⁷ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Óbitos – Óbitos 1890 – 1896, 1899.

⁵⁰⁸ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Óbitos – Óbitos 1890 – 1896, 1899.

⁵⁰⁹ Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de novembro de 1893.

⁵¹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 837, 1893 – 1898.

⁵¹¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

⁵¹² Lavras Novas era e permanece sendo um dos distritos do município de Ouro Preto. Se localiza a cerca de 18 quilômetros da sede do município (Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 25 ago. 2020).

⁵¹³ Minas Geraes, Ouro Preto, 25 de abril de 1896.

de docentes primárias do núcleo urbano da capital.⁵¹⁴ No ano de 1900, ela seguia fazendo parte desse grupo:

As cadeiras mantidas em Ouro Preto são regidas pelas professoras Generosa Augusta Ferreira, Ubaldina Ferreira de Carvalho, Antonia Maria de Jesus Neves, Querubina Rodrigues Pombo, Augusta Catharina dos Santos, Raymunda Notato Franco e Maria Delminda Ferreira.⁵¹⁵

Vale destacar que todas as professoras listadas no trecho eram normalistas formadas em Ouro Preto e, excetuando-se Raymunda Nonato Franco, as demais concluíram o curso normal no recorte privilegiado nessa pesquisa.

O fato de não terem sido encontradas fontes sobre a atividade docente de Augusta Catharina entre 1887 e 1893 não significa necessariamente que ela não exerceu o ofício nesse período. Contudo, é plausível pensar que ela realmente não tenha lecionado durante esse tempo, e que teve que retomar ao magistério primário público em razão de sua viuvez.

É recorrente, na literatura sobre a feminização do magistério no Brasil, o argumento de que as mulheres começaram a trabalhar no magistério, entre outras razões, por necessidades financeiras.⁵¹⁶ Acerca desse assunto, Almeida (1998) relembra que o exercício da atividade docente era uma alternativa a trabalhos considerados de menor prestígio social no período e, embora não fosse tão bem remunerada, era uma opção socialmente aceita para o trabalho das mulheres fora do âmbito doméstico. Ainda conforme a autora, a maior razão para a procura das mulheres pelo magistério como profissão parece ter sido realmente a necessidade que elas tinham de trabalhar, tanto para a sua própria sobrevivência como para a sua realização social.

Não se pode desconsiderar, portanto, a hipótese de que Augusta tenha voltado à docência para garantir a subsistência de sua família, lembrando que o primeiro registro de atuação no magistério dela, depois a morte do marido, foi justamente como substituta na cadeira de propriedade de sua irmã, Placidina. Após o ano de 1900, porém, não foram encontrados mais vestígios acerca da sua atuação no magistério mineiro.

Como visto, as trajetórias de Carlos e Augusta Catharina estiveram, de alguma forma, interligadas com a da Escola Normal. Louro (1986), ao trazer como exemplo o caso de uma aluna egressa da Escola Normal no Rio Grande do Sul no final do século XIX, chamada Ana Aurora do Amaral Lisboa, relembra que esta teve ampla participação política na sociedade

⁵¹⁴ Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de setembro de 1896.

⁵¹⁵ Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900.

⁵¹⁶ HAHNER (2003; 2010), UEKANE (2010), ALMEIDA (1998), MUNIZ (1998), LOURO (1987), FREITAS (2002), entre outros.

gaúcha e que, já no fim da vida, em entrevista, teria afirmado que a sua passagem pela Escola Normal foi o evento principal de sua vida, e que a impactou permanentemente. O exemplo trazido por Louro auxilia na reflexão de como a passagem pelo curso normal pode ter tido influência na vida dos/das seus/suas egressos/as. De maneira análoga, é possível pensar que as vidas de Carlos e Augusta também foram permanentemente impactadas pela passagem na ENOP.

Para além dos elementos já explanados, o caso do casal apresenta-se como exemplar e síntese dos elementos que serão discutidos durante quase todo o restante do presente capítulo, como as relações familiares, a concomitância entre matrimônio e magistério, a ascensão ou estagnação da carreira (conforme o gênero) e, por fim, a prática ou não, após a conclusão do curso normal, da docência. O próximo tópico discute o último elemento aqui citado. Nele, serão trazidos dados quantitativos sobre o exercício ou não do magistério pelos/as normalistas após a passagem pela ENOP.

3.2. Ser ou não ser docente?

Temos, pois, nove escolas normais [...] há 12 anos que funcionão as da capital e da Campanha, a de Diamantina há cinco, as de Montes Claros e Paracatú desde 1880, e as de Uberaba e Sabará desde 1882. Entretanto só fazem parte do magistério público 94 professores normalistas, um decimo dos actualmente providos. Ora se muitos mais de que estes tem concluído o curso normal, é claro que grande parte delles, indo ahi beber a instrucção que a província lhes faculta, não tinham em vista a profissão do magistério.⁵¹⁷

Este trecho foi extraído do relatório do inspetor geral da instrução pública João Nepomuceno Kubitschek, que se encontrava anexo à fala do presidente Antonio Gonçalves Chaves, apresentada na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, no dia 1º de agosto de 1884. Ao se referir às escolas normais da província, o inspetor salientava que eram nove as existentes até aquele momento, posicionando-se a favor da não criação de novas, alegando a baixa frequência que havia naquelas já em funcionamento.

O inspetor João Nepomuceno questionava, ainda, a baixa quantidade de professores normalistas atuando no magistério público mineiro naquele momento, comparando-o com o número de formados, e, a partir disso, chegava à conclusão de que muitos dos estudantes não

⁵¹⁷ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

tinham em vista a profissão docente quando ingressaram nos cursos normais, e, sim, a ampliação de seu nível de instrução.

A discussão a respeito da pouca participação dos/as normalistas formados/as no magistério público mineiro não se limitava ao relatório do inspetor aqui citado. Em muitos anos e em diferentes relatórios, esse assunto é levantado. Tempos antes da apresentação do relatório citado, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello, em fala dirigida à Assembleia de Minas em 17 de agosto de 1877, já fazia referência à pouca frequência nos cursos normais e à diminuta participação dos/as normalistas no magistério. Na ocasião, existiam duas escolas normais públicas em território mineiro: a de Campanha e a de Ouro Preto. Conforme o relato do presidente, a partir das informações trazidas pela inspetoria da instrução, àquele momento, dos/as 616 professores públicos da província, apenas 21 eram normalistas.⁵¹⁸ Igualmente, em fala de Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigida à Assembleia Provincial, em 5 de julho de 1887, esse assunto é colocado novamente em pauta, reiterando-se as mesmas críticas: baixo número de normalistas formados/as e atuantes no magistério.⁵¹⁹

Todavia, havia também aqueles que consideravam significativo o número de docentes normalistas trabalhando em Minas Gerais, sobretudo, ao se comparar com o de outras províncias. O relatório do inspetor geral da instrução Antonio Joaquim da Silva, anexado ao relatório do presidente João Florentino Meira de Vasconcellos, apresentado à Assembleia Legislativa em 7 de agosto de 1881, é um exemplo disso. Nele, Antonio Joaquim chamava a atenção para o alegado (pelos gestores anteriores) descompasso entre a quantidade de alunos/as formados/as anualmente nessas instituições e as necessidades de lentes para a província. Para o inspetor, essa constatação seria “destituída de base”, uma vez que, em Minas Gerais, por exemplo, o número de normalistas atuantes era maior que no Rio de Janeiro.⁵²⁰

Como visto, esse era um tema recorrentemente discutido nos relatórios da administração provincial e que dividia opiniões. No entanto, na maioria das vezes, a reclamação sobre a baixa presença no magistério público dos/as professores/as normalistas é mais acentuada que o contrário, como ilustrado acima. Nesses documentos, criticavam-se, principalmente, o alto

⁵¹⁸ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigesima primeira legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma provincia, em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1877.

⁵¹⁹ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887.

⁵²⁰ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881.

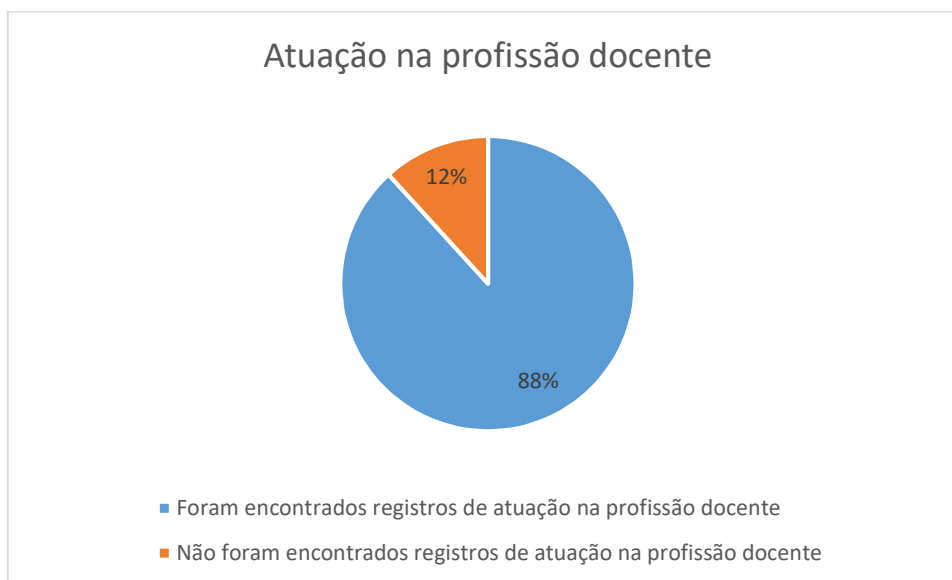
custo dos cursos normais para os cofres públicos e os alegados baixos resultados que eles traziam na prática para a instrução pública mineira.

De fato, conforme dados trazidos por Faria Filho e Macedo (2004), durante a década de 1880, os lentes normalistas correspondiam a menos de 15% do total de professores públicos atuantes em Minas Gerais. Eles só iriam superar, em quantidade, os não normalistas, já na segunda década de século XX. Além disso, a distribuição desses normalistas em território mineiro era desigual, em que a maioria se concentrava nas regiões próximas às que estavam alocadas as escolas normais.

No que diz respeito especificamente à ENOP, no recorte da investigação, foi possível perceber que era significativa a evasão discente ao longo do curso, como já explicitado no tópico 2 do capítulo 1. Entretanto, no que diz respeito à prática profissional na docência após a formação, os dados identificados na pesquisa parecem ir de encontro às reclamações dos gestores governamentais a esse respeito. A análise de um grande e variado conjunto de fontes sobre os/as normalistas aqui estudados (todos os 68 sujeitos) permitiu chegar à conclusão de que a maior parte deles/as atuou, de fato, no magistério mineiro, em pelo menos algum momento de suas vidas, como apresentado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 4

Atuação na docência dos alunos (homens e mulheres) formados pela ENOP entre 1877 e 1889



Fonte: Livros de matrícula de professores, correspondências recebidas e expedidas pela ENOP, atas da Congregação da ENOP, termo de juramento dos professores e empregados da ENOP, correspondência expedida pela Inspetoria Geral da Instrução Pública à Presidência da Província, registro de requerimentos de professores referente a remoções, licenças, nomeações, correspondência da Secretaria do Interior referente à Instrução Pública, correspondência referente a licenças e Instrução Pública, registro de despachos referente a licenças, nomeações e pagamento de vencimento de professores públicos, registro de títulos concedidos a professores, matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e Escolas Normais, periódicos, almanaques e relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial.⁵²¹

⁵²¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 19, 1868 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 22, 1849 – 1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 33, 1861 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 34, 1854 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 44, 1882 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 196, 1864 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 22. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 49, 1883-1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880. / Arquivo Público Mineiro – Fundo

Conforme expresso no gráfico, foram encontrados vestígios de que cerca de 88% dos/as normalistas (homens e mulheres) estudados/as nessa investigação atuaram como professores/as em Minas Gerais. Acentua-se, todavia, que esta estimativa inclui o trabalho na docência em todas as modalidades identificadas ao longo da pesquisa: no magistério público, particular, em aulas noturnas, liceus e escolas normais, e considerando professores/as de diferentes tipos: efetivos/as, temporários/as, com cargos vitalícios, adjuntos/as, substitutos/as etc. Enfim, para chegar a essa porcentagem, optou-se por levar em consideração todas as modalidades das quais se foi possível localizar vestígios de atuação na docência, no grande e diversificado volume de fontes consultadas, com o objetivo de verificar se, após a conclusão do curso na Escola Normal, seus/suas egressos/as exerceram ou não a profissão para a qual se formaram.

Salienta-se que esses dados são relativos a vestígios de atuação no magistério, independentemente do tempo de permanência na profissão, considerando-se desde os/as normalistas que a exerceram por apenas alguns meses até aqueles/as que seguiram nela até a

Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 838, 1894 – 1895. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 733, 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 846, 1901 – 1904. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 837, 1893 – 1898. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / A Actualidade, Ouro Preto (1879, 1880, 1881). / A Gazeta de Ouro Preto, Ouro Preto (1888, 1890). / A Ordem, Ouro Preto (1889, 1890, 1892). / A Província de Minas, Ouro Preto (1880, 1881, 1883, 1885, 1886, 1887, 1889). / A União, Ouro Preto (1886, 1887, 1888, 1889, 1905). / Correio da Manhã, Rio de Janeiro, (1913). / Correio da Semana, Queluz (1917). / Correio da Semana, Rio de Janeiro (1913, 1914). / Correio de Minas, Ouro Preto (1896). / Diário de Minas, Juiz de Fora (1888, 1889) / Diário de Minas, Cidade de Minas (1899) / Gazeta de Queluz, Queluz (1907, 1908). / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro (1889). / Liberal Mineiro, Ouro Preto (1882, 1883, 1884, 1885, 1886). / Minas Geraes, Ouro Preto (1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900). / O Estandarte, Cataguazes (1913, 1914). / O Estado de Minas, Ouro Preto (1891). / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto (1889, 1890, 1891, 1892, 1894). / O Jornal de Minas, Ouro Preto (1890). / O Paiz, Rio de Janeiro (1913). / O Pharol, Juiz de Fora (1900, 1903, 1906, 1907, 1912, 1913). / Almanach do Municipio de Barbacena: Calendario para 1898 (MG) – 1898. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Scientifico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887.

aposentadoria. Nesse sentido, foram encontrados vestígios de pessoas que, de fato, dedicaram toda a sua carreira profissional ao magistério, como, por exemplo, Ernestina Amazile de Lima e Silva, que trabalhou como lente por quase 40 anos⁵²², e Bernardino de Senna Nunes, que ultrapassou os 30 anos de professorado.⁵²³ Todavia, havia também aqueles/as que tiveram uma passagem rápida pela profissão, como é o caso de Fidelina Herculana Pinheiro, que atuou em 1890 como substituta na 1ª cadeira do sexo feminino de Antônio Dias, em Ouro Preto.⁵²⁴ Antes e após esse período, não foram encontrados mais indícios de que ela tenha exercido a docência.⁵²⁵

Muitos e diferentes fatores podem ter influenciado no tempo de permanência dos/as egressos/as da ENOP na atividade docente: troca de profissão, ascensão na carreira, casamento, filhos, trabalho doméstico, problemas de saúde, mudança de um lugar para outro, ou até mesmo a morte precoce. Obviamente, muitos desses fatores estão intimamente relacionados a questões de gênero, o que será discutido com mais detalhes nos próximos tópicos deste mesmo capítulo.

A despeito do tempo de permanência na docência, é alto o número de estudantes que, após a conclusão do curso normal em Ouro Preto, trabalhou na profissão para a qual se formou, mostrando que, pelo menos neste recorte e contexto específicos, para além de fornecer uma instrução diferenciada para a juventude mineira, o curso formava, sobretudo, mestres atuantes.

Ao se analisar separadamente os homens e as mulheres egressos/as, percebeu-se que em ambos os casos, a supremacia do exercício da docência após a conclusão do curso normal permanece, embora em maior e menor intensidade de acordo com o sexo, como ilustram os gráficos a seguir:

⁵²² Almanach do Municipio de Barbacena: Calendario para 1898 (MG) – 1898. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Minas Geraes, Ouro Preto, 8 de abril de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 13 de outubro de 1892.

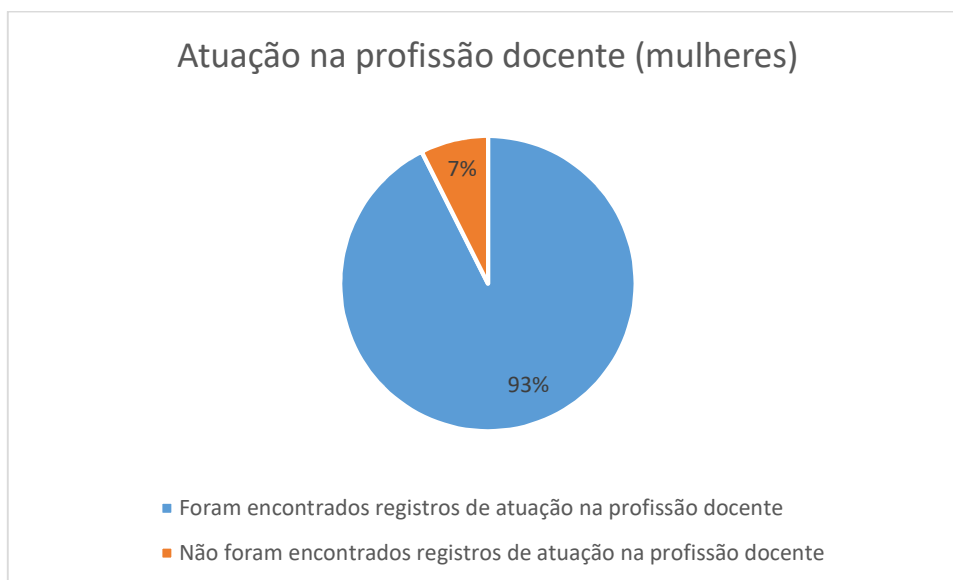
⁵²³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895. / MINAS GERAES, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885. / Minas Geraes, Ouro Preto, 2 de maio de 1895. / A Província de Minas, Ouro Preto, 9 de outubro de 1889. / A Actualidade, Ouro Preto, 11 de fevereiro de 1879. / O Pharol, Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1906. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 24 de janeiro de 1885. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

⁵²⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

⁵²⁵ Não se descarta aqui a possibilidade de que Fidelina Herculana Pinheiro tenha trabalhado como professora por mais tempo ou de outras formas, como no ambiente doméstico, por exemplo. Entretanto, não foram encontrados vestígios a esse respeito ao longo da pesquisa.

GRÁFICO 5

Atuação na docência das estudantes do sexo feminino formadas pela ENOP entre 1877 e 1889

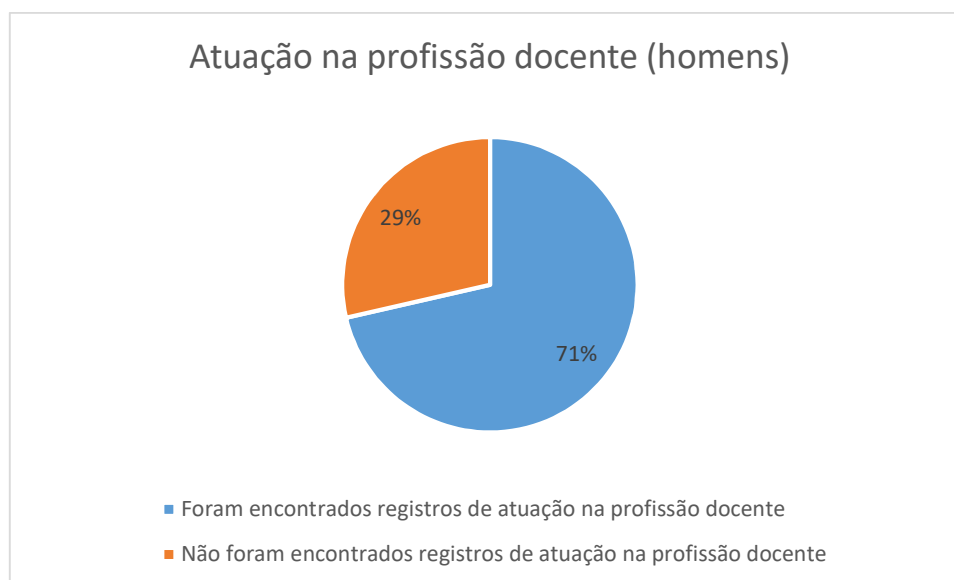


Fonte: Livros de matrícula de professores, correspondências recebidas e expedidas pela ENOP, atas da Congregação da ENOP, termo de juramento dos professores e empregados da ENOP, correspondência expedida pela Inspetoria Geral da Instrução Pública à Presidência da Província, registro de requerimentos de professores referente a remoções, licenças, nomeações, correspondência da Secretaria do Interior referente à Instrução Pública, correspondência referente a licenças e Instrução Pública, registro de despachos referente a licenças, nomeações e pagamento de vencimento de professores públicos, registro de títulos concedidos a professores, matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e Escolas Normais, periódicos, almanaques e relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial.⁵²⁶

⁵²⁶ As referências de fonte do gráfico 5 são as mesmas do gráfico 4 e estão explicitadas na nota de rodapé de número 521 da Tese.

GRÁFICO 6

Atuação na docência dos estudantes do sexo masculino formados pela ENOP entre 1877 e 1889



Fonte: Livros de matrícula de professores, correspondências recebidas e expedidas pela ENOP, atas da Congregação da ENOP, termo de juramento dos professores e empregados da ENOP, correspondência expedida pela Inspetoria Geral da Instrução Pública à Presidência da Província, registro de requerimentos de professores referente a remoções, licenças, nomeações, correspondência da Secretaria do Interior referente à Instrução Pública, correspondência referente a licenças e Instrução Pública, registro de despachos referente a licenças, nomeações e pagamento de vencimento de professores públicos, registro de títulos concedidos a professores, matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e Escolas Normais, periódicos, almanaques e relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial.⁵²⁷

Os dados presentes nos gráficos demonstram que, independentemente do sexo, os/as egressos/as da ENOP atuaram, em sua maioria e em pelo menos algum momento de suas vidas, na docência. No caso das mulheres, porém, essa estimativa é bastante acentuada, chegando a mais de 90% dos casos.

Como apresentado anteriormente, o curso normal era uma das únicas possibilidades de dar continuidade aos estudos para as mulheres.⁵²⁸ Com isso, pode-se pensar que a ampliação desses estudos estaria entre os principais objetivos para essa opção. Entretanto, os dados aqui expostos indicam que, mesmo se a intenção fosse essa, a maioria se viu inclinada a atuar como

⁵²⁷ As referências de fonte do gráfico 6 são as mesmas das dos gráficos 4 e 5 e estão explicitadas na nota de rodapé de número 521 da Tese.

⁵²⁸ Chama-se a atenção aqui para o fato de que, a partir de 1879, o governo brasileiro passou a permitir a entrada de mulheres nos cursos superiores do país. Entretanto, como pontua Hahner (1981), em um primeiro momento, poucas mulheres puderam ingressar nesses cursos, uma vez que, além das pressões e desaprovações sociais, para entrar no ensino superior elas obrigatoriamente teriam que ter o curso secundário, o que era extremamente dispendioso para as filhas das classes menos abastadas, e era visto com resistência até mesmo pelos pais de filhas das classes mais altas.

professoras, atividade essa que igualmente era uma das únicas socialmente bem aceitas para elas no espaço público.

Apesar de o índice de mulheres que atuaram no magistério ter sido consideravelmente maior que o de homens, o trabalho destes lecionando superava os 70%, o que leva a crer que, pelo menos no que diz respeito aos egressos do sexo masculino da ENOP no recorte da investigação, estes, em sua maioria, exerceram a profissão.

Muitos trabalhos, ao se referirem ao processo de feminização do magistério no Brasil, chamam a atenção para a saída dos homens do ofício docente, com a ampliação de oportunidades de trabalhos para eles, inclusive em níveis mais rentáveis.⁵²⁹ Ao se analisar o corpo discente da ENOP entre 1877 e 1889, o que se percebe, porém, é muito mais a progressiva diminuição da matrícula dos homens e a significativa evasão destes no curso normal ao longo dos anos, do que propriamente o abandono do exercício da docência após formados. Em outras palavras, os indivíduos do sexo masculino vão deixando, cada vez mais, de frequentar e terminar o curso normal, desistindo da profissão antes mesmo de ingressar nela, e não depois.

Voltando à discussão trazida no início do tópico, em que o inspetor geral da instrução pública, João Nepomuceno Kubitschek, em 1884, reclamava sobre a pequena quantidade de normalistas no professorado mineiro, este fazia menção especificamente à atuação desses profissionais no magistério público. Como visto nos gráficos 4, 5 e 6, neles há informações sobre a atuação na docência de maneira geral, sem se especificar a modalidade (particular ou pública). Entretanto, analisando mais profundamente os dados, foi possível chegar à conclusão de que, entre todos/as os/as docentes atuantes (incluindo os homens e as mulheres), cerca de 95%, ou seja, quase a totalidade deles/as trabalharam, sim, pelo menos por algum tempo, no magistério público de Minas Gerais. Entre os/as atuantes no ensino particular, a maior parte alternou ou lecionou de maneira concomitante nas duas modalidades, a pública e a privada, sendo 3 homens⁵³⁰ e 4 mulheres⁵³¹. Por fim, em um dos casos, de uma normalista do sexo feminino, não foi possível identificar ao certo em qual modalidade ela lecionou.⁵³²

Analisando todo o grupo de estudantes (sem distinção de sexo), foi possível identificar que, aparentemente, somente duas normalistas egressas de Ouro Preto lecionaram exclusivamente no ensino privado, sendo elas Clementina Pereira de Faria e Petrina Queiroga.

⁵²⁹ HYPÓLITO (1997), HAHNER (2003; 2010), MUNIZ (1998), DEMARTINI; ANTUNES (2002), LOURO (2004), CHAMON (2006), entre outros.

⁵³⁰ São eles Bernardino de Senna Nunes, Carlos Borja Peixoto e João Maria da Silveira.

⁵³¹ São elas Antonia Philomena da Costa Carvalho, Antonina Augusta Ferreira, Honorina Amelia Soares Pombo e Maria Honorina Nogueira.

⁵³² O caso em questão é o de Anna da Purificação Barbosa.

Contudo, peculiaridades permeiam as trajetórias das duas normalistas, o que pode auxiliar na compreensão da não participação delas no magistério público de Minas Gerais.

Clementina Pereira de Faria foi aluna na ENOP nos anos de 1878 e 1879⁵³³ e teve seu diploma conferido em 30 de maio de 1883.⁵³⁴ Era ouro-pretana e filha do tenente João Pereira de Faria e de dona Maria Magdalena do Pillar, tendo nascido em 23 de novembro de 1864.⁵³⁵ Seu batizado ocorreu na paróquia de Antônio Dias, em Ouro Preto, exatamente um mês após o seu nascimento.⁵³⁶ A jovem se casou com o major Antonio Pereira de Faria, em 20 de agosto de 1887, em oratório particular na casa de seu pai.⁵³⁷ Pela semelhança do sobrenome dos noivos, é presumível que eles tivessem algum grau de parentesco.

Durante a investigação, o único registro localizado acerca do trabalho de Clementina como professora constava no almanaque do município de Ouro Preto de 1890. Nele, há o nome da normalista entre os/as lentes particulares do município, em que ela oferecia aulas de música na rua do Vasconcellos, na freguesia de Antônio Dias.⁵³⁸ Como visto, a normalista não lecionava nas matérias teóricas do ensino primário. Contudo, é preciso lembrar que música era uma das disciplinas obrigatórias do curso normal⁵³⁹, tornando plausível a hipótese de que Clementina tenha aprendido ou aperfeiçoado a sua prática musical na ENOP.

Em vários jornais mineiros da época, há notícias narrando a atividade musical da normalista em Ouro Preto, cantando⁵⁴⁰, mas, principalmente, tocando piano em saraus e concertos realizados na cidade.⁵⁴¹ Em edição do dia 26 de janeiro de 1884 do jornal *Liberal Mineiro*, há um artigo informando sobre um sarau musical que tinha acontecido dias antes, no qual Clementina havia tocado. Acerca do trabalho dela, se comentava que a jovem tinha se mostrado “[...] uma pianista de grande pulso; imprimindo-lhe um estylo nítido e elegante;

⁵³³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁵³⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 41, 1880 – 1885.

⁵³⁵ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁵³⁶ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁵³⁷ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1904 – 1920.

⁵³⁸ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Município de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

⁵³⁹ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). / MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento n° 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

⁵⁴⁰ Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de dezembro de 1897.

⁵⁴¹ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 26 de janeiro de 1884. / *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 22 de janeiro de 1899. / Minas Geraes, Ouro Preto, 14 de dezembro de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de junho de 1896.

bravura e um dedilhado impecável. Os bravos e palmas que arrancou do auditório forão merecidamente conquistados.”⁵⁴².

Um fato curioso e que merece menção é que Clementina participou, tocando piano, em vários eventos na e em benefício da ENOP ao longo do tempo, mostrando que, assim como outros/as normalistas, ela também teve a sua trajetória entrelaçada com a da instituição, mesmo depois de formada.⁵⁴³

Analisando o caso de Clementina Pereira de Faria, o que se percebe é que ela optou por trabalhar com a música, lecionando, então, nesse ramo e em caráter particular. É importante chamar a atenção, ainda, para o fato de que o seu marido era procurador, suplente de juiz de direito e político (vereador) na cidade de Ouro Preto⁵⁴⁴, ou seja, ele tinha uma carreira profissional estável, o que pode ter auxiliado na decisão de sua esposa em não lecionar no magistério público.

Já o segundo caso, o da normalista Petrina Queiroga, estabelece características bastante distintas do de Clementina. Petrina nasceu em Ouro Preto e era filha do major Pedro Queiroga Martins Pereira e de Maria Ricarda da Silveira Queiroga.⁵⁴⁵ Porém, a sua mãe morreu ainda muito cedo, em 25 dezembro de 1883, quando a filha contava com 10 anos de idade, aproximadamente. Seu pai, então, casou-se novamente, com Castorina Queiroga. A normalista em questão tinha cinco irmãos: dois do primeiro matrimônio do pai (um rapaz e uma moça) e três do segundo (duas meninas e um menino).⁵⁴⁶

Petrina Queiroga esteve na ENOP entre 1886 e 1889⁵⁴⁷ e teve seu diploma expedido no ano de 1890.⁵⁴⁸ A jovem contraiu matrimônio com Bento Thomaz Machado em 5 de outubro de 1891, na localidade de Carangola⁵⁴⁹, onde passou a viver em companhia do marido.⁵⁵⁰ É lá

⁵⁴² Liberal Mineiro, Ouro Preto, 26 de janeiro de 1884.

⁵⁴³ Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de outubro de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 22 de janeiro de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 17 de janeiro de 1893.

⁵⁴⁴ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / A Província de Minas, Ouro Preto, 18 de setembro de 1887. / A Província de Minas, Ouro Preto, 6 de abril de 1888. / O Estado de Minas, Ouro Preto, 22 de dezembro de 1891. / Minas Geraes, Ouro Preto, 20 de setembro de 1893.

⁵⁴⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Pedro Queiroga Martins Pereira, Segundo Ofício, Caixa Letra P – Maço 94 – documento 4, 1893.

⁵⁴⁶ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Pedro Queiroga Martins Pereira, Segundo Ofício, Caixa Letra P – Maço 94 – documento 4, 1893.

⁵⁴⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁵⁴⁸ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de março de 1890.

⁵⁴⁹ Atualmente, Carangola se localiza na região da zona da mata de Minas Gerais e fica a cerca de 210 quilômetros da cidade de Ouro Preto (Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 23 set. 2020. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 23 set. 2020).

⁵⁵⁰ O Pharol, Juiz de Fora, 11 de outubro de 1891.

que ela iniciou a sua prática profissional como docente, abrindo uma escola só para meninas, em 1892.⁵⁵¹ Contudo, a sua trajetória foi interrompida precocemente, pois, já no início do ano seguinte, em 17 de fevereiro de 1893, ela veio a falecer. A respeito de sua morte, o periódico *Minas Geraes*, assim comunicava: “Acaba de finar-se na cidade do Carangola, onde dirigia um collegio de meninas, a exm.^a sr. d. Petrina de Queiroga digna esposa do Sr. Bento Machado e filha do major Pedro Queiroga M. Pereira, há pouco fallecido também, nesta capital”⁵⁵². De fato, Petrina sucumbiu exatamente um mês e um dia após o falecimento de seu pai.⁵⁵³

É curioso observar que a trajetória de Petrina Queiroga seguiu uma ordem cronológica muito precisa: concluiu o curso normal em 1889, conseguiu seu diploma em 1890, casou-se em 1891, iniciou a sua atividade profissional em 1892 e faleceu em 1893. Quando faleceu, a normalista tinha entre 20 e 21 anos de idade, ou seja, era ainda muito jovem. Além dela, outros 4 normalistas estudados nesta investigação morreram na faixa etária dos 20 aos 33 anos de idade, sendo dois homens⁵⁵⁴ e duas mulheres⁵⁵⁵.

Como visto, é presumível que, no caso de Petrina Queiroga, o exercício profissional exclusivamente no ensino particular tenha tido relação com o seu prematuro falecimento, e não com a sua intenção de manter-se nessa modalidade de ensino por toda a sua carreira. Se não tivesse sucumbido precocemente, há a probabilidade de que, ao longo de sua vida, ela tivesse lecionado também no magistério público.

Assim sendo, as duas exceções aqui trazidas servem, na verdade, para confirmar a regra de que a ENOP, no recorte da investigação, formou docentes que atuaram no magistério público, sendo eles homens, mas, acima de tudo, mulheres. Percebe-se, pois, que, entre 1877 e 1889, essa instituição formou um grupo de professoras atuantes e de funcionárias públicas mineiras. No próximo tópico, busca-se analisar se essas mulheres (e também os homens) tiveram influências familiares na escolha de suas profissões, e se seguiram percursos semelhantes aos de seus pais.

3.3. Tal pai, tal filho/a?

O abaixo assignado, do dia 7 de janeiro proximo futuro em diante, das 4 ás 6 horas da tarde, ensina rudimentos grammaticaes da língua vernacula, arithmetica, e systema metrico francez, mediante uma módica gratificação. As

⁵⁵¹ Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de setembro de 1892.

⁵⁵² Minas Geraes, Ouro Preto, 24 de fevereiro de 1893.

⁵⁵³ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Pedro Queiroga Martins Pereira, Segundo Ofício, Caixa Letra P – Maço 94 – documento 4, 1893.

⁵⁵⁴ Carlos Borja Peixoto (já apresentado) e João Maria da Silveira.

⁵⁵⁵ Zepherina Anacleto de Souza e Maria Josina Bretas Bhering.

pessoas, pois, que quizerem dedicar-se aos estudos dessas matérias, podem dirigir-se á casa n. 24, sita á rua direita de Antonio Dias desta capital.⁵⁵⁶

Quem assinou esse anúncio de aulas, publicado no jornal *Noticiador de Minas*, e datado de 24 de dezembro de 1872, foi o professor Silvério Rodrigues Pombo, pai de duas das alunas que se formaram pela ENOP entre 1877 e 1889: Honorina Amelia Soares Pombo⁵⁵⁷ e Ethelvina Olympia Soares Pombo⁵⁵⁸.

Silvério Rodrigues Pombo era casado com Maria Thereza Soares Pombo⁵⁵⁹ e teve com ela quatro filhas, mas só há informações mais precisas sobre três delas.⁵⁶⁰ As duas citadas anteriormente, e mais uma, chamada Humbertina Soares Pombo.⁵⁶¹ Durante a sua vida, Silvério trabalhou por muitos anos como funcionário da Secretaria do Governo de Minas Gerais⁵⁶² e também como professor público e particular, tendo lecionado em Ouro Preto⁵⁶³ e em outras localidades mineiras.⁵⁶⁴

As três filhas de Silvério de que se tem notícia foram alunas da ENOP no recorte desta investigação. Honorina e Ethelvina foram matriculadas na instituição no ano de 1883⁵⁶⁵: a primeira, com 15⁵⁶⁶, e a segunda, com 13 anos de idade.⁵⁶⁷ Honorina, porém, formou-se um

⁵⁵⁶ *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 28 de dezembro de 1872.

⁵⁵⁷ Ao longo das fontes, o nome de Honorina aparece de diferentes formas: Honorina Amelia Soares Pombo, Honorina Soares Pombo, Honorina Amelia Soares Baeta, Honorina Soares Baeta, Honorina Baeta, entre outros.

⁵⁵⁸ O nome de Ethelvina também aparece de diferentes maneiras, na documentação consultada: Ethelvina Olympia Soares Pombo, Etelvina Olympia Soares Pombo, Ethelvina Soares Pombo, Etelvina Soares Pombo, Ethelvina Soares de Azevedo, Etelvina Soares de Azevedo, Ethelvina de Azevedo, entre outros.

⁵⁵⁹ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897.

⁵⁶⁰ A quarta filha, chamada Herculana, foi batizada em 11 de junho de 1873. No entanto, para além de seu registro de batismo, não foram encontradas outras fontes sobre ela (Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880).

⁵⁶¹ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁵⁶² Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / *Diário de Minas*, Ouro Preto, 11 de novembro de 1873. / *Diário de Minas*, Ouro Preto, 7 de março de 1874. / *Diário de Minas*, Ouro Preto, 2 de maio de 1874. / *Diário de Minas*, Ouro Preto, 20 de setembro de 1875. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24 de outubro de 1871. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 20 de julho de 1872.

⁵⁶³ Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / *Dezesseis de Julho*, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1869. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 14 de novembro de 1868. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1869. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 21 de março de 1871. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 17 de abril de 1872. / *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 13 de agosto de 1872.

⁵⁶⁴ *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 19 de agosto de 1868.

⁵⁶⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁵⁶⁶ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

⁵⁶⁷ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

pouco antes, em 1886⁵⁶⁸, já Ethelvina⁵⁶⁹ terminou o curso por volta de 1888.⁵⁷⁰ A terceira irmã, Humbertina, ingressou na instituição em 1887⁵⁷¹, mas não foram encontrados vestígios de que ela tenha concluído o curso.

Após formadas, Honorina e Ethelvina trabalharam no magistério mineiro. Há vestígios de que Ethelvina atuou como professora pública em Queluz⁵⁷² entre 1889 e 1894⁵⁷³, ano em que se casou.⁵⁷⁴ Dois anos depois ela já vivia na cidade de Cataguazes⁵⁷⁵, onde também lecionou até se aposentar em 1914.⁵⁷⁶ No caso de Honorina, a sua atuação no magistério teve início já em 1886, como professora particular em Ouro Preto, ao lado de Maria Honorina Nogueira, como apresentado no tópico 1 do capítulo 2 da Tese. Em 1888, porém, foi nomeada para reger a 2ª cadeira do sexo feminino em Queluz.⁵⁷⁷ Ao que parece, ela continuou lecionando nessa região por muitos anos⁵⁷⁸, na localidade de Lafaiete⁵⁷⁹. O último vestígio localizado sobre a sua atuação como lente também data de 1914.⁵⁸⁰

⁵⁶⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

⁵⁶⁹ Algumas atividades realizadas por Ethelvina Olympia Soares Pombo se encontram no acervo do Arquivo Público Mineiro – APM, porém, devido à pandemia da Covid-19 e ao fechamento temporário da instituição para a consulta, principalmente no que diz respeito aos Fundos não digitalizados, entre eles o da Instrução Pública (que é onde se localizam as atividades mencionadas) não foi possível obter as cópias desses documentos para anexar à Tese.

⁵⁷⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁵⁷¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁵⁷² Queluz localizava-se a cerca de 9 léguas de Ouro Preto, ou seja, algo em torno de 45 a 54 quilômetros de distância. Em 1934, o município de Queluz passou a chamar-se Conselheiro Lafaiete (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2020).

⁵⁷³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez.

⁵⁷⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez.

⁵⁷⁵ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897.

⁵⁷⁶ O Pharol, Juiz de Fora, 26 de novembro de 1908. / O Pharol, Juiz de Fora, 11 de dezembro de 1912. / O Pharol, Juiz de Fora, 17 de setembro de 1913. / O Estandarte, Cataguazes, 18 de dezembro de 1913. / O Estandarte, Cataguazes, 22 de janeiro de 1914.

⁵⁷⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893.

⁵⁷⁸ O Pharol, Juiz de Fora, 22 de março de 1907. / Gazeta de Queluz, Queluz, 12 de maio de 1907. / Gazeta de Queluz, Queluz, 1º de março de 1908.

⁵⁷⁹ Nessa época, o nome do município de Queluz ainda não havia sido mudado para Conselheiro Lafaiete. Essa mudança só se deu no ano de 1934 (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2020).

⁵⁸⁰ Correio da Semana, Queluz de Minas, 24 de maio de 1917.

Como visto, as duas irmãs tiveram atividades longevas no magistério. Além disso, elas também se casaram⁵⁸¹ e tiveram filhos⁵⁸² ao longo de suas vidas⁵⁸³, contrariando, de certa forma, algumas perspectivas levantadas nos estudos da área que apontavam que a docência primária, no contexto de feminização do magistério brasileiro, era vista, muitas vezes, como um caminho intermediário até o casamento e a maternidade, ou o destino primordial daquelas que fossem sozinhas, solteiras ou viúvas.⁵⁸⁴

Ao contrário do pai, não foram encontrados, ao longo da investigação, indícios de que a mãe das normalistas, Maria Thereza, tenha exercido alguma profissão remunerada em sua vida. Isso não quer dizer que ela não tenha tido algum ofício, uma vez que este poderia ter sido exercido em âmbito doméstico, como o da costura ou até mesmo o da docência. A carência de fontes sobre o universo privado desta e de outras mães de normalistas, nesse contexto, foi um dos fatores que dificultou análises mais precisas sobre elas. Entretanto, a partir da leitura do inventário de Maria Thereza, pôde-se notar que ela vivia em casa própria e possuía alguns bens, bens estes que provavelmente foram herdados, ou construídos por ela e seu marido, com o passar dos anos.

Não se sabe ao certo quando Silvério morreu, mas sabe-se que ele sucumbiu antes da entrada das filhas na ENOP, ou seja, antes ou durante o ano de 1883.⁵⁸⁵ Já Maria Thereza faleceu na cidade de Cataguases, no dia 15 de julho de 1896, onde estava em viagem (possivelmente em visita à filha que lá morava).⁵⁸⁶ Por ocasião do óbito da mãe, as três filhas já eram maiores de idade e casadas, e os bens legados foram divididos igualmente, de maneira amigável, entre elas. Entre esses bens, se destacavam: dinheiro na caderneta da caixa econômica particular de Ouro Preto, um lote na recém-criada cidade de Belo Horizonte, um piano, móveis, e uma casa de sobrado com quintal, coberta de telhas e com água dentro, localizada na rua da

⁵⁸¹ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897.

⁵⁸² Jornal de Queluz, Queluz, 24 de agosto de 1929. / Gazeta de Leopoldina, Leopoldina, 30 de março de 1927.

⁵⁸³ A terceira irmã, Humbertina, também se casou ao longo de sua vida (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897).

⁵⁸⁴ LOURO (1997; 2004), ALMEIDA (1996), FREIRE (2011), VIDAL; CARVALHO (2001), entre outros.

⁵⁸⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁵⁸⁶ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897.

Conceição, freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto.⁵⁸⁷ Somados os bens e divididos entre as três filhas, ficou para cada uma delas o valor de 1:120\$733⁵⁸⁸.

No que diz respeito a esse valor, faz-se importante salientar que, conforme consta no Regulamento do Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893, os vencimentos anuais dos docentes normalistas de Minas Gerais deveriam ser: para escolas urbanas, de 1:800\$000; para as distritais, de 1:400\$000; e, para as rurais, de 1:200\$000.⁵⁸⁹ Ou seja, o conjunto de bens legado, apesar de aparentar um volume considerável, dividido entre as irmãs, somava uma quantia inferior ao menor salário anual pago a uma professora normalista.

Nesse sentido, percebe-se que, para além de bens materiais, Ethelvina e Honorina herdaram de seus pais algo a mais, que foi o acesso a um nível de instrução mais alto do que a maioria das moças tinha até aquele momento, e a uma formação que possibilitava um trabalho intelectual remunerado. É possível pensar, pois, que a presença de Silvério no magistério mineiro, durante muitos anos, também teve peso na entrada das jovens no curso normal de Ouro Preto e na posterior atuação delas como docentes em Minas Gerais. Além dos casos citados, outras moças formadas (e também rapazes) pela ENOP tiveram pais que atuaram como professores.

Ao longo da pesquisa, foram identificados os nomes de 56 pais dos/as normalistas. Esse número é menor do que o de alunos/as analisados/as (68 indivíduos), devido à expressiva quantidade de irmãos e irmãs formados/as, bem como pelo fato de que, em três casos, não constava o nome dos pais nos livros de matrícula da ENOP, mas somente o das mães, como já mencionado no tópico 5 do capítulo anterior.

Dessa forma, entre os 56 pais, foi possível chegar - a partir da análise de um conjunto de fontes, notadamente de notícias de jornais, almanaques e anuários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro - às profissões exercidas por 31 deles, ou seja, cerca de 55% dos casos. No que diz respeito ao restante, ou não foram encontrados vestígios nos documentos consultados, ou os pais tinham nomes bastante comuns, o que resultou em uma série de homônimos, não sendo possível, portanto, identificar, de forma precisa, se eram eles ou não os indivíduos buscados.

No que tange às mães, é importante assinalar que, apesar da grande procura, não foram encontrados muitos registros sobre elas nas fontes consultadas. As poucas notícias encontradas

⁵⁸⁷ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897.

⁵⁸⁸ Nos jornais mineiros da época, por esse valor aproximado são anunciados para venda: dois alqueires de mata virgem, cinco alqueires de cafezal e 48 hectares de terras com plantações de café.

⁵⁸⁹ MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, 1893. Regulamento a que se refere o Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893.

citam-nas de forma rápida e imprecisa, quase sempre fazendo referência a outros sujeitos, e não a elas mesmas, como, por exemplo, anunciando que são mães de filhos a serem batizados ou que vão se casar. Elas também aparecem assinando ou sendo mencionadas em notas de pesar por falecimento, bem como fazendo parte de eventos religiosos. Nessa conjuntura, de todo o conjunto de mães das quais se sabe o nome, chegou-se somente à profissão de uma delas, que trabalhava justamente como professora: trata-se de Maria Magdalena do Pilar, mãe da normalista Clementina Pereira de Faria, já citada no tópico anterior deste capítulo.

Há registrado, no almanaque de Ouro Preto de 1890 que Maria Magdalena era uma das professoras particulares de primeiras letras da freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto.⁵⁹⁰ Igualmente, em nota sobre o seu falecimento, publicada no periódico *Minas Geraes*, em edição de 20 de fevereiro de 1900, constava:

Finou-se em Ouro Preto, no dia 15 do corrente, a exma. Sra. d. Maria Magdalena do Pilar, virtuosa esposa do sr. tenente João Pereira de Faria. A falecida, que era muito estimada por toda sociedade ouro-pretana, morreu aos 70 anos, 50 dos quaes dedicados ao magistério.⁵⁹¹

Reitera-se, aqui, que a escassez de registros não significa que as demais mães não realizavam atividades laborais, sejam elas remuneradas ou não, mas somente que não se conseguiu chegar a informações precisas sobre as suas profissões. Além disso, na maior parte dos livros de matrícula da ENOP, constavam somente os nomes dos pais dos alunos e das alunas, o que dificultou a identificação nominal de muitas das mães.

Para além de Maria Magdalena, foram 9 os pais que atuaram no magistério mineiro (particular e/ou público) em algum momento de suas vidas.⁵⁹² Já outros dois pais não

⁵⁹⁰ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

⁵⁹¹ Minas Geraes, Ouro Preto, 20 de fevereiro de 1900.

⁵⁹² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 23, 1872. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 08, 1836 – 1882. / Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – 1844 a 1885. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1865. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 16 de agosto de 1871. / Correio Oficial de Minas, Ouro Preto, 3 de fevereiro de 1857. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 22 de abril de 1869. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 12 de agosto de 1871. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 17 de abril de 1872. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 13 de agosto de 1872. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 19 de agosto de 1868. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1869. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 17 de agosto de 1870. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 21 de março de 1871. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 15 de dezembro de 1871. / A Actualidade, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1881. / A Província de Minas, Ouro Preto, 10 de janeiro de 1884. / A Província de Minas, Ouro Preto, 20 de novembro de 1880. / A Província de Minas, Ouro Preto, 24 de maio de 1883. / A Província de Minas, Ouro Preto,

trabalharam como docentes, mas exerceram atividades ligadas ao campo da instrução: um como delegado literário⁵⁹³ e o outro como funcionário da Inspetoria Geral da Instrução Pública de Minas Gerais.⁵⁹⁴ Há, ainda, o caso de Emílio Soares de Gouveia Horta, tutor da normalista Idalina Horta Galvão, que, entre outras profissões, exerceu a de professor⁵⁹⁵, diretor escolar⁵⁹⁶ e secretário da Inspetoria Geral da Instrução Pública.⁵⁹⁷

Em linhas gerais, a análise dos dados permitiu chegar à conclusão de que a maioria dos pais exerceu, pelo menos por um tempo, profissões ligadas a serviços públicos, não só no campo educacional, mas, em outros setores, como o jurídico e o policial, bem como em instâncias da administração provincial/estadual, atuando como funcionários na Secretaria do Governo, na Recebedoria, na Tesouraria Provincial, na Fazenda Provincial, nos Correios, na Secretaria da Agricultura, entre outros.⁵⁹⁸

21 de janeiro de 1886. / Diário de Minas, Ouro Preto, 5 de setembro de 1866. / Diário de Minas, Ouro Preto, 26 de março de 1867. / Diário de Minas, Ouro Preto, 11 de dezembro de 1874. / Diário de Minas, Ouro Preto, 18 de outubro de 1875. / Diário de Minas, Ouro Preto, 25 de julho de 1866. / Diário de Minas, Ouro Preto, 29 de abril de 1874. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 30 de junho de 1883. / O Baependyano, Baependy, 31 de janeiro de 1886. / O Bom Senso, Ouro Preto, 3 de maio de 1855. / O Pharol, Juiz de Fora, 8 de março de 1904.

⁵⁹³ Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de novembro de 1892.

⁵⁹⁴ Revista do Ensino, Ouro Preto, 22 de outubro de 1886. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de maio de 1890. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 20 de outubro de 1886.

⁵⁹⁵ Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1865. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanach de Juiz de Fóra: Para 1899 (MG) – 1899. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 3 de outubro de 1868. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 3 de junho de 1869. / A Actualidade, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1881. / O Pharol, Juiz de Fora, 4 de janeiro de 1887. / O Pharol, Juiz de Fora, 5 de dezembro de 1887. / Diário de Minas, Ouro Preto, 9 de janeiro de 1867. / Diário de Minas, Ouro Preto, 5 de setembro de 1874.

⁵⁹⁶ Correio Oficial de Minas, Ouro Preto, 13 de dezembro de 1858. / Correio Oficial de Minas, Ouro Preto, 12 de maio de 1859.

⁵⁹⁷ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 28 de fevereiro de 1882. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1882. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 24 de janeiro de 1882. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 7 de maio de 1885. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 19 de maio de 1885. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 28 de maio de 1885.

⁵⁹⁸ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – 1844 a 1885. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1865. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / Diário de Minas, Ouro Preto, 3 de setembro de 1874. / O Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 13 de agosto de 1890. / Minas Gerais, Ouro Preto, 21 de setembro de 1893. / Diário de Minas, Cidade de Minas, 3 de dezembro de 1899. / A Actualidade, Ouro Preto, 31 de julho de 1878. / A Província de Minas, Ouro Preto, 9 de setembro de 1887. / Diário de Minas, Ouro Preto, 14 de junho de 1873. / Diário de Minas, Ouro Preto, 17 de dezembro de 1874. / Diário de Minas, Juiz de Fora, 2 de abril de 1885. / Diário de Minas, Ouro Preto, 22 de setembro de 1875. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 2 de abril de 1869. / Diário de Minas, Ouro Preto, 17 de abril de 1873. / A União, Ouro Preto, 9 de março de 1889. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 1 de maio de 1869. / Diário de Minas, Ouro Preto, 29 de janeiro de 1874. / Minas Geraes, Ouro Preto, 1 de agosto de 1898. / Constitucional, Rio de Janeiro, 8 de março de 1864. / Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2 de março de 1864. / Diário de Minas, Ouro Preto, 17 de junho de 1875. / Minas Geraes, Ouro Preto, 15 de outubro de 1897. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 3 de dezembro de 1890. / A Província de Minas, Ouro Preto, 28 de setembro de 1887. / A União, Ouro Preto, 21 de dezembro de 1887. / O Bom Senso, Ouro Preto, 7 de junho de 1852. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 1 de outubro de 1868. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 22 de

Falando em números, no total foram localizados registros de que 26 dos 31 pais analisados estiveram empregados (cerca de 83% dos casos), por curtos ou longos períodos, no funcionalismo público de Minas Gerais, isso levando em consideração tanto o contexto imperial quanto o republicano. Em menor quantidade, há aqueles que atuaram como negociantes de secos, molhados e não especificados (6 pessoas)⁵⁹⁹, donos de estalagem/hotel/pensão (3 pessoas)⁶⁰⁰, construtores de estradas/pontes (3 pessoas)⁶⁰¹, boticários (3 pessoas)⁶⁰², fazendeiro

fevereiro de 1869. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 9 de fevereiro de 1871. / Diário de Minas, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1874. / Diário de Minas, Ouro Preto, 7 de março de 1874. / Diário de Minas, Ouro Preto, 29 de abril de 1875. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 25 de julho de 1871. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de maio de 1890. / O Pharol, Juiz de Fora, 18 de maio de 1890. / A União, Ouro Preto, 29 de janeiro de 1887. / A Actualidade, Ouro Preto, 20 de julho de 1881. / Diário de Minas, Ouro Preto, 18 de maio de 1875. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 de maio de 1894. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 30 de junho de 1883. / A Província de Minas, Ouro Preto, 24 de maio de 1883. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 13 de junho de 1891. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 13 de maio de 1882. / Pharol, Juiz de Fora, 29 de junho de 1882. / A Ordem, Ouro Preto, 3 de setembro de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 4 de setembro de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 12 de julho de 1893. / Diário de Minas, Cidade de Minas, 21 de abril de 1899. / Minas Geraes, Ouro Preto, 9 de janeiro de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 8 de janeiro de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de julho de 1895. / O Pharol, Juiz de Fora, 3 de junho de 1890. / A Actualidade, Ouro Preto, 28 de junho de 1881. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 25 de agosto de 1868. / O Pharol, Juiz de Fora, 12 de junho de 1890. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 27 de julho de 1869. / A Província de Minas, Ouro Preto, 10 de agosto de 1887. / A Província de Minas, 10 de setembro de 1887. / A Província de Minas, Ouro Preto, 14 de setembro de 1889. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 7 de agosto de 1882. / A União, Ouro Preto, 16 de novembro de 1886. / A União, Ouro Preto, 16 de abril de 1887. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 19 de agosto de 1884. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 9 de agosto de 1890. / Diário de Minas, Ouro Preto, 16 de dezembro de 1873. / A União, Ouro Preto, 25 de julho de 1888. / Diário de Minas, Ouro Preto, 23 de abril de 1874. / A União, Ouro Preto, 6 de fevereiro de 1889. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 29 de maio de 1869. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 27 de junho de 1871. / A Actualidade, Ouro Preto, 19 de novembro de 1879. / Diário de Minas, Ouro Preto, 21 de fevereiro de 1874. / Diário de Minas, Ouro Preto, 22 de dezembro de 1875. / O Leopoldinense, Leopoldina, 4 de agosto de 1881. / O Leopoldinense, Leopoldina, 30 de março de 1882. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 11 de janeiro de 1872. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 23 de maio de 1872. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 30 de março de 1871. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 10 de outubro de 1871. / O Pharol, Juiz de Fora, 20 de fevereiro de 1892. / A Província de Minas, Ouro Preto, 17 de agosto de 1889. / Minas Geraes, Ouro Preto, 3 de julho de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 5 de junho de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 22 de dezembro de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 16 de julho de 1895. / Minas Geraes, Ouro Preto, 11 de janeiro de 1898. / União Postal, Ouro Preto, 11 de setembro de 1887.

⁵⁹⁹ Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / Jornal Mineiro, Ouro Preto, 11 de março de 1900. / Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1859. / Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1859.

⁶⁰⁰ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / O Universal, Ouro Preto, 2 de agosto de 1839. / O Jequitinhonha, Diamantina, 19 de outubro de 1861.

⁶⁰¹ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1890. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 15 de março de 1890. / Minas Geraes, Ouro Preto, 16 de maio de 1892. / A União, Ouro Preto, 22 de julho de 1887. / A União, Ouro Preto, 30 de maio de 1888. / A União, Ouro Preto, 1 de abril de 1887. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 11 de abril de 1883. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 6 de junho de 1884. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 25 de abril de 1885. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 9 de novembro de 1869. / Correio Official de Minas, Ouro Preto, 28 de janeiro de 1858. / Correio Official de Minas, Ouro Preto, 24 de dezembro de 1857. / Diário de Minas, Ouro Preto, 1 de dezembro de 1866.

⁶⁰² Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak

(1 pessoa)⁶⁰³, e dono de oficina (1 pessoa)⁶⁰⁴. É preciso lembrar que muitos desses indivíduos trocaram de profissão ao longo da vida, ou desempenharam duas ou mais simultaneamente, e é por isso que a quantidade de trabalhos exercida é maior do que o número de pais estudados.

Acerca dos dados, é preciso lembrar que Ouro Preto era, até o ano de 1897, a sede política e o principal núcleo urbano de Minas Gerais, e era lá que se localizava, até então, a maior parte dos órgãos administrativos provinciais/estaduais e o regimento militar. Lott (2009), ao analisar o Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do município de Ouro Preto de 1890, assinala que, nesse período, o aparato governamental era constituído pelas:

[...] secretarias da Assembleia, do governo e a secretaria militar; seguidas pelas diretorias Geral de Obras Públicas, da Fazenda Provincial, da Coletoria Provincial; Secretaria da Polícia; a Inspeção Geral da Instrução Pública; a Tesouraria da Fazenda; a Administração Geral dos Correios, e a Diretoria Geral dos Índios. (LOTT, 2009, p. 240).

Esses apontamentos ajudam a compreender a expressiva quantidade de pais ligados a serviços da administração pública, nesse contexto. Ao longo da análise, constatou-se também que, com a mudança da capital para a cidade de Belo Horizonte, muitos deles se deslocaram junto, mantendo, assim, os seus empregos nesse ramo.⁶⁰⁵ É interessante observar, ainda, que há pais que, mesmo não morando em nenhuma das capitais (nem a nova nem a antiga), eram funcionários administrativos locais em suas regiões de origem.

Ao investigar o percurso de um padre italiano do século XVII chamado Giovan Battista Chiesa, Giovanni Levi (2000) apresenta o conceito de “herança imaterial”, que seria um tipo de legado social, de capital não palpável, deixado de uma geração para a outra, dentro do universo familiar. Conforme o autor, essa herança existe e é transmitida com o passar do tempo, contudo, ela depende também de uma prática social constante para a sua manutenção e fortalecimento.

Tendo em vista a perspectiva apontada por Levi (2000), e levando em consideração que a maior parte das profissões dos pais dos/as alunos/as aqui investigados/as estava ligada ao funcionalismo público mineiro, incluindo-se aí o magistério, mas também outros segmentos e

Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / Diário de Minas, Ouro Preto, 16 de agosto de 1866.

⁶⁰³ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Anuario de Minas Geraes: Estatística, Historia, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações (MG) – 1906 a 1913.

⁶⁰⁴ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 20 de junho de 1882.

⁶⁰⁵ Conforme esclarece Lott (2009), após a mudança da capital para a cidade de Belo Horizonte, no ano de 1897, setores administrativos e também econômicos de Ouro Preto foram transferidos para lá, além de muitas famílias inteiras, causando, por conseguinte, o esvaziamento da antiga capital.

atuações em que eram imprescindíveis os domínios da leitura e da escrita, é possível pensar que os/as filhos/as acabaram por receber também uma herança paterna imaterial, de carácter social e intelectual.⁶⁰⁶ Entretanto, essa herança não seria estática e necessitaria de uma prática social constante para manter-se viva. Assim, neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a entrada e conclusão do curso normal pelos/as filhos/as e a posterior atividade de parte deles/as na docência pode ser entendida, neste caso, como um dos elementos que auxiliariam na manutenção, ampliação e continuação do legado familiar social e intelectual herdado por eles/as.

Ainda a respeito dos pais, constatou-se que um montante significativo (19 deles) conquistou patentes militares, ao longo de suas vidas, sendo elas as de capitão, tenente, major, coronel e alferes.⁶⁰⁷ É importante destacar que muitos mudaram de patente com o passar dos anos, indo de alferes para tenente, de tenente para capitão etc. Em 5 dos casos, não foi possível saber, ao certo, a que órgãos esses pais estavam ligados. Do restante, verificou-se que 2 eram

⁶⁰⁶ Em estudo sobre um grupo de mulheres professores que atuaram no século XIX na cidade de Sabará – MG, Nascimento (2011) chegou à conclusão de que as docentes por ela investigadas receberam influências provenientes de suas ambiências familiares em suas trajetórias e na escolha do magistério como profissão. Nesse sentido, é possível pensar que o caso de Ouro Preto, ora analisado, se assemelha com o que foi constatado pela autora, ao analisar o contexto de Sabará.

⁶⁰⁷ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de José Rodrigues de Barcellos, Primeiro Ofício, Caixa 68, documento 811, 1881. / Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário do Tenente José Dias dos Santos, Primeiro Ofício, Caixa Letra J – Maço 58 – documento 7, 1891. / Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Pereira de Faria (fragmento), Folhas preenchidas: 3, Ouro Preto, 1909. / Anuario de Minas Geraes: Estatística, Historia, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações (MG) – 1906 a 1913. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Scientifico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / A Província de Minas, Ouro Preto, 9 de setembro de 1887. / A Província de Minas, Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1884. / A Reforma, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1871. / Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de maio de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 11 de abril de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 19 de dezembro de 1897. / O Paiz, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1894. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 17 de junho de 1884. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 24 de março de 1886. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 5 de março de 1894. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 17 de novembro de 1868. / Diário de Minas, Ouro Preto, 5 de fevereiro de 1868. / Diário de Minas, Ouro Preto, 16 de abril de 1867. / Diário de Minas, Ouro Preto, 11 de maio de 1867. / A União, Ouro Preto, 2 de fevereiro de 1889. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 13 de fevereiro de 1886. / A Província de Minas, Ouro Preto, 10 de janeiro de 1884. / A Província de Minas, Ouro Preto, 21 de agosto de 1884. / A Província de Minas, Ouro Preto, 15 de maio de 1884. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 27 de maio de 1882. / A União, Ouro Preto, 22 de junho de 1887. / A Ordem, 13 de fevereiro de 1892. / A Ordem, Ouro Preto, 30 de junho de 1892. / A Província de Minas, Ouro Preto, 10 de dezembro de 1885. / A União, Ouro Preto, 23 de abril de 1887. / A Província de Minas, Ouro Preto, 2 de agosto de 1883. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 14 de novembro de 1885. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 17 de fevereiro de 1886. / A Actualidade, Ouro Preto, 28 de junho de 1881. / A Actualidade, Ouro Preto, 23 de junho de 1880. / A Ordem, Ouro Preto, 14 de junho de 1890. / A Província de Minas, Ouro Preto, 2 de abril de 1888. / A União, Ouro Preto, 3 de março de 1888. / Minas Geraes, Ouro Preto, 8 de maio de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de setembro de 1898.

funcionários do corpo policial de Minas Gerais⁶⁰⁸, mas que a grande maioria (12 pais) fazia parte da Guarda Nacional.

A Guarda Nacional, criada pela Lei de 18 de agosto de 1831 e extinta no ano de 1918, foi uma corporação civil formada por cidadãos-soldados (SALDANHA, 2004) que tinha como objetivo principal o auxílio na manutenção da segurança interna e no Exército, quando necessário (ALVES, 2019). Conforme Izecksohn (2013), a Guarda respondia ao Ministério da Justiça e tinha como principais organizadores lideranças locais. Para ingressar nela, o oficial deveria ter a renda mínima anual de 200\$000, que era, conforme a constituição de 1824, o valor exigido para que um cidadão tivesse o direito de votar nas eleições primárias do Império (SALDANHA, 2010).

Em sua primeira fase, que se encerrou em 1850, a Guarda caracterizou-se pela escolha dos oficiais feita por eleição, no interior da própria corporação. A partir de 1850, porém, entre outras razões, houve uma modificação nesse sentido, em que os oficiais passaram a ser nomeados pelos presidentes provinciais, por meio de indicações de comandantes locais. Em 1873, ocorreu uma nova mudança no que diz respeito à Guarda, em que, a partir de então, foram-lhes retiradas as obrigações militares, mantendo-se somente o seu caráter político (SALDANHA, 2009).

Em estudo acerca da Guarda Nacional de Minas Gerais, no período correspondente a 1850 até 1873, Saldanha (2009) constata, valendo-se da análise dos membros da Guarda Nacional do município de Mariana no recorte supracitado, que o ingresso na corporação não dependia exclusivamente da condição econômica dos sujeitos, mas também de certas qualidades individuais, como êxito pessoal e liderança carismática. O autor chega a essa conclusão, entre outras coisas, pela análise dos inventários desses oficiais, evidenciando que grande parte deles não possuía, por exemplo, escravos, ou que os tinham em pouca quantidade.⁶⁰⁹

Um dos membros da Guarda Nacional de Mariana, no recorte investigado por Saldanha (2009), foi Francisco de Paula Dias Bicalho, pai da normalista Altina Valentina Dias Bicalho, única representante marianense entre os formados pela ENOP no período de 1877 até 1889.⁶¹⁰

⁶⁰⁸ Conforme Cotta (2014), o corpo policial de Minas Gerais, no contexto imperial, foi regulamentado em 1835 e tinha por finalidade principal auxiliar na justiça e na boa ordem e segurança públicas. Para alistar-se no corpo policial, era preciso certidão de batismo, atestado médico, atestado emitido por autoridades que comprovasse boa conduta moral e política, e isenção de crimes.

⁶⁰⁹ Saldanha (2009) opta, em seu trabalho, por analisar a condição econômica dos membros da Guarda Nacional de Mariana a partir da quantidade de escravos listados nos inventários desses indivíduos. Isso porque, segundo o autor, os escravos figuravam, em linhas gerais, entre os bens mais caros listados nestes documentos.

⁶¹⁰ Chama a atenção à constatação de que somente uma das normalistas formadas em Ouro Preto, no recorte da investigação, tenha nascido em Mariana. Esse fato torna-se curioso, principalmente, devido à proximidade espacial

A jovem em questão passou pela Escola Normal entre os anos de 1879 e 1880⁶¹¹, e teve seu diploma de conclusão do curso registrado em 3 de maio de 1881.⁶¹² Diferentemente da maior parte dos/as alunos/as da instituição, foi matriculada um pouco mais velha, quando contava com a idade de 24 anos. Após formada, atuou na profissão docente, tendo exercido o magistério público no município de Queluz⁶¹³, em Ouro Preto⁶¹⁴, e na sua própria cidade natal.⁶¹⁵

A normalista, nascida em 14 de fevereiro de 1854⁶¹⁶, era filha de Francisco de Paula Dias Bicalho e de Maria Miquelina Dias Bicalho, sendo a caçula de 11 irmãos.⁶¹⁷ Perdeu a mãe ainda muito cedo, quando contava com a idade de 3 anos.⁶¹⁸ Como dito acima, seu pai foi membro da Guarda Nacional de Mariana, cidade em que a família vivia, tendo sido nomeado tenente⁶¹⁹ e, posteriormente, capitão da corporação.⁶²⁰ Foi, ainda, membro do partido

das duas localidades, uma vez que estas possuíam (e continuam possuindo) territórios limítrofes. Em um primeiro momento, uma eventual hipótese explicativa para esse fenômeno poderia ser o fato de que, em Mariana, havia, desde meados do século XIX, o Colégio Providência, educandário feminino regido pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Entretanto, essa hipótese não se sustenta, porque, como relembra Lage (2011), o curso normal dessa instituição só foi equiparado às demais escolas normais do estado de Minas Gerais em 1902, ou seja, anos após o recorte aqui investigado. Infelizmente, as fontes localizadas ao longo da pesquisa não permitiram identificar as razões pelas quais somente uma estudante de Mariana terminou o curso normal em Ouro Preto nesse período.

⁶¹¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁶¹² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 41, 1880 – 1885.

⁶¹³ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 30 de maio de 1882.

⁶¹⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 44, 1882 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 30 de dezembro de 1882. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 16 de março de 1883.

⁶¹⁵ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895.

⁶¹⁶ Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira – Prateleira O, Número 20 – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1852 – 1866.

⁶¹⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

⁶¹⁸ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

⁶¹⁹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

⁶²⁰ Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873. / A Província de Minas, Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1884. / A Reforma, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1871.

conservador.⁶²¹ Em sua vida profissional, atuou como negociante⁶²² e dono de estalagem⁶²³, além de ter exercido a atividade de professor público primário.⁶²⁴

Não foi localizado, no âmbito da investigação, o inventário de Francisco de Paula, mas foi encontrado o de sua mulher, Maria Miquelina, no qual se discriminam os bens do casal após a morte dela, no ano de 1857. No referido documento, entre os itens mais valiosos listados, constavam diferentes móveis (cômodas, mesas, catres, espelho, cadeiras, sofás, bancos, caixas, relógio, balança, armário etc.), um cavalo “escuro”, e uma casa, localizada na rua da Olaria, esquina com a do Seminário, em Mariana.⁶²⁵ Somados, todos os bens do casal foram avaliados em 1:724\$800. Entretanto, quando a mãe de Altina faleceu, a casa da família já estava hipotecada, e Francisco somava uma dívida de 1:275\$320.⁶²⁶

Outro dado interessante a respeito do inventário de Maria Miquelina é que nele constava, entre os bens do casal, alguns livros, notadamente de direito (Doutrina das Ações, Ordenações do Reino, Praxe forense etc.), espirituais e militares (sem especificação), totalizando 18 itens.⁶²⁷ É importante mencionar que, de todos os inventários completos utilizados nessa investigação (6 inventários), foi somente neste que se encontrou, entre o espólio, a menção a livros, o que ajuda a demonstrar a estreita relação da família com esse tipo de material.

As informações contidas no inventário ajudam a vislumbrar algumas características da família de Altina. Como visto, aparentemente ela não era abastada, uma vez que, por exemplo, não possuía escravos, tinha muitas dívidas e a casa hipotecada. Apesar disso, é presumível que o pai, Francisco de Paula, contasse com algum tipo de prestígio social na cidade de Mariana, tendo em vista que era membro da Guarda Nacional. Esse prestígio pode ter sido alcançado, entre outras razões, pela sua atuação como professor e pelo seu contato com as letras. Um indício que ajuda a sustentar esta hipótese é uma nota publicada no jornal *A Província de Minas*, em sua edição de 7 de fevereiro de 1884. Nela, há uma homenagem a Francisco de Paula, por ocasião de seu falecimento, que havia se dado no dia 4 daquele mesmo mês, em que está escrito, a seu respeito:

⁶²¹ A Província de Minas, Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1884.

⁶²² Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864.

⁶²³ O Universal, Ouro Preto, 2 de agosto de 1839.

⁶²⁴ Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875. / Noticiador de Minas, Ouro Preto, 16 de agosto de 1871.

⁶²⁵ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

⁶²⁶ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

⁶²⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

Não possuía cabedades, era pobre. Entretanto foi assim que, – devido à educação que receberam – são seus filhos hoje, dignamente contados entre os que pertencem à melhor sociedade, porquanto um delles é o distinto e reverendo conego Julio de Paula Dias Bicalho respeitado secretario do Bispado de Mariana. E entre os demais constão-se cinco estimadas professoras publicas e os intelligentes professores Marçal de Paula Dias Bicalho e Delfino Clemente Dias Bicalho, sendo que este, como digno funcionário público que foi, chegou a exercer as funções de director da 1ª directoria da secretaria do governo.⁶²⁸

É curiosa a constatação de que 8 dos 11 filhos de Francisco de Paula seguiram os seus passos profissionais, haja vista que também atuaram na docência em Minas Gerais (Julio de Paula Dias Bicalho, além de cônego, era professor). Pode-se pensar, pois, que, apesar dos poucos recursos financeiros do pai, a educação legada por ele aos filhos e às filhas, essa espécie de herança imaterial, foi um dos elementos que fizeram com que estes/as conquistassem bons lugares na sociedade da época.

Voltando ao trecho do necrológio exposto acima, chama a atenção, ainda, o fato de que se citam os nomes de todos os filhos professores do sexo masculino de Francisco, tecendo-lhes, inclusive, muitos elogios. Contudo, no que diz respeito às filhas professoras, que, aliás, são em número maior, apesar da expressão de estima, não há registrado na nota os seus nomes. Percebe-se aqui, de maneira sutil, a invisibilidade (ou tentativa) dessas mulheres docentes em detrimento de seus irmãos.

No presente estudo, chegou-se à identidade de 4 das 5 “estimadas professoras públicas” que não tiveram seus nomes citados no necrológio do pai no jornal. Uma delas, como já se sabe, era Altina Valentina, e as outras 3 eram Maria Germana Dias Bicalho⁶²⁹, Raimunda Nonnata Dias Bicalho⁶³⁰ e Francisca de Paula Canuta Dias Bicalho⁶³¹. Raimunda também era normalista, provavelmente tendo se formado em um período anterior à sua irmã caçula.

A respeito das 4 irmãs professoras, há também uma notícia interessante, publicada pelo periódico *Liberal Mineiro*, em edição do dia 3 de abril de 1882, que merece menção. Nela, informava-se sobre uma doação, feita por elas, de 40 alqueires de terra localizados no município

⁶²⁸ A Província de Minas, Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1884.

⁶²⁹ A Província de Minas, Ouro Preto, 14 de dezembro de 1882. / A Província de Minas, Ouro Preto, 21 de julho de 1886. / A Actualidade, Ouro Preto, 7 de agosto de 1880.

⁶³⁰ Diário de Minas, Ouro Preto, 29 de julho de 1875. / Diário de Minas, Ouro Preto, 3 de agosto de 1875. / Diário de Minas, Ouro Preto, 19 de setembro de 1898.

⁶³¹ A Actualidade, Ouro Preto, 7 de agosto de 1880. / A Província de Minas, Ouro Preto, 29 de outubro de 1885. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 18 de abril de 1882. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 de setembro de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 10 de agosto de 1899.

de Manhuaçu, avaliados em 600\$000⁶³², em benefício da instrução pública mineira. O objetivo do donativo seria o auxílio na construção de casas e na compra de mobília para as escolas de Mariana⁶³³, o que demonstra, de alguma forma, o engajamento das irmãs com a instrução da mocidade mineira, notadamente a da cidade de Mariana.⁶³⁴

Outro exemplo da relação dos/as filhos/as de Francisco de Paula com a instrução em Mariana é a criação, feita por dois deles, o cônego Julio de Paula Dias Bicalho e Delfino Dias Bicalho, de uma escola noturna na cidade, dias após a morte do pai e em homenagem a ele, com o nome de “Capitão Bicalho”. A respeito dessa escola, informava-se, no jornal *A Província de Minas*, em edição do dia 5 de março de 1884, que “abrem, portanto, uma escola noturna, prestarão os serviços á mocidade, e concorrerão com todas as despesas precisas para a sua estabilidade.”⁶³⁵.

Como visto, a configuração familiar de Altina estava intimamente relacionada ao universo educacional mineiro entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX. Além do pai, é provável que a formação e a prática profissional na docência dos irmãos e das irmãs mais velhos/as tenham influenciado não só na entrada da caçula na ENOP, mas também na sua posterior atividade como docente. O legado, nesse caso, parece ter sido passado não só do pai para os/as filhos/as, mas também dos irmãos/irmãs mais velhos/as para os/as mais novos/as.

Há, por fim, outra característica importante a respeito de Altina Valentina Dias Bicalho que merece ser mencionada. Em seu registro de batismo, datado de 5 de julho de 1854, constava a informação que ela era da cor parda.⁶³⁶

No presente estudo, foi possível chegar à identificação da cor de poucas normalistas.⁶³⁷ Na verdade, pelos registros de óbito, foram localizadas as cores de três normalistas do sexo feminino, duas brancas⁶³⁸ e a outra denominada como “morena”⁶³⁹. Já pelos registros de

⁶³² Analisando notícias de jornais mineiros da década de 1880, foram encontrados, por esse valor, anúncios de venda de piano, casa (no interior da província de Minas Gerais), escravos (principalmente do sexo feminino), concerto de estradas e construção de pontes. Esse valor aproximado também aparece como sendo o relativo aos vencimentos dos porteiros de várias instituições públicas, entre elas, o do próprio Liceu Mineiro.

⁶³³ Liberal Mineiro, Ouro Preto, 3 de abril de 1882.

⁶³⁴ Aqui é preciso lembrar que as quatro irmãs já eram adultas, trabalhavam no magistério de maneira remunerada, e algumas já eram casadas, ou seja, as condições financeiras delas, nesse momento, não eram necessariamente as mesmas que os seus pais tinham quando elas eram mais novas.

⁶³⁵ A Província de Minas, Ouro Preto, 5 de março de 1884.

⁶³⁶ Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira – Prateleira O, Número 20 – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1852 – 1866.

⁶³⁷ No caso dos homens normalistas, não foi possível identificar a denominação de cor de nenhum deles.

⁶³⁸ São elas Luiza Carolina Barcellos e Placidina Augusta dos Santos.

⁶³⁹ A normalista denominada como “morena” em seu registro de óbito era Maria Gabriella Tavares. Outros aspectos de sua trajetória serão expostos no próximo tópico.

batismo, a menção à cor só foi feita no de Altina. Uma provável explicação para esse fato seria a de que a jovem nasceu antes da maioria dos/as alunos/as aqui investigados/as, no ano de 1854, período este em que ainda era muito comum a identificação por cor das crianças que eram batizadas em Minas Gerais.

Como relembra Lott (2009), a designação de cor nesses documentos foi desaparecendo ao longo do século XIX, sobretudo no que diz respeito aos sujeitos livres. Ainda de acordo com a autora, a determinação de cor não se dava de forma rígida, não se baseando unicamente e necessariamente pela cor da pele em si, mas pela posição ocupada pelo sujeito na sociedade. Nesse sentido, de maneira geral, “pardo” seria um termo abrangente para designar todo indivíduo em condição de “não branco”.

Em seu estudo, Veiga (2008) aponta que há indícios da existência de professores negros atuando em Minas Gerais durante todo o contexto do século XIX. Já Fonseca (2009) chama a atenção para o fato de que as escolas elementares mineiras, na primeira metade do oitocentos, recebiam mais alunos não brancos do que os brancos. Contudo, no que diz respeito ao ensino secundário, o autor afirma que há uma inversão nesse quadro, em que os estudantes negros e mestiços passam a ser raros.

Infelizmente, a respeito do alunado da ENOP, não foi possível definir se o caso de Altina apresentava-se como exceção ou não, já que não se sabe se mais alunos/as pardos/as ou negros/as concluíram o curso entre 1877 e 1889. De toda forma, o seu exemplo mostra que a Escola não recebia e não formava unicamente normalistas brancos/as. O fato de Altina ter trabalhado muitos anos no magistério público elucidava também que ela fazia parte do grupo de lentes não brancos atuantes em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX.

Como visto, a trajetória de Altina Valentina traz muitas peculiaridades interessantes. Para além de sua condição de não branca, sua naturalidade marianense (a única entre os/as formados/as), há também toda a singularidade presente na sua configuração familiar, que é definitivamente marcada pela relação estabelecida com o meio educacional e o magistério. Infelizmente, não foram encontrados vestígios de que a normalista tenha se casado ou tido filhos. Não se sabe, portanto, se ela transmitiu o legado familiar profissional recebido de seu pai e irmãos/irmãs mais velhos/as para as gerações futuras. Porém, fontes sobre outros alunos e alunas formados/as no mesmo recorte dão indícios de que houve aqueles/as que se casaram e tiveram filhos, os/as que conciliaram matrimônio e magistério, os/as que optaram por um dos dois, ou ainda aquelas que desistiram de suas carreiras como docentes, após contrair núpcias, como será visto no próximo tópico.

3.4. Na alegria e na tristeza, matrimônio e/ou docência

Realizou-se ontem ás 6 horas da noite, na casa de residência do sr. Randolpho Bretas, digno agende executivo municipal, o casamento do sr. dr. Rogerio Fajardo, talentoso engenheiro de minas, membro da comissão construtora da nova Capital, com a exma. sra. d. Maria Josina Bretas Bhering, mimosa filha da exma. sra. d. Josina Bretas Bhering, virtuosa viúva do sr. João José Ribeiro Bhering [...].

Depois do acto religioso foi servida uma lauta mesa de doces, trocando-se ao *champagne* diversos amistosos brindes. Em seguida começaram as danças, que ocorreram animadas até alta noite, retirando-se todos penhorados pelo bom acolhimento que tiveram.⁶⁴⁰

A noiva de tão animada e farta festa de casamento, que foi referenciada em nota publicada no jornal *Minas Gerais*, em edição do dia 7 de junho de 1894, Maria Josina Bretas Bhering foi mais uma entre os/as alunos/as formados/as pela ENOP no recorte desta investigação, tendo frequentado o curso entre 1885 e 1888.⁶⁴¹ Aliás, o dono da casa em que se realizou a cerimônia matrimonial, Randolpho Bretas, havia sido professor e diretor da instituição por muitos anos, inclusive no período em que a jovem esteve lá estudando.⁶⁴²

Diferentemente da imensa maioria dos/as estudantes aqui investigados/as, não foram encontrados vestígios de que Maria Josina Bretas Bhering tenha exercido a profissão para a qual se formou, ao longo de sua vida. Aparentemente, ela faz parte do rol de normalistas que não conciliaram o matrimônio com a carreira no magistério.

A despeito disso, é interessante observar que, na referida notícia sobre o casamento, faz-se menção à formação e à atividade profissional exercida pelo “talentoso” noivo de Maria Josina. Já no que diz respeito a ela, por sua vez, não há nenhuma referência acerca de sua formação como normalista. A exaltação de seus predicados, pois, resume-se à sua definição como “mimosa filha”.

Quando perdeu o pai, Maria Josina contava ainda com 7 ou 8 anos de idade. A partir de então, a sua mãe, Josina Emilia Bretas Bhering, de maneira semelhante a outros casos já apresentados neste trabalho, passou a ser a sua tutora legal e de seus outros 6 irmãos, todos menores de 11 anos de idade naquele momento. Havia, ainda, um sétimo irmão, porém, ele veio

⁶⁴⁰ Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de junho de 1894.

⁶⁴¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁶⁴² Mais informações a respeito de Randolpho Bretas, enquanto professor e diretor da ENOP na década de 1880, constam em Pedruzzi (2016).

a falecer, com pouco mais de um ano de idade, no intervalo entre a morte do pai e a abertura do inventário.⁶⁴³

A leitura do inventário de João José Ribeiro Bhering Junior, pai da moça, mostra que a sua família possuía alguns bens que, somados e subtraídas as dívidas, resultavam no valor aproximado de 11:100\$000⁶⁴⁴. Metade desta quantia foi para a esposa, Josina Emilia, e o restante foi dividido igualmente entre os 8 filhos, ficando para cada um a quantia de 693\$750⁶⁴⁵. Entre os itens mais valiosos do espólio, havia um montante em dinheiro, parte de uma casa que tinha pertencido ao pai de João José Ribeiro Bhering, situada na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, uma casa localizada em São Paulo de Muriaé⁶⁴⁶ e mais quatro pessoas escravizadas, sendo três mulheres (com as idades de 31, 39 e 60 anos) e um homem (com a idade de 45 anos).⁶⁴⁷

Ainda no que tange ao espólio, é importante frisar que, de todos os inventários completos dos/das pais/mães dos/as alunos/as localizados nesta pesquisa, do período anterior à abolição da escravatura (4 inventários), este é o único em que se faz menção, na lista dos bens deixados, à existência de pessoas escravizadas. A esse respeito, é preciso lembrar que, como aponta Lott (2009), a partir da análise do senso de 1872, a quantidade de escravizados do município de Ouro Preto correspondia a apenas a 11,7% da população. Focando especificamente o núcleo urbano do município, essa porcentagem era ainda menor, chegando a 10,7%, o que demonstra que, naquele momento, a região já não dependia tanto assim da mão de obra de pessoas escravizadas e contava com grande número de trabalhadores livre. Essa constatação ajuda a compreender as possíveis razões de não haver pessoas escravizadas entre os bens deixados nos demais inventários analisados, bem como ilustra que a família de Maria Josina fazia uso de uma força de trabalho que já estava, progressivamente, sendo substituída na então capital. Entretanto, há de se considerar que o número de pessoas escravizadas em posse

⁶⁴³ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João José Ribeiro Bhering, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 937, 1879.

⁶⁴⁴ Nos jornais mineiros da década de 1870, por esse valor aproximado, há orçamentos de construções de estradas, pontes, cadeias, hospícios para alienados, capelas, encanamento para água potável, venda de 11 escravos, entre outros.

⁶⁴⁵ Por esse valor aproximado, nos jornais de Minas Gerais da década de 1870, são vendidos escravos, notadamente crianças (na faixa dos 10 anos de idade), mulheres e homens idosos. Esse também é o valor aproximado de vencimentos de porteiros de repartições públicas nessa época.

⁶⁴⁶ São Paulo de Muriaé estava a 34 léguas de Ouro Preto, o que equivaleria a algo em torno de 170 a 204 quilômetros de distância. Atualmente, Muriaé localiza-se na região da zona da mata mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 18 dez. 2020).

⁶⁴⁷ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João José Ribeiro Bhering, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 937, 1879.

da família era relativamente pequeno, o que também condiz o panorama de Ouro Preto no período, uma vez que, como explica Lott (2009), os pequenos plantéis eram a maioria na localidade na época.

Nos anos que se seguiram à morte do marido e à abertura do inventário, Josina Emília continuou sendo a tutora Maria Josina de seus outros filhos, solicitando ao Juiz de Órfãos, volta e meia, a venda de alguns bens que já não eram considerados úteis para a família, como, por exemplo, de uma das mulheres escravizadas deixadas (a mais jovem) e a casa de São Paulo de Muriaé.

É por volta de 7 anos após da morte do pai que Maria Josina ingressou no curso normal de Ouro Preto, concluindo-o em 1888 (sem reprovar em nenhum ano)⁶⁴⁸ e recebendo o seu diploma em 1889.⁶⁴⁹ Aproximadamente 5 anos depois de ter sido diplomada, ela contraiu matrimônio. Por ocasião de seu casamento, a jovem contava com cerca de 22 anos de idade. Como constava na nota sobre a festa matrimonial, seu marido, Rogerio de Paula Fajardo, era engenheiro de minas e membro da comissão construtora da nova capital, a cidade de Belo Horizonte.⁶⁵⁰

O esposo de Maria Josina era natural de Santa Maria Madalena, no Rio de Janeiro⁶⁵¹, e, assim como outros jovens da mesma época, mudou-se para Ouro Preto com o objetivo de estudar na Escola de Minas⁶⁵², e por ali ficou, se casando e trabalhando na região. Além de atuar como engenheiro, foi professor particular de matemática⁶⁵³, professor do Ginásio de Ouro Preto⁶⁵⁴ e da própria Escola de Minas.⁶⁵⁵ Anos mais tarde, se tornou um dos lentes da Escola Politécnica, em São Paulo.⁶⁵⁶

⁶⁴⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁶⁴⁹ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de dezembro de 1889.

⁶⁵⁰ Revista Geral dos Trabalhos (MG), Rio de Janeiro, 1895. / O Contemporaneo, Sabará, 3 de março de 1894.

⁶⁵¹ Minas Geraes, Ouro Preto, 1º de junho de 1894.

⁶⁵² Minas Geraes, Ouro Preto, 3 de junho de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 31 de maio de 1893. / O Pharol, Juiz de Fora, 17 de junho de 1893. / O Tempo, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1894.

⁶⁵³ Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de abril de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 19 e 20 de abril de 1897. / O Pharol, Juiz de Fora, 21 de abril de 1897.

⁶⁵⁴ Minas Geraes, Ouro Preto, 22 de agosto de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 2 de junho de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 1º de novembro de 1896. / O Estado de Minas, Ouro Preto, 20 de maio de 1896.

⁶⁵⁵ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. / Minas Geraes, Ouro Preto, 6 de setembro de 1896. / O Pharol, Juiz de Fora, 6 de junho de 1899. / O Pharol, Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1901. / Minas Geraes, Ouro Preto, 1º de junho de 1899. / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1896. / O Paiz, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1901.

⁶⁵⁶ O Commercio de São Paulo, São Paulo, 15 de maio de 1909. / O Commercio de São Paulo, São Paulo, 11 de junho de 1909. / A Gazeta, São Paulo, 29 de dezembro de 1927. / Diário Nacional, São Paulo, 26 de fevereiro de 1932. / Correio Paulistano, São Paulo, 30 de maio de 1904. / Correio Paulistano, São Paulo, 29 de agosto de 1906. / Correio Paulistano, São Paulo, 1º de maio de 1938. / Correio Paulistano, São Paulo, 25 de setembro de 1908. / Revista da Semana, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1907.

Conforme José Murilo de Carvalho (2013), nas primeiras décadas de funcionamento da Escola de Minas de Ouro Preto, um grande problema a ser enfrentado foi o da falta de mercado de trabalho na mineração para os ex-alunos da instituição. Nesse sentido, o ensino se tornou uma opção viável para esses estudantes, em que muitos passaram a dar aula na própria instituição, logo “Dos 87 alunos formados entre 1878 e 1901 para os quais há informação, 35, ou 40%, ocuparam-se no ensino, sobretudo na própria Escola.” (CARVALHO, 2013, p. 193). Outra medida adotada para resolver o problema da falta de emprego para os ex-alunos foi a ampliação da titulação a ser oferecida pela Escola. Assim, a partir de 1893, os concluintes passaram a obter não só o título de engenheiros de minas, mas também o de engenheiros civis. Ainda de acordo com Carvalho (2013), é em 1895 que os egressos da Escola de Minas passam a integrar a comissão construtora da nova capital mineira.

É importante lembrar que um indivíduo com a trajetória semelhante à de Rogério Fajardo já foi apresentado no tópico 3 do capítulo 2 da Tese: trata-se de João Júlio Proença, que se tornou esposo de Luiza Carolina Barcellos. João e Rogério tinham muitos pontos em comum: eram naturais da província do Rio de Janeiro, faziam parte da mesma turma de alunos da Escola de Minas, trabalharam como professores da instituição após formados, casaram-se com normalistas formadas em Ouro Preto, participaram da comissão da construção de Belo Horizonte e, posteriormente, mudaram-se para outras capitais brasileiras (Rio de Janeiro e São Paulo). Outra similaridade entre os dois é que suas esposas, apesar de normalistas, não fizeram carreira no magistério.⁶⁵⁷

É curioso o fato de que as duas únicas normalistas aqui identificadas, que se casaram com engenheiros formados pela Escola de Minas, não seguiram (Maria Josina) ou não por muito tempo (Luiza Carolina) na profissão para a qual se habilitaram após contraírem matrimônio. É possível pensar, como hipótese explicativa para este fenômeno, que a proeminência da carreira dos maridos, que aparentemente foi ascendendo com o passar dos anos, permitiu que elas não precisassem trabalhar fora para auxiliar financeiramente no sustento da casa e da família. Há também o fato de que os esposos, por conta de seus trabalhos, se mudaram algumas vezes, o que, talvez, acabou por tornar inviável a atividade profissional de suas mulheres. Além disso, no caso de Maria Josina, fontes indicam que ela veio a falecer em 1903⁶⁵⁸, com 31 ou 32 anos

⁶⁵⁷ Isso porque, mesmo que Luiza Carolina, após formada, tenha exercido a docência por algum tempo, ela deixou o ofício logo nos primeiros anos de casada, tanto que, por ocasião de seu falecimento, em seu atestado de óbito, consta a informação de que a sua profissão era a de doméstica, e não de professora.

⁶⁵⁸ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1903. / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1903.

de idade, ou seja, a probabilidade do seu ingresso na prática docente também pode ter sido minada, devido à sua morte prematura.

Na presente investigação, foram localizados vestígios acerca do casamento de 25 dos/as 68 normalistas analisados/as, sendo 20 mulheres e 5 homens. Em linhas gerais, essas fontes se referem a registros de matrimônio, localizados em livros de casamentos das paróquias, registros de batismos dos filhos, registros de óbitos deles/as mesmos/as e dos filhos, inventários e, por fim, de notícias de jornais informando sobre as núpcias.⁶⁵⁹ Salienta-se, aqui, que é bastante plausível que o número de normalistas que se casou tenha sido superior ao de 25 pessoas.

No que diz respeito aos que não se casaram, só foi possível a confirmação de um caso, o da normalista ouro-pretana Maria Gabriella das Dores Tavares⁶⁶⁰, que esteve na Escola Normal entre 1883 e 1887.⁶⁶¹ Em seu registro de óbito, constava a informação de que seu estado civil era o de solteira, e a sua cor é apontada como “morena”. Havia, ainda, no campo “profissão”, a informação de que ela era professora aposentada. Maria Gabriella sucumbiu na cidade de Belo Horizonte, em 1968, com a avantajada idade de 101 anos.⁶⁶²

⁶⁵⁹ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1880 – 1936 (desordenados). / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1890 – 1904 (desordenados). / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889. / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1904 – 1920. / Arquivo Arquidiocesano de São João Del Rei – Igreja Católica. Nossa Senhora do Pilar, São João del-Rei, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1887 – 1903. / Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – Igreja Católica. Santa Luzia, Santa Luzia, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1808 – 1899. / Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Pereira de Faria (fragmento), Folhas preenchidas: 3, Ouro Preto, 1909. / Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897. / Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Pedro Queiroga Martins Pereira, Segundo Ofício, Caixa Letra P – Maço 94 – documento 4, 1893. / Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – CECO (microfilme) – Inventário analítico do arquivo eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto – Documentos diversos e registros paroquiais – 0511 – 105/0625-0705, 1906 – 1917. / Brasil, Minas Gerais, Belo Horizonte, Registros de Cemitérios Municipais, 1897 – 2012. / Minas Geraes, Ouro Preto, 26 de maio de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 de abril de 1893. / A Ordem, Ouro Preto, 19 de dezembro de 1891. / A Ordem, Ouro Preto, 9 de novembro de 1891. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900. / A Ordem, Ouro Preto, 29 de outubro de 1890. / A Província de Minas, Ouro Preto, 4 de março de 1886. / A União, Ouro Preto, 4 de fevereiro de 1888. / A Ordem, Ouro Preto, 5 de setembro de 1891. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de maio de 1890. / Minas Geraes, Ouro Preto, 1º de junho de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de junho de 1894. / O Pharol, Juiz de Fora, 11 de outubro de 1891. / A Ordem, Ouro Preto, 17 de outubro de 1891. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 5 de julho de 1890. / Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de setembro de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 13 de setembro de 1893. / A União, Ouro Preto, 27 de abril de 1889. / A Província de Minas, Ouro Preto, 1º de maio de 1889.

⁶⁶⁰ O nome da normalista aparece na documentação consultada de diferentes formas: Maria Gabriella das Dores Tavares, Maria Gabriela das Dores Tavares, Maria Gabriella Tavares, Maria Gabriela Tavares e Maria das Dores Tavares.

⁶⁶¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁶⁶² BRASIL. Minas Gerais, Belo Horizonte, *Registros de Cemitérios Municipais*, 1897 – 2012.

Vidal e Carvalho (2001) discorrem sobre os muitos debates que ocorreram na primeira metade do século XX no Brasil, acerca da compatibilidade ou não, do magistério feminino e o matrimônio. Conforme as autoras, tendo como base o caso do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930, embora o celibato pedagógico feminino não fosse obrigatório, muitas professoras acabaram mesmo por se casar mais tarde, ou ficaram viúvas cedo, ou ainda, se mantiveram solteiras por toda a vida. De maneira semelhante, Tambara (1998) afirma que foi sendo reforçado no país, ao longo do tempo, o estigma da professora primária como sendo um ser “assexuado”, aquela “solteirona”, dedicada exclusivamente aos seus alunos. Já Villela (2011) pontua que o magistério primário, para as mulheres, poderia ser uma boa alternativa a um matrimônio forçado.

Tendo em vista estes apontamentos, não se desconsidera aqui a hipótese de que Maria Gabriella tenha se mantido solteira para dedicar-se inteiramente à sua prática profissional, ou que o seu ofício no magistério tenha facilitado a sua escolha de não se casar. Contudo, muitos outros fatores podem ter influenciado na sua decisão. Infelizmente, a escassez de fontes mais detalhadas sobre a sua trajetória dificultou análises mais precisas acerca das razões pelas quais ela não se casou.

Voltando aos/as 25 normalistas mencionados anteriormente (os/as que se casaram), constatou-se que todos/as contraíram matrimônio após a passagem pelo curso normal, ou seja, nenhum/a se casou antes de ingressar na Escola nem durante o tempo em que nela estudou. O matrimônio de todos/as ocorreu entre as décadas de 1880 e 1890, em um intervalo de 1 a 12 anos, após a passagem pelo curso de formação docente. A esse respeito, é importante chamar atenção para um caso específico, o de Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça⁶⁶³, que esteve na ENOP nos anos de 1882 e 1883.⁶⁶⁴ O normalista casou-se, sim, na década de 1880, notadamente no ano de 1886⁶⁶⁵, três anos depois de obter o seu título de normalista, porém, ficou viúvo em 1901⁶⁶⁶, contraindo segundas núpcias já no ano seguinte, em 1902⁶⁶⁷, ou seja, no contexto da década de 1900.

⁶⁶³ O nome do normalista aparece de diferentes formas nas fontes consultadas: Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça, Rosalvo Rodolfo Moreira de Mendonça, Rosalvo Rodolpho de Mendonça, Rosalvo Rodolfo Moreira de Mendonça, Rosalvo Moreira de Mendonça e Rosalvo de Mendonça.

⁶⁶⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁶⁶⁵ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889.

⁶⁶⁶ Ouro Preto, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1901.

⁶⁶⁷ Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – CECO (microfilme) – Inventário analítico do arquivo eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto – Documentos diversos e registros paroquiais – 0511 – 105/0625-0705, 1906-1917.

Os dados apresentados dão a entender que havia um certo padrão entre os/as egressos/as da ENOP, uma vez que, em linhas gerais, eles/as iam cumprindo, progressivamente, uma série de etapas: primeiro, estudavam e se formavam no curso normal, para em seguida ingressarem na carreira profissional e, só então, contraírem matrimônio. A estabilidade profissional das, mas, sobretudo, dos normalistas, parece ter sido, em muitos casos, elemento primordial para a realização dos casamentos (PEDRUZZI; JINZENJI, 2021).

Analisando especificamente as mulheres normalistas que se casaram, excetuando-se Maria Josina Bretas Bhering, todas as demais atuaram no magistério mineiro, em pelo menos algum momento de suas vidas. Porém, conforme a análise dos vestígios encontrados, aparentemente 3 delas não seguiram na profissão após se tornarem esposas. No que diz respeito às outras, há indícios de que seis exerceram a docência por até 5 anos após o matrimônio, duas entre 5 e 10 anos, e uma não se pôde saber, ao certo, quanto tempo esteve em atividade. Há, ainda, sete normalistas que, mesmo depois de mais de 10 anos de matrimônio, seguiram na profissão.

Se faz imprescindível apontar, todavia, que não foi possível saber, em todos os casos, se essas mulheres atuaram como lentes exatamente em todos esses anos, ou se deixaram as salas de aula por algum tempo e retornaram mais tarde, por questões diversas, como no caso de Augusta Catharina dos Santos, já ilustrado no tópico 1 deste mesmo capítulo, em que ela trabalhou por uns anos, deixou a atividade, e retornou após a viuvez. Não obstante, em alguns exemplos, como os de Augusta Maria de Medeiros e Cherubina Rodrigues Pombo, que atuaram como lentes em um intervalo temporal de 14 e 18 anos, respectivamente, há indícios de que elas estiveram exercendo a profissão por todo o período, quase que ininterruptamente.

Como visto, pelo menos 3 normalistas do sexo feminino não seguiram na profissão docente após contraírem matrimônio: Anna Barbosa da Silva, Anna da Purificação Barbosa e Fidelina Herculana Pinheiro. Sobre esse assunto, Louro (2004) faz referência ao caráter transitório do magistério para muitas mulheres, em meio ao processo de feminização do magistério brasileiro, em que elas o exerceriam enquanto fossem solteiras até assumirem as suas (historicamente e socialmente construídas) “verdadeiras vocações”, quais sejam: as de donas de casa, mães e esposas.

Neste estudo, foi possível chegar às profissões de 2 dos 3 maridos das normalistas que não seguiram no magistério, após o matrimônio, sendo um deles Arthur Martins Torres, marido de Anna Barbosa da Silva, que era Alferes e trabalhava como farmacêutico do exército

(residindo em diferentes localidades no decorrer dos anos)⁶⁶⁸; e o outro Raymundo de Paula Dias, que era casado com Fidelina Herculana e tinha a profissão de procurador.⁶⁶⁹ Dessa maneira, é bastante provável que essas mulheres tenham deixado de trabalhar fora devido às condições financeiras estáveis dos maridos, às eventuais mudanças de uma cidade para outra, ou mesmo com a finalidade de se dedicarem exclusivamente ao lar, à família e ao trabalho doméstico. No entanto, também não se desconsidera a hipótese de que elas tenham sido proibidas, pelos próprios esposos, de exercerem a profissão após casadas.

Pela leitura dos dados, chama a atenção, também, a significativa quantidade de mulheres que deixaram de exercer a profissão durante os 5 primeiros anos de casadas. Nesse caso, a interrupção parece ter mais haver com a eventual chegada dos filhos do que propriamente com o matrimônio em si. Em outras palavras, não seria necessariamente a vida de casada que dificultaria a continuidade na docência, mas as novas demandas trazidas com a chegada das crianças. A questão dos filhos dos/as normalistas será retomada, com mais detalhes, mais adiante neste mesmo tópico.

A despeito disso, há uma quantidade considerável de normalistas do sexo feminino egressas da ENOP casadas que permaneceram atuando na profissão por mais de 10 anos após o matrimônio, chegando, em alguns casos, até a 20, 30, ou 40 anos de atividade no magistério. Situação semelhante a essa foi identificada por Hahner (2010), em estudo acerca das mulheres professoras no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX, em que a autora constata que não eram só as mulheres jovens e solteiras que atuavam no magistério primário na localidade, como um caminho intermediário entre o casamento e a maternidade, mas que havia também muitas mulheres casadas que exerciam a profissão docente em diferentes âmbitos naquele contexto.

Como visto, a análise das trajetórias das normalistas formadas em Ouro Preto mostra um quadro diversificado. A grande maioria, porém, atuou no magistério, em intervalos maiores ou menores de tempo, dando a entender que, pelo menos neste recorte temporal e contexto específicos, o curso normal não era simplesmente um meio de conquistar uma instrução diferenciada que auxiliasse na formação das jovens do sexo feminino para o casamento e para

⁶⁶⁸ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Nova Philadelphia, Theophilo Ottoni, 3 de outubro de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 13 de dezembro de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 20 de fevereiro de 1898.

⁶⁶⁹ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Minas Geraes, Ouro Preto, 20 de maio de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de abril de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 14 de maio de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 19 de janeiro de 1899. / O Estado de Minas Geraes, 1º de março de 1890. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de março de 1891.

a maternidade. Era, sobretudo, um curso que as habilitava para o exercício profissional do magistério, sendo ele de caráter transitório, excepcional ou permanente.

Já no que diz respeito aos homens normalistas que se casaram, há algumas diferenças significativas que merecem destaque. Em primeiro lugar, salienta-se que nem todos eles atuaram no magistério ao longo de suas vidas, uma vez que dois dos cinco construíram as suas carreiras como funcionários dos correios.⁶⁷⁰ Já os outros três atuaram no magistério, em seus diferentes níveis, sendo que um deles trabalhou também como escriturário da tesouraria da fazenda, mas não de maneira concomitante ao trabalho docente.⁶⁷¹ Em outras palavras, o leque de possibilidades de atuação profissional dos normalistas do sexo masculino era visivelmente maior que o feminino. No tópico seguinte, essa temática será retomada com mais detalhes.

Em segundo lugar, como é de se imaginar, diferentemente das mulheres, nenhum dos homens deixou a sua carreira profissional, seja no magistério, seja em outro campo, depois de contrair matrimônio ou após os primeiros anos de casamento. Nesse cenário, excetuando-se o caso de Carlos Borja Peixoto (apresentado no tópico 1 deste capítulo), todos os demais atuaram em suas respectivas profissões por mais de 20 anos. É preciso lembrar, porém, que Carlos morreu precocemente, quando contava com cerca de 14 anos de trabalho no magistério. Se não fosse esse fatídico acontecimento, é bastante provável que, assim como os outros, ele tivesse permanecido em atividade ainda por muitos anos.

Como já apresentado em outras partes desta Tese, no contexto estudado, apesar de não ser uma regra, e de nem sempre condizer com a realidade, os indivíduos do sexo masculino ainda eram considerados, muitas vezes, como os principais provedores familiares, os chefes da família e os maiores responsáveis pela manutenção financeira da casa. Nesse sentido, não é de se estranhar a longa e ininterrupta atividade profissional, seja no magistério, seja em outras áreas, dos normalistas do sexo masculino formados em Ouro Preto.

No que diz respeito aos filhos, infelizmente, apesar da grande procura, não foi possível identificar se todos/as normalistas egressos/as os tiveram, mas foram localizados indícios de que pelo menos 10 deles/as foram pais/mães (sendo 8 normalistas do sexo feminino e 2 do sexo masculino).⁶⁷² Em alguns casos, chegou-se à data de nascimento das crianças, como, por

⁶⁷⁰ São eles Arthur Ribeiro de Carvalho e Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça.

⁶⁷¹ Os dois normalistas que atuaram exclusivamente como professores são: Carlos Borja Peixoto e José Honório de Souza Alves. Já o que trabalhou na docência e na tesouraria da fazenda se chamava Pedro Mourthé Sobrinho.

⁶⁷² Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1880 – 1936 (desordenados). / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1890 – 1904 (desordenados). / Brasil, Minas Gerais, Belo Horizonte, Registros de Cemitérios Municipais, 1897-2012. / A Ordem, Ouro Preto, 14 de maio de 1892. / Gazeta de Leopoldina, Leopoldina, 30 de março de 1927. / Jornal de Queluz, Queluz, 24 de agosto de 1929. / O Paiz, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / Gazeta de

exemplo, o de Cherubina Rodrigues Pombo, que teve um menino em 1882⁶⁷³, o de Eugenia dos Reis Velasco, que deu à luz em 1892⁶⁷⁴, e o de Sebastiana Januaria de Macedo, que teve uma menina no ano de 1899.⁶⁷⁵ Nos dois primeiros casos, as normalistas continuaram exercendo a profissão docente após o nascimento dos filhos; já no terceiro, não foram mais encontrados vestígios de que a normalista tenha continuado no magistério após a maternidade.

Há também outros exemplos em que, embora não se saiba ao certo a data de nascimento das crianças, sabe-se que as suas mães continuaram atuando como professoras (mesmo que eventualmente tivessem parado por alguns anos), tendo em vista as suas longevas carreiras no magistério. Esse parece ser o caso das irmãs Ethelvina Olympia Soares Pombo e Honorina Amelia Soares Pombo: ambas foram mães; a primeira, de 4, e a segunda, de 5 filhos, e, mesmo assim, tiveram registros de atuação como docentes desde o final da década de 1880 até o ano de 1914. Outro exemplo ilustrativo a esse respeito é o de Idalina Horta Galvão. A normalista, que começou a trabalhar em 1886, atuou no magistério até aproximadamente o ano de 1933, tendo tido, nesse intervalo, pelo menos 8 filhos.⁶⁷⁶

Para tanto, assim como a relação entre matrimônio e docência, a questão da maternidade também é alvo de muitas discussões, em meio ao processo de feminização do magistério no Brasil. Como salientam Vidal e Carvalho (2003), em muitos debates educacionais, durante as primeiras décadas do século XX, a questão da maternidade e da prática do magistério é posta em pauta. Assim, ora se defende que a docência primária era a continuação do papel de mãe, sendo, portanto, naturalmente destinada a elas, ora se argumenta sobre a incompatibilidade dos dois papéis, com a justificativa de que as professoras primárias deveriam dedicar-se exclusivamente ao seu ofício, não podendo dividir a atenção dos alunos com os filhos.

Ainda assim, como visto, a maior parte das mães, aqui identificadas, seguiu trabalhando no magistério após o nascimento de seus filhos. Mesmo considerando que a carga horária das professoras, de maneira geral, não compreendia o dia todo, é bastante provável que as que permaneceram na profissão tenham tido muitas dificuldades para a conciliação das duas tarefas, principalmente nos períodos em que as crianças eram ainda muito pequenas, nos de gravidez e

Notícias, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1923. / A Cruz, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1923. / Disponível em: <https://www.geni.com/family-tree/html/start>. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁶⁷³ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1880 – 1936 (desordenados).

⁶⁷⁴ A Ordem, Ouro Preto, 14 de maio de 1892.

⁶⁷⁵ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1890 – 1904 (desordenados).

⁶⁷⁶ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Idalina-Horta-Rodrigues/600000009055130487>. Acesso em: 15 dez. 2020. / Disponível em: <https://www.geni.com/people/Francisco-de-Paula-Rodrigues-Sobrinho/600000009055256522>. Acesso em: 15 dez. 2020.

pós-parto. É plausível, ainda, que tenham contado com algum tipo de ajuda ou apoio de outras pessoas (parentes, mães, filhos/as mais velhos etc.) para que pudessem dar conta de continuar trabalhando fora, visto que, como ilustrado, em alguns casos, elas tiveram proles numerosas.

Já no que diz respeito aos dois homens normalistas que se casaram, em que foram encontrados registros de que tiveram filhos, sendo eles Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça⁶⁷⁷ e Carlos Borja Peixoto⁶⁷⁸, estes continuaram seguindo com suas profissões e carreiras normalmente – nos correios e no magistério, respectivamente – após os nascimentos das crianças.

Entre os/as estudantes formados/as pela ENOP entre 1877 e 1889, há quem se casou, quem se manteve solteira, quem não atuou no magistério, quem o exerceu até o matrimônio, por alguns anos após ele, ou por toda a vida. Apesar da grande diversidade de experiências identificadas, fica claro que elas estão permeadas, e que são, muitas vezes, condicionadas, por questões de gênero. Definitivamente, as relações estabelecidas entre matrimônio e magistério não foram as mesmas para os/as normalistas dos sexos masculino e feminino egressos/as de Ouro Preto. Outras questões que também são permeadas pelas diferenças entre homens e mulheres dizem respeito à ascensão, ao leque de opções profissionais ou às mudanças de carreira. O próximo tópico é dedicado a essas temáticas.

3.5. Alguns caminhos são mais fáceis que outros?

Para o emprego de amanuense d'esse estabelecimento, nomeei o alumno-mestre Antonio Mamede de Oliveira Coutinho, em substituição do cidadão Joaquim Pio d'Assumpção, que foi exonerado, visto já ter concluído o respectivo curso.⁶⁷⁹

Era assim que o vice-presidente de Minas Gerais, Antonio Teixeira de Souza Magalhães, comunicava ao novo administrador da província, Luiz Eugenio Horta Barbosa, em relatório do dia 20 de agosto de 1887, sobre a nomeação de Antonio Mamede de Oliveira Coutinho, então aluno da ENOP, para o cargo de amanuense da mesma instituição, posto este que o jovem ocupou até concluir o curso de formação docente. O trabalho como amanuense

⁶⁷⁷ Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1880 – 1936 (desordenados). / Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1890 – 1904 (desordenados).

⁶⁷⁸ Minas Geraes, Ouro Preto, 5 de novembro de 1893.

⁶⁷⁹ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório do vice-presidente Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887.

parece ter sido o primeiro passo da exitosa carreira profissional do estudante no campo educacional.

Antonio Mamede de Oliveira Coutinho⁶⁸⁰ era filho de Pedro de Oliveira Coutinho, sendo natural da cidade de Lorena⁶⁸¹, da província de São Paulo. Foi aluno da ENOP entre os anos de 1886 e 1888.⁶⁸² Já no ano seguinte à sua formatura, ingressou como lente da aula prática do sexo masculino anexa à Escola Normal da cidade de Uberaba⁶⁸³, instituição que havia sido criada poucos anos antes.⁶⁸⁴ Ao que parece, toda a carreira profissional de Antonio Mamede se deu no âmbito da referida Escola. Em um primeiro momento, como já apontado, atuou como professor das aulas práticas anexas⁶⁸⁵, em seguida prestou concurso e passou a reger as disciplinas de desenho linear e geometria⁶⁸⁶, tornou-se vice-diretor⁶⁸⁷ e, por fim, diretor da instituição.⁶⁸⁸

Entretanto, um acontecimento trágico veio interromper a carreira promissora do normalista. Isso porque, de acordo com notícias publicadas no ano de 1905 nos jornais *A União*, do Rio de Janeiro, e *O Pharol*, de Juiz de Fora, Minas Gerais, ele teria sido acometido por perturbações mentais, o que o levou, em uma de suas crises, a ser detido na cadeia da cidade de Uberaba.⁶⁸⁹ Dias depois, conforme esclarece Oliveira (2018), ele teria sido encaminhado para

⁶⁸⁰ Nas fontes localizadas, o nome de Antonio aparece como Antonio Mamede de Oliveira Coutinho, Antonio Mamede Coutinho, Antonio Mamede de Oliveira e Antonio de Oliveira Coutinho.

⁶⁸¹ Atualmente, a cidade de Lorena pertence à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no estado de São Paulo. A referida localidade está situada a cerca de 410 quilômetros de distância de Ouro Preto (Disponível em: <http://www.lorena.sp.gov.br/>. Acesso em: 22 dez. 2020. / Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 22 dez. 2020).

⁶⁸² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁶⁸³ A cidade de Uberaba estava situada a 98 léguas de Ouro Preto, algo em torno de 490 até 588 quilômetros de distância. Atualmente, Uberaba localiza-se na região do triângulo mineiro (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 22 dez. 2020).

⁶⁸⁴ A Escola Normal de Uberaba foi criada pela Lei nº 2.783, de 22 de setembro de 1881, e instalada em 15 de julho do ano seguinte (OLIVEIRA, 2018).

⁶⁸⁵ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1889. / Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de abril de 1892.

⁶⁸⁶ Minas Geraes, Ouro Preto, 21 de abril de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 3 de julho de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de maio de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 8 de janeiro de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 29 de setembro de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 11 de outubro de 1897.

⁶⁸⁷ O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 16 de fevereiro de 1895. / Minas Geraes, Ouro Preto, 10 de fevereiro de 1895.

⁶⁸⁸ Conforme Oliveira (2018), Antonio Mamede de Oliveira Coutinho foi diretor da Escola Normal de Uberaba entre 1903 e 1905.

⁶⁸⁹ A União, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1905. / A União, Rio de Janeiro, 29 de março de 1905. / O Pharol, Juiz de Fora, 1 de março de 1905.

o hospício de alienados de Barbacena⁶⁹⁰. Depois desse acontecimento, não foram encontradas mais notícias a respeito do normalista nas fontes consultadas.

A despeito de seu triste fim, Antonio Mamede Coutinho parece ter tido uma das carreiras mais bem-sucedidas no meio educacional, entre os alunos do sexo masculino formados pela ENOP no recorte da investigação, em que se percebe uma ascensão profissional rápida, uma vez que, logo após concluir o curso normal, ele ingressou como professor das aulas práticas da Escola Normal de Uberaba, depois como regente de uma das disciplinas teóricas do curso, como vice-diretor e diretor da instituição, tudo isso em um intervalo de tempo de aproximadamente 16 anos.

Ao lado de Antonio Mamede, Carlos Borja Peixoto também se apresenta como um exemplo de rápida ascensão profissional na carreira do magistério, muito embora a sua experiência não tenha se limitado ao ensino normal. Como visto no tópico 1 deste mesmo capítulo, Carlos iniciou a sua carreira como professor na escola elementar pública em várias localidades, atuando posteriormente como professor particular, professor do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, até ingressar como lente na ENOP, primeiro como responsável pela regência da aula prática anexa do sexo masculino para depois assumir a disciplina de geografia, cosmografia e história, tendo exercido também o cargo de secretário da instituição.

É preciso lembrar, todavia, que algumas normalistas do sexo feminino egressas da Escola Normal no recorte da investigação também se tornaram professoras de escolas normais ao longo de suas carreiras. Como já apresentado no tópico 3 do capítulo 1 da Tese, quase todas as professoras responsáveis pelas aulas anexas da ENOP nas décadas de 1870, 1880 e 1890 eram ex-alunas da instituição: Maria da Rocha Fiuza, Generosa Augusta Ferreira, Maria Eulalia da Conceição, Antonina Augusta Ferreira, Anna Ferreira Guimarães, entre outras. Há, ainda, o caso de Idalina Horta Galvão, que fez parte do quadro docente da Escola Normal da cidade de São João del-Rei. No entanto, em todos esses casos, as normalistas assumiram exclusivamente as aulas práticas nas escolas anexas, tanto femininas quanto masculinas e mistas. Algumas assumiram, ainda, o papel de inspetoras de alunas. Nenhuma delas, porém, foi regente das disciplinas teóricas desses cursos nem ocuparam os cargos de secretaria, direção e vice-direção.

⁶⁹⁰ Barbacena estava localizada a 22 léguas de Ouro Preto, o que equivaleria a algo em torno de 110 até 132 quilômetros de distância. Atualmente, a cidade localiza-se na região central de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 23 dez. 2020).

Já no que diz respeito ao ensino elementar, algumas ex-alunas ocuparam, sim, cargos de direção. Porém, isso se deu somente muitos anos mais tarde, já no contexto da segunda década do século XX em diante, e quando essas normalistas já tinham uma carreira longa no ensino primário, de mais de 20 anos, pelo menos.⁶⁹¹ Cenário este muito diferente do vivenciado por Antonio Mamede, por exemplo, que, como visto, tornou-se vice-diretor da Escola Normal de Uberaba ainda na década final do século XIX, após 6 anos de atividade na instituição, e tornou-se diretor nos primeiros anos do novecentos, depois de cerca de 14 anos de experiência profissional.

A historiografia da educação brasileira é recorrente em afirmar que, muito embora as mulheres tenham se tornado a maioria no magistério primário entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX, os homens continuaram mantendo os cargos mais elevados da profissão por muito tempo.⁶⁹² Demartini e Antunes (2002), por exemplo, ao analisarem um grupo de professores no contexto paulista da Primeira República, constatam que os docentes do sexo masculino ascenderam na carreira rapidamente, ao contrário das professoras, que dificilmente deixaram as salas de aulas nas escolas primárias para assumirem cargos mais elevados e, quando conseguiram, foi somente após muitos e muitos anos de carreira neste nível de ensino. Os dados obtidos na presente investigação, portanto, parecem ir ao encontro dos estudos produzidos a esse respeito na área.

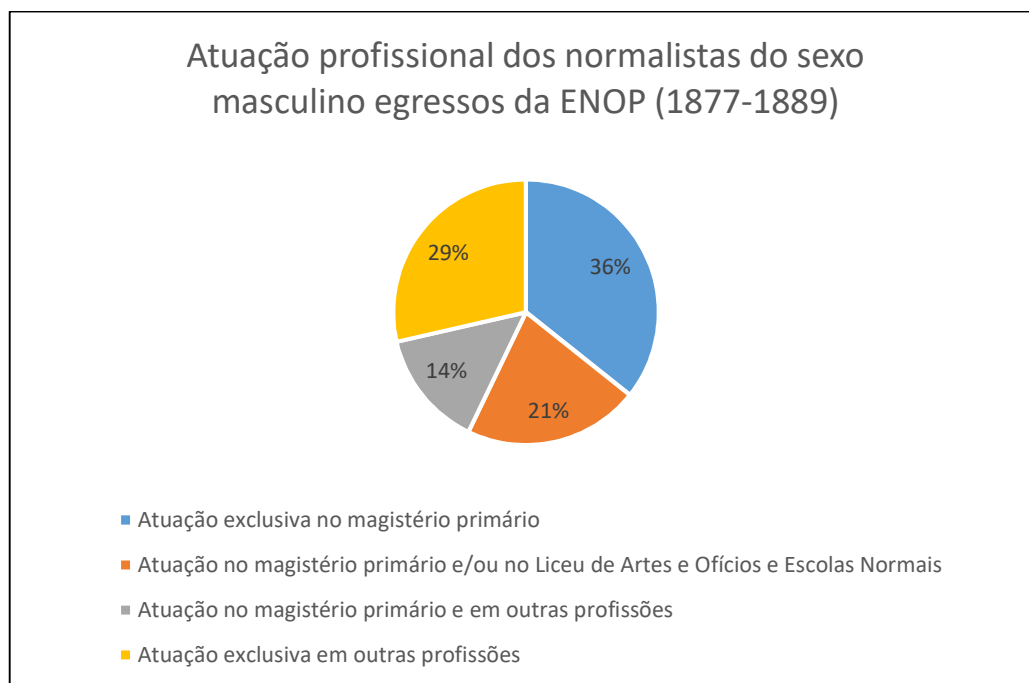
Em linhas gerais, e analisando especificamente as trajetórias dos 14 alunos do sexo masculino formados pela ENOP entre 1877 e 1889, foi possível chegar à conclusão de que, para além de Carlos e Antonio, vários outros escolheram seguir o caminho do magistério, seja ele elementar, seja ele em outras modalidades. Já alguns optaram por trabalhar em profissões distintas. Há, ainda, aqueles que iniciaram suas carreiras na docência e que mudaram para outras atividades posteriormente, ou que alternaram entre um ofício e outro. O gráfico a seguir ilustra, estatisticamente, o campo de atuação profissional desses normalistas:

⁶⁹¹ A temática das mulheres diretoras de grupos escolares será retomada, com mais detalhes, no próximo capítulo da Tese.

⁶⁹² HAHNER (2010; 2011), ALMEIDA (1998; 2008), VIANNA (2001; 2002), TAMBARA (1998), GONDRA; SCHUELER (2008), VIDAL; CARVALHO (2001), MUNIZ (1998), entre outros.

GRÁFICO 7

Atuação profissional dos alunos do sexo masculino formados pela ENOP entre 1877 e 1889



Fonte: Livros de matrícula de professores, correspondências recebidas e expedidas pela ENOP, atas da Congregação da ENOP, correspondência expedida pela Inspeção Geral da Instrução Pública à Presidência da Província de Minas Gerais, correspondência da Secretaria do Interior referente à Instrução Pública, correspondência referente a licenças e Instrução Pública, matrícula dos professores do Ginásio Mineiro e Escolas Normais, periódicos, almanaques e relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais.⁶⁹³

⁶⁹³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 19, 1868 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 33, 1861 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 44, 1882 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 196, 1864 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / A Actualidade, Ouro Preto (1879, 1880, 1881). / A Gazeta de Ouro Preto, Ouro Preto (1888, 1890). / A Notícia, Rio de Janeiro (1901). / A Ordem, Ouro Preto (1892). / A Província de Minas, Ouro Preto (1880, 1881, 1886, 1889). / A União, Ouro Preto (1886, 1887, 1888). / Correio da Manhã, Rio de Janeiro, (1913). / Jornal do Commercio, Rio de Janeiro (1892). / Liberal Mineiro, Ouro Preto (1882, 1883, 1885, 1886). / Minas Geraes, Ouro Preto (1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899). / O Estado de Minas, Ouro Preto (1891). / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto (1890). / O Paiz, Rio de Janeiro (1913). / O Pharol, Juiz de Fora (1904, 1906, 1908, 1912, 1913). / União Postal, Ouro Preto (1887).

Como é possível observar no gráfico, a despeito da existência de egressos atuando em diferentes níveis de ensino e em outras profissões, a maior parte deles (36%) acabou mesmo trabalhando exclusivamente como professores primários em diferentes partes de Minas Gerais, sendo eles: João Maria da Silveira, Joaquim da Rocha Fiuza, Joaquim Pio de Assumpção (que também foi amanuense da ENOP), José Honório de Souza Alves e Theophilo Coelho de Gouvêa. Todos eles trabalharam entre 10, 20 e 30 anos no magistério, sendo a carreira mais curta a de João Maria da Silveira, em decorrência de sua morte prematura, ocorrida em 1889.⁶⁹⁴

Há também dois normalistas (14% dos casos) que se dedicaram por um tempo ao magistério primário, mas que também atuaram em outras profissões. Em um dos casos, o de Francisco de Paula Barcellos, há indícios de que ele trabalhou como professor por cerca de 8 anos, mudando de carreira após esse período, em que passou a ser funcionário da Diretoria da Fazenda provincial e, em seguida, da Secretaria das Finanças do estado de Minas Gerais, não regressando mais para o magistério. Já Pedro Mourthé iniciou a sua carreira profissional como docente, depois trabalhou como funcionário da Tesouraria Provincial, retornando ao magistério anos mais tarde.

Já três normalistas (21%) atuaram no magistério primário, e/ou em escolas normais, e nos liceus de artes e ofícios. Neste grupo, estão Carlos Borja Peixoto e Antonio Mamede Coutinho, já mencionados, e também Bernardino de Senna Nunes, que, mesmo não tendo lecionado em cursos normais, foi professor em escolas elementares e no Liceu de Artes e Ofícios da cidade de Ouro Preto.

Outro dado interessante a ser levantado é que cinco dos normalistas aqui citados foram professores em escolas noturnas, tanto públicas quanto particulares.⁶⁹⁵ De acordo com Rizzini e Schueler (2017), ao analisarem o caso da capital do Império nas décadas de 1870 e 1880, foram muitas as iniciativas para o estabelecimento de cursos noturnos realizadas por diferentes associações e sociedades, bem como por docentes em caráter público e particular. Essas

/ Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885.

⁶⁹⁴ Diário de Minas, Juiz de Fora, 7 de março de 1889.

⁶⁹⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / A Actualidade, Ouro Preto, 15 de novembro de 1880. / Liberal Mineiro, Ouro Preto, 17 de dezembro de 1886. / A Província de Minas, Ouro Preto, 27 de novembro de 1880. / A Província de Minas, Ouro Preto, 8 de maio de 1881. / A Actualidade, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1881.

iniciativas estavam embasadas no ideário da necessidade da civilização e do progresso, e a educação de crianças, jovens e adultos, sobretudo das camadas mais baixas da sociedade, era um dos meios para chegar aos fins desejados.

Entretanto, no caso das mulheres egressas da ENOP, em contrapartida, não foram localizados vestígios de que elas tenham assumido cadeiras no horário noturno, o que dá a entender que esta era outra opção de trabalho que, aparentemente, era mais viável, segura e socialmente aceita para eles do que para elas nesse contexto.

Por fim, quatro ex-alunos da ENOP (29%), apesar de terem concluído o curso, não exerceram o magistério. Ainda assim, todos eles estiveram trabalhando, pelo menos por um tempo, no funcionalismo público mineiro (a maioria nos correios), em cargos nos quais a leitura e a escrita eram imprescindíveis. Entre eles, há o normalista Modestino de Arnide, que, como já apresentado no tópico 2 do capítulo 2 da Tese, além de funcionário dos correios, foi dono de dois jornais na cidade de Ouro Preto. Os demais integrantes deste grupo são Jacintho Gregório dos Santos, Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça e Arthur Ribeiro de Carvalho.

Ao analisar o caso da Escola Normal do Rio Grande do Sul nas décadas finais do século XIX, Tambara (1998) afirma que, no ano de 1886, 36,6% dos alunos da instituição eram do sexo masculino. Porém, o autor chama a atenção para o fato de que muitos desses normalistas homens não assumiam a docência, optando por outras atividades profissionais: “[...] apenas usando o sistema de aprendizagem da Escola Normal para adquirirem uma instrução diferenciada” (TAMBARA, 1998, p. 48).

Como visto, também no que diz respeito à ENOP, há alunos que escolheram outros percursos profissionais em detrimento do magistério. Contudo, salienta-se que este número não representa a maioria dos casos, e que não foi possível saber se, nesse contexto específico, a entrada desses estudantes no curso normal da cidade de Ouro Preto se deu unicamente na intenção de uma instrução diferenciada, ou se a variedade de oportunidades apresentadas a eles após a passagem pela instituição fez com que optassem por outros caminhos profissionais.

De toda forma, os dados aqui apresentados ajudam a ilustrar que o leque de profissões exercidas pelos homens foi de fato, maior que o das mulheres. Para se ter uma ideia mais precisa, seguem alguns dos cargos ocupados por eles, ao longo de suas trajetórias profissionais: escrivão, suplente de subdelegado, colaborador da secretaria geral das obras públicas, funcionário da fazenda e tesouraria provinciais, dos correios, da secretaria das finanças de Minas Gerais, proprietário de jornal, escritor, poeta, secretário, diretor e vice-diretor escolar, docente em escolas primárias, em escolas noturnas, em liceus de artes e ofícios e em escolas

normais. É preciso lembrar, ainda, que vários mudaram de profissão, no decorrer do tempo, o que justifica a grande quantidade de cargos assumidos.

Já no caso das normalistas egressas, as atividades profissionais exercidas por elas foram menos variadas e restritas exclusivamente ao meio educacional: professora em escolas elementares e normais (nas aulas práticas anexas), regente de aulas particulares de música, inspetora de alunas e, posteriormente (a partir do contexto da segunda década do século XX), diretora escolar.

Como ilustrado, diferenças entre os gêneros marcaram definitivamente os percursos profissionais dos alunos e das alunas egressos/as da ENOP, em que os normalistas do sexo masculino contaram com mais opções de atuações e tiveram progressões de carreiras mais rápidas. Apesar disso, há de se lembrar que o número de homens formados pela instituição, neste recorte, já era bem menor que o de mulheres. Nesse sentido, apesar de contarem com oportunidades profissionais mais abrangentes e, em alguns casos, mais vantajosas, eles já faziam parte de um grupo minoritário, e que seguiria diminuindo cada vez mais. O magistério primário, pouco a pouco, vai se tornando um território feminino.

Dessa forma, no próximo capítulo serão apresentados alguns dos elementos que fizeram parte desse processo de entrada maciça das mulheres no ensino normal e no magistério primário, tendo como foco de análise principal as trajetórias das alunas egressas da ENOP. Assim, irá se discorrer acerca da construção da ideia da mulher como a mais propensa para o ensino primário, salientando os muitos conflitos existentes nessa fase inicial de transição, com discursos a favor e contra a inserção feminina no ofício, e o posterior processo de consolidação dessas mulheres como professoras primárias de meninos e meninas, que se deslocavam por várias cidades mineiras para exercerem a profissão, e que passaram a assumir também cargos de direção.

CAPÍTULO 4

De alunas a mestras: as normalistas e o magistério primário

Neste capítulo, serão abordados alguns aspectos acerca do processo de entrada maciça das mulheres tanto nos cursos normais quanto na docência primária em Minas Gerais, de maneira geral. Será analisada, também, a relação das normalistas formadas pela ENOP com o exercício do magistério. Nesse contexto, serão discutidos elementos que foram associados às mulheres em meio ao processo de construção da ideia de que elas eram “naturalmente” as mais propensas ao ensino das primeiras letras.

4.1. Afeto, paciência e brandura: a defesa da mulher como a mais propensa ao ensino da mocidade

[...] e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e á sociedade que ensinaremos a juventude se não com mais proficiência que os preceptores, ao menos com mais constância, paciência, resignação, bondade e ternura maternal, sentimento este que Deos não confiou ao sexo masculino.⁶⁹⁶

Este trecho foi extraído de um texto intitulado “Instrução e educação pela professora”, que foi publicado no jornal *O Sexo Feminino*, em edição do dia 29 de novembro do ano de 1873. O texto em questão fazia uma espécie de convocação às mulheres para que buscassem a emancipação feminina por meio da educação, alegando que elas possuíam plenas condições de assumirem certos empregos públicos até mais do que os homens, especialmente o magistério primário. Para justificar o argumento, foi apresentada uma série de características que, em tese, favorecia as mulheres para o exercício da função.

O periódico semanal *O Sexo Feminino* começou a circular na cidade de Campanha, no sul de Minas Gerais, em 7 de setembro de 1873. Como já mencionado no tópico 2 do capítulo 1 da Tese, a sua principal editora era a professora da aula prática da Escola Normal daquela cidade, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, com o auxílio de várias colaboradoras. Conforme Nascimento e Oliveira (2007), essas mulheres formavam uma pequena elite letrada, que tinha por motivação a melhoria da condição feminina na sociedade.⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ *O Sexo Feminino*, Campanha, 29 de novembro de 1873.

⁶⁹⁷ O jornal *O Sexo Feminino* foi publicado em Campanha durante um ano, tendo a sua última edição em 7 de setembro de 1874. Após esse período, Francisca Senhorinha se mudou para a cidade do Rio de Janeiro, local onde seguiu trabalhando na imprensa e como docente.

Textos em defesa da preferência da mulher como professora primária foram recorrentemente publicados em *O Sexo Feminino*. Entretanto, não eram exclusividade dele. No contexto das décadas de 1870 e 1880, começaram a circular mais sistematicamente vários outros discursos a esse respeito. Exemplos disso constam em relatórios e falas da administração provincial de Minas Gerais do período.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, pelo presidente Manoel José Lopes Rebello Horta, em sessão de 15 de outubro de 1879, se dizia “[...] a experiencia tem provado que são ellas mais proprias para educar e dirigir os meninos em idade tenra, exercendo sobre eles influencia maternal pela vocação ao ensino e suavidade da sua disciplina.”⁶⁹⁸. Igualmente, no relatório do inspetor interino da instrução pública, Antonio de Assis Martins, anexado ao relatório do presidente provincial Venancio José de Oliveira Lisboa, de 1º de setembro de 1873, se mencionava

[...] a experiência adquirida diariamente seria bastante para provar que é neste sexo paciente, dócil, habituado a respeitar religiosamente o dever, e felizmente entre nós muito inteligente, que devemos fundar todas as esperanças da regeneração do ensino primário em Minas Geraes.⁶⁹⁹

Como visto, várias características foram utilizadas nos excertos para justificar a propensão da mulher ao ensino primário: paciência, bondade, resignação, suavidade, docilidade etc. Essas características, naquele contexto, eram consideradas essencialmente femininas, estando pouco presentes, portanto, nos homens, o que os tornaria, por conseguinte, menos habilitados para o trato com crianças em tenra idade.

Como enfatizam Vidal e Carvalho (2001), a entrada majoritária de mulheres no magistério primário fez com que características associadas socialmente ao universo feminino fossem progressivamente incorporadas à profissão, como que justificando e dando ênfase a essa ascensão. Nesse sentido, para além da predominância feminina, há também uma mudança de significados no que diz respeito à docência primária. Do mesmo modo, Viana (2002) concorda que a crescente identificação do magistério primário como uma profissão feminina ultrapassa o fato de ser composta majoritariamente por mulheres.

⁶⁹⁸ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2.a sessão da 22.a legislatura a 15 de outubro de 1879 pelo Illm. e exm. sr. dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da mesma provincia.

⁶⁹⁹ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873.

Voltando aos trechos extraídos das fontes, neles há também a associação do trabalho feminino no magistério com a maternidade, mais um argumento a favor da preferência da mulher para o ofício, uma vez que ela, conforme a concepção vigente, já teria naturalmente a “ternura e influência maternal”, predicados estes que os homens não possuíam. Vidal e Carvalho (2001) relembram que a atividade laboral fora do ambiente doméstico acabava por não condizer plenamente com os papéis socialmente e historicamente atribuídos às mulheres por excelência, quais sejam: os de esposas, donas de casa e, sobretudo, de mães. A partir da perspectiva das autoras, é possível pensar que a associação do ensino primário feminino com a maternidade seria um dos elementos de validação para o ofício, sem que as mulheres deixassem de cumprir a sua maior função social.

Outra característica que aproximaria o trabalho docente dos papéis tipicamente considerados femininos, nesse contexto, seria o caráter vocacional e religioso da profissão, também expressa nos excertos das fontes mencionadas anteriormente, como em: “vocação ao ensino”, “religiosamente o seu dever”.

Lopes (2017)⁷⁰⁰, em estudo acerca da busca pelo significado de ser professor/professora ao longo do tempo, constatou, a partir de um grande e variado conjunto de fontes, a relação estabelecida entre os campos religioso e o pedagógico no decorrer da história, em que elementos constitutivos da devoção cristã foram transferidos e/ou associados ao ofício docente. A área da instrução institucionalizada no Brasil, por muito tempo, esteve ligada ou foi delegada a entidades religiosas cristãs. Em razão disso, mesmo com o posterior processo de laicização do ensino, passando a se tornar uma responsabilidade do Estado, preceitos essencialmente religiosos continuaram a ser relacionados com o trabalho no magistério. Assim, o ofício docente foi se constituindo como uma missão, um dever apostólico e devocional.

Igualmente, como relembra Almeida (2008), os termos “missão”, “vocação” e “sacerdócio” foram recorrentemente associados ao magistério primário, mesmo quando este ainda era exercido majoritariamente pelos homens. Contudo, a tradição religiosa da profissão foi acentuada com a inserção feminina, uma vez que, como salientam Gati e Monteiro (2016), o modelo feminino católico, predominante na época, era o da submissão e da abnegação, da mãe e da esposa dedicada, o que estaria em consonância com a ideia da professora primária que se defendia no momento. Assim, conforme Louro (1997), novos argumentos vão sendo criados

⁷⁰⁰ A primeira versão desta obra, intitulada “Da Sagrada Missão Pedagógica”, foi publicada no ano de 2003 (LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Da sagrada missão pedagógica*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2003.), e é resultado da Tese para professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentada pela autora no ano de 1991.

ou reelaborados, articulando o passado religioso da atividade docente com os atributos ditos femininos, construindo, dessa forma “[...] a representação da mestra: dedicada, modelo de virtudes, desapegada dos interesses egoístas, vigilante etc.” (LOURO, 1997, p. 79).

O cuidado é, ainda, outra característica atribuída à mulher que justificaria a sua predisposição ao magistério. Como acentua Almeida (1998), os indivíduos do sexo feminino estariam autorizados a exercerem uma atividade laboral desde que no cuidado de outro ser, em caráter de doação e resignação. Desse modo, além da docência primária, outras profissões consideradas primordialmente femininas seriam as de enfermeira e parteira, por exemplo. Vianna (2001) completa, ainda, que o exercício do cuidado, pré-requisito para o trato com crianças pequenas, era uma atividade que exigia compromisso moral. A preservação da moralidade é, portanto, elemento fundamental para a professora primária.

Em edição do dia 12 de março de 1874 do jornal *O Sexo Feminino*, há um texto intitulado “O pudor em uma mestra”, em que se apresentava uma série de argumentos salientando a importância da moral, do recato e do pudor para uma professora. Em um dos trechos do artigo, foi colocado: “Como pregar a moral, senão quando deveras se sente? Como edificar a esperança de um povo inteiro sinão como o exemplo? O mais recatado pudor e a mais rígida moral devem ser os principais adornos das professoras”⁷⁰¹.

No Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881), de Caldas Aulete, a palavra “moral” aparece com uma longa definição. Todavia, em linhas gerais, ela trata de costumes, regras, preceitos, deveres e modos de proceder entre os indivíduos. Também diz respeito à honestidade e ao pudor.⁷⁰² Já a palavra “pudor”, no mesmo dicionário, aparece com a seguinte definição: “sentimento de vergonha ou timidez produzido pelas coisas contrárias à honestidade e à decência; modéstia, pejo, recato”⁷⁰³.

Como exposto, o trabalho no magistério ia muito além dos domínios dos conteúdos e métodos para ensinar. O bom comportamento social das docentes era considerado imprescindível para o desempenho do ofício. No caso dos docentes do sexo masculino, o comportamento social também era avaliado. Entretanto, as exigências para eles e para elas eram diferentes. No texto acima mencionado “O pudor em uma mestra”, foram apresentados vários elementos de diferenciação entre professores e professoras, elencando o que seria importante para cada um deles: “Se a pureza dos costumes é tão importante no professor, o pudor é dos

⁷⁰¹ *O Sexo Feminino*, Campanha, 12 de março de 1874.

⁷⁰² AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881, p. 1184.

⁷⁰³ AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881, p. 1432.

indispensáveis requisitos n'uma professora”⁷⁰⁴. E ainda “A missão do professor é difícil; mas a da professora é sempre muito mais árdua. A mulher foi predestinada para o sacrifício dos affetos mais intensos do lar, e sua educação requer por consequencia cuidados especiaes.”⁷⁰⁵. O que se percebe, pois, é que, para além das diferenciações, a missão da professora seria muito mais difícil que a do professor, o que demandaria dela ainda mais responsabilidades. Apesar de dizer respeito a questões de ordem moral e, portanto, sociais, no texto se dá a entender que estão relacionadas a elementos considerados naturais do sexo feminino, ou seja, estabelecidos a *priori*, sendo então uma “predestinação”, algo do qual elas não poderiam se desvincular.

Dessa forma, para além da preferência da mulher como professora primária, a ocupação do trabalho docente por ela passava a ser defendida como imprescindível. É nesse sentido que, em meio ao processo de feminização do magistério, muitos discursos enfatizavam a importância da boa e sólida formação da mulher e da professora para o futuro dos filhos, dos alunos, e de todo um país, uma vez que caberia a ela dar a primeira instrução àqueles que formariam e governariam a sociedade no futuro. Como aponta Villela (2000), com a crescente presença feminina no magistério, progressivamente elas são apontadas como as grandes regeneradoras morais e construtoras de uma sociedade mais sadia. A importância da ação feminina, nesse sentido, extrapolaria o lar, indo para o social e para o patriótico (ALMEIDA, 2008).

Em vários textos publicados no periódico *O Sexo Feminino*, a importância da mulher e da professora como regeneradoras da sociedade foi enfatizada, dando a elas grandes responsabilidades, o que justificaria a necessidade de sua boa e primorosa formação: “A emancipação da mulher fundada na virtude, na educação, na instrução, no amor ao trabalho, trar-lhe-há não só a felicidade propria, como a felicidade de toda a humanidade.”⁷⁰⁶. A falta dessa formação, em contrapartida, traria grandes prejuízos para todos: “Em summa, das virtudes, ou dos vícios das mulheres dependem as calamidades, ou a gloria de suas respectivas nações”⁷⁰⁷.

Nessa mesma direção, conforme Almeida (2008), vai se justificando e reiterando a importância da educação e formação femininas para a família, para a sociedade e para toda a pátria:

Nessa imagética se construiu a ideia da mulher-mãe-professora, que guiava na senda do saber e da moralidade. Era a mulher honrada e mãe amorosa que deveria cuidar e orientar as crianças de tenra idade que seriam transformadas

⁷⁰⁴ O Sexo Feminino, Campanha, 12 de março de 1874.

⁷⁰⁵ O Sexo Feminino, Campanha, 12 de março de 1874.

⁷⁰⁶ O Sexo Feminino, Campanha, 1 de novembro de 1873.

⁷⁰⁷ O Sexo Feminino, Campanha, 6 de junho de 1874.

sob sua benéfica influência para serem os futuros cidadãos que a Pátria necessitava para crescer e progredir, destacando-se entre as grandes nações no panorama mundial. (ALMEIDA, 2008, p. 138).

O que se percebe, então, com o início do processo de feminização do magistério no Brasil é a construção de todo um discurso que incentivaria e justificaria a predominância feminina nas escolas. Discurso esse repleto de elementos morais e sociais, muitas vezes revestidos de “naturais”, em que se enfatizavam as diferenças entre homens e mulheres, e o impacto das mesmas para o trabalho docente.

A leitura de alguns trabalhos realizados na aula prática anexa do sexo feminino da ENOP na década de 1880⁷⁰⁸ mostra que essas ideias também chegaram ao interior da instituição, no contexto de crescente feminização de seu corpo discente. Em atividade realizada por Luiza Maria da Purificação⁷⁰⁹, em julho de 1884, a aluna transcreveu um trecho da bíblia, situado em provérbios, em que se dizia: “Quem achará uma mulher forte? O seu valor é superior ao dos rubis. O coração de seu marido descança n’ella com segurança, e nunca elle precisará de despojos alheios”⁷¹⁰.

Já a estudante Ethelvina Olympia Soares Pombo, citada em várias partes desta Tese, em um de seus trabalhos, transcreveu um poema acerca da mulher, de autoria de Hannah More⁷¹¹:

Sobriedade salutar,
Da vida o doce conchego
Santa alegria do lar,
Contentamento e socego
O bem que vos emanar
Do conjunto harmonioso
Aos mais pequenos artigos,
É tudo fructo ditoso
Da filha, mulher e amigas⁷¹²

⁷⁰⁸ Inicialmente, pretendia-se anexar as cópias de alguns desses trabalhos na versão final da Tese. Entretanto, devido à pandemia da Covid-19 e ao fechamento temporário do Arquivo Público Mineiro para a consulta, principalmente no que diz respeito aos Fundos não digitalizados, entre eles o da Instrução Pública (que é onde se localizam os trabalhos citados) não foi possível obter as cópias desses documentos para anexar à Tese.

⁷⁰⁹ Não foram encontrados vestígios de que Luiza Maria da Purificação tenha terminado o curso normal no recorte privilegiado da investigação. Entretanto, não se descarta a possibilidade de que ela o tenha concluído no período posterior, ou seja, após as décadas de 1870 e 1880.

⁷¹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 13, doc. 14, trabalho 1, 1884.

⁷¹¹ Hannah More (1745-1833) foi uma escritora e filantropa inglesa. Entre suas obras se destacam peças, poemas e ensaios. Seus trabalhos possuem caráter moral, político e religioso. Em muitos de seus textos, a autora discorre acerca do tema da mulher e de sua educação (NARDIN; SOUZA; COURA, 2019).

⁷¹² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 13, doc. 14, trabalho 2, 1884.

De maneira semelhante, a aluna Martiniana Ignácia da Costa, também já mencionada em outras partes do trabalho, em uma das atividades por ela realizada na aula prática do sexo feminino, chamava a atenção para a importância da mãe e da professora primária para o futuro dos filhos/alunos:

A professora é um tempo mãe, dona de caso e instructora; tríplice missão do maior alcance moral, cujo desempenho é a pedra de toque de todas as virtudes domésticas.

[...]

O espírito culto, a nobreza de character e a força de vontade em uma mulher imprimem tal impulso no destino dos alumnos ou filhos, que os elevam as mais brilhantes posições.

Há homens notáveis que devem a prosperidade na sua carreira a educação que receberam de suas mães.⁷¹³

Nas três atividades citadas, o que se percebe é a ênfase que se dava à grande e quase exclusiva responsabilidade feminina pelo desenvolvimento, sucesso e bom andamento do lar, dos filhos e do matrimônio. Caberia a ela, e tão somente a ela, o equilíbrio doméstico. A relação estreita que quase confunde os papéis de mãe e de docente primária também chama a atenção. Outro elemento que merece destaque é que, apesar de a ENOP não ser uma instituição privada nem pertencente a ordens religiosas, elementos de caráter religioso ainda estavam bastante presentes naquele período, sobretudo no que tange ao estabelecimento de preceitos morais para o bom comportamento da mulher.

Na mesma tarefa realizada por Martiniana na aula anexa da ENOP, a normalista elencou uma série de qualidades que toda professora primária deveria possuir:

Á grandeza e elevação de pensamento, á distincção e elegância de maneiras, á dignidade e nobreza de character deve aquella que se destina ao magistério, juntar a arte de bem mandar e dirigir, de impor obediencia, attrahir sympathias, infundir affeição em suas discipulas.

Á todas essas qualidades deve ainda accrescentar uma educação cuidada variedade de conhecimentos, aptidão para os mais simples misteres, para a um tempo ser modelo e mestra.

A influencia que uma professora exerce no futuro de suas alumnas e tanto maior quanto mais elevada por sua instrucção e superioridade moral.⁷¹⁴

⁷¹³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 13, doc. 14, trabalho 4, 1884.

⁷¹⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 13, doc. 14, trabalho 4, 1884.

Como exposto, caberia à professora primária exercer uma série de funções e possuir diferentes habilidades: impor obediência e atrair simpatias, contar com uma variedade de conhecimentos e ter aptidão para os mais simples misteres, ser ao mesmo tempo modelo e mestra. Para obter todas essas habilidades, a educação feminina deveria ser pensada com cuidado e atenção, e a formação da docente precisaria ser especializada. A escola normal, nesse sentido, seria o lugar ideal para a formação da mulher professora.

Em um artigo publicado pelo jornal *O Sexo Feminino*, logo em sua edição de estreia, ao se referir à Escola Normal de Campanha, se escreveu “Assim como uma faísca de fogo pôde causar um grande incêndio, assim também a escola normal preparando professoras pôde ser o indício precursor de que se aproxima a época da regeneração da mulher”⁷¹⁵. Lembra-se aqui, mais uma vez, de que a principal editora do referido periódico era professora da aula prática do sexo feminino da Escola Normal de Campanha, a segunda instituição dessa natureza estabelecida em território mineiro, depois da de Ouro Preto, o que ajuda a justificar a presença de tal nota no jornal.

É importante ponderar, porém, que não é possível afirmar que as mulheres normalistas de Ouro Preto internalizavam o discurso expresso nas atividades por elas realizadas na instituição, acreditando fielmente nele, ou se elas sabiam que era esse o argumento que justificava a sua entrada no magistério. Sendo assim, escrever na prova não significava crença e compartilhamento nos valores defendidos pelos diferentes discursos. Do mesmo modo, não se pode afirmar nem que as autoridades governamentais, ou mesmo as editoras de *O Sexo Feminino*, acreditavam piamente nesses argumentos. Entretanto, o fato é que essas várias instâncias estavam sintonizadas com esse discurso, entendendo que esse era o melhor caminho a ser seguido naquele momento.

Como apresentado ao longo do tópico, as décadas de 1870 e 1880 foram palco, em Minas Gerais, de uma série de manifestações, de diferentes tipos, em defesa da mulher como professora, e da necessidade de uma formação de qualidade para ela, para a harmonia do lar, da família, das crianças, da sociedade e do país, de maneira geral. Contudo, a emergência desses discursos não quer dizer que a entrada maciça das mulheres na profissão e nas escolas normais se deu de maneira completamente tranquila e sem conflitos. No decorrer do próximo tópico, serão trazidos alguns indícios que ajudam a demonstrar que este movimento foi permeado de resistências de diferentes tipos.

⁷¹⁵ *O Sexo Feminino*, Campanha, 7 de setembro de 1873.

4.2. Nem tudo são flores...

Os alumnos fogem das aulas, e vão se banhar ao rio do Funil, sem sciencia dos mestres! Estes, chamando ao cumprimento de seos deveres os discípulos negligentes, recebe em face epithetos injuriosos!...toda a sorte de *brinquedos* obcenos são praticados nos corredores do edificio!

As alumnas da escola normal, coitadinhas! Jovens, inexperientes são malcriadamente insultadas por duas alas de meninos, que as esperão na porta do edificio, para dizer-lhes *gracinhas*, atirar-lhes flores, bilhetinhos &&!⁷¹⁶ (Grifo original).

Este é um trecho de um artigo publicado no jornal *Diário de Minas*, em edição do dia 7 de julho de 1875. Com o título de “O Lyceo Mineiro” e assinado com o pseudônimo de “O pae de família”, nele são feitas uma série de acusações aos alunos do Liceu Mineiro, dizendo que eles cometiam desacatos, abusos e imoralidades no espaço da instituição e também fora dela. O/s autor/es do artigo solicitava/m, ainda, junto às autoridades competentes, providências cabíveis a esse respeito.

Naquele período em específico, no prédio em que funcionava o Liceu Mineiro, também estava alocada a ENOP, e é por esta razão que, no excerto exposto acima, faz-se menção às alunas normalistas, dizendo que elas, jovens e inexperientes, receberiam, nos corredores do edificio em que estudavam, insultos dos estudantes secundaristas do Liceu.

É preciso lembrar, aqui, que o Liceu Mineiro era uma instituição de ensino secundário que recebia, em seu corpo discente, jovens estudantes do sexo masculino. Já a ENOP era uma instituição de caráter misto, porém, até o momento da publicação da referida notícia de jornal, em 1875, segundo a legislação vigente, as lições eram dadas para cada um dos sexos de maneira alternada na instituição⁷¹⁷, ou seja, as meninas, em tese, não teriam contato direto com os normalistas do sexo masculino. Entretanto, por ocuparem o mesmo espaço físico do Liceu Mineiro, elas, inevitavelmente, teriam contato com os rapazes que lá estudavam, o que, segundo o/s autor/es do texto “O pae de família”, era motivo de preocupação para a sociedade ouro-pretana da época.

A ocupação do mesmo espaço físico pelos cursos normais e liceus era uma recorrência em várias partes do país, sobretudo, no contexto das décadas finais do século XIX. Isso ocorria devido, principalmente, a questões financeiras, uma vez que acabava sendo mais barato para os cofres públicos a manutenção de um mesmo espaço e a utilização, na medida do possível, do

⁷¹⁶ Diário de Minas, Ouro Preto, 7 de julho de 1875.

⁷¹⁷ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

mesmo grupo docente nas duas instituições. É por esta mesma razão que muitas escolas normais, na segunda metade do século XIX, possuíam caráter misto, na medida em que, como aponta Hahner (2011), manter escolas separadas para homens e mulheres e ainda fortalecer o magistério público se tornava, muitas vezes, inviável economicamente para as administrações governamentais.

Voltando ao artigo mencionado no início deste tópico, poucos dias após a sua publicação, treze estudantes do sexo feminino da ENOP vieram a público, por meio do mesmo jornal, defender a si próprias e aos estudantes do Liceu Mineiro das acusações feitas anteriormente pelo “O pae de família”:

[...] lamentamos que desrespeitosamente atribuísem aos estudantes factos que terião por consequencia a nossa despedida das aulas onde recebemos a instrucção dirigida pelos dignos e illustrados professores; seria desconhecer o cavalheirismo e attenções com que somos tratadas n’aquele estabelecimento não acudir em defeza dos moços distinctos pela sua educação e famílias que forão vilmente insultados por quem talvez estranhe a illustração que em outros tempos nos recusavam. Desejamos para as nossas companheiras de idade os mesmos beneficios que alli recebem as nossas intelligencias;⁷¹⁸

Na resposta publicada pelas alunas da ENOP, chama atenção a ênfase dada a respeito do que seria, para elas, a real intenção do artigo assinado pelo “O pae de Família”. Segundo consta na nota, como visto a partir do trecho exposto, as acusações, segundo as estudantes, injuriosas, tinham por objetivo a despedida delas da instituição, local onde estariam recebendo a instrução por meio dos professores. Além disso, as críticas seriam o resultado do estranhamento à ilustração oferecida a elas, no âmbito da Escola Normal, ilustração esta que havia lhes sido negada até aquele momento. Pela nota se percebe também uma preocupação, por parte das normalistas, de que as acusações pudessem inibir os pais de outras jovens do sexo feminino, fazendo com que eles, por receio, não as matriculassem no curso normal.

A resposta assinada pelas alunas da ENOP no *Diário de Minas* dá indícios de que a questão da coeducação, e da ocupação do mesmo espaço físico entre estudantes dos sexos masculino e feminino, em idades mais ou menos semelhantes, poderia não ser bem-vista e aceita por todos os segmentos da sociedade de Ouro Preto, no contexto da década de 1870. A questão moral, assim, é bastante explícita, mormente, no que diz respeito à manutenção da honra feminina.

⁷¹⁸ Diário de Minas, Ouro Preto, 9 de julho de 1875.

Como relembra Almeida (2009), com a crescente entrada das moças nas escolas normais brasileiras, ampliava-se o debate sobre a instrução feminina no país não só a das meninas, mas também a de jovens em idade para se casar, o que geraria ainda mais preocupação. De acordo com a autora, esse era um dos motivos pelos quais o sistema de coeducação nas escolas normais brasileiras, em sua gênese, era visto com desconfiança por alguns setores da sociedade, já que se temia que ele pudesse gerar a degradação moral e contrariar os costumes religiosos e tradicionais do país. Igualmente, para Hahner (2011), se o sistema de coeducação das crianças nas escolas primárias era tido, muitas vezes, como suspeito, era-o mais ainda quando se tratava da instrução de jovens.

Retomando a análise do texto assinado pelas treze normalistas, nele ficava claro também o argumento de que a questão da manutenção da moral e da honra feminina poderia ser, na verdade, uma desculpa para outra preocupação de segmentos conservadores do período: o acesso, cada vez maior, das meninas/moças/mulheres ao mundo letrado, e a uma instrução institucionalizada mais duradoura e completa.⁷¹⁹

É no dia 12 de julho de 1875 que novamente “O pae de família” se manifestava no jornal *Diário de Minas*, dessa vez respondendo ao texto assinado pelas treze estudantes da ENOP. No que diz respeito especificamente ao argumento trazido pelas normalistas, de que o objetivo das acusações expressas no texto intitulado “O Lyceo Mineiro” era impedir que as moças seguissem com os seus estudos na Escola Normal, o/s autor/es assim respondeu/responderam:

Nós, pae de família, acostumados com o rigor e severidade de outros tempos, admirariamos esse *progresso*, tirariamos do seio d’elle as nossas filhas, mas não recrutariamos. Ficariamos sabendo que nada quer dizer um homem ficar preso no salão de estudo com uma moça, sem sciencia da mestra, e de todos; que hoje é nada mais natural, attencioso e delicado do que um estudante tocar nos *botões de cravo* de uma moça [...].⁷²⁰ (Grifo original).

Mais uma vez, se evidencia, a partir do excerto, que a questão da ocupação do mesmo espaço físico por jovens de ambos os sexos, no ambiente educacional, seria vista como perigosa e danosa, principalmente para as moças, uma vez que esse contato poderia comprometer a pureza e a reputação delas.

⁷¹⁹ Relembra-se aqui que, a partir do final da década de 1870, para além do acesso aos cursos normais, as mulheres também poderiam, legalmente, passar a frequentar os cursos superiores do país. Contudo, como salienta Hahner (1981), as primeiras mulheres a ingressar e se formar nesses cursos, sobretudo os mais prestigiados socialmente, como os de Medicina e Direito, na década de 1880, enfrentaram uma série de desafios e resistências de diferentes ordens, tanto para estudarem quanto para exercerem as suas profissões posteriormente.

⁷²⁰ Diário de Minas, Ouro Preto, 12 de julho de 1875.

Ainda neste mesmo texto, o/s autor/es continuava/m tecendo duras críticas, não só em relação à postura das normalistas, mas também à instituição na qual elas estavam estudando naquele momento, ou seja, à Escola Normal, afirmando “[...] a convicção de que com efeito reina em seu ultimo grau a desmoralisação no estabelecimento que frequentaes”⁷²¹.

Na mesma edição do *Diário de Minas* em que se publicou a resposta do “O pae de família” às alunas da ENOP, constavam, ainda, duas notas dos estudantes do Liceu Mineiro a respeito do tema. Na primeira nota, em que assinavam sete estudantes secundaristas, entre outras coisas, afirmava-se que os alunos “[...] asseverão que o Sr. – Pae de família – falta a verdade quando inculca ao digno delegado da instrução da côrte nesta província sentimentos de prevenção contra o lyceo mineiro [...]”⁷²². Já na segunda, assinada por outro grupo de estudantes da instituição, no total de seis indivíduos, fazia-se referência mais explícita ao caso das estudantes da ENOP, em que eles as defendiam: “[...] vimos a nosso turno protestar contra o audacioso procedimento d’esse pai de família que de um modo tão descommunal procura manchar a reputação d’essas innocentes jovens que, dirigindo-se alli para receber a instrução são vilmente menoscabadas por esse anonymo.”⁷²³.

É possível observar, notadamente a partir do trecho do segundo protesto citado, a menção explícita, mais uma vez, à questão da honra das alunas da ENOP. O que se percebe, assim, é que, muito embora as acusações principais feitas no artigo assinado por “O pae de família” serem dirigidas aos alunos do Liceu, a repercussão, aparentemente, recaiu mais sobre a reputação das normalistas, tendo em vista a preocupação, expressa nas respostas, em justificá-las, para que não ficassem dúvidas sobre a segurança, a boa reputação e o procedimento moral delas. É curioso notar, ainda, que, apesar de as acusações do “O pae de família” também se dirigirem contra eles, esses alunos não expressaram, em suas respostas, receio de que perdessem o acesso à instrução em razão delas, ao contrário das normalistas, que se mostraram temerosas de que as denúncias resultassem em seus afastamentos dos estudos.

De maneira semelhante, o próprio inspetor geral da instrução pública de Minas Gerais assinou uma nota publicada pelo mesmo jornal acerca do assunto, em sua edição do dia 14 de julho de 1875. Ao longo do texto, o inspetor desmentiu ponto por ponto as acusações feitas pelo “O pae de família”. No que diz respeito especificamente às alunas normalistas, ele esclareceu: “Quanto ao que se disse em relação às alumnas da escola normal, nenhuma verdade ha; e sobre

⁷²¹ Diário de Minas, Ouro Preto, 12 de julho de 1875.

⁷²² Diário de Minas, Ouro Preto, 12 de julho de 1875.

⁷²³ Diário de Minas, Ouro Preto, 12 de julho de 1875.

ellas há tanta vigilância quanta é necessaria: razão por que nenhuma queixa tem chegado á meos ouvidos.”⁷²⁴.

Aqui se evidencia a introdução de outro elemento em relação à defesa das alunas da ENOP, que é a questão da vigilância sobre elas. Como já visto ao longo desta Tese, a preocupação com a vigilância feminina era uma constante, em um contexto em que o convívio dos dois sexos era visto como um risco para elas. Chama a atenção, todavia, que a necessidade de vigilância recaí sempre sobre as moças, e não sobre os rapazes, tanto que, pelo Regulamento nº 100, do ano de 1883, ficava estabelecido que uma das alunas normalistas deveria servir como adjunta da aula prática do sexo feminino de cada escola normal mineira, e também como inspetora das alunas mestras. Não obstante, a mesma determinação não aparece para os normalistas do sexo masculino.

Por fim, os professores da ENOP também se pronunciaram a respeito dos dois artigos publicados com o pseudônimo de “O pae de família” nas páginas do *Diário de Minas*. Na mesma edição do jornal, a do dia 14 de julho de 1875, os docentes argumentaram que seria compreensível que o/s autor/es anônimo/s buscasse/m desacreditar o Liceu Mineiro ou a Escola Normal, mas que era desprezível que, para isso, desacreditasse/m e injuriasse/m as moças inocentes que eram as normalistas que frequentavam o curso normal. Os professores afirmavam, ainda, ser “[...] absolutamente falso tudo quanto ahi se diz em desabono do procedimento das alumnas que se tem portado sempre com todo recato e modestia”⁷²⁵.

Como visto, além de defenderem o bom comportamento e procedimento moral das alunas da Escola Normal, os professores também atribuíram a elas duas características que, como já mencionado no tópico anterior deste mesmo capítulo, eram consideradas importantes para uma mulher, neste contexto, e, em especial, para uma professora primária, mesmo que esta estivesse ainda em processo de formação: o recato e a modéstia. Chamar a atenção para esses pontos, ajuda a entender como essas características eram essenciais para a validação da conduta e moralidade femininas naquele momento.

Apesar das justificativas trazidas pelas alunas normalistas, pelos estudantes do Liceu, pelo inspetor geral da instrução pública de Minas Gerais e pelos professores da ENOP, as discussões a respeito do tema não terminaram por aí. Em edição do dia 17 de julho de 1875 do *Diário de Minas*, constava um novo texto assinado pelo “O pae de família”, em que se argumentava minuciosamente acerca de todas as notas publicadas anteriormente pelo jornal sobre o assunto. Nele, o/s autor/es se defendia/m, afirmando que, em momento algum,

⁷²⁴ Diário de Minas, Ouro Preto, 14 de julho de 1875.

⁷²⁵ Diário de Minas, Ouro Preto, 14 de julho de 1875.

teve/tiveram como intuito insultar as alunas da Escola Normal, e sim defendê-las dos (supostos) desrespeitos que elas estariam sofrendo por parte dos estudantes do Liceu Mineiro. No que tange especificamente à nota assinada pelas treze normalistas em defesa dos alunos secundaristas, “O pae de família” denunciava que quem teria redigido o texto, na verdade, era o professor da ENOP Camillo de Brito⁷²⁶, e quem as teria feito assinar e levado o artigo para a imprensa, era a professora da Escola Normal, sem a especificação de seu nome. Ainda nesse mesmo artigo, o/s autor/es afirmava/m, em tom de indignação: “Sabemos como são os meninos de hoje, tínhamos provas de seos desacertos, denunciemos, e eis que aquellas mesmas, em favor de cuja innocencia e pudor nos arriscamos, são as primeiras a nos querer desmentir!”⁷²⁷.

Após a última nota citada, não foram localizados mais vestígios a respeito das discussões sobre o assunto nas páginas do *Diário de Minas*. Nas já mencionadas, porém, se percebe que o fato de as denúncias terem sido publicadas de maneira anônima parece ter sido fator de forte especulação. Isso porque, em algumas dessas notícias, se faziam várias referências e suposições sobre possíveis figuras da sociedade ouro-pretana que estariam por trás do pseudônimo de “O pae de família”. Alguns nomes chegaram a ser mencionados, mas, não há confirmação de nenhum deles.

No âmbito da investigação, não foi possível constatar se as denúncias feitas nos artigos assinados pelo “O pae de família” continham veracidade ou não. Sem entrar nesse mérito, as longas discussões, justificativas e respostas apresentadas por meio da imprensa, por diferentes grupos, dão indícios de que as acusações, injuriosas ou não, causaram mal-estar na sociedade da então capital de Minas Gerais, o que demonstra que a divisão do mesmo espaço físico escolar por jovens moças e rapazes, bem como da conduta dos/as estudantes, e a questão da instrução feminina, ultrapassou os muros escolares e passou a ser debatida publicamente pela sociedade, por meio da imprensa.

No jornal *O Sexo Feminino* da cidade de Campanha, a questão da resistência ao acesso feminino à instrução, às escolas normais e à profissão do magistério, também foi recorrentemente abordada nos anos de 1873 e 1874, mas, de maneira um pouco mais direta. Em um artigo intitulado “Vista aos retrógrados”, presente na edição do dia 28 de março de 1874 do periódico, se questionava “O que dirão os retrógrados quando no século presente se indica a mulher como mais própria que o homem para regenerar a mocidade?”⁷²⁸. Igualmente, em um texto publicado no dia 28 de janeiro do mesmo ano, se argumentava que a experiência vinha

⁷²⁶ Para mais informações acerca do professor Camillo de Brito, ver: Pedruzzi (2016).

⁷²⁷ *Diário de Minas*, Ouro Preto, 17 de julho de 1875.

⁷²⁸ *O Sexo Feminino*, Campanha, 28 de março de 1874.

mostrando que a missão das mulheres era muito maior que o arranjo material doméstico, e que os homens precisavam admitir este fato, se convencendo de “[...] que ellas tem um cérebro igual ao do sexo contrário, e que as vezes é ainda mais perfeito e completo para a sciencia. E o que dirão quando virem todo o magistério público e particular occupado por mulheres?”⁷²⁹.

Em alguns momentos, a busca por dar ênfase às capacidades femininas para o acesso a níveis mais altos de instrução e em certas atividades laborais era tão forte que se observa, em alguns artigos do referido jornal, o uso do deboche e da ironia, ao se argumentar sobre a supremacia intelectual feminina, em relação aos homens “[...] curvem-se pessimistas dos tempos da ignorancia e do obscurantismo, e confessem que a mulher é dos serem creados o prototypo, o supra summum da perfectibilidade racional da espezia humana”⁷³⁰.

Nesse sentido, os trechos dos artigos publicados pelo *O Sexo Feminino*, mencionados acima, faziam referência explícita à existência de setores conservadores resistentes à entrada das mulheres no mundo das ciências e do magistério, naquele contexto. Setores esses encabeçados, como mencionado, por homens. É curioso que, para reafirmarem a defesa da instrução feminina, as editoras de *O Sexo Feminino* teciam comparações entre os dois sexos, salientando a supremacia das mulheres em relação aos homens.

De acordo com Verona (2020), os usos do sarcasmo, do deboche, da sátira ou da ironia já faziam parte das estratégias de escrita utilizadas, de diferentes formas, nos periódicos em circulação em Minas Gerais desde as primeiras décadas do século XIX. Dessa forma, é possível pensar que, como explicitado anteriormente, as editoras de *O Sexo Feminino* também faziam uso desses recursos, com a finalidade de convencerem e de darem ênfase aos argumentos defendidos por elas.

Voltando especificamente à temática da coeducação e do contato entre jovens homens e mulheres no ambiente educacional público e seus riscos, naquele contexto, percebe-se que o assunto, além de figurar na imprensa, também era pautado nas discussões e nos debates a nível governamental. Um exemplo disso consta no relatório do inspetor geral da instrução pública, José Aldrete de Mendonça Rongel de Queiroz Carreira, anexo à fala do presidente da província, Theophilo Ottoni, dirigido à Assembleia Provincial de Minas Gerais, no dia 01 de agosto de 1882.

No referido documento, especificamente no tópico acerca das aulas práticas das escolas normais mineiras, o inspetor trazia a sua opinião a respeito da necessidade de separação entre homens e mulheres nesses locais. Para ele, se havia a determinação para criar, para cada um

⁷²⁹ *O Sexo Feminino*, Campanha, 28 de janeiro de 1874.

⁷³⁰ *O Sexo Feminino*, Campanha, 11 de abril de 1874.

dos sexos, uma escola prática anexa distinta; existindo, então, as aulas anexas femininas e masculinas, ficava implícito que também os professores responsáveis por estas escolas deveriam ser, por conseguinte, dos respectivos sexos. Em outras palavras, para o inspetor, o certo seria que, nas aulas práticas anexas do sexo feminino, as mulheres fossem as professoras responsáveis, e, nas do sexo masculino, os homens. Contudo, presenciar uma realidade distinta dessa na escola prática do sexo masculino anexa à ENOP causou um estranhamento, o que, segundo a sua concepção, deveria ser evitado e reparado:

[...] nem me parece difficil, e menos impossivel a realizacão d'este desideratum, mediante a qual, se por outra forma não for possível, evitar-se-há a singular anomalia por mim observada na escola d'esta Capital, de praticarem os alumnos, rapazes de 18 a 20 annos, sob a direcção de uma jovem professora, de cuja fraqueza, e condescendente bondade poderão abusar os que menos se souberem conter nos limites de delicadeza e do respeito.⁷³¹

Um fato curioso que merece ser mencionado é que a professora da escola prática do sexo masculino anexa ao curso normal, entre os anos de 1882 e 1883, ou seja, no contexto de escrita do relatório mencionado, conforme o livro de registros do ponto diário dos professores e funcionários da ENOP, era justamente a normalista Maria José Fiuza da Rocha, aluna da primeira turma de estudantes do sexo feminino da instituição em sua terceira fase de funcionamento, que já foi referenciada no capítulo 1 da Tese.⁷³²

Pelo trecho assinalado, percebe-se que o inspetor atribuiu à referida professora características que eram consideradas tipicamente e naturalmente femininas no período, sendo elas: fraqueza e bondade. Como já apontado no tópico 1 deste mesmo capítulo, em alguns momentos, e por alguns indivíduos, as características citadas eram vistas como benéficas para a prática docente, sobretudo no que diz respeito à questão da bondade. Contudo, no argumento trazido por José Aldrete de Mendonça, essas características, na verdade, dificultariam a prática no magistério, ou seja, as mesmas características poderiam ser consideradas ora virtude, ora fraqueza, dependendo da intenção de quem veiculava os argumentos.

Também ao se referir ao ensino elementar, o citado inspetor, no mesmo relatório, posicionava-se contrariamente ao ministério de professoras às aulas para ambos os sexos. Em seus argumentos, ele afirmava que, embora em outros países o sistema de mulheres dando aulas

⁷³¹ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882.

⁷³² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 130, 1882 – 1883.

para meninos fosse proveitoso, a mesma prática não poderia ser utilizada em território mineiro. Isso devido, segundo ele, a questionável índole das crianças de Minas Gerais, à diversidade de procedência dos alunos e à falta de limites de idade para a frequência nas aulas.⁷³³ Ainda de acordo com José Aldrete, esse sistema de direção só daria certo, no contexto mineiro, com a escolha exata da idade das crianças e de suas procedências familiares. Novamente, para justificar seus apontamentos, ele apresentava argumentos relacionados especificamente a características consideradas tipicamente femininas na época:

A mulher, por sua índole, constituição e temperamento, não dando em geral para grandes commettimentos, é talhada para educar e dirigir meninas, de preferencia à rapazes, cuja disposição para abusar, a indocilidade os fazem refractarios aos conselhos de character maternal, ainda combinados com a mais carinhosa solicidade por parte da professora; e esta, se força para contel-os, nada fará em bem do ensino, ainda que sua melhor vontade seja traduzida por deligencias superiores as suas forças: entendo, pois, que semelhante pratica deve cessar n'esta Provincia.⁷³⁴

O inspetor, além de ter associado uma série de características como inerentes ao sexo feminino, como carinho, bondade, fraqueza, maternidade etc., elencou outros comportamentos que seriam inevitavelmente relacionados ao universo masculino, como disposição para abusar e indocilidade. A partir do trecho, pois, percebem-se definições claras de gênero apontadas pelo inspetor que alimentam uma contradição: ao mesmo tempo em que a índole marcada pela docilidade maternal seja adequada à educação das crianças, esse temperamento não seria suficiente para conter a força e os ímpetos de insubordinação masculinos.

Como visto ao longo do tópico, a ocupação do mesmo espaço físico por ambos os sexos no ambiente educacional, seja entre estudantes, seja entre docentes e alunos, não foi recebida de maneira inteiramente tranquila e sem estranhamentos no contexto do início do processo de feminização do corpo discente da ENOP. A preocupação parecia recair, quase sempre, na questão da manutenção da boa reputação, moral e honra femininas, e nos perigos trazidos para elas, a partir do contato excessivo entre os sexos. Mas, nas entrelinhas, é possível pensar no próprio estranhamento social causado pela saída dessas moças de um ambiente historicamente destinado a elas até então: o privado e o doméstico. Além disso, elas estavam tendo, pela

⁷³³ É importante lembrar, aqui, que, nesta época, vigorava o Regulamento nº 89, de 21 de março de 1879, segundo o qual mulheres professoras poderiam lecionar em cadeiras de meninos. A mesma norma estipulava que, nas escolas femininas, poderiam ingressar alunos do sexo masculino, desde que com a idade de até 12 anos.

⁷³⁴ MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882.

primeira vez, acesso a um nível de instrução um pouco mais elevado, ao mesmo tempo em que passavam a assumir uma profissão que, até pouco tempo, era ocupada majoritariamente por homens, o que poderia gerar resistências de setores mais conservadores da sociedade.

É importante chamar a atenção, porém, para o fato de que as fontes trabalhadas neste tópico são todas referentes à década de 1870 e ao início da de 1880, momento em que as mulheres estão começando a ingressar, mais sistematicamente, nos cursos normais e na profissão do magistério, ou seja, ainda não era um processo consolidado, o que ajudaria a justificar os estranhamentos e movimentos de resistência a esse novo contexto. Foi um momento marcado também pela questão da coeducação entre os sexos, tanto nas escolas elementares quanto em outros níveis de educação, em que o tema começava a ganhar espaço nas discussões sociais, educacionais e governamentais brasileiras, vindo à tona com mais intensidade, sendo defendida por alguns e questionada por outros.

Todavia, apesar dos muitos debates, dúvidas, críticas, estranhamentos e questionamentos, nas décadas subsequentes, pouco a pouco e cada vez mais, a coeducação foi se consolidando em Minas Gerais e no país de maneira geral. As mulheres passaram a ocupar, em maior quantidade, o posto de professoras nas cadeiras da instrução elementar femininas, masculinas e mistas, bem como nas aulas práticas anexas às escolas normais, nessas três modalidades, como será visto no próximo tópico.

4.3. Elas ensinando a eles

Vemos hoje, professoras leccionando em suas cadeiras públicas e particulares suas alumnas, a quem distribuem instrução e educação, e, o que é mais, leccionando já a meninos!

[...]

É problema resolvido, e hoje sem a menor contestação, que somente a mulher póde com vantagem educar a mocidade [...].⁷³⁵

Os trechos expostos acima constam em um artigo intitulado “A mulher no magistério”, que foi publicado no jornal *O Sexo Feminino*, em sua edição do dia 27 de setembro de 1873. Texto com conteúdo semelhante foi publicado com o título de “Instrução e educação pela professora”, na edição do dia 29 de novembro de 1873 do mesmo jornal, em que a/s autora/s afirmava/m ser aquele o momento exato para o início do processo de emancipação feminina “[...] proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos públicos, e muito

⁷³⁵ *O Sexo Feminino*, Campanha, 27 de setembro de 1873.

especialmente para o magistério, onde daremos á mocidade de ambos os sexos educação e instrucção”⁷³⁶.

Não só nesses, mas em muitos outros artigos publicados pelo referido periódico entre os anos de 1873 e 1874, se enfatizava a superioridade feminina para o ensino da mocidade de ambos os sexos, salientando as qualidades que fariam delas as mais propensas ao magistério, tanto de meninas quanto de meninos. Apesar dos argumentos de defesa explícita às mulheres para o ensino, presentes em *O Sexo Feminino*, as discussões sobre o assunto, em caráter mais amplo e em vários outros setores da sociedade, ainda eram muitas, não havendo, em geral, a unanimidade defendida pelos textos do jornal de Campanha. Pairavam, ainda, muitas dúvidas e desconfianças acerca da coeducação e da capacidade feminina para conduzir a instrução da mocidade de ambos os sexos. Era um período, pois, de discursos conflitantes, que só viriam a se harmonizar tempos mais tarde.

Conforme Castanha (2015), de maneira geral, o sistema de coeducação no período imperial brasileiro foi bastante incipiente, sendo a sua existência rara até, aproximadamente, o advento da década de 1870. Igualmente, Hahner (2011) alega que, entre as reformas do final da década de 1860, já estava em discussão a questão da coeducação, muito embora somente na década seguinte o tema tenha ganhado mais força.

Dessa forma, somente no final da década de 1870, notadamente a partir da chamada Reforma Leôncio de Carvalho, de 19 de abril de 1879, é que a coeducação foi introduzida legalmente na Corte Imperial, sendo estabelecida para meninas e meninos de até 10 anos de idade, em que as cadeiras mistas deveriam ser regidas exclusivamente por docentes do sexo feminino (KULESZA, 1998).

De acordo com Uekane (2010), os argumentos em defesa da coeducação eram os mais variados, sendo um dos principais a questão da segurança das meninas, que poderiam ir para a escola junto com os seus irmãos, não precisando andar pelas ruas sozinhas, e sendo protegidas por eles. Além disso, segundo pontua Almeida, “Os adeptos da coeducação dos sexos, inspirados no ideal americano e europeu, acreditavam que juntar meninos e meninas nas escolas seria benéfico e acentuaria seus pontos positivos, preparando-os mais eficazmente para a futura vida em comum.” (ALMEIDA, 2015, p. 67-68).

Apesar dos argumentos favoráveis, as resistências ao sistema de escolas mistas eram muitas. Como elucida Castanha (2015), apesar da legislação favorável ao sistema de coeducação, a oposição social à sua aplicação prática no cotidiano escolar permaneceu até pelo

⁷³⁶ O Sexo Feminino, Campanha, 29 de novembro de 1873.

menos o final do século XIX. Isso se relaciona à forte moralidade e à religiosidade que imperavam na sociedade brasileira da época. Assim, mesmo que muitas escolas fossem mistas, várias precauções eram tomadas para evitar o maior contato entre os sexos. Essas preocupações eram latentes nas escolas elementares, mas, como visto no tópico anterior, ainda mais nos cursos secundários e no curso normal.

Conforme Jinzenji (2019), durante o século XIX, havia a percepção de que as meninas/mulheres possuíam características próprias, necessitando, portanto, de uma atenção específica, uma vez que se entendia que elas eram mais voláteis e dispersas que eles, e que possuíam faculdades intelectuais inferiores. O convívio entre meninos e meninas parecia conter, ainda, um risco iminente, o que ajudava a justificar o receio do compartilhamento do mesmo espaço escolar entre os dois sexos.

Igualmente, de acordo com Almeida (2007), os opositores ao sistema de coeducação alegavam que havia entre os sexos diferenças morais e intelectuais, necessitando, cada um deles, de conhecimentos específicos, por terem objetivos de vida e papéis sociais distintos. Para mais, a ocupação do mesmo espaço por meninos e meninas poderia comprometer a pureza das últimas, ou ainda distrair a atenção dos primeiros, devido à beleza e ao caráter sedutor das meninas.

Se o contato no ambiente educacional entre crianças de ambos os sexos, livres e brancas, já era uma preocupação, esta era muito maior no que diz respeito às crianças negras e mestiças. A esse respeito, Schueler e Teixeira (2015) analisaram a fala de um professor, proferida na Conferência Pedagógica da Corte do ano de 1873, em que este posicionava-se contra a implantação da coeducação no ensino público, devido à chegada, nas escolas, das crianças expostas a partir da Lei do Ventre Livre de 1871.⁷³⁷ De acordo com a fala do professor, se para os pais de crianças livres, era motivo de preocupação o contato de seus meninos com filhos de cativos, essa situação era ainda pior no caso das meninas.

Para além das fortes resistências morais, religiosas, raciais e dos costumes, frente à inovação da coeducação, havia também o questionamento sobre a própria capacidade feminina de acompanhar os mesmos conteúdos ensinados para os indivíduos do sexo masculino, sendo eles crianças ou jovens. Existia, ainda, a dúvida quanto à capacidade da mulher de ministrar aulas para o sexo oposto. O estabelecimento de uma idade limite para as crianças nas escolas mistas, além de estar relacionado a questões morais, estava relacionado, muitas vezes, à

⁷³⁷ Mais informações acerca da Lei do Ventre Livre constam no tópico 1 do capítulo 1 da Tese.

necessidade de se ter uma espécie de “teto”, após o qual não seria mais recomendado que elas lecionassem para meninos, devido às suas limitações intelectuais.

Acerca desse assunto, ao analisar a 4ª Conferência Pedagógica, realizada no ano de 1876, Bonato (2002) elucida que se discutia exatamente se convinha ou não que professoras regessem cadeiras masculinas de crianças após a idade de dez anos. No bojo das discussões, um dos professores teria afirmado que cabia às mulheres, mais do que ninguém, instruir os meninos, pelo menos até o momento em que estes chegassem a aproveitar “das lições científicas”. Já outro dizia que, por ser mais dominada pelo coração que pela razão, seria a mulher a melhor indicada para ensinar os meninos, mas somente na infância.

O argumento acerca da inferioridade intelectual da mulher e a sua superioridade moral, em relação ao homem, é recorrentemente defendido no século XIX, especialmente no que diz respeito às discussões a respeito da coeducação dos sexos e da preferência da mulher para o ensino primário.

Verona (2013), ao analisar teses defendidas em faculdades de medicina brasileiras e periódicos especializados, no contexto de meados do século XIX, evidencia que a natureza da mulher é objeto de muitos estudos, especialmente no que diz respeito à sua função reprodutora. Conforme a autora, nesses trabalhos havia um esforço na busca por elencar as diferenças entre os sexos, colocando as mulheres em uma posição inferior em relação a eles, do ponto de vista intelectual. Nesse sentido, “A inferioridade das mulheres é legitimada por argumentos que exprimem um desenvolvimento marcado por várias fases críticas, muitas vicissitudes e uma longa série de ‘revoluções tumultuosas’ que as colocam em circunstâncias desfavoráveis em relação aos homens.” (VERONA, 2013, p. 49). É assim que, revestidos de “cientificidade”, muitos médicos da época justificavam a pouca aptidão das mulheres para as ciências e para a política, mas ressaltavam a sua inclinação natural para as emoções e para os afetos.

Conforme Louro (1997), os resistentes à entrada das mulheres no magistério primário para ambos os sexos, no século XIX, faziam uso do discurso científico para justificar a não aptidão feminina para o ofício, em decorrência de seus cérebros “pouco desenvolvidos”. Dessa forma, seria um ato inconsequente delegar a elas a função de instrutoras, por excelência, das crianças. Igualmente, era comum o discurso de que instrução em excesso poderia prejudicar a saúde das mulheres, na medida em que elas eram, naturalmente, mais voltadas para as emoções do que para a razão (ALMEIDA, 2007).

Apesar dos argumentos de oposição, as escolas públicas de caráter misto começaram a propagar-se em maior quantidade, no contexto do final do século XIX. No entanto, como salienta Hahner (2011), essas instituições não substituíram as escolas diferenciadas para cada

um dos sexos, sendo, portanto, adicionadas a elas. No ensino privado, porém, especialmente no que diz respeito aos colégios católicos, a separação entre os sexos ainda vigorou por muito tempo.

Desse modo, apesar de nem sempre ser visto com bons olhos, o sistema de coeducação e das escolas mistas foi sendo introduzido pouco a pouco no país. Entretanto, a literatura sobre o tema é recorrente em afirmar que esta introdução deu-se, quase sempre, por questões de ordem financeira, ou seja, para a economia dos cofres públicos.⁷³⁸ Como ressalta Hahner (2011), as escolas mistas eram aceitas, de maneira especial, em locais nos quais custear escolas diferentes para cada um dos sexos era inviável financeiramente, principalmente em um contexto em que a instrução elementar expandia-se no país. Almeida (2015) chama a atenção, todavia, para o fato de que, muitas vezes, a coeducação limitava-se a alocar alunos de ambos os sexos nas mesmas salas de aula, uma vez que as habilidades trabalhadas para eles e para elas quase sempre eram distintas.

No que diz respeito especificamente ao contexto de Minas Gerais, no recorte da investigação, observa-se que, já no Regulamento de nº 62, de 11 de abril de 1872, em seu capítulo 2º, Art. 24, determinava-se que as escolas públicas de meninos poderiam ser regidas por professoras. Percebe-se, então, que, mesmo antes da Corte Imperial, em Minas Gerais já era permitido que docentes do sexo feminino lecionassem para crianças do sexo masculino. Igualmente, no Art. 31 do mesmo Regulamento, ficava estabelecido que, nos lugares onde não houvesse escolas públicas ou particulares do sexo feminino, seriam admitidas meninas nas do sexo masculino, com a condição de que o professor fosse casado e com a devida separação nas aulas. Ficava firmado, ainda, que a esposa do professor seria a responsável pelo ensino dos trabalhos de agulha às meninas, mediante “gratificação razoável”.⁷³⁹

Já no Regulamento nº 84, publicado cerca de 7 anos depois, em 21 de março de 1879, ficava estipulado, em seu capítulo 3º, Art. 31, que, nas escolas públicas do sexo feminino, poderiam ser admitidos meninos, desde que com a idade de até 12 anos. Presencia-se aqui, pois, o estabelecimento de uma idade específica de limite para a entrada de meninos nas escolas do sexo feminino, diferentemente do Regulamento anterior. No Art. 43 da mesma norma, ficava determinado, ainda, que professoras poderiam reger escolas públicas do sexo masculino.⁷⁴⁰

⁷³⁸ ALMEIDA (2007; 2009; 2015), HAHNER (2011), CASTANHA (2015).

⁷³⁹ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

⁷⁴⁰ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

Por fim, o Regulamento de nº 100, de 19 de julho de 1883, também trazia determinações sobre o assunto, mas bastante semelhantes às já expostas no Regulamento de nº 84, ao reafirmar, em seu capítulo 3º, Art. 48, que, nas escolas públicas do sexo feminino, seriam admitidos meninos, desde que com a idade de até 12 anos, e, em seu Art. 59, que, nas escolas públicas para o sexo masculino, poderiam lecionar docentes do sexo feminino.⁷⁴¹

Como visto, a legislação educacional mineira, no recorte aqui estudado, permitia a existência de escolas mistas, mas com uma idade máxima limite para a entrada de meninos. Permitia também que professoras pudessem reger essas cadeiras, bem como as masculinas.

Analisando de maneira particular as trajetórias das alunas formadas pela ENOP entre os anos de 1877 e 1889, foi possível constatar que, entre as 50 normalistas que atuaram na docência ao longo de suas vidas, pelo menos 20 delas (cerca de 40%) lecionaram tanto nas cadeiras específicas do sexo feminino quanto nas cadeiras mistas e/ou masculinas. Não obstante, esse número pode ser ainda maior, uma vez que, em muitos casos, não foi possível identificar ao certo, a partir das fontes, para qual dos sexos as normalistas egressas lecionavam. Contudo, do que foi possível confirmar, percebeu-se que, das 20 docentes mencionadas, 9 atuaram em cadeiras do sexo masculino, 8 em cadeiras mistas, e 3 em ambas (mistas e de meninos).⁷⁴² A

⁷⁴¹ Minas Gerais, Instrução Pública. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

⁷⁴² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 34, 1854 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 44, 1882 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 01, 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 07, 1890. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 733, 1894. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 837, 1893 – 1898. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 838, 1894 – 1895. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / MINAS GERAIS, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885. / MINAS GERAIS, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório do vice-presidente Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887. / Almanach do Município de Barbacena: Calendario para 1898 (MG) – 1898. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do

partir da análise dos dados, foi possível observar, também, que a maior parte das cadeiras mistas/masculinas assumidas pelas normalistas estava localizada na própria cidade de Ouro Preto ou em seus distritos.

Em muitos casos, as docentes egressas da ENOP iniciavam as suas carreiras em cadeiras do sexo feminino e depois migravam para as mistas ou masculinas, mas também ocorria o contrário. Havia, ainda, casos em que, por exemplo, iniciava-se a prática profissional em cadeiras de meninas, mudava-se para a de meninos e, em seguida, retornava-se para as do sexo feminino, ou seja, pelo menos no que diz respeito ao contexto aqui estudado, pode-se pensar que não havia um padrão específico a esse respeito, sendo os percursos bastante diversificados.

Ainda a respeito dos dados, identificou-se que, entre as 20 egressas que atuaram em cadeiras mistas/masculinas, a primeira a lecionar em uma aula exclusiva para meninos foi, aparentemente, a normalista Antônia Maria de Jesus Neves, que, já nos anos de 1879 e 1880, era a responsável por uma escola masculina, localizada na cidade de Ouro Preto.⁷⁴³ A jovem em questão terminou o curso normal em 1878, o que dá a entender que, provavelmente, seu primeiro trabalho, após formada, foi lecionando para meninos. É importante lembrar que, naquele contexto, vigorava o Regulamento nº 84 de 1879, que permitia que professoras assumissem cadeiras do sexo masculino, como visto acima.

Há também o exemplo da normalista Antonina Augusta Ferreira, que foi professora da aula prática do sexo masculino da ENOP, como substituta, nos anos de 1890 e 1891.⁷⁴⁴ A sua atuação nessa escola ajuda a pensar que, apesar dos protestos de insatisfação do inspetor geral

Município de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / A União, Ouro Preto, 20 de agosto de 1887. / Diário de Minas, Juiz de Fora, 13 de julho de 1888. / Diário de Minas, Cidade de Minas, 16 de março de 1899. / Diário de Minas, Cidade de Minas, 4 de abril de 1899. / A Actualidade, Ouro Preto, 11 de junho de 1879. / A Actualidade, Ouro Preto, 3 de fevereiro de 1880. A Ordem, Ouro Preto, 19 de outubro de 1890. / A Província de Minas, Ouro Preto, 20 de outubro de 1885. / Gazeta de Queluz, Queluz, março de 1908. / Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de abril de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 11 de agosto de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 20 de março de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de setembro de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de janeiro de 1895. / Minas Geraes, Ouro Preto, 6 de fevereiro de 1895. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de setembro de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 17 de março de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1898. / Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de novembro de 1898. / Minas Geraes, Ouro Preto, 3 e 4 de abril de 1899. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900. / O Estado de Minas, Ouro Preto, 9 de dezembro de 1891. / O Pharol, Juiz de Fora, 22 de março de 1907. / O Paiz, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1913.

⁷⁴³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 34, 1854 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880.

⁷⁴⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 07, 1890. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910.

da instrução pública de Minas Gerais, José Aldrete de Mendonça, em seu relatório publicado no ano de 1882, já referenciado no tópico anterior, a instituição permaneceu, anos depois, mantendo docentes do sexo feminino regendo as aulas da escola anexa do sexo masculino.

No bojo das trajetórias aqui analisadas, chama a atenção, ainda, os casos das normalistas Maria Delminda Ferreira e Ubaldina Ferreira de Carvalho. Ambas, em suas longevas carreiras no magistério, assumiram, por várias vezes, cadeiras femininas, masculinas e mistas.⁷⁴⁵ No que diz respeito especificamente à Ubaldina, esta assumiu, ainda, na fase final de sua carreira no magistério, a direção de um Grupo Escolar em Ouro Preto⁷⁴⁶, ou seja, em suas trajetórias, as duas professoras passaram por variadas e diferentes experiências de atuação profissional. Os percursos de ambas serão apresentados, com mais detalhes, nos próximos tópicos.

Como visto, apesar dos muitos discursos de resistência relacionados à moralidade e as dúvidas quanto às reais capacidades femininas para o ensino de crianças e, de maneira especial, para meninos do sexo masculino, muitas normalistas formadas pela ENOP entre 1877 e 1889 lecionaram, ao longo de suas vidas, para estudantes de ambos os sexos.

Mesmo que a questão econômica tenha sido um fator importante para a entrada e permanência das mulheres como docentes de classes mistas e masculinas, não é possível deixar de considerar que a ocupação dessas escolas por elas foi uma conquista. Aos poucos, elas foram, na prática, se firmando como professoras de meninas e moças, meninos e rapazes. No que diz respeito especificamente às egressas da ENOP, para além da atuação em cadeiras de ambos os sexos, outro fator que se observa são os recorrentes deslocamentos feitos por essas normalistas por Minas Gerais, ao longo de suas vidas, para seguirem com as suas carreiras. O próximo tópico é dedicado a essa temática.

⁷⁴⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 34, 1854 – 1887. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / MINAS GERAIS, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885. / MINAS GERAIS, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório do vice-presidente Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Município de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / A União, Ouro Preto, 20 de agosto de 1887. / Diário de Minas, Juiz de Fora, 13 de julho de 1888. / Diário de Minas, Cidade de Minas, 16 de março de 1899. / A Actualidade, Ouro Preto, 3 de fevereiro de 1880. / A Província de Minas, Ouro Preto, 20 de outubro de 1885. / Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de abril de 1892. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de setembro de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1898. / Minas Geraes, Ouro Preto, 30 de novembro de 1898. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900. / O Estado de Minas, Ouro Preto, 9 de dezembro de 1891. / O Paiz, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1913.

⁷⁴⁶ O Pharol, Juiz de Fora, 27 de novembro de 1903.

4.4. Quebrando barreiras, rompendo fronteiras: movimentação espacial das normalistas por Minas Gerais

Retirando-me da cidade de Queluz, onde exerci o magisterio por algum tempo, venho dar publico testemunho do meu reconhecimento as urbanidades e ao cavalheirismo com que me penhorou a sociedade queluziana. Fui removida para esta capital, e aqui receberei ordens das pessoas que me distinguiram com as relações de amisade, conservando as mais vivas recordações dos seus favores e delicadas atenções, assim como o amor, obediencia e gratidão dos meus queridos discípulos, aos quaes envio um saudoso adeus.⁷⁴⁷

Esta nota de despedida foi assinada pela professora normalista Maria Delminda Ferreira e publicada pelo jornal ouro-pretano *A União*, em sua edição do dia 21 de janeiro de 1888. A docente em questão foi uma das alunas formadas pela ENOP, no recorte privilegiado nessa investigação, que exerceu a atividade do magistério em diferentes localidades de Minas Gerais ao longo de sua carreira.

Como já exposto no tópico 2 do capítulo 2 da Tese, Maria Delminda Ferreira frequentou o curso da ENOP entre os anos de 1877 e 1878⁷⁴⁸, tendo o seu diploma de normalista conferido em 17 de julho de 1878.⁷⁴⁹ Além dela, as suas irmãs, Generosa Augusta Ferreira e Antonina Augusta Ferreira, também concluíram o curso pela instituição: a primeira, no mesmo período em que Maria⁷⁵⁰, e a segunda, entre os anos de 1883 e 1886.⁷⁵¹ As irmãs eram filhas de Antonio Basílio Ferreira e de Josepha Maria de Jesus. Maria Delminda e Generosa, que eram as mais velhas, tinham como naturalidade a localidade de Dores de Guaxupé⁷⁵², já Antonina, a mais nova, nasceu em outra cidade⁷⁵³, que se chamava Caldas⁷⁵⁴.

⁷⁴⁷ A União, Ouro Preto, 21 de janeiro de 1888.

⁷⁴⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁷⁴⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 37, 1876 – 1880.

⁷⁵⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁷⁵¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁷⁵² Guaxupé era um dos distritos do município de Jacuí e localizava-se a cerca de 75 léguas de Ouro Preto, algo entre 375 e 450 quilômetros de distância. Atualmente, está inserida na região sul de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 mar. 2021).

⁷⁵³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁷⁵⁴ Caldas localizava-se a 74 léguas de distância de Ouro Preto, o que equivaleria a algo entre 370 a 444 quilômetros. Atualmente, a cidade está situada na região sul de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e

Após formadas, as três irmãs atuaram no magistério em diferentes locais de Minas Gerais. Antonina trabalhou em Barbacena⁷⁵⁵, Carandaí⁷⁵⁶, e na própria capital, Ouro Preto.⁷⁵⁷ Já Maria Delminda e Generosa atuaram em distritos de Mariana, no município de Queluz e também em Ouro Preto. As trajetórias das irmãs evidenciam que o deslocamento de professoras públicas normalistas no território mineiro era constante, principalmente nos primeiros anos de carreira profissional, até que se estabelecessem definitivamente em algum lugar. A análise do caso específico de Maria Delminda, por exemplo, ajuda a ilustrar de que maneira esses deslocamentos aconteciam.

Como visto anteriormente, a referida normalista se formou no curso da ENOP em meados do ano de 1878. Já no início do ano seguinte, notadamente em 21 de janeiro de 1879, foi nomeada para reger interinamente a cadeira do sexo feminino da localidade de Barra Longa⁷⁵⁸, distrito do município de Mariana, até que completasse a idade legal para assumir efetivamente o cargo.⁷⁵⁹ Entretanto, já em 17 de fevereiro de 1879, ela assumiu a cadeira do sexo feminino de outro distrito de Mariana⁷⁶⁰, Paulo Moreira⁷⁶¹. No início de 1880, a normalista seguiu atuando interinamente na cadeira de Paulo Moreira.⁷⁶² Seu cargo se tornou efetivo somente em 5 de maio daquele ano.⁷⁶³

Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 mar. 2021).

⁷⁵⁵ Informações sobre Barbacena constam na nota de rodapé 690 da Tese.

⁷⁵⁶ Carandaí está situada na região central de Minas Gerais e encontra-se a cerca de 89 quilômetros de Ouro Preto (Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 10 mar. 2021. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 10 mar. 2021).

⁷⁵⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 07, 1890. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / A União, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1887. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de setembro de 1894. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de janeiro de 1895.

⁷⁵⁸ Barra Longa localizava-se a 10 léguas da então capital de Minas Gerais, algo em torno de 50 a 60 quilômetros de distância (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

⁷⁵⁹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893.

⁷⁶⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 34, 1854 – 1887.

⁷⁶¹ Paulo Moreira localizava-se a 12 léguas de Ouro Preto, o equivalente a 60 ou 72 quilômetros de distância (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

⁷⁶² Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880. / A Actualidade, Ouro Preto, 3 de fevereiro de 1880.

⁷⁶³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893.

Maria Delminda permaneceu em Mariana até o ano de 1883, quando, a seu pedido, foi transferida para a cadeira do mesmo sexo da localidade de Itaverava⁷⁶⁴, município de Queluz.⁷⁶⁵ Todavia, ao que parece, ela não se mudou sozinha, porque, em edição do dia 20 de fevereiro de 1883 do jornal *Liberal Mineiro*, consta uma nota com a sua assinatura, de seus pais e sua irmã Generosa, despedindo-se dos habitantes de Paulo Moreira e informando sobre a mudança.⁷⁶⁶ Ou seja, ao que tudo indica, enquanto esteve lecionando nos distritos de Mariana, a normalista viveu em companhia de sua família, e aparentemente eles se mudaram junto com ela para Itaverava, uma vez que, no ano seguinte à sua mudança, Generosa também começou a lecionar na localidade.⁷⁶⁷

Pelo que as fontes indicam, Maria Delminda permaneceu em Itaverava até o ano de 1886⁷⁶⁸, quando foi transferida, novamente a pedido, para um dos distritos de Ouro Preto, o de Santa Rita.⁷⁶⁹ No mesmo ano, porém, regressou para Queluz⁷⁷⁰, dessa vez, para a sede do município.⁷⁷¹ Contudo, em 1888 foi removida, mais uma vez, para a então capital provincial, com o intuito de assumir a cadeira mista do bairro de Padre Faria⁷⁷². É neste período que ela divulgou a nota de despedida da cidade de Queluz, citada no início deste tópico. A partir desse momento, se fixou definitivamente em Ouro Preto, trabalhando no magistério público da cidade até, pelo menos, o ano de 1900.⁷⁷³

Como mencionado, Maria Delminda lecionou em diferentes partes de Minas Gerais. Entretanto, ao que parece, ela não se deslocou sozinha, se mudando, quase sempre, junto com a sua família e, sobretudo, com a sua irmã Generosa. A esse respeito, é curioso constatar como as trajetórias de ambas se cruzaram e foram semelhantes desde o início. As duas irmãs ingressaram no curso normal no mesmo ano, sendo matriculadas no mesmo dia, se formaram juntas, tendo seus diplomas expedidos também na mesma data. Logo após obterem o título de normalistas, iniciaram as suas carreiras profissionais em distritos de Mariana, depois se mudaram para Queluz, e, por fim, se fixaram em Ouro Preto. Nem sempre os deslocamentos

⁷⁶⁴ Informações sobre Itaverava constam na nota de rodapé 370 da Tese.

⁷⁶⁵ A Província de Minas, Ouro Preto, 8 de fevereiro de 1883. / *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 1 de fevereiro de 1883.

⁷⁶⁶ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 20 de fevereiro de 1883.

⁷⁶⁷ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 6 de junho de 1884.

⁷⁶⁸ A Província de Minas, Ouro Preto, 20 de outubro de 1885. / *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 13 de agosto de 1885.

⁷⁶⁹ A Província de Minas, Ouro Preto, 30 de janeiro de 1886.

⁷⁷⁰ Informações a respeito de Queluz se encontram na nota de rodapé 572 da Tese.

⁷⁷¹ A Província de Minas, Ouro Preto, 19 de junho de 1886. / *A União*, Ouro Preto, 12 de novembro de 1886.

⁷⁷² O Bairro de Padre Faria ainda existe na cidade de Ouro Preto.

⁷⁷³ *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.* / Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de abril de 1892. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 27 de setembro de 1896. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 20 de dezembro de 1897. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1898. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900. / *Diário de Minas, Cidade de Minas*, 16 de março de 1899.

eram simultâneos, mas, pouco tempo após uma se mudar, a outra parecia seguir os seus passos, indo para a mesma localidade ou para perto.

É importante chamar a atenção, ainda, para o fato de que, apesar das constantes mudanças das irmãs, elas estiveram em municípios relativamente próximos geograficamente uns dos outros, visto que tanto Mariana quanto Queluz eram municípios limítrofes com Ouro Preto, o que, provavelmente, facilitava os deslocamentos. Entretanto, há outros casos em que as egressas da ENOP transferiram-se a trabalho por regiões mais longínquas de sua cidade de origem, ou do local onde fizeram o curso normal. Um exemplo disso é o da normalista Jovelina Odilia Bella da Silva.

Sendo natural de Ouro Preto e filha do major Joaquim José da Silva, Jovelina Odilia Bella da Silva⁷⁷⁴ estudou na ENOP entre os anos de 1882 e 1885, tendo recebido o seu atestado de conclusão do curso ainda em 1885.⁷⁷⁵ Assim como no caso de Maria Delminda, não foi a única integrante de sua família a se formar pela Escola Normal, haja vista que a sua irmã, Maria Josephina da Silva, também estudou na instituição, tendo-a frequentado entre os anos de 1884 e 1887.⁷⁷⁶

Jovelina iniciou a sua carreira profissional no mesmo ano em que se formou, ou seja, em 1885, e em sua própria terra natal.⁷⁷⁷ Entretanto, por volta de 1896, há registros de que ela já lecionava bem distante dali, na localidade de Águas de Caxambú, município de Baependy⁷⁷⁸, região situada no sul de Minas Gerais.⁷⁷⁹ No mesmo ano, porém, permutou a sua cadeira com outra docente, deslocando-se, então, para Vargem Grande, município de Juiz de Fora⁷⁸⁰, na

⁷⁷⁴ O nome completo de Jovelina aparece de diferentes formas nas fontes consultadas: Jovelina Odilia Bella da Silva, Jovelina Odilla Bella da Silva, Jovelina Odila Bella da Silva, Jovelina O. Bella da Silva, Jovelina Odilla da Silva, Jovelina Bella da Silva, Jovelina Odilla da Silva, Jovelina Odilia da Silva, entre outros.

⁷⁷⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

⁷⁷⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁷⁷⁷ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

⁷⁷⁸ Baependy localizava-se a cerca de 48 léguas de Ouro Preto, o que seria equivalente a algo entre 240 a 288 quilômetros de distância. Atualmente, o município encontra-se na região sul de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 13 mar. 2021).

⁷⁷⁹ Minas Geraes, Ouro Preto, 17 de junho de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 19 de julho de 1896.

⁷⁸⁰ Juiz de Fora localizava-se a 39 léguas de Ouro Preto, algo em torno de 195 ou 234 quilômetros de distância. Atualmente, Juiz de Fora encontra-se na região da zona da mata mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 13 mar. 2021).

região da zona da mata mineira.⁷⁸¹ Ao que parece, com o advento dos anos 1900, a normalista passou a exercer a profissão⁷⁸² em São João Nepomuceno⁷⁸³. Seu último registro de atuação no magistério, aqui identificado, é nessa mesma localidade e data de 1908.⁷⁸⁴ É importante chamar atenção para o fato de que todos esses locais estavam situados a cerca de 200 quilômetros ou mais de distância de Ouro Preto.

Não foi possível identificar, ao certo, as razões pelas quais Jovelina Odilia foi lecionar em localidades relativamente distantes de sua cidade de origem. É possível pensar em várias hipóteses, como um provável casamento ou que ela acompanhou as mudanças de seus familiares, pais, irmãos etc. Também é plausível pensar que a normalista efetuou tais deslocamentos espaciais devido à sua própria atuação profissional, buscando por cadeiras em locais diversos. No caso específico de Jovelina, chama a atenção o fato de que ela iniciou sua carreira em sua cidade natal para só depois seguir para outros lugares. Há muitos outros casos, porém, em que as normalistas egressas começaram a lecionar em diferentes cidades para só depois irem se movimentando, transferindo-se de um lugar para outro, até retornarem para as localidades de origem ou proximidades.

Este parece ser o caso de Idalina Benvinda Campos⁷⁸⁵, que esteve na ENOP entre 1886 e 1888.⁷⁸⁶ Como já apontado na nota de rodapé de número 231 da Tese, a jovem, natural de Ponte Nova, foi uma das únicas egressas da instituição, no recorte da pesquisa, que já havia atuado no magistério, mesmo antes do ingresso no curso normal. Em 1885, Idalina Benvinda foi nomeada para lecionar no município de Bonfim⁷⁸⁷, especificamente no distrito da

⁷⁸¹ Minas Geraes, Ouro Preto, 19 de julho de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 28 de agosto de 1896.

⁷⁸² Minas Geraes, Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1900.

⁷⁸³ São João Nepomuceno estava a 45 léguas de distância de Ouro Preto, algo equivalente a 225 ou 270 quilômetros. Atualmente, encontra-se na região da zona da mata mineira (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 13 mar. 2021).

⁷⁸⁴ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

⁷⁸⁵ O nome de Idalina aparece de diferentes formas nos documentos consultados ao longo da investigação, sendo as mais comuns: Idalina Benvinda Campos, Idalina B. Campos, Idalina Bemvinda Campos, Idalina Benvimda Campos e Idalina Campos.

⁷⁸⁶ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁷⁸⁷ Bonfim localizava-se a 18 léguas da então capital de Minas Gerais, o que seria equivalente a cerca de 90 a 108 quilômetros de distância. Atualmente, Bonfim está situada na região central de Minas Gerais (Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870. / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 15 mar. 2021).

Conquista.⁷⁸⁸ Após formada, passou a exercer o magistério em Viçosa⁷⁸⁹, sendo transferida para Ponte Nova já no ano de 1889.⁷⁹⁰ Ao que tudo indica, por muitos anos ela conciliou a sua carreira em Ponte Nova e em Pomba⁷⁹¹, outro município mineiro.⁷⁹² Em sua última década de trabalho, porém, lecionou exclusivamente em sua terra natal.⁷⁹³ O seu último registro de atuação no magistério data de 1926⁷⁹⁴, sendo a sua carreira, portanto, uma das mais longevas entre as egressas aqui estudadas.

Há, ainda, vários outros casos de normalistas que se deslocaram por diferentes regiões de Minas Gerais no decorrer de suas carreiras profissionais. Martiniana Ignácia da Costa e Rita Ernestina de Arnide, já referenciadas ao longo da Tese, são exemplos disso. Há vestígios de que Martiniana lecionou em Ouro Preto, Mar de Espanha⁷⁹⁵, e em distritos de Barbacena e Itabira do Campo⁷⁹⁶. Já Rita percorreu um itinerário de atuação ainda mais vasto, uma vez que, ao longo de sua carreira (antes e após a sua passagem pela ENOP), atuou no magistério em Barbacena, Chapada⁷⁹⁷, São João Batista do Morro Grande⁷⁹⁸, distrito de Santa Bárbara, e em outros distritos dos municípios de Queluz e de Mariana.

Confome Nascimento (2011), a transferência de uma cadeira para outra e a mobilidade espacial decorrente desse movimento eram práticas comuns entre os professores e as professoras (sejam eles normalistas ou não) em Minas Gerais desde o tempo dos mestres régios,

⁷⁸⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893. / *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 20 de janeiro de 1885.

⁷⁸⁹ Atualmente, Viçosa localiza-se na zona da mata mineira e a cerca de 101 quilômetros de distância de Ouro Preto (Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 15 mar. 2021. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 15 mar. 2021).

⁷⁹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893.

⁷⁹¹ Pomba localizava-se a cerca de 24 léguas de Ouro Preto, o que seria equivalente a algo em torno de 120 a 144 quilômetros de distância (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870.* / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

⁷⁹² *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.* / Minas Geraes, Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1900. / *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1915.

⁷⁹³ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.*

⁷⁹⁴ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.*

⁷⁹⁵ Informações sobre Mar de Espanha encontram-se na nota de rodapé 480 da Tese.

⁷⁹⁶ Itabira do Campo estava a 8 léguas de Ouro Preto, algo em torno de 40 a 48 quilômetros de distância. Atualmente, Itabira está localizada na região central de Minas Gerais (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870.* / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 16 mar. 2021).

⁷⁹⁷ Chapada era uma das freguesias do município de Minas Novas e estava situada a 75 léguas de distância da então capital de Minas Gerais, algo em torno de 375 a 450 quilômetros (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870.* / AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881).

⁷⁹⁸ Informações sobre São João do Morro Grande constam na nota de rodapé 232 da Tese.

ainda no contexto do século XVIII, e se mantiveram no século XIX. Assim, os/as docentes iam de uma localidade a outra das Minas, oferecendo o ensino para a população. De acordo com a autora, os/as docentes efetuavam esses deslocamentos por vários motivos, e um deles era pela busca por cadeiras vagas disponíveis em regiões de menos acesso, ou mais afastadas. Após obterem os cargos, porém, os/as professores/as iam pouco a pouco tentando, por meio de trocas, pedidos de transferência e remoções, deslocar-se em direção ao local em que eles/as realmente tinham a intenção de se fixar. Levando em conta estes apontamentos, é possível pensar que movimento semelhante ocorreu com as normalistas egressas de Ouro Preto aqui estudadas.

Por fim, não deixa de ser curioso o fato de que, nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX, algumas mulheres (sozinhas ou acompanhadas) tiveram a possibilidade de se deslocar de um lugar para outro (às vezes tendo que transpor grandes distâncias) para exercerem a sua profissão, na medida em que a circulação feminina por espaços públicos ainda era vista com certa desconfiança, e a vigilância sobre elas era evidente. Há de se lembrar, ainda, que a província de Minas Gerais possuía um território vasto, e os meios de locomoção, bem como as estradas de acesso, eram mais escassos e difíceis que nos dias atuais.

É possível pensar, então, na hipótese de que os deslocamentos espaciais realizados por essas normalistas teriam sido elementos de emancipação para elas, já que se vivia ainda um contexto de grande restrição para as mulheres. Essas movimentações podem ser interpretadas, ainda, como de caráter formativo para as docentes, tendo em vista que, em cada localidade por que passavam, elas acabavam por interagir com a sociedade local e atuavam com grupos diferentes de alunos, tendo acesso a novas e múltiplas vivências, experiências, expressões sociais e culturais.

Como visto, as professoras egressas da ENOP atuaram em diferentes meios, lecionando em cadeiras femininas, masculinas e mistas, e percorrendo diferentes regiões de Minas Gerais, com o intuito de realizarem o ofício para o qual se formaram. Para além disso, algumas delas tiveram, ainda, outras conquistas profissionais, chegando a dirigir Grupos Escolares, como será apresentado no próximo tópico.

4.5. Elas assumem a direção

O Presidente do Estado nomeou directoras da 2ª secção da Escola infantil, D. Salomé Penna para o grupo escolar da Colonia de Bias Fortes; D. Ignacia Guimarães, para o grupo escolar do bairro de Calafate; D. Maria Rezende Costa, para o grupo de Lagoinha; D. Marianna Noronha Horta, para o grupo

escolar de Lafayette, e para a cidade de Queluz, D. Emilia Magalhães Gomes.⁷⁹⁹

A última professora listada nesta notícia, publicada pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em edição do dia 8 de janeiro do ano de 1914, Emilia de Magalhães Gomes foi uma das quatro alunas formadas pela ENOP entre 1877 e 1889 que atingiu o posto de diretora escolar em Minas Gerais ao longo da carreira no magistério.

A normalista Emilia Augusta de Magalhães Gomes⁸⁰⁰, que era natural de Sapucaia e filha de Benevenuto de Magalhães Gomes, frequentou o curso da ENOP entre os anos de 1886 e 1889.⁸⁰¹ Os primeiros vestígios aqui localizados sobre a sua atuação profissional datam de 1892, lecionando como proprietária da cadeira do sexo feminino da cidade de Leopoldina⁸⁰², onde parece ter permanecido até, pelo menos, o ano de 1895.⁸⁰³ Em 1899, porém, ela atuava na localidade de Palmira⁸⁰⁴, trabalhando lá até, pelo menos, o ano de 1909.⁸⁰⁵ Tempos depois, a normalista deslocou-se novamente, dessa vez para a cadeira mista do município de Queluz.⁸⁰⁶

A trajetória de Emilia Augusta como diretora escolar teve início no ano de 1914, com a inauguração do Grupo Escolar denominado “Pacífico Vieira”, no então bairro de Lafaiete⁸⁰⁷, município de Queluz, sendo ela, portanto, a primeira pessoa a assumir a direção da recém-criada instituição de ensino.⁸⁰⁸

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), foi em meados da última década do século XIX, primeiramente em São Paulo, para depois ser incorporado em outros estados do Brasil,

⁷⁹⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1914.

⁸⁰⁰ O nome da normalista aparece de diferentes formas na documentação consultada nesta pesquisa: Emilia Augusta de Magalhães Gomes, Emilia Magalhães Gomes, Emilia de Magalhães Gomes, Emilia A de Magalhães Gomes e Emilia A. Magalhães Gomes

⁸⁰¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁸⁰² Informações sobre Leopoldina constam na nota de rodapé 169 da Tese.

⁸⁰³ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 838, 1894 – 1895. / *A Ordem*, Ouro Preto, 5 de maio de 1892. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 30 de maio de 1893. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 21 de julho de 1893. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 21 de janeiro de 1895.

⁸⁰⁴ Atualmente, o antigo município de Palmira passou a chamar-se Santos Dumont e está localizado na região da zona da mata de Minas Gerais (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santos-dumont/historico>. Acesso em: 18 mar. 2021. / Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 18 mar. 2021).

⁸⁰⁵ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940*. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 3 e 4 de abril de 1899. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 19 de abril de 1899. / *Minas Geraes*, Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1900. / *O Pharol*, Juiz de Fora, 18 de julho de 1900.

⁸⁰⁶ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940*. / *Correio da Semana*, Queluz de Minas, 15 de junho de 1913. / *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1913.

⁸⁰⁷ Informações sobre Lafaiete constam na nota de rodapé 572 da Tese.

⁸⁰⁸ *Correio da Semana*, Queluz de Minas, 18 de janeiro de 1914. / *Correio da Semana*, Queluz, 24 de maio de 1914. / *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1914. / *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1914. / *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1914.

que foram criados os primeiros Grupos Escolares. Estabelecidos logo no início da República, “Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular.” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24). Ainda conforme Faria Filho e Vidal (2000), os Grupos Escolares se caracterizam, entre outras particularidades, por se valerem do modelo das escolas seriadas, com tempos e espaços próprios, buscando maior rendimento por parte dos alunos. Segundo Rossi (2017), se comparados aos Grupos Escolares, as escolas isoladas, modelo predominantemente utilizado até então, pareciam desajustadas, uma vez que se configuravam como unidades de funcionamento autônomas e que, apesar de serem regidas por parâmetros gerais, possuíam certa flexibilidade, ao contrário dos Grupos.

No contexto específico de Minas Gerais, a criação de Grupos Escolares só foi determinada legalmente já no contexto do século XX, notadamente no ano de 1906, por meio da Lei nº 439, de 28 de setembro.⁸⁰⁹ A partir então, vários desses Grupos foram sendo criados em muitas regiões de Minas Gerais. É preciso lembrar, porém, que o estabelecimento dos Grupos não substituiu as escolas isoladas, sendo eles, nesse sentido, uma alternativa escolar a mais em solo mineiro. É no bojo dessas modificações que se instituiu, então, o Grupo Escolar em Lafaiete, do qual a normalista Emilia Augusta foi a primeira diretora.

⁸⁰⁹ MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

FIGURA 8

Nota sobre a inauguração do Grupo Escolar “Pacífico Vieira” (1914)



Fonte: Jornal *Correio da Semana*, Queluz, 24 de maio de 1914.

De maneira semelhante, quem também assumiu a direção de um Grupo Escolar, naquela mesma época, mas, na cidade de Ouro Preto, foi a professora Ubaldina Ferreira de Carvalho, que frequentou o curso da ENOP entre 1877 e 1881⁸¹⁰, tendo o seu diploma conferido em 4 de janeiro de 1882.⁸¹¹ Como mencionado no tópico 3 deste capítulo, Ubaldina atuou no magistério em cadeiras femininas, masculinas e mistas, nas localidades de Barra Longa⁸¹², Muriaé⁸¹³, e em Ouro Preto, a sua cidade natal.⁸¹⁴ É justamente em Ouro Preto que ela exerceu o magistério na

⁸¹⁰ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

⁸¹¹ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 41, 1880 – 1885.

⁸¹² Informações acerca de Barra Longa estão na nota de rodapé 758 da Tese.

⁸¹³ Informações sobre Muriaé constam na nota de rodapé 378 da Tese.

⁸¹⁴ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893. / MINAS GERAIS, *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório do vice-presidente Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887. / Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890. / Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / Diário de Minas, Juiz de Fora, 13 de julho de 1888. / A União, Ouro Preto, 20 de agosto de 1887. / A União, Ouro Preto, 17 de março de 1888. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 9 de dezembro de 1891. / O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 31 de dezembro de 1891. / Minas Geraes, Ouro Preto, 7 de janeiro de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 6 de fevereiro de 1895. / Minas Geraes, Ouro Preto, 27 de setembro de 1896. / Minas Geraes, Ouro Preto, 16 de janeiro de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 13 de dezembro de 1897. / Minas Geraes, Ouro Preto, 23 e 24 de fevereiro de 1898. / Minas Geraes, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1900. / O Pharol, Juiz de Fora, 27 de novembro de 1903. / O Pharol, Juiz de Fora, 3 de dezembro de 1907.

maior parte de sua carreira profissional, e é também lá que assumiu a direção do Grupo Escolar Dom Pedro II.

Conforme Viegas (2012), o Grupo Escolar Dom Pedro II foi criado por meio do Decreto nº 2.296, em 17 de novembro de 1908, tendo entrado em funcionamento já em janeiro do ano seguinte. De acordo com a autora, para a criação do referido Grupo Escolar, foram suprimidas cinco das oito cadeiras públicas que existiam na cidade de Ouro Preto, entre elas, a de propriedade de Ubaldina. Com a supressão de sua cadeira, a normalista foi transferida para o quadro de professores do Grupo Escolar. Ainda segundo Viegas (2012), o primeiro diretor do Grupo Dom Pedro II, nomeado pela presidência do estado, foi o major Carlos José dos Santos. Após a exoneração deste, em 1910, Ubaldina assumiu o seu posto, por ser a professora mais antiga da instituição até então. A normalista permaneceu como diretora do Grupo Escolar até a sua aposentadoria.

A terceira pessoa a assumir a direção do referido Grupo, Anna Ferreira Guimarães, também era uma das egressas da ENOP no recorte da investigação, tendo frequentado o curso entre os anos de 1885 e 1888.⁸¹⁵ Anna foi diretora da instituição por vários anos da década de 1920.⁸¹⁶ Antes disso, porém, foi professora particular⁸¹⁷ e atuou como adjunta da cadeira prática do sexo feminino anexa à ENOP.⁸¹⁸

Por fim, a quarta e última normalista egressa da ENOP, no recorte da investigação, que, pelo que foi possível constatar, atuou como diretora escolar já foi referenciada em outras partes da Tese (principalmente no tópico 5 do capítulo 2), sendo ela a professora Idalina Horta Galvão. A normalista, que teve uma carreira longa no magistério, concluiu-a dirigindo um Grupo Escolar com o nome de “D. Maria Thereza”, na cidade de São João del-Rei.⁸¹⁹ Apesar de só chegar a dirigir o Grupo Escolar pouco antes da sua aposentadoria⁸²⁰, Idalina já lecionava em uma instituição dessa natureza⁸²¹ desde a primeira década do século XX na mesma localidade.

⁸¹⁵ Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

⁸¹⁶ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

⁸¹⁷ O Paiz, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1913.

⁸¹⁸ Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910. / Minas Geraes, Ouro Preto, 1º de novembro de 1893. / Minas Geraes, Ouro Preto, 10 de novembro de 1893.

⁸¹⁹ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. / O Paiz, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1927.

⁸²⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1933.

⁸²¹ Não foi possível identificar, ao certo, se o Grupo Escolar no qual Idalina Horta Galvão lecionou foi o mesmo em que ela atuou como diretora.

FIGURA 9

Foto contendo o diretor, professores/as (incluindo Idalina Horta Galvão) e alunos/as do Grupo Escolar de São João del-Rei (1909)



ESTADO DE MINAS — Grupo Escolar de São João d'El Rey, Director Lindolpho Gomes, professores, Lauro Pinheiro, Maria da Conceição Mourão, Maria de Castro Campos da Cunha, Diva de Andrade e Silva, Idalina H. Galvão, Sylvia Braga, Maria A. Guadalupe, Maria C. do Carmo e Isaias F. Moreira. (technico), Matricula 665 alumnos.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1909.

Conforme apresentado, as quatro alunas egressas da ENOP que foram diretoras escolares ao longo de suas trajetórias profissionais o foram em Grupos Escolares. Como aponta Viega (2012), o “Regulamento da Instrução do Ensino Primario e Normal do Estado”, de 1906, determinava que os diretores ou as diretoras dos Grupos Escolares mineiros deveriam ser professores efetivos e, preferencialmente, normalistas. Isso ajuda a entender a escolha destas mulheres para assumirem tais postos. Contudo, Viega (2012) salienta que, para cargo de diretor, se levavam em consideração, também, a boa reputação e a competência dos indivíduos. Ainda de acordo com a autora, o papel do diretor/a era muito importante para a legitimação desses Grupos.

Tendo em vista esses apontamentos, pode-se pensar que as quatro normalistas aqui destacadas contavam com certo prestígio profissional, na medida em que foram escolhidas pela

administração estadual de Minas Gerais para assumirem cargos de tamanha importância, em um momento em que os Grupos Escolares emergiam, representando as mudanças educacionais do advento republicano no país.

É preciso lembrar, porém, que as normalistas de Ouro Preto só chegaram ao cargo de diretoras a partir da segunda década do século XX, ao contrário de alguns homens egressos da ENOP que, como apresentado no tópico 5 do capítulo 3, já na década final do oitocentos, estavam ocupando cargos de destaque em escolas normais, por exemplo. Ao analisarem um grupo de professores atuantes no contexto da Primeira República em São Paulo, Demartini e Antunes (2002) constataram a demora nos progressos das carreiras das mulheres analisadas, ao contrário dos homens, que mudavam de nível muito mais rápido. Assim, conforme as autoras, essas mulheres passavam por longos períodos na docência primária para que, só então, pudessem obter outras funções. No caso das diretoras, estas chegavam a este posto, via de regra, pouco tempo antes de se aposentarem.

De fato, também no caso das quatro egressas da ENOP, é possível perceber que elas só chegariam à função de diretoras escolares após décadas de carreira no magistério primário e, pelo que foi possível constatar, pelo menos no que diz respeito aos casos de Idalina e Ubaldina, estas estiveram na função de diretoras em seus últimos anos de atuação profissional, ou seja, pouco antes da aposentadoria.

Ainda assim, não se pode deixar de considerar a importância da ocupação desses cargos por essas mulheres, assumindo posições sociais e espaços de poder que eram ocupados majoritariamente por homens até aquele momento.⁸²² No caso específico das normalistas formadas pela ENOP, é interessante observar que, em um intervalo de poucas décadas, elas passaram, do lugar de componentes dos primeiros grupos de mulheres a se formarem pela instituição, para o de diretoras em Grupos Escolares, símbolos da renovação educacional que se esperava para o país nas primeiras décadas republicanas.

No entanto, é evidente que essa conquista não se deu sem lutas por parte dessas mulheres. Como visto ao longo da Tese, o enfrentamento de problemas por elas se deu desde o início do processo de feminização da formação e do magistério primário. Em um primeiro

⁸²² Faz-se importante pontuar que, para além do campo educacional, havia, nos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, um movimento das mulheres na busca por seus direitos em diferentes meios e espaços. Como afirma Hahner (1981), já no final da década de 1880, sobretudo com o advento do regime republicano, algumas mulheres começaram a reivindicar, mais fortemente, direitos igualitários em relação aos homens, defendendo, inclusive, o voto feminino, sendo este assunto uma das pautas da Assembleia Constituinte de 1890, por exemplo. Apesar de o direito ao voto ter sido concedido às mulheres muitas décadas mais tarde, notadamente em 1932, isso ajuda a ilustrar que, já nos anos finais do século XIX, elas começaram a lutar, mais firmemente, por seus direitos em diferentes âmbitos e espaços, entre eles o educacional.

momento, lidando com os muitos movimentos de resistências (especialmente de caráter moral) às suas entradas em instituições de ensino mistas, passando pelas desconfianças sobre as suas capacidades para o ensino para ambos os sexos; seguiram na profissão efetuando deslocamentos espaciais para estudarem e para exercerem os seus ofícios, conciliando o magistério com a manutenção da casa e a criação dos filhos, entre muitas outras questões. Em outras palavras, essas mulheres, por meio da educação e da transposição de uma série de barreiras, constituíram-se como um grupo de professoras e funcionárias públicas que estiveram em constante atividade e movimentação no contexto dos anos finais do Império e das primeiras décadas republicanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

S. João D'el Rey – No salão nobre da Associação Commercial, as classes representativas da sociedade sanjoanense, abraçando a iniciativa do Centro Pedagógico Mario Casasanta, homenagearam a veneranda professora Idalina Horta Galvão, por motivo de seu afastamento do magistério, em virtude de aposentadoria.⁸²³

Após quase 50 anos de sua estreia como professora, a normalista Idalina Horta Galvão encerrava as suas atividades no magistério mineiro sendo homenageada por setores da sociedade de São João del-Rei, local onde trabalhou por várias décadas, conforme apresentado na nota transcrita acima, publicada pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, em 29 de agosto de 1933. Como visto ao longo da Tese, Idalina, que era natural do Espírito Santo, possuía a condição de órfã quando ingressou no corpo discente da Escola Normal de Ouro Preto no ano de 1883. Após formada, lecionou na localidade de Ubá e depois na cidade de São João del-Rei, casou-se, teve uma numerosa prole e permaneceu atuando no magistério, em escolas elementares e no curso normal, concluindo a sua carreira como diretora de um Grupo Escolar.

A trajetória de Idalina, aqui retomada a título de exemplificação, sintetiza vários elementos que perpassaram a construção da docência das normalistas formadas pela ENOP, apresentadas ao longo desta Tese, em meio ao processo de feminização do corpo discente da instituição. Assim como Idalina, quase todas as suas colegas formadas em Ouro Preto, entre 1877 e 1889, ingressaram no magistério e traçaram as suas carreiras profissionais em meio a esse momento de transição de uma profissão essencialmente ocupada por homens para uma majoritariamente composta por mulheres no Brasil, enfrentando, nesse sentido, todo um contexto de modificações, lutas, resistências e desafios. Elas fizeram parte, ainda, dos primeiros grupos de alunas do sexo feminino egressas da ENOP, no contexto de sua terceira fase de funcionamento, e, portanto, vivenciaram direta e indiretamente as mudanças decorrentes do ingresso feminino nela.

O contexto da terceira reabertura da ENOP foi marcado por uma série de modificações em Minas Gerais e no Brasil, de maneira geral, em diferentes aspectos, com o início dos processos de industrialização e urbanização em algumas partes do país, o aumento populacional, a crise da monarquia e do sistema escravista, entre outros. Também no âmbito educacional aconteciam mudanças, em um movimento de expansão da instrução primária, inclusive a feminina, e a conseqüente criação de escolas elementares, noturnas e profissionais,

⁸²³ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1933.

bem como a emergência do debate acerca da coeducação dos sexos. É no bojo dessas transformações que refloresceram os cursos normais em várias partes do país, dentre eles, o de Ouro Preto.

A ENOP foi, então, reaberta, trazendo como uma importante novidade a previsão de matrícula para ambos os sexos. Dessa forma, desde as primeiras turmas, a instituição passou a receber moças em seu corpo discente. No decorrer dos anos, porém, o número de estudantes do sexo feminino matriculadas e formadas no curso foi superando o do sexo masculino, e a evasão dos últimos também foi se tornando mais acentuada. Entretanto, apesar de elas serem a maioria no que diz respeito ao alunado, o corpo docente da ENOP continuava a ser majoritariamente composto por homens, sendo que as poucas mulheres que lá lecionavam ocupavam somente as cadeiras referentes às aulas práticas anexas, tanto femininas quanto masculinas e mistas. Ainda assim, eventualmente, elas conseguiam assumir, como substitutas, as cadeiras teóricas do curso e, até mesmo, a direção da instituição.

Mesmo que em pequeno número, a entrada de mulheres no corpo docente da ENOP - muitas delas egressas da própria instituição - se apresentou como uma das transformações que acompanharam a chegada das moças ao seu corpo discente. Outras modificações também foram vistas, como as adaptações curriculares e de normas de acordo com o sexo. A emergência de debates públicos sobre o espaço físico e a localização geográfica da Escola, em função das especificidades femininas, indicava que a chegada das mulheres na instituição a influenciou também neste aspecto.

Já no que diz respeito ao perfil do alunado da ENOP entre os anos de 1877 e 1889, foi possível identificar, ao longo da pesquisa, que a instituição recebeu um grupo de estudantes jovens que, salvo algumas exceções, ainda não havia atuado no magistério. Existiam entre alguns/mas estudantes relações de parentesco, como a de tio e sobrinha e irmãos e irmãs. A presença de pessoas da mesma família estudando na Escola Normal pode indicar a confiança na instituição ou a oportunidade de conquistar um ensino diferenciado, em um contexto no qual ainda haviam poucas alternativas escolares após a educação elementar, sobretudo para as mulheres, na cidade de Ouro Preto.

Foi possível identificar, ainda, que nem todos/as os/as normalistas concluíram o curso no tempo estipulado pela legislação vigente de cada época, devido a questões diversas, e que a maioria era natural da própria cidade de Ouro Preto, havendo, também, embora em menor número, aqueles/as que vinham de regiões vizinhas, ou mais distantes. As origens familiares dos/as normalistas eram igualmente diversas, havendo filhos/as naturais, legítimos/as, órfãos e

órfãs. Ou seja, em linhas gerais, e apesar de terem algumas características em comum, os/as alunos/as egressos/as no recorte da investigação compunham um grupo plural e diversificado.

Ao longo da Tese, também se percebeu que uma série de relações foi sendo construída com e a partir da passagem dos/as estudantes pela ENOP, e que quase a totalidade deles/as atuaram no magistério após formados/as, em pelo menos algum momento de suas vidas, lecionando, principalmente, no magistério público mineiro. Identificou-se que, em muitos casos, a profissão escolhida pelos/as normalistas era a mesma ou semelhante à dos pais ou de parentes próximos. No caso específico das mulheres, percebeu-se que, apesar de algumas terem deixado o magistério após o matrimônio, ou nos anos que se seguiram a ele, um número significativo conciliou a atividade docente com a maternidade e o casamento. Já no que tange aos homens, o fato de se tornarem pais ou maridos parece não ter influenciado significativamente os seus percursos profissionais. Outra diferença identificada entre eles e elas é que os primeiros tiveram um leque de atuação profissional mais variado, com ascensão mais rápida na carreira, inclusive quando se concentrava na profissão docente.

No estudo, foram apresentados, ainda, vários discursos divulgados por diferentes meios, mormente durante a década de 1870, que propagavam a ideia da mulher como a mais propensa “naturalmente” ao magistério primário. Contudo, ainda existia muita resistência à entrada feminina no curso normal e na profissão naquele período, em que pairavam dúvidas tanto de ordem moral quanto sobre a capacidade das mulheres de aprenderem como os indivíduos do sexo masculino, ou de lecionarem para eles. A despeito disso, após formadas, muitas normalistas de Ouro Preto atuaram no magistério em cadeiras femininas, masculinas e mistas, e nas aulas práticas de escolas normais, às vezes se deslocando por várias partes de Minas Gerais para realizarem seu ofício. Além disso, algumas chegaram a assumir cargos de direção em Grupos Escolares, ainda que pouco tempo antes da aposentadoria.

No decorrer do trabalho, foi possível constatar que o processo de feminização do corpo discente da ENOP foi permeado por uma série de peculiaridades interessantes. As normalistas formadas pela instituição eram provenientes, em sua maioria, de famílias que já tinham algum contato com as letras, e que eram atuantes no funcionalismo público mineiro, seja na própria capital, que era a sede administrativa do governo, seja em outras partes de Minas Gerais. Nesse sentido, diferentemente de outros contextos do país, essas jovens, em sua maioria, não vinham nem de uma elite (urbana ou rural) nem das camadas mais baixas da sociedade (desvalidas). No caso delas, a escolha pela carreira parece ter sido um movimento de continuidade de percursos profissionais que já vinham sendo seguidos pelos familiares anteriormente.

Ainda no caso específico das mulheres egressas, como visto no decorrer da Tese, após a conclusão do curso normal, quase a totalidade delas exerceu, de fato, o magistério, em intervalos maiores ou menores de tempo, estando casadas ou não. Elas aparecem em constante circulação e atividade, fazendo parte do quadro de funcionários públicos mineiros das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Dessa forma, é possível pensar que, para além de uma formação intelectual e humanística diferenciada (como comumente se pensava), essas moças e seus pais ou responsáveis viam na Escola Normal uma possibilidade de formação para o trabalho fora do âmbito doméstico, seja ele de caráter transitório ou permanente. Ou seja, o curso normal de Ouro Preto cumpriu, ao menos em parte, um dos seus objetivos, ao habilitar um grupo de mulheres docentes atuantes em Minas Gerais.

Já no que tange aos homens formados, embora alguns tenham seguido caminhos profissionais diferentes, a maior parte deles também trabalhou na docência em várias modalidades, possibilitando afirmar, em linhas gerais, que eles não deixaram a profissão em favor de outras mais rentáveis, ou para ocuparem um mercado de trabalho novo que se abria com o fim do regime escravista, como ocorreu em outras partes do país. No caso de Ouro Preto, a baixa procura e a acentuada evasão masculina do curso normal sinalizam que, mais do que abandonar o magistério para seguir outras carreiras, os rapazes estavam deixando o curso de formação em si. Em outras palavras, o abandono dos homens pela profissão docente estava se dando antes de nela ingressar e não depois.

Desse modo, é possível pensar que os próprios discursos em defesa da mulher como mais propensa ao ensino da mocidade, emergentes e difundidos nas décadas finais do século XIX, atrelados às transformações internas decorrentes da entrada maciça de moças na ENOP, podem ter influenciado na baixa procura e na saída gradual dos homens do curso, movimento este que veio a se consolidar, porém, somente na década de 1910, quando a instituição, reabrindo as suas portas em sua quarta fase de funcionamento, passaria a receber exclusivamente estudantes do sexo feminino. Assim, relembra-se aqui que, embora em pequena quantidade, a ENOP continuou recebendo alunos homens em seu corpo discente até 1904, quando ocorreu o seu terceiro fechamento.

Nesse sentido, a investigação permitiu demonstrar que o processo de feminização do corpo discente das escolas normais e do magistério primário, apesar de ter ocorrido mais ou menos ao mesmo tempo em várias partes do país e também no exterior, foi permeado por uma série de especificidades locais. Logo, não é possível justificá-lo a partir de explicações únicas, importadas e generalizantes, sem levar em consideração as suas peculiaridades espaciais e temporais.

No âmbito da pesquisa, constatou-se, também, a grande quantidade de discursos veiculados, por diferentes instâncias, como a imprensa, representantes educacionais e políticos, e a comunidade do entorno da Escola, sobre o ideal de feminilidade e a sua essência. Esses discursos foram utilizados ora para justificar, ora para rechaçar o acesso feminino à educação e ao magistério. Em contrapartida, raras eram as menções às características masculinas, sendo essas perceptíveis, quase sempre, pelo seu oposto: quando se dizia que as mulheres eram mais dóceis, por exemplo, podia-se inferir que os homens o eram menos. Desse modo, o masculino aparece como uma referência tácita, sendo desnecessária a sua apresentação ou descrição.

Ainda a esse respeito, a investigação auxiliou na percepção, já apontada por outros autores e estudos - como visto na introdução da Tese - da escassez de investigações sobre o homem docente, sobretudo no contexto de feminização do magistério no Brasil. Afinal, quem eram os homens que permaneceram na profissão ou dela saíram, quando as mulheres passaram a ocupar majoritariamente o professorado primário? Embora este não tenha sido o objetivo principal da presente investigação, ao longo dela foi possível identificar essa temática como uma perspectiva fértil a ser explorada⁸²⁴. Fica aqui, portanto, o convite para aprofundamentos em pesquisas futuras a esse respeito, nesse e outros espaços e contextos.

A investigação auxiliou na elucidação, ainda, de que, embora o processo de feminização do magistério no Brasil tenha sido composto por muitos elementos e em um recorte temporal que, em um primeiro momento, pode parecer longo, na verdade, ele foi atravessado pela mesma geração de mulheres. Assim, no caso das trajetórias mais longevas aqui analisadas (como a de Idalina Horta Galvão, por exemplo), percebeu-se que essas mulheres tiveram que enfrentar quase todas as modificações inerentes a esse movimento de transição da profissão: desde compor os primeiros grupos de indivíduos do sexo feminino a frequentarem as escolas normais, tendo que, para isso, transpor o ambiente doméstico, até o fato de serem pioneiras como docentes nessas instituições, de atravessarem as discussões e desconfianças em torno da coeducação e das capacidades femininas para o ensino de meninos, de conciliarem a carreira, o casamento e a maternidade, de se deslocarem de um lugar para o outro para lecionar, até conquistarem o posto de diretoras escolares.

Em vista disso, ao longo do estudo foi possível identificar que a construção da docência pelas alunas formadas pela ENOP envolveu o enfrentamento de obstáculos de ordem moral,

⁸²⁴ Encontra-se no prelo um artigo produzido com dados relativos aos rapazes egressos da ENOP no período analisado. (PEDRUZZI, Jumara Seraphim; JINZENJI, Mônica Yumi. Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889). *Historia y Sociedad*. Universidad Nacional de Colombia. Medellín. [Aprovado para publicação], 2021).

econômica e política, demonstrando o papel ativo das mulheres em suas trajetórias. Elas souberam, sem subverter a ordem vigente, tencionar o lugar do magistério como opção de carreira para um novo grupo social. Sem recusarem completamente os papéis historicamente construídos para as mulheres, elas vão se adaptando e fazendo uso dos recursos que lhes eram disponíveis e cabíveis, naquele momento, para, pouco a pouco, irem conquistando os seus objetivos e ganhando espaço na profissão, até o ponto de ocupá-la quase que exclusivamente.

Por fim, salienta-se aqui que, como visto ao longo do trabalho, nesta investigação fez-se uso de um conjunto amplo e diversificado de fontes, algumas delas ainda pouco utilizadas em estudos sobre a temática, neste contexto histórico específico, como inventários, testamentos e documentos eclesiásticos, por exemplo. O contato com essas fontes permitiu elucidar que elas apresentam um grande universo de possibilidades para pesquisas em história da educação, de maneira geral, e sobre os processos de feminização da formação e da profissão docente, de maneira particular. No decorrer da pesquisa percebeu-se também que a imprensa pode ser uma fonte profícua para a construção de trajetórias de sujeitos, através da busca nominal sobre eles, e de indivíduos de seu círculo pessoal e/ou profissional. Infelizmente, devido aos limites de uma Tese de Doutorado, nem todas essas possibilidades puderam ser exploradas com profundidade ao longo do texto. Espera-se, entretanto, que a presente pesquisa auxilie na ampliação de horizontes sobre a utilização dessas fontes para investigações futuras.

De maneira semelhante, ainda em razão das limitações de uma Tese de Doutorado, não foi possível abordar de maneira mais detalhada cada uma das trajetórias aqui apresentadas. O contato com as fontes demonstrou que há muito mais que se descortinar sobre essas normalistas e tantas outras em diferentes espaços e tempos. Mulheres/moças/meninas com trajetórias importantes, que estão quase sempre escondidas nos documentos, ou aparecendo discretamente ao lado dos homens do seu círculo social e familiar, ficando para elas o papel de “irmãs do estimado...”, “esposa amorosa do Sr...”, “filha mimosa do Coronel...”, “mãe virtuosa do Dr...” etc. É tempo, pois, de tirá-las do anonimato a que foram confinadas. Portanto, espera-se que o estudo ora apresentado instigue, também, novas pesquisas sobre estas e tantas outras mulheres.

REFERÊNCIAS

FONTES

Almanaques

Almanach de Juiz de Fóra: Para 1899 (MG), 1899.

Almanach do Município de Barbacena: Calendario para 1898 (MG), 1898.

Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Scientifico e Litterario do Municipio de Ouro Preto (MG) do ano de 1890.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – 1844 a 1885.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1864.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1865.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1869, para servir no de 1870.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1872, para servir no de 1873.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do ano de 1874, para servir no de 1875.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

Anuários

Anuario de Minas Geraes: Estatistica, Historia, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações (MG) – 1906 a 1913.

Arquivo Arquidiocesano de Mariana

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1827 – 1880.

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1832 – 1872.

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1880 – 1936 (desordenados).

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1890 – 1904 (desordenados).

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1782 – 1889.

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamento – Casamentos 1904 – 1920.

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Nossa Senhora da Conceição. Ouro Preto, Minas Gerais – Livro de Registro de Óbitos – Óbitos 1890 – 1896, 1899.

Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Igreja Católica. Santo Antônio, Itaverava, Minas Gerais – Livro de Batismo – Batismos 1852 – 1885.

Arquivo Arquidiocesano de São João del-Rei

Arquivo Arquidiocesano de São João Del Rei – Igreja Católica. Nossa Senhora do Pilar, São João del-Rei, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1887 – 1903.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – Igreja Católica. Santa Luzia, Santa Luzia, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1826 – 1895.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – Igreja Católica. Santa Luzia, Santa Luzia, Minas Gerais – Livro de Registro de Casamentos – Casamentos 1808 – 1899.

Arquivo Diocesano de Leopoldina

Arquivo Diocesano de Leopoldina – Igreja Católica. São Sebastião, Leopoldina, Minas Gerais – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1855 – 1881.

Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira

Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira – Prateleira O, Número 20 – Livro de Registro de Batismo – Batismos 1852 – 1866.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário de Maria Miquelina Dias Bicalho, Primeiro Ofício, Códice 59, Auto 1303, 1857.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Batista de Oliveira Bicalho, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 938, 1880.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João José Ribeiro Bhering, Primeiro Ofício, Caixa 79, documento 937, 1879.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de João Pereira de Faria (fragmento), Folhas preenchidas: 3, Ouro Preto, 1909.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de José Rodrigues de Barcellos, Primeiro Ofício, Caixa 68, documento 811, 1881.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Manuel José da Costa, Primeiro Ofício, Caixa 114, documento 1461, 1878.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Maria Teresa Soares Pombo, Caixa Letra M – Maço 74 – documento 4, 1897.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário de Pedro Queiroga Martins Pereira, Segundo Ofício, Caixa Letra P – Maço 94 – documento 4, 1893.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Inventário do Tenente José Dias dos Santos, Primeiro Ofício, Caixa Letra J – Maço 58 – documento 7, 1891.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Testamento. Testador: Pombo, José Rodrigues – Principal. Ouro Preto, período 1864-1897.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Instrução Pública (IP)

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 37, 1876 – 1880.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Atestados, Certificados e Outros, Notação IP – 41, 1880 – 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP – 137, 1883 – 1896.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP2/1 – Caixa 01, doc. 87, 1882.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Expedida, Subsérie Presidência da Província, Secretaria de Governo, Fazenda Provincial e outros, Notação IP – 165, 1880.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 02, 1873.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 06, 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 12, 1875.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 13, 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 21, 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 20, doc. 28, 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 01, 1886.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 01, 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 04, 1884.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 12, 1884.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 23A, 1886.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 31, 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 34, 1886.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 21, doc. 35, 1886.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 22, doc. 29, 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 01, 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 04, 1888.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 16, 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 23, doc. 32, 1889.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida. Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 02, 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida. Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 03, 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Correspondência Recebida, Subsérie Escolas Oficiais e Particulares, Notação IP1/3 – Caixa 38, doc. 07, 1890.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 63, 1872.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, Notação IP – 138, 1883 – 1903.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Diversos, Notação IP3/5 – Caixa 01, doc. 02, 1884.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 03, 1869 – 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 07, 1868 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 08, 1836 – 1882.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 19, 1868 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 21, 1871 – 1890.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 22, 1849 – 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 23, 1872.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 26, 1872 – 1879.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 29, 1869 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 30, 1854 – 1894.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 33, 1861 – 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 34, 1854 – 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 44, 1882 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 49, 1883 – 1885.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 56, 1885 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 60, 1890 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 123, 1877 – 1883.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 130, 1882 – 1883.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 133, 1883 – 1890.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 135, 1883 – 1893.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Mapas e Listas, Notação IP – 196, 1864 – 1887.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Instrução Pública, Série Documentação Interna, Subsérie Provas e Pareceres, Notação IP3/3 – Caixa 13, doc. 14, 1884.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Secretaria do Interior (SI)

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 648, 1893-jul/dez.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 733, 1894.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 738, 1895.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 837, 1893 – 1898.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 838, 1894 – 1895.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 846, 1901 – 1904.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 872, 1891 – 1910.

Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, Notação SI – 2703, 1895 – 1904.

Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO)

Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – CECO (microfilme) – Inventário analítico do arquivo eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto – Documentos diversos e registros paroquiais – 0511 – 105/0625-0705, 1906-1917.

Dicionários

AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881.

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão, 1913.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

Enciclopédias

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25. 1959.

Jornais

Jornais de Minas Gerais:

A Cidade (Ouro Preto) – 1901.

A Actualidade (Ouro Preto) – 1878, 1879, 1880, 1881.

A Gazeta de Ouro Preto (Ouro Preto) – 1890.

A Ordem (Ouro Preto) – 1889, 1890, 1891, 1892.

A Província de Minas (Ouro Preto) – 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889.

A União (Ouro Preto) – 1886, 1887, 1888, 1889, 1905.

A Verdade (Itajubá) – 1887.

Correio da Semana (Queluz de Minas) – 1913, 1914, 1917.

Correio de Minas (Ouro Preto) – 1896.

Correio Official de Minas (Ouro Preto) – 1857, 1858, 1859.

Diário de Minas (Ouro Preto) – 1866, 1867, 1868, 1873, 1874, 1875.

Diário de Minas (Juiz de Fora) – 1885, 1888, 1889.

Diário de Minas (Cidade de Minas) – 1899.

Gazeta de Leopoldina (Leopoldina) – 1927.

Gazeta de Queluz (Queluz) – 1908.

Gazeta de Ouro Preto (Ouro Preto) – 1888, 1890.

Jornal de Queluz (Queluz) – 1929.

Jornal Mineiro (Ouro Preto) – 1899, 1900.

Liberal Mineiro (Ouro Preto) – 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1888.

Minas Geraes (Ouro Preto) – 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900.

Monitor do Norte (Diamantina) – 1875.

Noticiador de Minas (Ouro Preto) – 1868, 1869, 1870, 1871, 1872.

Nova Philadelphia (Theophilo Ottoni) – 1897.

O Baependyano (Baependy) – 1886.

O Bom Senso (Ouro Preto) – 1852, 1855.

O Contemporaneo (Sabará) – 1894.

O Estado de Minas (Ouro Preto) – 1890, 1891, 1896.

O Estado de Minas Geraes (Ouro Preto) – 1889, 1890, 1891, 1892, 1894, 1895.

O Estandarte (Cataguazes) – 1913, 1914.

O Jornal de Minas (Ouro Preto) – 1890, 1891.

O Jequitinhonha (Diamantina) – 1861.

O Leopoldinense (Leopoldina) – 1881, 1882, 1883.

O Pharol (Juiz de Fora) – 1887, 1888, 1890, 1891, 1893, 1897, 1899, 1900, 1901, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1912, 1913.

O Sexo Feminino (Campanha) – 1873, 1874.

O Universal (Ouro Preto) – 1839.

Ouro Preto (Ouro Preto) – 1901.

Queluz de Minas (Queluz) – 1898, 1900.

Pharol (Juiz de Fora) – 1882.

União Postal (Ouro Preto) – 1887.

Jornais do Rio de Janeiro:

A Cruz (Rio de Janeiro) – 1923.

A Imprensa (Rio de Janeiro) – 1912.

A Notícia (Rio de Janeiro) – 1901.

A Reforma (Rio de Janeiro) – 1871.

A União (Rio de Janeiro) – 1905.

Constitucional (Rio de Janeiro) – 1864.

Correio da Manhã (Rio de Janeiro) – 1913, 1917, 1933.

Correio da Semana (Rio de Janeiro) – 1913, 1914, 1915.

Correio Mercantil (Rio de Janeiro) – 1859.

Dezesseis de Julho (Rio de Janeiro) – 1869.

Diário do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) – 1864.

Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro) – 1923.

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) – 1903, 1924.

Jornal do Commercio (Rio de Janeiro) – 1859, 1877, 1886, 1889, 1892, 1896, 1903, 1912, 1914, 1917.

O Imparcial (Rio de Janeiro) – 1917.

O Paiz (Rio de Janeiro) – 1894, 1901, 1912, 1913, 1914, 1923, 1924.

O Tempo (Rio de Janeiro) – 1894.

Jornais de São Paulo:

A Gazeta (São Paulo) – 1927.

Correio Paulistano (São Paulo) – 1904, 1906, 1908, 1938.

Diário Nacional (São Paulo) – 1932.

O Commercio de São Paulo (São Paulo) – 1909.

Legislação

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1827.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. *Coleção da Leis do Império do Brasil de 1834 – parte primeira*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, 1871.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 14, 1886.

BRASIL. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 14 maio 1888.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Lei nº 3.322 de 5 de outubro de 1885. Coleção Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, 1893. Regulamento a que se refere o Decreto nº 607, de 27 de fevereiro de 1893.

MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, 1893. Regulamento a que se refere o Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893.

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 311, de 8 de abril de 1846. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 1769, de 4 de abril de 1871. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 395, de 23 de dezembro de 1904. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

MINAS GERAIS. *Instrução Pública*. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro).

Obras Literárias

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 10. impr. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ordenações Filipinas

ORDENAÇÕES FILIPINAS. *Edição de Cândido Mendes de Almeida*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1870. (v. 1, v. 2, v. 3, v. 4, v. 5).

Recenseamentos

BRASIL. *Ministério da Indústria*. Viação e Obras Públicas. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876.

Registros Civis

BRASIL. Rio de Janeiro, *civil registration* – Brasil, Rio de Janeiro, registros civis, 1829 – 2012. Óbitos 1948, Out-1949.

BRASIL. Minas Gerais, Belo Horizonte, *Registros de Cemitérios Municipais*, 1897 – 2012.

Relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente, Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua installação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por ocasião da installação dos trabalhos da segunda sessão da vigesima primeira legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma provincia, em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1877.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião da installação da 1.a sessão da 22.a legislatura, dirigio o illm. e exm. sr. conselheiro senador Francisco de Paula da Silveira Lobo, presidente da mesma provincia, em 10 de agosto de 1878. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1878.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2.a sessão da 22.a legislatura a 15 de outubro de 1879 pelo Illm. e exm. sr. dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da mesma provincia.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de

Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Aquino e Castro, 13 de abril de 1885.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório Presidente Machado Portella, 13 de abril de 1886.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Relatório do vice-presidente Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 20 de agosto de 1887.

MINAS GERAIS. *Assembleia Legislativa Provincial*. Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1.o de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888.

Revistas

Revista da Semana (Rio de Janeiro) – 1907, 1909.

Revista de Petrópolis (Rio, Petrópolis e Nictheroy) – 1924.

Revista do Ensino (Ouro Preto) – 1886, 1887.

Revista Geral dos Trabalhos (MG), Rio de Janeiro, 1895.

Sites Consultados

<https://ape.es.gov.br>

<http://bdlb.bn.gov.br/>

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<http://ddsnext.crl.edu/>

<https://www.almg.gov.br/home/index.html/>

<https://www.bbm.usp.br/pt-br/>

<https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

<https://www.familysearch.org/pt/>

<https://www.geni.com/family-tree/html/start>

<https://www.google.com.br/maps/>

<http://www.lampeh.ufv.br/CasaSetecentista/index.php>

<http://www.lorena.sp.gov.br>

<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

<http://sahmi.museus.gov.br/>

<http://www2.educacao.mg.gov.br/>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). *Revista de História Regional* v. 19, n. 2, p. 282-297, 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev. 1996.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. A co-educação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica. *História da Educação*, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 61-86, maio/ago. 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. A destinação das mulheres para educar meninos e meninas: como são construídos os paradoxos históricos. *Educação e Linguagem*, ano 11, n. 18, p. 136-148, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, Jane Soares de. Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009.

ALMEIDA, Jane Soares de. A construção da diferença de gênero nas escolas – Aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 1, p. 65-77, 2015.

ALVARENGA, Elda. *A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramento possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920)*. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

ALVES, Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues. *Bandas de música e o cenário musical de Vila Rica/Ouro Preto no século XIX*. 2019. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

AMORIM, Alexandre de Paula. *Religião e sofrimento: ressonâncias patrimoniais no discurso religioso em Ouro Preto (MG)*. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de. A educação no Brasil Império: análise da organização da instrução na província de Minas Gerais (1850-1889). *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 105-133, maio/ago. 2009.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de. Civilidade, legislação e escolarização primária em Minas Gerais: a organização da instrução pública (1835-1889). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.46, p. 278-292, jun. 2012.

ANUNCIACÃO, Ana Luzia da. *Pedagogia Liberal e instrução pública na província de Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto (1835-1852)*. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. A gênese e a implantação da Escola Normal na Parahyba do Norte (1837-1885). *Seculum – Revista de História*; João Pessoa, ano 17, n. 24, p. 139-160, jan./jun. 2011.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 34-51. (v. 2, século XIX).

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. *Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BITTAR, Marisa. O Estado da arte em História da Educação Brasileira após 1985: um campo em disputa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). *Navegando pela História da Educação*. Campinas: HISTEDBR, 2006. p. 25-43.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A Escola Normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (org.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 163-191.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 5, p. 240-265, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BUFFA, Ester. *Os 30 anos do GT-HE da ANPEd: sua contribuição para a formação do campo*. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, UFSC – Florianópolis, 2015.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. Tradução de Magda Lopes. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-38.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do Corpo Docente e Valores na Sociedade Brasileira: A Feminização da profissão. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. (org.). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. São Paulo: CDAPH, 2002. p. 13-37. (Estudos, v. 1).

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. A Escola de Minas de Ouro Preto. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (v. 2). p.181-199.

CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 197-212, 2015.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)*. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHAMON, Carla Simone. Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 569-591, jul./dez. 2014.

CHAMON, Magda Lucia. *Trajetoária de Feminização do Magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2005.

CHAMON, Magda Lucia. Trajetória de feminização do magistério e a (con) formação das identidades profissionais. In: VI Seminário REDESTRADO Regulação Educacional e Trabalho Docente. Rio de Janeiro. *Anais...* (Seminário da Redestrado). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2006.

COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 127-235.

DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 153-184.

DEL PRIORE, Mary.; AMANTINO, Marcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri.; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS, Maria C. S. de Souza.; SILVA, Vera L. G. da. *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 69-93.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Meninos e meninas nas escolas públicas mineiras no último quartel do século XIX: considerações em torno de uma construção especial das diferenças de gênero. In: LOPES, Ana Amélia B. de Magalhães.; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (org.) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 334-343.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Acerca do valor de ser professor(a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900). *Revista brasileira de história da educação*, Belo Horizonte, n. 14, p. 147-176, maio/ago. 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MACEDO, Elenice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3., 2004, Curitiba.

FARIA FILHO, Luciano Mendes.; LOPES, Eliane Marta Teixeira.; JINZENJI, Mônica Yumi.; NASCIMENTO, Cecília Vieira do.; MACEDO, Elenice Fontoura de Paula.; ROSA, Walquíria Miranda.; SÁ, Carolina Mafra de. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (org.). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 53-87.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 135-150.

FERNANDES, Aleksandra Borges. A Escola Normal de Sabará/ Minas Gerais – 1882-1904. In: VII COPEHE, 2013, Mariana. *A Escrita da História da Educação em Minas Gerais e no Brasil*, 2013.

FLECHA GARCÍA, Consuelo. Fuentes para la Historia de la educación de las mujeres. *Revista de Enseñanza Universitaria*, Sevilla, n. 19, p. 51-62, 2002.

FLECHA GARCÍA, Consuelo. Las mujeres en la historia de la educación. *Revista de Educación*, [S. l.], v. 6, p. 21-34, 2004.

FONSECA, Marcus Vinícius. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n.3, p. 585-599, set./dez. 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. *Revista Lugares de Educação*, Bananeiras, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul./dez. 2011.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. Da “Normalista-espera-marido” ao exercício profissional no magistério: trajetórias de ex-alunas do Instituto de Educação Rui Barbosa (Aracajú/SE – 1920-1950). In: CAMPOS, Maria C. S. de Souza.; SILVA, Vera L. G. da. *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 141-162.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. Da ilegitimidade para a legitimidade: a paternidade tardia na Porto Alegre do início do século XIX. In: XI Encontro Estadual de História ANPUH RS, Rio Grande, 2012.

GATI, Hajnalka Halász.; MONTEIRO, Ivanilde Alves. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 15, n. 3, p. 1146-1169, set./dez. 2016.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991. p. 169-178.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES. Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores-As escolas normais no período imperial. In: LOPES, Ana Amélia B. de Magalhães; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. XAVIER, Maria do Carmo (org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 28, n. 14, p. 121-146, jan./jun. 2007.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In: PEIXOTO, Anamaria Casasanta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Lições de Minas – 70 anos de Secretaria da Educação*. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000. p. 19-31.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; SIMÕES, Fernanda Maurício. A Escolarização da Criança: as diferentes infâncias no projeto educacional na província mineira (1830-1892). In: Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira, 2., 2002, Natal. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, v. 2. p. 1-10, 2002.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HAHNER, June E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 2010.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, Florianópolis, maio/ago. 2011.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papyrus, 1997.

INÁCIO, Marcilaine Soares; ROSA, Walquíria Miranda; SALES, Zeli Efigênia Santos de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escola, Política e Cultura: A Instrução Elementar nos Anos Iniciais do Império Brasileiro*. Belo Horizonte: Argymentvem, 2006.

IZECKSOHN, Vitor. Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 267-297.

JARDILINO, José Rubens Lima.; PEDRUZZI, Jumara Seraphim. A Escola Normal de Ouro Preto - um percurso marcado por crises e reestruturações (1835-1852). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 679-699, maio-ago. 2016.

JINZENJI, Mônica Yumi. Educar ou instruir mulheres? Dilema do século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone (org.). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República*. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 87-108. (Império, v. 2).

JINZENJI, Mônica Yumi; COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa. Adolescência/juventude como categoria de análise das pesquisas em história da educação: contribuições teórico-metodológicas. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (org.) *Historiografia da Educação: abordagens teóricas e metodológicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 187-222.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, 1998.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Professores políticos e alunos grevistas: a Escola Normal e o Movimento Separatista- Campanha (MG) – 1892. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 6., 2006, Campinas. 20 anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMP, 2006.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: Particularidades Políticas e Religiosas da Educação Confessional em Mariana e Lisboa Oitocentistas*. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011.

LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE MOS, Celina Borges; MARTINS, Cláudia Marun Mascarenhas; BOIS, Maria Clara Maciel Silva. O século XIX na paisagem cultural ouro-pretana. Cotidiano, arquitetura e modernidade imperial. In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira: economia, história, demografia e políticas públicas*, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Júnia de Souza. Conventos de Fábricas: Reclusão, religiosidade e educação no cotidiano de operárias têxteis – Minas Gerais, final do século XIX. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 49, p. 459-489, jul./dez. 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, mai./ago. 2018.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Um Viveiro Muito Especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí. In: ARAÚJO, José Carlos Souza.; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de.; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 113-132.

LOPES, Eliane Marta S. Teixeira. Educadoras de Mulheres: As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo: Servas de Pobres e Doentes, Mães Espirituais, Professoras. *Educação Em Revista*, Belo Horizonte, n. 14, p. 26-41, 1992.

LOPES, Eliane Marta S. Teixeira. Pensar Categorias em História da Educação e Gênero. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Marcelo Ricardo Pereira (org.). *Conhecimento e inclusão social: 40 anos de pesquisa em educação*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 139-152.

LOPES, Eliane Marta S. Teixeira. *Da sagrada missão pedagógica*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOTT, Mírian Moura. *Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade Ouro Preto: população, família e sociedade (1838-1897)*. 2009. 466 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha*. *Educação & Realidade*, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 2, p. 25-56, jul./dez. 1986.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas. Uma escola de Mulheres*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero. *Projeto História*, São Paulo, v. 11, p. 31-46, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história representação. In: CATANI, Danise B; BUENO, Belmira O; SOUSA, Cynthia P. de; SOUZA, M. Cecília C. C. (org.). *Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997, p. 77-84.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, ano 9, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004. p. 443-481.

MARTINS, Amanda da Silva. *Um passado para Minas Gerais: os professores da Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. *Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860)*. 2018. 307 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MUNIZ, Diva Couto Gontijo. Mineiras trabalhando em silêncio: subjetividade e experiência no fazer-se das professoras de Minas no século XIX. *Pro-Posições*, Campinas, v. 9, p. 8-31, 1998.

MUNIZ, Diva Couto Gontijo. Construindo Diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas Minas oitocentistas (1834-1889). In: LOPES, Ana Amélia B. de Magalhães; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 298-326.

MUNIZ, Diva Couto Gontijo. *Um toque de gênero: História da Educação em Minas Gerais no século XIX (1835-1892)*. Brasília: Editora UnB, 2003.

NARDIN, Jane Baron; SOUZA, Vitória Martins de; COURA, Maria Clara. Jane Austen, Hannah More e o drama da educação. *LiterAusten*, Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 9-15, 2019.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)*. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)*. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do Ensino Secundário em Minas Gerais no Século XIX*. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Anaete Regina. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do Primeiro Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 27, p. 1-20, 2007.

OLIVEIRA, André Luís. *A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano*. 2018. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. *A educação feminina na comarca do Rio das Velhas (1750/1800) a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; COSTA, Henrique Antônio Valadares. Os Puri no sul do Espírito Santo: ocupação, territorialização e trabalho compulsório. *Habitus*, Goiânia, v. 17, n.2, p. 462-475, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Vânia Fortes de. Magistério: profissão feminina? In: OLIVEIRA, Valeska Fortes de (org.). *Imagens de professor: significações da profissão docente*. Ijuí: Unijuí, 2000. p 161-174.

PAIVA, Clotilde Andrade.; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org). *A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 271-293. (v. 1).

PAULA, Leandro Silva de. *O papel dos tutores na educação e inserção social dos órfãos no Termo de Mariana (1790 – 1822)*. 2016. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim. *A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição, sujeitos e Formação Docente (1889-1929)*. 2014. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim. *A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição e Formação Docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889)*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim; JINZENJI, Mônica Yumi. Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889). *Historia y Sociedad*. Universidad Nacional de Colombia. Medellín. [Aprovado para publicação], 2021.

PERARO, Maria Adenir. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 55-80. 1999.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou o silêncio da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. Donas da casa e dos seus: Mulheres Chefes de Domicílio em Minas Gerais (1770-1870) – Algumas considerações In: *Anais do XIII Seminário sobre economia mineira*, v. 1, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2008.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefe de domicilio em Minas gerais (1770/1880)*. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

QUEIROZ, Bernardo Lanza; ANDRADE, Cristiana Viegas de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas; CORRÊA, Carolina Perpetuo. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, v. 1, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-42.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de

Janeiro (1872-1893). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 89-115, jan./mar. 2017.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura/Secretaria de Estado da Educação, 2008.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Escola Normal na Província da Bahia. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 47-60.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p. 62-74, fev. 1992.

ROSSI, Edneia Regina. A educação escolar primária na Primeira República (1889 1929). *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 22, n. 45, p. 159-171, maio/ago. 2017.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O Império da ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. 2009. 192 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Manter e defender a ordem: o perfil socioeconômico da Guarda Nacional de Mariana/MG, 1850-1873. In: *XIV Seminário sobre Economia Mineira*, 2010, Diamantina. CD-ROM do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993.

SARAIVA, Luiz Fernando. O espaço da nobreza: hierarquia e poder em Minas Gerais no século XIX. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 120-146, jul./dez. 2018.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 132-149. (Século XIX, v. 2).

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de.; TEIXEIRA, Giselle Baptista. Educar os pobres e os negros: representações, práticas e propostas de educação na imprensa periódica na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889). *Revista eletrônica Documento Monumento*, Cuiabá, v. 15, n.1, p. 87-106, set. 2015.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-96.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995.

SILVA, Lucílio Luís. *Educação e trabalho para o progresso da Nação: O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946)*. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Faculdade de Educação, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Profissão: Professora! In: CAMPOS, Maria Chsrстина Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (org.). *Feminização do Magistério: Vestígios do Passado que Marcam o Presente*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002. p. 95-121.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27 n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari; FREITAS, Rita de Cássia Santos. Da inferioridade latente ao protagonismo compulsório: o olhar de Saint-Hilaire sobre as mulheres das Minas Gerais no início dos oitocentos. *Revista Ártemis*, v. 19, p. 90-100, jan./jul. 2015.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. *História da Educação*, Pelotas, n. 3, p. 35-58, abr. 1998.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

UEKANE, Marina Natsume. “Instrutores da Milícia cidadã”: a Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

UEKANE, Marina Natsume. Mulheres na sala de aula: um estudo acerca do processo de feminização do magistério primário na corte imperial (1854-1888). *Gênero*, Niterói, v. 11, n. 1, 2010.

VALDEMARIN, Vera Tereza. *Estudando as Lições de Coisas*. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13 n. 39, p. 502-516, set./dez. 2008.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminidade oitocentista*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VIANNA, Cláudia. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2001.

VIANNA, Cláudia. Contribuições do conceito de gênero para a análise de feminização do magistério no Brasil. In: Maria Christina Siqueira de Souza Campos; Vera Lúcia Gaspar da Silva (org.). *A feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 39-67.

VIDAL, Diana Gonçalves. CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e Magistério primário: Tensões, ambiguidades e deslocamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (org.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 205-224.

VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga. *O processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900-1920)*. 2012. 306 f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 145-189, jul./dez. 2016.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice. *O Passado Sempre Presente*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 17-42.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O Mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*, Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-134.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.

XAVIER, Ana Paula da Silva.; SÁ, Nicanor Palhares. A escola normal de Mato Grosso no século XIX. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 25, p. 123-132, jan./jun. 2008.

ZICA, Matheus da Cruz e. *Masculinidades possíveis: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Lista com os nomes, em ordem alfabética, dos/as alunos/as formados/as no curso da Escola Normal de Ouro Preto entre os anos de 1877 e 1889⁸²⁵

1. Altina Valentina Dias Bicalho
2. Amelia de Paula Felicissimo
3. Anna Augusta de Oliveira Bicalho
4. Anna Barbosa da Silva
5. Anna da Purificação Barbosa
6. Anna Ferreira Guimarães
7. Antonia Maria de Jesus Neves
8. Antonia Philomena da Costa Carvalho
9. Antonina Augusta Ferreira
10. Antonio Mamede de Oliveira Coutinho
11. Arthur Ribeiro de Carvalho
12. Augusta Catharina dos Santos
13. Augusta Maria de Medeiros
14. Bernardino de Senna Nunes
15. Brazina da Silva Côura Periquito
16. Carlos Borja Peixoto
17. Cherubina Rodrigues Pombo
18. Clementina Pereira de Faria
19. Decimilia Dias dos Santos
20. Delphina Severina dos Reis
21. Elvira Eulália Soares
22. Emilia Augusta de Magalhães Gomes
23. Emiliana Marcelina dos Reis Magalhães
24. Ernestina Amasile de Lima e Silva
25. Ethelvina Olympia Soares Pombo

⁸²⁵ Nesta lista, constam os nomes da maneira como foram escritos na maior parte das fontes localizadas, ou da forma como estão escritos nas listas de matrícula dos/as alunos/as da ENOP, ou nos documentos assinados pelos/as próprios/as normalistas. No entanto, como visto por várias vezes, ao longo da Tese, os nomes desses/as estudantes foram encontrados escritos de diferentes formas, no conjunto das fontes consultadas ao longo da investigação.

26. Eugenia dos Reis Velasco
27. Fidelina Herculana Pinheiro
28. Francisca Pereira da Silva
29. Francisco de Paula Barcellos
30. Galdina Dias dos Santos
31. Generosa Augusta Ferreira
32. Honorina Amelia Soares Pombo
33. Honorina dos Santos Barbosa
34. Idalina Benvinda Campos
35. Idalina Horta Galvão
36. Jacintho Gregório dos Santos
37. João Maria da Silveira
38. Joaquim da Rocha Fiuza
39. Joaquim Pio de Assumpção
40. José Honório de Souza Alves
41. Jovelina Odilia Bella da Silva
42. Laurinda Cecília Moreira
43. Luiza Carolina Barcellos de Carvalho
44. Maria Antonia de Souza
45. Maria Augusta Bandeira da Rocha
46. Maria Candida Kneip de Albuquerque
47. Maria Delminda Ferreira
48. Maria Eulalia da Conceição
49. Maria Gabriella das Dores Tavares
50. Maria Honorina Nogueira
51. Maria Isabel de Nasareth Figueiredo
52. Maria Izabel da Vizitação Carneiro
53. Maria Josephina da Silva
54. Maria Josina Bretas Bhering
55. Martiniana Ignácia da Costa
56. Mequelina Maria do Carmo Neves
57. Modestino Elesiario de Arnide
58. Pedro Mourthé Sobrinho

59. Petrina Queiroga
60. Placidina Augusta dos Santos
61. Raymunda Ferreira Barcellos
62. Rita Ernestina de Arnide
63. Rosalina Cherubina da Luz
64. Rosalvo Rodolpho Moreira de Mendonça
65. Sebastiana Januária de Macedo
66. Theophilo Coelho de Gouvêa
67. Ubaldina Ferreira de Carvalho
68. Zepherina Anacleta de Souza

